

# **Os chistes e sua relação com o inconsciente**

## **VOLUME VIII**

(1905)

Dr. Sigmund Freud

## PREFÁCIO DO EDITOR

### DER WITZ UND SEINE BEZIEHUNG ZUM UNBEWUSSTEN

#### (a) EDIÇÕES ALEMÃS:

- 1905 Leipzig e Viena: Deuticke, Pp. ii + 206.  
 1912 2ª ed. Mesmos editores. (Com alguns pequenos acréscimos.) Pp. iv + 207.  
 1921 3ª ed. Mesmos editores. (Inalterada.) Pp. iv + 207.  
 1925 4ª ed. Mesmos editores. (Inalterada.) Pp. iv + 207.  
 1925 G.S., 9, 1-269. (Inalterada.)  
 1940 G.W., 6, 1-285. (Inalterada.)

#### (b) TRADUÇÃO INGLESA:

##### *Wit and its relation to the Unconscious*

- 1916 New York: Moffat, Yard. Pp. ix + 388. (tr. A. A. Brill.) (1917, 2ª ed.)  
 1917 London: T. Fisher Unwin. Pp. ix + 388. (Como acima.)  
 1922 London: Kegan Paul. (Reimpressão da anterior.)  
 1938 In *The Basic Writings of Sigmund Freud*. Pp. 633-803.  
 New York: Random House. (Mesma tradução.)

A presente tradução, inteiramente nova, com o título *Jokes and their Relation to the Unconscious* (*Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente*), é de James Strachey.

No curso da discussão da relação entre os chistes e os sonhos, Freud menciona sua própria 'razão subjetiva para dedicar-se ao problema dos chistes' (Ver em [1].) Era esta, em poucas palavras, o fato de que Wilhelm Fliess se queixara de que os sonhos estavam por demais cheios de chistes, ao ler as provas de *A Interpretação de Sonhos* no outono de 1899. O episódio já fora narrado em uma nota de rodapé à 1ª edição da própria *A Interpretação de Sonhos* (1900a) (ver em [1] e [2]); podemos, agora, datá-lo exatamente, pois dispomos da carta em que Freud replicava à queixa de Fliess. Foi escrita a 11 de setembro de 1899, de Berchtesgaten, onde foram dados os toques finais ao livro, e anuncia que Freud pretende inserir nele uma explicação de fato curioso: a presença nos sonhos de algo que se aparece aos chistes (Freud, 1950a, Carta 118).

Sem dúvida o episódio atuou como fator precipitante e fez com que Freud devotasse maior atenção ao assunto, mas não há de ter sido, possivelmente, a origem de seu interesse. Existe ampla evidência de que ele já tinha o assunto em mente vários anos antes. O simples fato de que dispusesse de uma resposta imediata à crítica de Fliess demonstra a probabilidade dessa suposição; outra confirmação é dada pela referência ao mecanismo dos efeitos 'cômicos', que aparece em uma página posterior de *A Interpretação de Sonhos* (ver em [1]) e que prenuncia um dos pontos principais do capítulo final do presente trabalho. Mas era inevitável que tão logo Freud iniciasse sua detalhada investigação dos sonhos, ficasse surpreendido pela frequência com que ocorriam nos próprios sonhos, ou em suas associações, estruturas semelhantes a

chistes. *A Interpretação de Sonhos* está cheio de exemplos dessa espécie, sendo talvez o registro mais antigo o do trocadilhesco sonho de Frau Cécilie M., relatado em uma nota de rodapé ao final da história clínica de Fräulein Elizabeth von R. em *Estudos sobre a Histeria* (1895d), (ver em [1]).

Mas, bem distante dos sonhos, há evidência do precoce interesse teórico de Freud pelos chistes. Em carta a Fliess, de 12 de junho de 1897 (Freud, 1950a, Carta 95), após citar um chiste sobre dois *Schnorrer*, Freud escreveu: 'Devo confessar que desde há algum tempo estou reunindo uma coleção de anedotas de judeus, de profunda importância'. Alguns meses depois, a 21 de setembro de 1897, cita uma outra história de judeu, como pertencente 'a minha coleção' (ibid., Carta 69), e inúmeras outras aparecem tanto na correspondência com Fliess como em *A Interpretação de Sonhos*. (Ver, particularmente, um comentário sobre essas histórias no Capítulo V, Seção B, a partir de [1].) Desta coleção, naturalmente, derivaram os muitos exemplos de tais anedotas sobre as quais tão amplamente se baseia sua teoria.

Uma outra influência, algo importante para Freud por volta daquela época, foi a de Theodor Lipps. Lipps (1851-1914) era um professor de Munique que escrevia sobre psicologia e estética, e ao qual se atribui a introdução do termo '*Einfühlung*' (empatia). O interesse de Freud por ele foi, talvez, inicialmente despertado por um artigo sobre o inconsciente, lido em um congresso de psicologia de 1897, fundamento de uma longa discussão no último capítulo de *A Interpretação de Sonhos* (ver em [1].). Sabemos pelas cartas a Fliess que em agosto e setembro de 1898 Freud estava lendo um livro anterior de Lipps sobre *The Basic Facts of Mental Life* (1893), novamente impressionado pelos comentários deste sobre o inconsciente (Freud, 1950a, Cartas 94, 95 e 97). Mas já em 1898 aparecia um outro trabalho de Lipps sobre assunto mais específico — *Komik und Humor*. Foi este trabalho, como diz Freud logo ao início do presente estudo, que o encorajou a embarcar nele.

Foi em terreno assim preparado que caiu a semente do comentário crítico de Fliess, decorrendo entretanto muito anos até que frutificasse.

Freud publicou três importantes trabalhos em 1905: a história clínica de 'Dora', que apareceu no outono, embora, em sua maior parte, estivesse escrito quatro anos antes, *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* e *Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente*. Trabalhou nesses dois últimos livros simultaneamente: Ernest Jones (1955, 13) diz que Freud mantinha os dois manuscritos em mesas adjacentes e fazia acréscimos a um ou a outro de acordo com a disposição do momento. Os livros foram publicados quase simultaneamente e não está inteiramente estabelecido qual dos dois foi o primeiro. A numeração atribuída pelo editor em *Três Ensaios* é de 1124 e em *Os Chistes*, 1128; mas Jones (ibid., 375n.) relata que este último número estava 'errado', o que podia implicar na reversão dessa ordem. Na mesma passagem, entretanto, Jones afirma definitivamente que *Os Chistes* 'apareceu logo após o outro livro'. A data real da publicação deve ter antecedido o início de junho, pois uma longa e favorável recensão apareceu no jornal diário de Viena *Die Zeit* a 4 de junho.

A história posterior deste livro difere muito dos outros principais trabalhos de Freud no período. *A Interpretação de Sonhos*, *A Psicopatologia da Vida Cotidiana* e *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* foram todos eles expandidos e modificados, de modo a se tornarem quase irreconhecíveis em suas edições posteriores. Meia dúzia de pequenos acréscimos foram feitos em *Os Chistes* quando este livro atingiu sua 2ª edição em 1912, mas depois nenhuma outra mudança foi efetivada.

Parece possível que tal circunstância se relacione ao fato de que o livro se mantenha à parte dos demais escritos de Freud. Ele próprio pensava assim. Suas referências a ele em outros trabalhos são comparativamente escassas, em *Conferências Introdutórias* (1916-17, Conferência XV) refere-se a que ele

o tenha temporariamente desviado de seu caminho; em *Um Estudo Autobiográfico* (1925d), ver em [1] e [2], há mesmo o que parece ser uma referência levemente depreciativa. Então, inesperadamente, após um intervalo de mais de vinte anos, Freud retoma o fio da meada, em seu breve artigo sobre 'Humour' (1927d), no qual utilizava sua concepção estrutural da mente, recentemente proposta, para lançar nova luz sobre um obscuro problema.

Ernest Jones descreve o presente como o menos conhecido dos trabalhos de Freud, e isto é decerto verdade, o que não é de surpreender, quanto aos leitores não alemães.

'Traduttore — Traditore!' Tais palavras — dos chistes discutidos adiante por Freud (em [1]) — podiam ser convenientemente inscritas na página de rosto do presente trabalho. Muitos dos trabalhos de Freud suscitam agudas dificuldades para o tradutor, mas este apresenta um caso especial. Aqui, como em *A Interpretação de Sonhos* e *A Psicopatologia da Vida Cotidiana*, e talvez em maior extensão, somos confrontados por um grande número de problemas envolvendo algum jogo de palavras intraduzível. E aqui, como nesses outros casos, não podemos fazer mais que explicar a bem descomprometedora política adotada nessa edição. Dispomos de dois métodos, um ou outro dos quais tem sido usualmente adotado no tratamento de tais exemplos intraduzíveis — ou abandoná-los de todo ou substituí-los por exemplos do próprio tradutor. Nenhum desses métodos parece adequado a uma edição que pretende apresentar tão acuradamente quanto possível as idéias de Freud aos leitores ingleses. Aqui, entretanto, devemos nos satisfazer em fornecer as palavras críticas no alemão original, explicando-as tão brevemente quanto possível nos colchetes ou notas de rodapé. Inevitavelmente, é claro, o chiste desaparece nesse processo. Devemos lembrar-nos, contudo, que pela utilização de qualquer dos métodos alternativos, desaparecem porções, e às vezes as porções mais interessantes, dos argumentos de Freud. Presumivelmente o leitor tem estes em vista, mais que um momento de diversão.

Há, entretanto, uma dificuldade muito mais séria na tradução deste trabalho particular — uma dificuldade terminológica que o atravessa em sua totalidade. Por uma estranha fatalidade (cujas causas seria do maior interesse investigar) os termos alemães e ingleses cobrindo os mesmos fenômenos parecem nunca coincidir; são sempre aparentemente ou amplos ou estreitos demais — deixando lacunas entre si, ou superpondo-se. O próprio título do livro, '*Der Witz*' já se nos depara um importante problema. Traduzi-lo como 'wit' abre as portas para mal-afortunadas incompreensões. No uso inglês normal 'wit' e 'witty' têm um sentido altamente restrito e aplicam-se apenas a uma espécie de chistes mais refinados ou intelectuais. O mais sumário exame dos exemplos nestas páginas mostrará que '*Witz*' e '*witzig*' possuem conotação muito mais ampla. 'Joke' (chiste) por outro lado parece ser ampla demais e cobrir igualmente a alemã '*Scherz*'. A única solução para este, e para dilemas similares, parece ser a adoção de uma palavra inglesa para alguma correspondente alemã, mantê-la consistente e invariavelmente mesmo se parece errada em um determinado contexto. Deste modo o leitor ao menos poderá tirar sua própria conclusão quanto ao sentido em que Freud está usando tal palavra. Assim, através de todo o livro '*Witz*' foi traduzido como 'joke' (chiste) e '*Scherz*' como 'jest' (gracejo). Há grande dificuldade com o adjetivo '*witzig*', usado aqui na maioria dos casos como adjetivo qualificante de '*Witz*'. O Concise Oxford Dictionary apresenta, de fato, sem comentários, o adjetivo 'joky' (chistoso). Tal palavra teria poupado ao tradutor inúmeras desajeitadas perifrases mas ele confessa que não teve disposição para usá-la. As únicas vezes em que '*Witz*' foi traduzida como 'wit' são dois ou três lugares (p. ex., em [1]) em que se utiliza a palavra alemã (como explicado na última nota de rodapé) para denotar a função mental e não o seu produto, parecendo não haver, então, alternativa possível em inglês.

Há outras dificuldades, embora menos graves, quanto às palavras alemãs '*das Komische*' e '*die Komik*'. Uma tentativa de diferenciar entre elas, usando 'the comic' (o cômico) para a primeira e 'comicality' (comicidade) para a segunda foi abandonada em vista da passagem ao fim do parágrafo em [1], onde as duas palavras diferentes são usadas em sentenças sucessivas, muito claramente com o mesmo sentido, atendendo meramente ao objetivo de 'variação elegante'. De modo que a muito empolada palavra inglesa 'the comic' foi adotada sistematicamente para ambas as palavras alemãs.

Finalmente, pode-se notar que a palavra inglesa 'humour', naturalmente usada para a alemã '*Humour*', soa decididamente artificial a ouvidos ingleses em alguns contextos. O fato é que hoje raramente a palavra parece ser usada isoladamente. Dificilmente ocorre exceto na expressão 'sense of humour'. Mas aqui, outra vez, o leitor estará em posição de decidir por si mesmo sobre o sentido que Freud conecta à palavra.

Espera-se ardentemente que essas dificuldades, afinal, todas elas superficiais, não detenham os leitores no início. O livro está cheio de um material fascinador, grande parte do qual não reaparece em nenhum outro escrito de Freud. As detalhadas abordagens aí contidas dos complicados processos psicológicos não têm rivais fora de *A Interpretação de Sonhos*, e são, em verdade, um produto da mesma fagulha de gênio que nos deu aquele grande trabalho.

## A. PARTE ANALÍTICA

### I - INTRODUÇÃO

Qualquer pessoa que tenha tido, em alguma época, a oportunidade de investigar na literatura da estética e da psicologia a luz que estas podem lançar sobre a natureza dos chistes, e sobre a posição por eles ocupada, deverá provavelmente admitir que os chistes não vêm recebendo tanta atenção filosófica quanto merecem, em vista do papel que desempenham na nossa vida mental. Pode-se nomear somente um pequeno número de pensadores que de fato se aprofundaram nos problemas dos chistes. Entre aqueles que discutiram o chiste estão, entretanto, nomes famosos, tais como os do novelista Jean Paul (Richter) e dos filósofos Theodor Vischer, Kuno Fischer e Theodor Lipps. Mas mesmo nesses escritores o tema dos chistes fica à retaguarda, estando o interesse principal da investigação voltado para o problema, mais amplo e mais atraente, da comicidade.

A primeira impressão derivada da literatura é que é bem impraticável tratar os chistes, a não ser em conexão com o cômico.

De acordo com Lipps (1898), um chiste é 'algo cômico de um ponto de vista inteiramente subjetivo', isto é, 'algo que nós produzimos, que se liga a nossa atitude como tal, e diante de que mantemos sempre uma relação de sujeito, nunca de objeto, nem mesmo objeto voluntário (ibid., 80). Segue-se melhor explicação por um comentário de que o efeito daquilo, que, em geral, chamamos um chiste, é qualquer evocação consciente e bem-sucedida do que seja cômico, seja a comicidade devida à observação ou à situação' (ibid. 78).

Fischer (1889) ilustra a relação dos chistes com o cômico lançando mão da caricatura, que, em sua abordagem, ele situa entre ambos. A comicidade interessa-se pelo feio, em qualquer uma de suas manifestações: 'Se [o que é feito] for ocultado, deve ser descoberto à luz da maneira cômica de olhar as coisas; se é pouco notado, escassamente notado afinal, deve ser apresentado e tornado óbvio, de modo que permaneça claro, aberto à luz do dia... Desta maneira, nasce a caricatura'. (Ibid., 45.) 'Todo nosso universo espiritual, o reino intelectual de nossos pensamentos e idéias, não se desdobra ante a mirada da observação externa, nem pode ser diretamente imaginado de maneira vívida e visível. Além do mais, contém suas inibições, fraquezas e deformidades — uma riqueza de contrastes ridículos e cômicos. A fim de enfatizar estes e torná-los acessíveis à consideração estética, é necessário uma força capaz não simplesmente de imaginar os objetos diretamente mas antes de lançar luz sobre essas imagens, clarificando-as: uma força que possa iluminar pensamentos. A única força dessa ordem é o *juízo*. Um chiste é um juízo que produz contraste cômico; participa já, tacitamente, da caricatura, mas apenas no juízo assume sua forma peculiar e a livre esfera de seu desdobramento.' (Ibid., 49-50.)

Veremos que a característica distintiva do chiste na classe do cômico é, segundo Lipps, a ação, o comportamento ativo do sujeito, embora, para Fischer, consista na relação do chiste com seu *objeto* ou seja, a ocultada fealdade do universo dos pensamentos. É impossível testar a validade dessas definições do chiste — na verdade, dificilmente elas são inteligíveis —, a não ser que as consideremos no contexto de onde foram extraídas. Seria, portanto, necessário percorrer as abordagens do cômico feitas por esses

autores antes que possamos aprender com eles sobre o chiste. Outras passagens, entretanto, mostram-nos que estes mesmos autores são capazes de descrever as características essenciais, e geralmente válidas, do chiste sem considerar qualquer conexão sua com o cômico.

A caracterização que mais parece satisfazer ao próprio Fischer é a seguinte: 'Um chiste é um juízo *lúdico*'. (Ibid., 51.) Por meio de uma ilustração desse princípio, proporcionou uma analogia: 'exatamente como a liberdade estética consiste na contemplação lúdica das coisas' (ibid., 50). Em outra parte (ibid., 20) a atitude estética é caracterizada pela condição de que nada solicitamos ao objeto; em especial, não lhe pedimos nenhuma satisfação de nossas necessidades sérias, contentando-nos, antes, com o prazer de contemplá-las. A atitude estética é lúdica, em contraste com o trabalho. 'Seria possível que da liberdade estética brotasse uma espécie de juízo liberado de suas usuais regras e regulações, ao qual, devido a sua origem, eu chamarei juízo lúdico', e está contido nesse conceito o principal determinante, senão a fórmula total, que resolverá nosso problema. 'A liberdade produz chistes e os chistes produzem liberdade', escreveu Jean Paul. 'Fazer chistes é simplesmente jogar com as idéias'. (Ibid., 24.)

Uma apreciada definição do chiste considera-o a habilidade de encontrar similaridades entre coisas dessemelhantes, isto é, descobrir similaridades escondidas. Jean Paul expressou esse próprio pensamento em forma de chiste: 'O chiste é o padre disfarçado que casa a todo casal'. Fischer [1846-57, 1, 422] avança esta definição: Ele (o padre) dá preferência ao matrimônio de casais cuja união os parentes abominam'. Fischer objeta, entretanto, que há chistes em que não se cogita de comparar, em que, portanto, não se cogita de encontrar similaridades. Divergindo ligeiramente de Jean Paul, define o chiste como a habilidade de fundir, com surpreendente rapidez, várias idéias, de fato diversas umas das outras tanto em seu conteúdo interno, como no nexos com aquilo a que pertencem. Fischer, novamente, acentua o fato de que em largo número de juízos chistosos encontram-se *diferenças*, antes que similaridades, e Lipps indica que estas definições se relacionam à habilidade própria do piadista e não aos chistes que ele faz.

Outras idéias, mais ou menos inter-relacionadas, que têm emergido para a definição ou a descrição dos chistes, são as seguintes: 'um contraste de idéias', 'sentido no *nonsense*', '*desconcerto e esclarecimento*'.

Definições como a de Kraepelin enfatizam como fator principal o contraste de idéias. Um chiste é 'a conexão ou a ligação arbitrária, através de uma associação verbal, de duas idéias, que de algum modo contrastam entre si'. Um crítico como Lipps não tem dificuldades em demonstrar a total impropriedade dessa fórmula; mas ele próprio não exclui o fator de contraste, deslocando-o simplesmente para uma outra parte. 'O contraste persiste, mas não o contraste entre as idéias relacionadas às palavras, mas um contraste ou contradição entre o sentido e a falta de sentido das palavras.' (Lipps, 1898, 87.) Através de exemplos demonstra como se deve entender isso. 'Um contraste só assoma porque... atribuímos às palavras um significado que, entretanto, não podemos garantir-lhes.' (Ibid., 90.)

Se esse ponto for mais desenvolvido, o contraste entre 'sentido e *nonsense*' torna-se significativa. 'Aquilo que, em certo momento, pareceu-nos ter um significado, verificamos agora que é completamente destituído de sentido. Eis o que, nesse caso, constitui o processo cômico... Um comentário aparece-nos como um chiste se lhe atribuímos uma significância dotada de necessidade psicológica, e tão logo tenhamos feito isso, de novo o refutamos. Essa "significância" pode querer dizer várias coisas. Atribuímos *sentido* a um comentário e sabemos que logicamente ele não pode ter nenhum. Descobrimos nele uma *verdade*, fato impossível de acordo com as leis da experiência ou com nossos hábitos gerais de pensamento. Concedemos-lhe conseqüências lógicas ou psicológicas, que ultrapassam seu verdadeiro



conteúdo, apenas para negar tais conseqüências tão logo tenhamos reconhecido claramente a natureza do comentário. Em todos os casos, o processo psicológico que o comentário chistoso nos provoca, e sobre o qual repousa o processo cômico, consiste na imediata transição dessa atribuição de sentido, dessa descoberta da verdade, dessa concessão de conseqüências, à consciência ou impressão de relativa nulidade.’ (Ibid, 85)

Por mais penetrante que essa análise possa parecer, pode-se levantar aqui a questão de saber se o contraste entre o significativo e a falta de sentido, contraste sobre o qual se diz que o sentimento do *cômico* repousa, também contribui para a definição do conceito de *chiste* na medida em que este difira do conceito de cômico.

O fator de ‘desconcerto e esclarecimento’ leva-nos também a aprofundar o problema da relação entre o chiste e o cômico. Kant fala-nos que o cômico em geral tem a notável característica de ser capaz de enganar-nos apenas por um instante. Heymans (1896) explica como é que o efeito de um chiste se manifesta, o desconcerto sendo sucedido pelo esclarecimento. Ilustra sua teoria através de um brilhante chiste de Heine, que faz um de seus personagens, Hirsch-Hyacinth, o pobre agente de loteria, vangloriar-se de que o grande Barão Rothschild o tenha tratado bem como a um seu igual: bastante ‘famíliarmente’. Aqui a palavra veículo desse chiste parece, a princípio, estar erradamente construída, ser algo ininteligível, incompreensível, enigmático. Em decorrência, desconcerta. O efeito cômico é produzido pela solução desse desconcerto através da compreensão da palavra. Lipps (1898, 45) acrescenta que o primeiro estágio do esclarecimento — que a palavra desconcertante signifique isto ou aquilo — é seguido de um segundo estágio, no qual percebemos que a palavra sem sentido que nos havia ‘confundido’, nos mostra então o sentido verdadeiro. É apenas esse segundo esclarecimento, essa descoberta de que uma palavra sem sentido, conforme o uso lingüístico normal, é a responsável por todo o processo — essa solução do problema no nada —, é apenas esse segundo esclarecimento que produz o efeito cômico.

Se alguma dessas duas concepções nos parece lançar um pouco mais de luz sobre a questão, a discussão do desconcerto e esclarecimento leva-nos para mais perto de uma descoberta particular. Pois se o efeito cômico do ‘famíliarmente’ de Heine depende da interpretação dessa palavra aparentemente sem sentido, o chiste deve, sem dúvida, ser atribuído à formação da palavra e às características da palavra assim formada.

Uma outra peculiaridade dos chistes, pouco ou nada relacionada com o que até aqui já consideramos, é reconhecida por todas as autoridades sobre o assunto. A ‘*brevidade* é o corpo e a alma do chiste, sua própria essência’, diz Jean Paul (1804, parte II, parágrafo 42), modificando simplesmente o que o velho tagarela Polonius diz no *Hamlet* (II, 2), de Shakespeare:

‘Therefore, since brevity is the soul of wit ’  
And tediousness the limbs and outward flourisher ’  
I will be brief.’

Nessa conexão, a abordagem por Lipps (1898, 90) da brevidade dos chistes é significativa: ‘Um chiste diz o que tem a dizer, nem sempre em poucas palavras, mas sempre em palavras poucas *demais*, isto é, em palavras que são insuficientes do ponto de vista da estrita lógica ou dos modos usuais de pensamento e de expressão. Pode-se mesmo dizer tudo o que se tem a dizer nada dizendo’.



Já sabemos, pela conexão dos chistes com a caricatura, que eles ‘devem apresentar alguma coisa ocultada ou escondida’ (Fischer, 1889, 51). Uma vez mais enfatizo esse determinante, porque ele tem também mais a ver com a natureza dos chistes do que com a parte cômica destes.

Estou bem alerta para o fato de que os fragmentários segmentos extraídos dos trabalhos desses escritores sobre os chistes não lhes podem fazer justiça. Devido às dificuldades ante uma exposição inequivocamente correta de cursos de pensamento tão complicados e sutis, não posso poupar aos investigadores curiosos a tarefa de obter das fontes originais a informação que desejarem. Não estou, entretanto, certo de que possam ficar inteiramente satisfeitos. Os critérios e as características dos chistes apresentados por esses autores, e acima coligidos — a atividade, a relação com o conteúdo de nossos pensamentos, a característica do juízo lúdico, a conjugação de coisas dissimilares, as idéias contrastantes, o ‘sentido no *nonsense*’, a sucessão de desconcerto e esclarecimento, a revelação do que estava escondido, e a peculiar brevidade de chiste —, tudo isso, é verdade, parece-nos à primeira vista tão estritamente adequado e tão facilmente confirmável pelos exemplos, que não podemos correr qualquer risco de subestimar tais concepções. Mas elas são *disjecta membra* que gostaríamos de ver combinados em um todo orgânico. Uma vez que todos sejam expressos, não contribuem para nosso conhecimento dos chistes mais que um conjunto de anedotas para a descrição da personalidade de alguém cuja biografia temos o direito de solicitar. Não penetramos absolutamente nas conexões presumivelmente existentes entre os determinantes separados: o que teria, por exemplo, a brevidade do chiste a ver com sua característica de ser um juízo lúdico. Necessitamos que, além disso, nos digam se um chiste deve satisfazer a *todos* esses determinantes para que seja propriamente um chiste, ou se precisa satisfazer apenas a *alguns*, nesse caso sendo necessário especificar quais podem ser substituídos por outros e quais são indispensáveis. Desejaríamos também agrupar e classificar os chistes de acordo com suas características consideradas essenciais. A classificação que encontramos na literatura descansa, por um lado, nos recursos técnicos empregados (trocadilhos ou jogos de palavras) e, por outro lado, no uso que se faz deles no discurso (e.g. chistes usados com o objetivo de caricatura, de caracterização, ou de afronta).

Não devemos, pois, achar dificuldades em indicar os objetivos de qualquer nova tentativa de lançar luz sobre os chistes. Para poder contar com algum êxito, teremos, ou que abordar o trabalho a partir de novos ângulos, ou esforçar-nos por penetrá-lo ainda mais através de aumentada atenção e aprofundado interesse. Podemos pelo menos decidir que não fracassaremos quanto ao último aspecto. É impressionante que as autoridades se dêem por satisfeitas com os propósitos de suas investigações, considerando um número tão pequeno de chistes reconhecidos como tais, utilizando além do mais os mesmos exemplos analisados por seus predecessores. Não devemos esquivar-nos ao dever de analisar os mesmos casos que já serviram às clássicas investigações sobre os chistes. Mas temos, além disso, a intenção de voltar-nos sobre novo material, visando a uma fundamentação mais ampla para nossas conclusões. É, pois, natural que escolhamos como assunto de nossa investigação exemplos de chistes que nos tenham impressionado mais no curso de nossas vidas e que nos tenham feito rir mais intensamente.

Valerá tanto trabalho o tema dos chistes? Pode haver, creio eu, dúvida quanto a isso. Deixando de lado os motivos pessoais que me fazem desejar conseguir uma penetração dos problemas dos chistes, os quais virão à luz no curso destes estudos, posso apelar para o fato de que há íntima conexão entre todos os eventos mentais, fato este que garante que uma descoberta psicológica, mesmo em campo remoto, repercutirá imprevisivelmente em outros campos. Podemos ter também em mente o encanto peculiar e

fascinador exercido pelos chistes em nossa sociedade. Um novo chiste age quase como um acontecimento de interesse universal: passa de uma a outra pessoa como se fora a notícia da vitória mais recente. Mesmo homens eminentes que acreditam valer a pena contar a história de suas origens, das cidades e países que visitaram, das pessoas importantes com quem conviveram, não se envergonham de inserir em suas autobiografias o relato de algum excelente chiste que acaso ouviram.

## II - A TÉCNICA DOS CHISTES

Vamos tomar agora um caminho, apresentado ao acaso, considerando o primeiro exemplo de chiste com que deparamos no capítulo anterior.

Na parte de seu *Reisebilder* intitulada 'die Bäder von Lucca [Os Banhos de Lucca]' Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão Rothschild, dizendo finalmente: 'E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou como um seu igual — bastante familonariamente'.

Heymans e Lipps utilizaram esse chiste (que é, indiscutidamente, um chiste excelente e muito divertido) para ilustrar sua concepção de que o efeito cômico dos chistes deriva de 'desconcerto e esclarecimento' (ver antes [1]). Deixaremos, entretanto, de lado essa questão e formularemos outra: 'O que converte o comentário de Hirsch-Hyacinth em um chiste?'. Só pode haver duas respostas possíveis: ou o pensamento expresso na sentença possui em si mesmo o caráter de um chiste, ou o chiste reside na expressão que o pensamento encontrou na sentença. Qualquer que seja a direção em que consista o caráter do chiste, nós o perseguiremos além e tentaremos captá-lo.

Um pensamento pode, em geral, ser expresso por várias formas lingüísticas — ou seja, por várias palavras — que podem representá-lo com igual aptidão. O comentário de Hirsch-Hyacinth apresenta seu próprio pensamento numa forma particular de expressão e, conforme nos parece, numa forma especialmente estranha, não aquela que seria mais facilmente inteligível. Tentemos exprimir o mesmo pensamento com a maior precisão possível em outras palavras. Lipps executou essa tarefa de modo a explicar em alguma medida a intenção do poeta. Escreve ele (1898, 87): 'Heine, como o entendo, pretende significar que ele [Hyacinth] fora recebido com uma familiaridade — de espécie não rara, e que em regra não é favorecida por ter um tempero de milionária riqueza'. Não teremos alterado o sentido dessa paráfrase, se lhe dermos uma outra forma mais adequada à fala de Hirsch-Hyacinth: 'Rothschild tratou-me como um igual, muito familiarmente, isto é, na medida em que isso é possível a um milionário'. 'A condescendência de um homem rico', acrescentaríamos, 'sempre envolve alguma coisa pouco agradável para quem a experimente.'

Quer nos decidamos a escolher qualquer das duas, igualmente válidas, versões do pensamento, verificamos que a questão que nos puséramos, fica resolvida. Nesse exemplo o caráter do chiste não reside no pensamento. O que Heine pôs na boca de Hirsch-Hyacinth é uma observação correta e aguda, uma observação de inequívoca amargura, compreensível num pobre homem defrontado por tão grande riqueza; não nos aventuraríamos, entretanto, a descrevê-la como chistosa. Se alguém é incapaz, ao considerar a tradução do chiste, de livrar-se da lembrança da forma dada pelo poeta ao pensamento, sentindo assim que, não obstante, o pensamento é ele próprio chistoso, podemos apontar, como critério seguro, para o fato de que o caráter chistoso se tenha perdido na tradução. O comentário de Hirsch-Hyacinth faz-nos rir a bom

rir, enquanto sua acurada tradução por Lipps, ou a nossa própria versão desta, ainda que possa agradar-nos e fazer-nos pensar, dificilmente poderá suscitar riso.

Mas, se o que faz de nosso exemplo um chiste não é nada que resida no pensamento, devemos procurá-lo na forma, na verbalização que o exprime. Temos apenas que estudar a peculiaridade de sua forma de expressão para captar o que se pode denominar técnica verbal ou expressiva desse chiste, algo que deve estabelecer íntima relação com a essência do chiste, já que, substituída por qualquer outra coisa, o caráter e o efeito do chiste desaparecem. Além do mais, ao atribuir tanta importância à forma verbal dos chistes estamos em perfeita concordância com as autoridades. Assim, Fischer (1889, 72) escreve: 'É, em primeiro lugar, a simples forma que transforma em chiste um juízo; recordamos um dito de Jean Paul que, em único aforismo, explica e exemplifica essa precisa característica dos chistes: "Tal é simplesmente o poder da posição, seja entre guerreiros seja entre palavras"'.

Em que consiste, pois, a 'técnica' desse chiste? O que acontece ao pensamento, como expresse, por exemplo, em nossa versão, de modo a torná-lo um chiste que nos faz rir entusiasticamente? Ocorrem duas coisas, tal como podemos verificar pela comparação de nossa versão com o texto do poeta. Primeiro, ocorre uma considerável *abreviação*. A fim de expressar completamente o pensamento contido no chiste, fomos obrigados a acrescentar às palavras 'R. tratou-me quase como seu igual, muito familiarmente', um post-scriptum que, reduzido à sua forma mais condensada, se exprime, 'isto é, na medida em que isso é possível a um milionário'. E, ainda assim, sentimos necessidade de uma ulterior sentença explicativa. O poeta o exprime de maneira muito mais sintética: 'R. tratou-me como um seu igual — bastante familionariamente'. No chiste desaparece toda a restrição acrescentada pela segunda sentença à primeira, que relata o tratamento familiar.

Mas não desaparece a ponto de não deixar um substituto a partir do qual possamos reconstruí-la. A palavra '*familiär* [familiarmente]', na expressão não chistosa do pensamento, transformou-se no texto do chiste em '*famillionär* [familionariamente]'; e não pode haver dúvida de que é precisamente dessa estrutura verbal que dependem o caráter do chiste como chiste e o seu poder de causar riso. A palavra ora construída coincide, em sua posição anterior, com o '*familiär*' da primeira sentença, e nas sílabas finais com o '*Millionär*' [milionariamente] da segunda. A palavra representa, portanto, a posição '*Millionär*' da segunda sentença e, mesmo, toda a segunda sentença, o que nos põe em condições de inferir que a segunda sentença tenha sido omitida do texto do chiste. Pode ser descrita como uma 'estrutura composta', constituída pelos dois componentes '*familiär*' e '*Millionär*', e é tentador fornecer um quadro diagramático da maneira pela qual se fez a derivação a partir daquelas duas palavras:

f a m i l i     ä r  
m i l i o n ä r

---

f a m i l i o n ä r

O processo de conversão do pensamento em um chiste pode ser representado da seguinte maneira, fantástica à primeira vista, mas produzindo precisamente o resultado que realmente se nos depara:

'R. tratou-me bastante *familiär*,

isto é, tanto quanto é possível para um *Millionär*.’

Imaginemos agora que uma força compressora é levada a atuar sobre essas sentenças, e que, por alguma razão, a segunda é a menos resistente. Opera-se, pois, o seu desaparecimento, enquanto seu constituinte mais importante, a palavra ‘*Millionär*’, que tem êxito ao rebelar-se contra sua supressão, é, por assim dizer, reintegrada à primeira sentença, e fundida com o elemento de tal sentença que lhe é mais semelhante: ‘*familiär*’. E a possibilidade casual, que assim emerge, de salvar a parte essencial da segunda sentença efetivamente favorece a dissolução dos outros constituintes menos importantes. Assim, pois, é gerado o chiste:

‘R. tratou-me bastante *famili on är*.’

(*mili*) (*är*)

Se excluímos da abordagem tal força compressora que, na verdade, desconhecemos, o processo pelo qual se forma o chiste — ou seja, a técnica do chiste — pode ser descrito, nesse caso, como uma ‘condensação acompanhada pela formação de um substituto’; e no exemplo em pauta, a formação do substituto consiste na produção de uma ‘palavra composta’. Essa palavra composta ‘*famillionär*’, que é, em si mesma, incompreensível, mas imediatamente compreendida em seu contexto e reconhecida como plena de sentido, é o veículo do efeito compelidor do riso no chiste — mecanismo que não fica, em absoluto, mais bem esclarecido por nossa descoberta da técnica do chiste. De que modo um processo lingüístico de condensação, acompanhado pela formação de um substituto através de palavra composta, pode proporcionar-nos prazer e fazer-nos rir? Esse, evidentemente, é um problema diferente, cujo tratamento podemos adiar até que tenhamos encontrado uma maneira de abordá-lo. Por enquanto, nos restringiremos à técnica dos chistes.

Nossa expectativa de que a técnica dos chistes não seja indiferente à perspectiva de descoberta da essência destes, leva-nos imediatamente a inquirir se existem outros exemplos de chistes, construídos à maneira do ‘*famillionär*’ de Heine. Não existindo muitos, são, entretanto, numerosos o bastante para constituírem um pequeno grupo caracterizado pela formação de palavras compostas. O próprio Heine derivou um segundo chiste da palavra ‘*Millionär*’, copiando-se a si mesmo. No Capítulo 19 de seu ‘*Ideen*’, ele fala de um ‘*Millionar*’, óbvia combinação de ‘*Millionär*’ e ‘*Narr*’, que, exatamente como no primeiro exemplo, libera um pensamento subsidiário suprimido.

Eis alguns outros exemplos que encontrei. Há uma certa fonte [*Brunnen*] em Berlim, cuja construção custou ao Burgomestre Forckenbecke muita impopularidade. Os berlinenses a chamaram ‘*Forckenbecken*’, e essa descrição encerra certamente um chiste, ainda que para isso fosse necessário substituir a palavra ‘*Brunnen*’ por seu obsoleto equivalente ‘*Becken*’ a fim de combiná-la em uma totalidade com o nome do Burgomestre. A opinião pública européia foi responsável também por um chiste cruel ao trocar o nome de um potentado de Leopold para Cleopold, devido às relações que ele mantivera certa vez com uma senhora cujo primeiro nome era Cleo. Esse indiscutível produto de uma condensação mantém viva uma perturbadora alusão à custa de uma única letra. Os nomes próprios em geral são fáceis vítimas desse tipo de tratamento pela técnica do chiste. Havia em Viena dois irmãos chamados Salinger, um dos quais era um *Börsensensal* [corretor da Bolsa; *Sensal* = corretor]. Tal fato forneceu um meio para chamá-lo ‘*Sensalinger*’, enquanto seu irmão, para distingui-lo, era chamado pelo nada lisonjeiro nome de ‘*Scheusalinger*’. A

denominação era engenhosa e, sem dúvida, constituía um chiste; não posso dizer se justificável. Mas os chistes, em regra, pouco indagam quanto a isso.

Contaram-me certa vez o seguinte chiste de condensação. Um jovem que vinha levando uma vida boêmia no estrangeiro retribuiu, após longa ausência, uma visita a um amigo que morava aqui. O último surpreendeu-se ao ver uma *Ehering* [aliança de casamento] na mão do visitante. 'Como?' exclamou ele, 'você casou-se?' 'Sim', foi a resposta, '*Trauring*, mas verdadeiro'. O chiste é excelente. A palavra '*Trauring*' combina ambos os componentes: '*Ehering*' transformado em '*Trauring*' e a sentença '*trauring, aber wahr* [triste, mas verdadeiro]'. O efeito do chiste não sofre interferência do fato de que a palavra composta aqui não seja, como '*famillionär*', uma estrutura ininteligível e, de outra maneira, inexistente, sendo antes uma palavra que coincide inteiramente com um dos dois elementos representados.

No curso da investigação eu próprio forneci certa vez, não intencionalmente, matéria para um chiste, uma vez mais bastante análogo a '*famillionär*'. Relatava eu a uma dama os grandes serviços prestados por um homem de ciência, que considerava injustamente negligenciado. 'Mas como', disse ela, 'o homem merece um monumento.' 'Talvez ele o tenha um dia', repliquei, 'mas *momentan* [no momento] tem muito pouco sucesso.' '*Monument*' e '*momentan*' são antônimos. A senhora prosseguiu reunindo-os: 'Bem, desejemos-lhe então um sucesso *monumentan*.'

Devo alguns exemplos em línguas estrangeiras, que apresentam o mesmo mecanismo condensador de nosso '*famillionär*', a uma excelente discussão do mesmo assunto em inglês, por A. A. Brill (1911). Relata Brill que o autor inglês De Quincey comentou em algum lugar que as pessoas idosas inclinam-se por cair no 'anecdoteage'. Esta palavra é uma fusão das palavras parcialmente coincidentes.

ANECDOTE  
e RADOTAGE

Em uma outra história anônima, Brill encontrou certa vez a época do Natal descrita como 'the alcoholidays', fusão similar de

ALCOHOL  
e HOLIDAYS.

Depois que Flaubert publicou sua celebrada novela *Salammbô*, Sainte-Beuve qualificou ironicamente a cena que se passava na antiga Cartago, a despeito de sua detalhada elaboração, como sendo 'Carthaginoiserie';

CARTHAGINOIS  
e CHINOISERIE

Mas o melhor exemplo de um chiste desse grupo deve-se a um dos homens de proa da Áustria, o qual, após importante trabalho público e científico, ocupa agora um dos mais altos postos do Estado. Aventurei-me a utilizar chistes a ele atribuídos, que levam todos aliás o mesmo selo inconfundível, como material para estas pesquisas, principalmente porque seria difícil encontrá-lo melhor.

A atenção de Herr N. foi um dia despertada pela figura de um escritor, que se tornou afamado devido a uma série de ensaios inegavelmente tediosos, escritos em contribuição a um jornal diário de Viena. Todos esse ensaios tratavam de pequenos episódios sobre as relações de Napoleão I com a Áustria. O autor tinha cabelos vermelhos. Tão logo ouviu a menção de seu nome, Herr N. indagou: ‘Esse não é aquele *roter Fadian* que se estende pela história dos Napoleônidas?’.

Para descobrir a técnica desse chiste devemos submetê-lo ao processo de redução que elimina o chiste pela mudança do modo de expressão, apresentando, ao invés, o sentido original completo que decerto pode ser inferido de um bom chiste. O chiste de Herr N. sobre o ‘*roter Fadian*’ deriva de dois componentes: um julgamento depreciativo do escritor e uma evocação do famoso símile com que Goethe introduz os excertos ‘Do diário de Ottilie’ no *Wahlverwandtschaften*. A destemperada crítica pode assim ser entendida: ‘Trata-se então dessa pessoa que incessantemente escreve apenas histórias tediosas sobre Napoleão na Áustria!’. Ora este comentário por nada é um chiste. Nem é um chiste a bela analogia de Goethe, que decerto não foi calculada com o objetivo de fazer-nos rir. Exclusivamente quando esses dois fatos são postos em conexão entre si, submetidos ao peculiar processo de condensação e fusão, o chiste emerge — e um chiste da primeira ordem.

A conexão do julgamento depreciativo sobre o tedioso escritor com a bela analogia em *Wahlverwandtschaften* deve ter ocorrido (por razões que ainda não tornei inteligíveis) de uma maneira menos simples que em muitos outros casos similares. Tentarei representar o provável curso dos eventos pela seguinte construção. Primeiramente, o elemento de constante recorrência temática nas histórias pode ter despertado em Herr N. a leve recordação de uma conhecida passagem de *Wahlverwandtschaften*, em geral citada erradamente: ‘estende-se como se fora um *roter Faden* [fio escarlate]’. O *roter Faden* da analogia exerceu então uma influência modificadora da expressão da primeira sentença, em consequência da circunstância eventual de que a pessoa insultada fosse também *rot* [vermelha], isto é, tivesse cabelos vermelhos. Poder-se-ia então traduzir: ‘É então aquela pessoa vermelha (ruiva) que escreve entediantes histórias sobre Napoleão!’. Inicia-se então o processo, efetuando a condensação dos dois pedaços. Sob a pressão deste, que encontra seu primeiro fulcro na identidade do elemento ‘*rot*’, o ‘tedioso’ é assimilado a ‘*Faden*’ (fio) e depois modificado para ‘*fad* [estúpido]’; após isso, os dois componentes puderam fundir-se no efetivo texto do chiste, desempenhando a citação, nesse caso, um papel tão importante quanto o elemento julgamento depreciativo, que estava inegavelmente isolado no início do processo. ‘Então, é aquele sujeito *vermelho* que escreve esta *fad* matéria sobre N[apoleon].’

‘O *vermelho Faden* que se estende por tudo.’

‘Não é aquele *red Fadian* que se estende pela estória dos N[apoleônidas]?’

Em capítulo posterior (ver em [1]) acrescentarei uma justificação, tanto quanto uma correção, a essa abordagem, quando vier a analisar esse chiste a partir de pontos de vista não meramente formais. Mas seja o que for que restar pendente de dúvida, é inegável que uma condensação se tenha processado. O resultado da condensação é, novamente, por um lado, uma abreviação considerável; mas, por outro lado, em vez da formação de alguma surpreendente palavra composta, o que se dá é a interpenetração dos constituintes dos dois componentes. É verdade que ‘*roter Fadian*’ poderia existir como uma simples denominação ofensiva, mas, em nosso caso, é seguramente o resultado de uma condensação.



Se, nesse ponto, um leitor vier a indignar-se diante de um método de abordagem que ameaça arruinar sua apreciação dos chistes sem ser capaz de lançar luz sobre a fonte de tal deleite solicito-lhe paciência, por enquanto. No momento estamos tratando apenas da técnica dos chistes e essa investigação é mesmo promissora se a fizermos avançar suficientemente.

A análise do último exemplo preparou-nos para descobrir que, se nos depararmos com o processo de condensação em mais alguns exemplos, o substituto daquilo que é suprimido pode ser, não uma estrutura composta, mas alguma outra alteração da forma de expressão. Podemos inteirar-nos do que possa ser essa outra forma substituta, considerando um outro chiste de Herr N.

‘Viajei com ele *tête-a-bête*’. Nada mais fácil que a redução desse chiste que, claramente, significa: ‘Viajei com X *tête-à-tête*, e X é uma besta’.

Nenhuma dessas duas últimas sentenças é um chiste. Elas podiam ser reunidas em ‘Viajei com aquela besta do X *tête-à-tête*’ e, ainda assim, não comporiam um chiste. O chiste apenas emerge se se omite ‘besta’, e, em sua substituição, o ‘t’ de uma das ‘*tête*’ converte-se em ‘b’. Com essa leve modificação, e não obstante ela, a palavra ‘besta’ suprimida encontra expressão novamente. A técnica desse grupo de chistes pode ser descrita como ‘condensação acompanhada de leve modificação’, podendo-se insinuar que quanto mais leve for a modificação melhor será o chiste.

É similar a técnica de um outro chiste, embora um pouco mais complicada. No curso de uma conversa, falando-se sobre uma pessoa da qual tanto se havia para louvar como para criticar, Herr N. comentou: ‘Bem, a vaidade é um de seus quatro calcanhares de Aquiles’. Nesse caso a leve modificação consiste em que, ao invés de *um* calcanhar de Aquiles, que o herói deve ter efetivamente possuído, temos em questão *quatro* calcanhares. Quatro calcanhares — ora, apenas um animal tem quatro calcanhares. Assim, os dois pensamentos condensados no chiste exprimem-se: ‘À parte sua vaidade, Y é um homem eminente; apesar disso, não gosto dele — é antes um animal que um homem’.

Certa vez, ouvi outro chiste, similar mas mais simples, um chiste em *statu nascendi* num círculo familiar. Estando dois irmãos em um colégio, um deles era um excelente estudante e o outro um estudante medíocre. Aconteceu então que o aluno exemplar teve também um fracasso na escola e sua mãe referiu-se a esse incidente exprimindo sua preocupação com o que poderia significar o começo de uma ulterior deterioração. O menino que até então tinha sido ofuscado por seu irmão, agarrou essa oportunidade. ‘É verdade, Karl está recuando nas quatro.’

A modificação aqui consiste em um breve acréscimo à convicção de que ele também participava da opinião de que seu irmão estava regredindo. Mas tal modificação representava e substituía uma apaixonada alegação em causa própria: ‘Você não deve achar que ele é muito mais inteligente que eu simplesmente porque tem mais sucesso na escola. Afinal, é apenas um estúpido animal — vale dizer, muito mais estúpido que eu’.

Um outro bem conhecido chiste de Herr N. oferece um nítido exemplo de condensação com leve modificação, em comentário sobre um personagem da vida pública: ‘Tem um grande futuro por trás dele’. O homem a quem esse chiste se referia era bem mais jovem e parecia destinado, por seu nascimento, educação e qualidades pessoais, a conseguir no futuro a liderança de um grande partido político e a entrar no governo como chefe deste. Mas os tempos mudaram; o partido tornou-se tão inadmissível como o governo e podia-se prever que o homem predestinado à liderança acabaria não chegando a parte alguma. A versão mais sintética a que se poderia reduzir o chiste seria: ‘O homem teve um grande futuro à sua



frente, mas não tem mais'. Em vez do 'teve' e da segunda oração, fez-se simplesmente uma pequena modificação na oração principal substituindo-se 'à sua frente' pelo antônimo 'por trás dele'.

Herr N. utilizou quase exatamente a mesma modificação no caso de um cavalheiro que se tornou Ministro da Agricultura pela única qualificação de ser um fazendeiro. A opinião pública teve ocasião de reconhecer que se tratava do menos dotado entre os ocupantes do cargo em todos os tempos. Quando abandonou o posto e retirou-se a seus interesses rurais particulares, Herr N. disse dele: 'Como Cincinnatus, voltou a seu lugar à frente de um arado'.

O romano, entretanto, que fora convocado a um cargo público, deixando o arado, retornou a seu lugar *atrás* deste. O que vem *à frente* de um arado, naquele então e sempre, é apenas um boi.

Karl Kraus foi responsável por uma outra feliz condensação com leve modificação. Escreveu a respeito de certo jornalista da imprensa marrom que este viajara a um dos países dois Balcãs pelo '*Orienter presszug*'. Sem dúvida essa palavra combina duas outras: *Orientexpresszug* [Expresso Oriente] e '*Erpressung* [chantagem]'. Devido ao contexto, o elemento '*Erpressung*' emerge apenas como uma modificação de '*Orientexpresszug*' — uma palavra requerida pelo verbo ['viajara']. Esse chiste que se apresenta à guisa de um erro de imprensa, suscita por uma outra razão nosso interesse.

Essa série de exemplos poderia ser facilmente expandida mas não creio que necessitemos de novos casos para capacitar-nos a captar nitidamente as características da técnica desse segundo grupo — condensação com modificação. Se compararmos o segundo grupo com o primeiro, cuja técnica consistia na condensação com formação de palavra composta, verificaremos facilmente que a diferença entre eles não é de caráter essencial e que as transições ocorrem fluentemente. Tanto a formação de palavras compostas como a modificação podem ser subsumidas sob o conceito de formação de substitutos; e, se o desejarmos, poderemos também descrever a formação de uma palavra composta como a modificação de uma palavra básica por um segundo elemento.

Aqui, porém, devemos fazer uma primeira pausa e perguntar-nos com que fator conhecido na literatura sobre o assunto coincide parcial ou inteiramente essa nossa primeira descoberta. Evidentemente coincide com o fator da brevidade, descrito por Jean Paul como 'a alma do chiste' (ver em [1]). Mas a brevidade não é por si mesma chistosa, caso em que todo comentário lacônico viria a sê-lo. A brevidade do chiste deve ser de uma espécie particular. Lembremo-nos de que Lipps tentou descrever mais precisamente essa particular brevidade dos chistes (ver em [2]). Para isso nossa investigação contribui de algum modo, demonstrando que a brevidade dos chistes é freqüentemente o resultado de um processo particular que deixa um segundo vestígio na verbalização do chiste — a formação de um substituto. Pela utilização do procedimento de redução, que procura desfazer esse peculiar processo de condensação, verificamos também que o chiste depende inteiramente de sua expressão verbal tal como estabelecida pelo processo de condensação. Todo nosso interesse volta-se, naturalmente, para esse estranho processo que foi até aqui escassamente examinado. Nem ao menos podemos compreender como é que tudo o que há de mais valioso no chiste, a produção de prazer que este nos traz, pode originar-se desse processo.

Serão conhecidos, em algum outro domínio de eventos mentais, processos similares aos que aqui descrevemos como técnica do chiste? Há processos semelhantes em um único campo, aparentemente muito remoto. Em 1900 publiquei um livro que, como indica seu título (*A Interpretação de Sonhos*), tentava lançar luz sobre o que havia de enigmático nos sonhos, estabelecendo-os como derivativos de nosso

funcionamento mental normal. Nessa obra encontrei ocasião de contrastar o *manifesto*, e freqüentemente estranho, *conteúdo do sonho* com os *pensamentos oníricos latentes*, que são perfeitamente lógicos e dos quais o sonho é derivado; meti-me na investigação dos processos que fazem surgir o sonho a partir dos pensamentos oníricos latentes, tanto quanto das forças psíquicas envolvidas nessa transformação. Dei o nome de ‘elaboração onírica’ à totalidade desses processos transformadores e descrevi como integrante dessa elaboração onírica um processo de condensação que mostra a maior similaridade com aquele constatado na técnica dos chistes — que, da mesma forma, leva à abreviação, e cria formações de substitutos da mesma natureza. Todos estão acostumados, pela recordação de seus próprios sonhos, com as estruturas compostas, tanto de pessoas como de coisas, que emergem nos sonhos. Na verdade, os sonhos constroem-nas mesmo com palavras, sendo possível então dissecá-las na análise. (Por exemplo, ‘Autodidasker’, = ‘Autodidakt’ + ‘Lasker’.) Em outras ocasiões — de fato, muito mais freqüentes — o trabalho de condensação nos sonhos produz, não estruturas compostas, mas quadros que nos recordam com exatidão uma coisa ou uma pessoa, exceto por um acréscimo ou uma alteração derivada de alguma outra fonte: modificação precisamente do mesmo tipo encontrado nos chistes de Herr N. Não podemos pôr em dúvida que em ambos os casos somos confrontados pelo mesmo processo psíquico, ao qual podemos reconhecer devido a seus resultados idênticos. Uma analogia tão abrangente entre a técnica dos chistes e a elaboração onírica sem dúvida aumentará nosso interesse na primeira e suscitará em nós uma expectativa de que uma comparação dos chistes com os sonhos ajudará a lançar luz sobre os chistes. Contudo, não daremos ainda início a essa tarefa, já que devemos considerar que até agora só foi investigada a técnica de um número muito pequeno de chistes, de modo a não podermos dizer que a analogia que propomos para guiar-nos mantém-se de fato estabelecida. Nós nos afastaremos, portanto, da comparação com os sonhos e voltaremos à técnica dos chistes, deixando nesse ponto de nossa investigação um cabo solto que possamos talvez retomar em um estágio ulterior.

A primeira coisa que queremos saber é se o processo de condensação com formação de substituto há de ser encontrado em todo chiste, devendo, portanto, ser considerado como uma característica universal da técnica dos chistes.

Lembro-me aqui de um chiste que persistiu em minha memória devido às circunstâncias especiais em que o ouvi. Um dos grandes professores à época de minha juventude, pessoa que sempre consideramos incapaz de apreciar um chiste e de quem nunca ouvimos igualmente um, chegou um dia ao Instituto rindo-se, e, mais prontamente que de costume, explicou-nos a razão de seu bom humor. ‘Acabei de ler um excelente chiste’, disse ele. ‘Um jovem, parente do grande Jean-Jacques Rousseau, de quem ele trazia o nome, foi apresentado em um *salon* de Paris. Tinha, além do mais, os cabelos vermelhos. Comportou-se entretanto de maneira tão desajeitada que a anfitriã comentou criticamente para o cavalheiro que o apresentou: “Vou m’avez fait connâître un jeune homme *roux* et *sot*, mais non pas un *Rousseau*”.’ E o professor riu-se novamente.

De acordo com a nomenclatura das autoridades esse chiste seria classificado como um ‘*Klangwitz*’ e, ainda, de tipo inferior, constituindo-se em um jogo com um nome próprio — em nada dessemelhante, por exemplo, ao chiste do sermão do monge capuchinho em *Wallensteins Lager*, que, como se sabe, tem por modelo o estilo de Abraham de Santa Clara:

Lasst sich nennen den *Wallenstein*,

ja freilich ist er uns *allen* ein *Stein*  
des Anstosses und Ärgernisses.

Mas qual será a técnica desse chiste? Verificamos imediatamente que a característica que esperaríamos demonstrar como universal está ausente no primeiro novo exemplo examinado. Não há omissão aqui, e dificilmente poder-se-ia encontrar uma abreviação. A própria dama manifesta diretamente no chiste quase tudo que poderíamos atribuir a seus pensamentos. 'Você despertara minhas expectativas quanto a um parente de Jean-Jacques Rousseau — talvez, um parentesco espiritual — e eis o que temos: um jovem ruivo e idiota: um *roux* e *sot*.' É verdade que pude fazer uma interpolação, mas essa tentativa de redução não desfaz o chiste, o qual permanece relacionado à identidade fônica das palavras. Fica, pois, demonstrado que a condensação com formação de substituto não tem lugar na produção desse chiste.

Que mais se pode dizer além disso? Novas tentativas de redução provam-me que o chiste persiste até que o nome 'Rousseau' seja substituído por um outro. Se eu pusesse, por exemplo, 'Racine' em seu lugar, a crítica da dama, que perduraria tão possível quanto antes, perderia entretanto qualquer vestígio de chiste. Sei agora onde procurar a técnica desse chiste, embora ainda hesite em formulá-lo. Tentativamente: a técnica desse chiste consiste no fato de que uma e mesma palavra — o nome — aparece *usada de duas maneiras*, uma vez como um todo, e outra vez segmentada em sílabas separadas qual uma charada.

Posso apresentar alguns exemplos, de técnica idêntica.

Uma dama italiana dizia ter-se vingado de um comentário sem tato do primeiro Napoleão com um chiste que utilizava a mesma técnica de duplo uso de uma palavra. Em um baile da corte, ele lhe disse, apontando para o par e conterrâneo dela: 'Tutti gli Italiani danzano si male'. Diante do que ela desferiu rápido contragolpe: 'Non tutti, ma buona parte'. (Brill, 1911.)

Certa vez, quando a *Antigone* [de Sófocles] foi encenada em Berlim, a crítica lamentou que faltasse à encenação o adequado caráter de antigüidade. O espírito berlinense transformou a crítica nas seguintes palavras: 'Antik? Oh, nee'. (Vischer, 1846-57, 1, 429 e Fischer, 1889 [75].)

Um análogo chiste de segmentação de palavras é corrente em círculos médicos. Se se indaga a um jovem paciente se já teve alguma experiência masturbatória, a resposta seguramente há de ser: 'O na, nie!'.

Em todos os três exemplos, que nos são bastantes no que toca a essa espécie de chistes, observamos a mesma técnica: em cada um, o mesmo nome é usado duas vezes, uma vez como um todo e a outra vez segmentado em sílabas separadas, as quais têm, assim separadas, um outro sentido.

O uso múltiplo da mesma palavra, uma vez como um todo e outra nas sílabas em que se divide, é o primeiro caso em que deparamos com uma técnica diferente da condensação. Mas a profusão de exemplos que encontramos deve convencer-nos, após curta reflexão, que a nova técnica descoberta dificilmente deverá limitar-se a esse método. Há inúmeros outros modos possíveis — quantos, é praticamente impossível dizê-lo — pelos quais a mesma palavra ou o mesmo material verbal pode prestar-se a múltiplos usos em uma sentença. Todas essas possibilidades deverão ser consideradas como métodos técnicos de elaborar chistes? Ao que parece, sim, e os exemplos que seguem provarão isso.

Em primeiro lugar, pode-se tomar o mesmo material verbal e fazer simplesmente alguma alteração em seu *arranjo* (ordem das palavras). Quanto mais leve a alteração — maior a impressão de que algo diferente está sendo dito pelas mesmas palavras —, melhor será o chiste tecnicamente.

‘O Sr. e a Sra. X vivem em grande estilo. Alguns pensam que o esposo ganhou muito dinheiro e tem, portanto, economizado um pouco (dando pouco) [*sich etwas zurückgelegt*]; outros, porém, pensam que a esposa tem dado um pouco [*sich etwas zurückgelegt*] ganhando portanto muito dinheiro.’

Um chiste realmente diabolicamente engenhoso! E produzido com extraordinária economia de meios! ‘Ganhou muito dinheiro — deu pouco [*sich etwas zurückgelegt*]; deu um pouco [*sich etwas zurückgelegt*] — ganhou muito dinheiro.’ É meramente a inversão dessas duas expressões que distingue o que se diz do esposo daquilo que se insinua da esposa. A propósito, essa não é, uma vez mais, toda a técnica do chiste. (Ver em [1] e [2].)

Um amplo campo de jogo descortina-se a essa técnica de chistes se estendemos o ‘uso múltiplo do mesmo material’ de modo a cobrir os casos em que a palavra (ou palavras) em que reside o chiste ocorre, uma vez, inalterada, mas na segunda vez, com leve modificação. Eis por exemplo um outro dos chistes de Herr N.:

Este ouvira de um cavalheiro, nascido judeu, um comentário malévolos sobre o caráter judeu. ‘Herr Hofrat’, disse ele, ‘seu ante-semitismo me é bem conhecido; o que é novo para mim é seu anti-semitismo’.

Apenas uma única letra foi alterada, e essa modificação dificilmente seria notável em uma fala descuidada. O exemplo recorda-nos um dos outros chistes de modificação de Herr N. (Ver em [1].), com a diferença de que aqui não há condensação; tudo o que se tem a dizer é dito no chiste: ‘Sei que você era antigamente um judeu; estou, pois, surpreso em ouvi-lo falar mal dos judeus’.

Um admirável exemplo de chiste de modificação é a bem conhecida proclamação ‘*Traduttore — Traditore!*’. A similaridade das duas palavras, que quase remonta à identidade, representa da maneira mais impressionante a necessidade que força o tradutor a cometer crimes contra o original.

A variedade de leves modificações possíveis em tais chistes é tão grande que nenhum deles se assemelha exatamente a outro.

Eis um chiste do qual se diz ter sido enunciado no decorrer de um exame de jurisprudência. O candidato devia traduzir uma passagem no Corpus Juris: “*Labeo ait*” ... eu caio (*‘fall’*), diz ele!’ ‘Você é reprovado (*‘fail’*), digo eu’, replica o examinador e o exame chega ao fim. Quem se engana tomando o nome do grande jurista por uma forma verbal, e ainda assim evocada erradamente, não merece mesmo nada melhor. Mas a técnica do chiste consiste no fato de que quase as mesmas palavras que provaram a ignorância do candidato foram utilizadas pelo examinador para pronunciar sua punição. O chiste é, além do mais, um exemplo de ‘resposta pronta’, técnica que, como veremos (ver em [1]), não difere em muito da que estamos ilustrando aqui.

As palavras são um material plástico, que se presta a todo tipo de coisas. Há palavras que, usadas em certas conexões, perdem todo seu sentido original, mas o recuperam em outras conexões. Um chiste de Lichtenberg isola cuidadosamente as circunstâncias em que as palavras esvaziadas são levadas a recuperar seu sentido pleno:

“‘Como é que você anda?’ — perguntou um cego a um coxo. “‘Como você vê’ — respondeu o coxo ao cego.’

Há também palavras em alemão que, dependendo de estarem ‘plenas’ ou ‘vazias’, podem ser tomadas em sentido diferente e, de fato, em mais de um sentido. Pois, podem haver duas derivações de uma mesma raiz, uma das quais seja uma palavra de sentido pleno e a outra uma sílaba final ou sufixo esvaziado, sendo ambas pronunciadas exatamente da mesma maneira. A identidade fônica entre uma

palavra plena e uma sílaba esvaziada pode ser também puro acaso. Em ambos os casos, a técnica do chiste se aproveita das condições prevalecentes no material lingüístico.

Um chiste, por exemplo, atribuído a Schleiermacher, é importante para nós por constituir exemplo quase puro desses métodos técnicos: '*Eifersucht* [o ciúme] é uma *Leidenschaft* [paixão] que *mit Eifer sucht* [com avidez procura] o que *Leiden schafft* [causa dor]'

Esse é inegavelmente um chiste, mesmo que não particularmente efetivo. Aqui estão ausentes inúmeros fatores, que na análise de outros chistes podem enganar-nos até que os examinemos, cada um separadamente. Pouco importa o pensamento verbalmente expresso: a definição que se dá do ciúme é, em todo caso, inteiramente insatisfatória. Não se encontra vestígio do 'sentido no *nonsense*', do 'significado escondido', ou de 'desconcerto e esclarecimento'. Nenhum esforço revelará um 'contraste de idéias': pode-se encontrar com grande dificuldade um contraste entre as palavras e o que elas significam. Não há qualquer sinal de abreviação: pelo contrário, a verbalização afigura-se prolixa. No entanto, temos ainda um chiste, e mesmo muito perfeito. Sua única característica é ao mesmo tempo aquela em cuja ausência desaparece o chiste: o fato de que as mesmas palavras prestam-se a usos múltiplos. Podemos então incluir esse chiste numa subclasse daqueles cujas palavras são usadas primeiro como um todo e depois segmentadas (e. g. Rousseau ou Antigone), ou na outra subclasse em que a multiplicidade é produzida pelo sentido pleno ou esvaziado dos constituintes verbais. À parte este, apenas um outro fator merece ser notado do ponto de vista da técnica dos chistes. Encontramos aqui estabelecido um raro estado de coisas: ocorreu uma espécie de 'unificação', já que '*Eifersucht* [ciúme] é definido através de seu próprio nome — portanto, através de si mesmo. Essa (unificação) constitui também, como veremos (ver em [1]), uma técnica de chistes. Esses dois fatores devem ser em si mesmos suficientes para conferir a uma expressão o caráter chistoso.

Se penetramos ainda além na variedade de formas de 'uso múltiplo' da mesma palavra, notamos repentinamente que temos diante de nós exemplos de 'duplo sentido' ou de 'jogo de palavras' — formas há muito conhecidas e reconhecidas como técnica de chistes. Por que tivemos o trabalho de redescobrir aquilo que se poderia buscar no mais superficial ensaio sobre os chistes? Para começar, só podemos invocar em nossa justificação que, não obstante, apresentamos um outro aspecto de tal fenômeno da expressão lingüística. O que as autoridades supõem definidor do caráter dos chistes como uma espécie de 'jogo' é por nós classificado sob o título de 'uso múltiplo'.

Os outros casos de uso múltiplo passíveis de ser reunidos sob o título de 'duplo sentido' como um novo grupo, o terceiro, podem ser facilmente divididos em subclasses, que, efetivamente, não podem ser separadas entre si por distinções mais essenciais do que as que possibilitam a derivação do terceiro grupo como um todo a partir do segundo. Constatamos:

(a) Casos de duplo sentido de um nome de uma coisa por ele denotada. Por exemplo: 'Discharge thyself of our company, Pistol! (Descarrega-te (desaparece) de nossa companhia, Pistola!)' (*Shakespeare* [*Henry IV*, ii, 4.]).

'Mais *Hof* [namoro] que *Freiung* [casamento]', disse uma espirituosa vienense sobre inúmeras moças bonitas que, admiradas durante anos, acabam por não encontrar um marido. '*Hof*' e '*Freiung*' são os nomes de duas praças vizinhas no centro de Viena.

'O vil Macbeth não reina aqui em Hamburgo: o rei aqui é *Banko* [dinheiro bancário].' (Heine, [*Schnabelewopski*, cap. 3].)

Onde o nome não possa ser usado (deveríamos talvez dizer ‘mal-usado’) sem alterações, pode-se derivar dele um duplo sentido através das leves modificações que já conhecemos:

‘Por que’, perguntava-se em tempos passados, ‘o Francês rejeitou *Lohengrin*?’ ‘Por causa de Elza (Elsass [Alsace]).’

(b) Duplo sentido procedendo dos significados literal e metafórico de uma palavra. Eis uma das mais férteis fontes da técnica dos chistes. Citarei apenas um exemplo:

Um médico, meu amigo, afamado por seus chistes, disse certa vez a Arthur Schnitzler, o dramaturgo: ‘Não me surpreendo que você tenha se tornado um grande escritor. Afinal seu pai susteve um espelho para seus contemporâneos’. O espelho sustido pelo pai do dramaturgo, o famoso Dr. Schnitzler, era o laringoscópio. Um famoso dito de Hamlet fala-nos que o objetivo de uma peça, tanto quanto do dramaturgo que a cria, é ‘to hold, as were, the mirror up to nature; to show virtue her own feature, scorn her own image, and the very age and body of the time his form and pressure (suster, como se fora, um espelho à natureza; mostrar à virtude sua feição própria, ao escárnio sua própria imagem, ao torso e à longa idade do tempo sua forma e premência)’. [III, 2.]

(c) Duplo sentido propriamente dito, ou jogo de palavras. Pode-se descrevê-lo como o caso ideal de ‘múltiplo uso’. Nenhuma violência é feita às palavras: não se as segmenta em sílabas separadas, não é preciso sujeitá-las a modificações, nem se tem que transferi-las da esfera a que pertencem (a dos nomes próprios, por exemplo) a alguma outra. Exatamente como figuram na sentença, é possível, graças a certas circunstâncias favoráveis, fazê-las expressar dois significados diferentes.

Temos exemplos desse tipo disponíveis em grande abundância:

Um dos primeiros atos de Napoleão III quando assumiu o poder foi apoderar-se da Casa de Orleans. Eis o excelente jogo de palavras, corrente àquele tempo: ‘C’est le premier vol de l’aigle.’ [Eis o primeiro *vol* da águia.] ‘*Vol*’ significa ‘vôo’, mas também ‘roubo’. (Citado por Fischer, 1889 [80].)

Luís XV queria testar o espírito de um de seus cortesãos, cujo talento lhe tinham mencionado. Na primeira oportunidade ordenou ao cavalheiro que fizesse um chiste do qual ele, o rei, devia ser o ‘sujet [assunto]’. O cortesão desferiu imediatamente a inteligente réplica: ‘Le roi n’est pas sujet’. [O rei não é um assunto (ou ‘súdito’). Também em Fischer, loc. cit.]

Um médico, afastando-se do leito de uma dama enferma, diz a seu marido: ‘Não gosto da aparência dela’. ‘Também não gosto e já há muito tempo’, apressou-se o marido em concordar.

O médico referia-se obviamente ao estado da senhora mas expressou sua preocupação quanto à paciente em palavras tais que o marido podia interpretá-las como confirmação de sua própria aversão marital.

Heine falou da comédia satírica: ‘Esta sátira não seria tão mordaz se o autor tivesse mais o que morder’. Este chiste é mais um exemplo de duplo sentido literal e metafórico que de um jogo de palavras propriamente dito. Mas qual a vantagem de estabelecer uma acurada distinção aqui?

Um outro bom exemplo de jogo de palavras é dado pelas autoridades (Heymans e Lipps) em uma forma que o faz ininteligível. Há não muito tempo encontrei tanto a versão correta como o contexto da anedota em uma coleção de chistes, de pouco uso a não ser por isso.

‘Um dia Saphir e Rothschild encontraram-se. Depois que tagarelaram um pouco, Saphir disse: “Ouça, Rothschild, meus fundos baixaram e você poderia me emprestar cem ducados”. “Muito bem!”, disse Rothschild, “isso não é problema para mim — com a única condição que você faça um chiste.” “Isso não é problema para mim também”, replicou Saphir. “Bom. Venha então a meu escritório amanhã.” Saphir



apareceu pontualmente. “Ah!”, disse Rothschild, quando o viu entrar, “*Sie kommen um Ihre 100 Dukaten* [você veio pelos seus 100 ducados]”. “Não”, respondeu Saphir, “*Sie kommen um Ihre 100 Dukaten* [Você vai perder seus 100 ducados], porque eu não sonharei em lhe pagar antes do Juízo Final.”

‘O que *vorstellen* [representam ou apresentam] estas estátuas?’, pergunta em Berlim um estrangeiro a um nativo berlinense, contemplando uma fileira de monumentos em praça pública. ‘Bem’, foi a réplica, ‘ou sua perna direita ou sua perna esquerda.’

‘No momento não posso lembrar-me dos nomes de todos os estudantes, e quanto aos professores, há alguns que nem nome têm ainda.’ (Heine, *Harzreise*.)

Estaremos talvez ganhando prática na tarefa de diferenciação diagnóstica se a este ponto inserirmos um outro bem conhecido chiste sobre professores. ‘A distinção entre Professores Ordinários [*ordentlich*] e Extraordinários [*ausserordentlich*] é que os ordinários nada fazem de extraordinário enquanto os extraordinários nada fazem ordinariamente [*ordentlich*].’ Temos, naturalmente, um jogo de palavras com os dois sentidos das palavras ‘*ordentlich*’ e ‘*ausserordentlich*’: de um lado temos os sentidos de ‘dentro’ e ‘fora’ da ‘*Ordo* [o sistema]’ e por outro lado, temos os sentidos de ‘eficiente’ e ‘eminente’. A conformidade entre este chiste e outros que já examinamos lembra-nos que aqui o ‘múltiplo uso’ é muitíssimo mais notável que o ‘duplo sentido’. Durante toda a enunciação nada escutamos além de um ‘*ordentlich*’ constantemente recorrente, algumas vezes nesta mesma forma, outras vezes modificado com um sentido negativo. (Ver em [1].) Além do mais, comete-se novamente aqui a façanha de definir um conceito por meio de sua própria verbalização (cf. o exemplo de ‘*Eifersucht*’ [ciúme], em [2]), ou de forma mais precisa, consegue-se definir (ainda que só negativamente) dois conceitos correlatos por meio de um outro, que produz engenhoso entrelaçamento. Finalmente, deve-se também enfatizar aqui o aspecto da ‘unificação’ — a sonegação de uma conexão entre os elementos de uma asserção mais íntima, do que se teria o direito de esperar, a partir de sua natureza.

‘O bedel Sch[äfer] saudou-me tal como a um colega, desde que ele também é um escritor, e freqüentemente menciona-me em seus escritos semestrais; fora isto, tem várias vezes me *citado*, e se não me encontra em casa, é sempre delicado o bastante para escrever uma intimação (*citation*) a giz na porta de meu gabinete.’ (Heine, *Harzreise*.)

Daniel Spitzer (ver em [1]), em seu *Wiener Spaziergänge*, realiza uma lacônica descrição biográfica, que é também um bom chiste do tipo crítica social que floresceu ao tempo da explosão especulatória [que sucedeu à guerra franco-prussiana]: ‘Frente de ferro — cofre de ferro — Coroa de ferro’. (Este último acompanhava um ordenamento por nobreza.) Um surpreendente exemplo de ‘unificação’ — tudo como que feito de ferro! Os vários sentidos, embora não nitidamente contrastantes, do epíteto ‘ferro’ possibilitam esses múltiplos usos.

Um outro exemplo de jogo de palavra pode facilitar a transição para novas subespécies da técnica de duplo sentido. O colega médico brincalhão, já mencionado (ver em [1]), foi responsável por esse chiste ao tempo do caso Dreyfus: ‘Esta garota me lembra Dreyfus. O exército inteiro não acredita em sua inocência’.

A palavra ‘inocência’, sobre cujo duplo sentido o chiste é construído, tem, em um contexto, seu significado usual, cujo antônimo é ‘culpa’ ou ‘crime’; mas tem em outro contexto um significado *sexual*, cujo antônimo é ‘experiência sexual’. Há um número muito grande de exemplos similares de duplo sentido nos quais o efeito do chiste depende, muito especialmente, do significado sexual. Para esse grupo, podemos reservar o nome de ‘*double entendre* [*Zweideutigkeit*]’.



Exemplo excelente de um *double entendre* desse tipo é o chiste de Spitzer, já registrado em [1]: ‘Alguns pensam que o esposo ganhou muito dinheiro e tem, portanto, dado pouco [*sich etwas zurückgelegt*]; outros, porém, pensam que a esposa tem dado um pouco [*sich etwas zurückgelegt*] e tem, portanto, podido ganhar muito dinheiro’.

Se comparamos este exemplo de duplo sentido acompanhado de *double entendre* com outros exemplos, torna-se evidente uma distinção, que não é destituída de interesse do ponto de vista da técnica. No chiste da ‘inocência’, um sentido da palavra é exatamente tão óbvio quanto o outro; realmente seria difícil decidir qual dos sentidos (o sexual ou o não sexual) é o mais usual e familiar. Mas não ocorre o mesmo com o exemplo de Spitzer. O significado vulgar das palavras ‘*sich etwas zurückgelegt*’ é, longe, o mais proeminente, enquanto seu significado sexual está como que encoberto e escondido, podendo mesmo escapar completamente a alguma pessoa desprevenida. Vamos tomar, por via de um contraste agudo, outro exemplo de duplo sentido, onde não se faz a menor tentativa de ocultar o significado sexual; por exemplo, a descrição por Heine do caráter de uma dama complacente: ‘Ela nada podia *abschlagen* à exceção de sua própria água’. Isto nos soa como uma obscenidade, dificilmente dando a impressão de um chiste. Esta peculiaridade, entretanto — o caso de um duplo sentido onde os dois significados não são óbvios da mesma maneira — pode também ocorrer em chistes sem qualquer referência sexual — seja porque um sentido é mais usual que outro, seja porque salta ao primeiro plano devido a uma conexão com as outras partes da sentença. (Cf., por exemplo, ‘C’est le premier vol de l’aigle’ (em [1]).) Proponho descrever todos estes casos como sendo ‘duplo sentido com uma alusão’.

Já entramos em contato com um tão grande número de diferentes técnicas de chiste que temo corramos o risco de nos perdemos. Tentemos portanto sumariá-las.

I - Condensação:

- (a) com formação de palavra composta;
- (b) com modificação.

II - Múltiplo uso do mesmo material:

- (c) como um todo e suas partes;
- (d) em ordem diferente;
- (e) com leve modificação;
- (f) com sentido pleno e sentido esvaziado.

III - Duplo sentido:

- (g) significado como um nome e como uma coisa;
- (h) significados metafóricos e literal;
- (i) duplo sentido propriamente dito (jogo de palavras);
- (j) *double entendre*;
- (k) duplo sentido com uma alusão.

Essa variedade e esse número de técnicas têm um efeito desconcertante. Pode fazer-nos sentir perturbados por nos devotarmos à consideração dos métodos técnicos dos chistes, tanto como pode

despertar-nos a suspeita de que afinal exageramos a importância destes como meio de descobrir a natureza essencial dos chistes. Se pelo menos essa conveniente suspeita não fosse contraditada pelo fato incontestável de que o chiste invariavelmente desaparece tão logo eliminamos de sua forma de expressão a operação destas técnicas! Portanto, a despeito de tudo, somos levados a procurar a unidade nesta multiplicidade. Deve ser possível reunir todas estas técnicas sob um único cabeçalho. Como já dissemos (ver em [1]), não é difícil fundir o segundo e o terceiro grupo. O duplo sentido (jogo de palavras) é, na verdade, o único caso ideal de uso múltiplo do mesmo material sendo deste (grupo), evidentemente, o conceito mais inclusivo. Os exemplos de segmentação, rearranjo do mesmo material e múltiplo uso com leve modificação (*c*, *d* e *e*) poderiam — embora com alguma dificuldade — ser fundidos sob o conceito de duplo sentido. Mas o que haverá de comum entre a técnica do primeiro grupo (condensação com substituição) e a dos outros dois grupos (múltiplo uso do mesmo material)?

Algo muito simples e óbvio deve ser pensado. O uso múltiplo do mesmo material é, afinal, um caso especial de condensação; o jogo de palavras nada mais é que uma condensação *sem* formação de substitutivo; portanto, a condensação permanece sendo a categoria mais ampla. Todas estas técnicas são dominadas por uma tendência à compressão, ou antes à economia. Tudo parece ser uma questão de economia. Nas palavras de Hamlet: 'Thrift, thrift, Horatio! (Economia, economia, Horácio!)'.

Testemos em diferentes exemplos esse princípio da economia. 'C'est le premier vol de l'aigle (ver em [1])'. É o primeiro vôo da águia, mas é um vôo assaltante. Afortunadamente para a existência deste chiste, 'vol' significa não apenas 'vôo' como 'roubo'. Não se fez alguma condensação e economia? Muito certamente. Ressalva-se todo o segundo pensamento, descartado sem deixar substitutivo. O duplo sentido da palavra 'vol' torna tal substituição desnecessária; seria igualmente verdadeiro dizer que a palavra 'vol' contém o substitutivo do pensamento suprimido sem que se faça qualquer acréscimo ou mudança no primeiro. Essa a vantagem do duplo sentido.

Um outro exemplo: 'Frente de ferro — cofre de ferro — coroa de Ferro' (ver em [1]). Eis uma extraordinária economia comparada à expressão do mesmo pensamento onde não ocorre 'ferro': 'Com ajuda da necessária ousadia e falta de consciência não é difícil amealhar grande fortuna, sendo um título, naturalmente, uma recompensa adequada para tais serviços'.

A condensação, e portanto a economia, está inequivocamente presente nesses exemplos. Mas ela deve estar presente em todos os exemplos. Onde se esconde a economia em chistes tais como 'Rousseau — *roux et soif* (ver em [1]) ou 'Antigone — *Antik? oh nee* (ver em [2]), nos quais notamos primeiramente a ausência de condensação, constituindo-se assim em nosso principal motivo para postular a técnica do uso repetido do mesmo material? É verdade que não podemos constatar aqui a ocorrência de condensação; mas se em vez disso usarmos o conceito mais inclusivo de economia, podemos consegui-lo sem dificuldade. É fácil indicar o que economizamos nos casos de Rousseau, Antigone etc. Economizamos a expressão de crítica ou a formalização do juízo: ambos já existem no próprio nome. No exemplo de 'Leidenschaft — *Eifersucht* [paixão-ciúme]' (ver em [3]) economizamos o trabalho de construir laboriosamente uma definição: '*Eifersucht, Leidenschaft* — '*Eifer sucht*' ['a avidez procura'], '*Leiden shaftt*' ['o que causa dor']. Temos apenas que acrescentar as palavras de conexão e eis já pronta nossa definição. Ocorre o mesmo em todos os outros exemplos que foram analisados até aqui. Onde existe uma economia mínima, caso do jogo de palavras de Saphir, '*Sie kommen um Ihre 100 Dukaten*' (ver em [4]), há pelo menos uma economia da necessidade de esquematizar nova verbalização para a resposta. A verbalização da pergunta é suficiente para a resposta. A economia não é muita, mas nela o chiste consiste. O uso múltiplo

das mesmas palavras como pergunta e resposta é certamente uma ‘economia’. É o caso da definição por Hamlet da rápida seqüência da morte de seu pai e do casamento de sua mãe:

The funeral baked-meats [I, 2.]

Did coldly furnish forth the marriage tables. [I, 2.]

Mas antes que aceitemos a ‘tendência à economia’ como a característica mais geral da técnica dos chistes e postulemos questões como a da sua procedência, da sua significação, e do modo como emerge o prazer resultante do chiste, devemos encontrar lugar para uma dúvida que se tem o direito de suscitar. Pode ser que toda técnica do chiste mostre uma tendência a economizar algo na expressão, mas essa relação não é reversível. Nem toda economia expressiva, nem toda abreviação, é suficiente para dar conta do chiste. Chegamos a esse ponto uma vez, anteriormente, quando ainda esperávamos encontrar em todo chiste o processo de condensação, levantando a justificável objeção de que um comentário lacônico não é necessariamente um chiste (ver em [1]). Deve haver portanto alguma espécie peculiar de abreviação e economia da qual dependa a característica essencial do chiste; até que conheçamos a natureza de tal peculiaridade, nossa descoberta do elemento comum nas técnicas dos chistes aproxima-nos da solução de nosso problema. Tenhamos, pois, a coragem de admitir que a economia feita pela técnica do chiste não nos impressiona sensivelmente. Ela recorda-nos, talvez, o modo pelo qual certas donas de casa economizam, gastando tempo e dinheiro no trajeto a um mercado distante simplesmente porque, lá, as verduras devem ser alguns vinténs mais baratas. O que economiza o chiste através de sua técnica? A concatenação de algumas novas palavras que teriam, em sua maior parte, emergido sem qualquer dificuldade. Em troca disso, toma-se o trabalho de procurar aquela palavra que cubra os dois pensamentos. Na verdade, e com freqüência, deve-se primeiro transformar um dos pensamentos em uma forma rara que fornecerá fundamento para sua combinação com o segundo pensamento. Não teria sido mais simples, mais fácil, e mesmo, mais econômico expressar os dois pensamentos como eles eventualmente ocorreriam, mesmo que isto não implicasse alguma forma de expressão comum (a ambos)? Não será essa economia em palavras enunciadas mais que compensada pelo dispêndio de esforço intelectual? E quem é que economiza dessa forma? Quem lucra com isso?

Podemos evitar provisoriamente essas dúvidas se as transpusermos para alguma outra parte. Já teremos realmente descoberto todos os tipos de técnicas de chiste? Será decerto mais prudente colher novos exemplos e submetê-los à análise.

Na verdade não consideramos ainda um grande grupo de chistes — possivelmente o mais numeroso — influenciados, talvez, pelo desprezo com que são considerados. Constituem uma espécie geralmente conhecida como ‘*Kalauer*’ (*calembourgs*) [‘trocadilhos’], que passa por ser a forma mais baixa de chiste verbal, possivelmente por ser a ‘mais barata’ — isto é, elaborada com a menor dificuldade. De fato, são eles que fazem menores solicitações à técnica de expressão, tanto quanto os jogos de palavras propriamente ditos fazem as solicitações mais altas. Enquanto nestes últimos dois significados devem encontrar expressão na mesma e idêntica palavra, dita usualmente uma só vez, para um trocadilho basta que dois significados se evoquem um ao outro através de alguma vaga similaridade, seja uma similaridade estrutural geral, ou uma assonância rítmica, ou o compartilhamento de algumas letras iniciais etc. ‘Inúmeros

exemplos, inadequadamente descritos como ‘*Klangwitze* [chistes fônicos]’, ocorrem no sermão do monge capuchinho em *Wallensteins Lager*:

Kümmert sich mehr um den *Krug* als den *Krieg*,  
Wetzt lieber den *Schnabel* als den *Sabel*

.....  
Frisst den *Ochsen* lieber als den *Oxenstirn*

.....  
Der *Rheinstrom* ist worden zu einen *Peinstrom*,  
Die *Klöster* sind augesommene *Nester*,  
Die *Bistümer* sind verwandelt in *Wüsttümer*.

.....  
Und alle die gesegneten deutschen *Länder*  
Sind verkehrt worden in *Elender*.

Estes chistes apresentam a particular tendência de modificar uma das vogais da palavra. Assim Hevesi (1888, 87) escreve sobre um poeta italiano contrário ao Império e não obstante obrigado a louvar em hexâmetros o Imperador alemão: já que ele não podia exterminar os *Cäsaren* [Césares], eliminou ao menos as *Cäsuren* [Cesuras].

Entre a profusão de trocadilhos de que dispomos, valerá talvez a pena considerar um exemplo realmente ruim, cometido por Heine. Apresentando-se por muito tempo como um ‘príncipe indiano’ a sua dama, descarta finalmente o disfarce e confessa: ‘Madame, eu vos enganei... Não estive em *Kalkutta* [Calcutá] mais que o *Kalkuttenbraten* [frango assado à Calcutá] que comi no almoço de ontem’. A falha neste chiste consiste claramente no fato de que as duas palavras semelhantes envolvidas não são apenas semelhantes mas idênticas. A ave que foi comida assada é chamada assim porque provém, ou supõe-se que provém da mesma Calcutá.

Fischer (1889, 78) tem devotado muita atenção a essas formas de chiste e tenta distingui-las agudamente do ‘jogo de palavras’. ‘Um trocadilho é um mau jogo de palavras, já que joga não com a palavra mas com o seu som.’ O jogo de palavras, entretanto, ‘passa do som da palavra à própria palavra’. [Ibid., 79.] Por outro lado, classifica chistes como ‘*famillionär*’, Antigone (‘*Antik? oh, nee*’) etc., entre os chistes fônicos. Não vejo necessidade de acompanhá-lo neste ponto. Em um jogo de palavras, segundo nossa concepção, a palavra é também apenas uma imagem fônica, a que se atribui um ou outro significado. Mas também aqui o uso lingüístico não faz distinções acuradas; e se os ‘trocadilhos’ são tratados com desprezo enquanto se reserva certo respeito ao ‘jogo de palavras’, tais julgamentos de valor parecem ser determinados por considerações de outra ordem que não técnica. Vale a pena prestar atenção ao tipo de chistes, qualificados como ‘trocadilhos’. Há pessoas que, quando estão bem dispostas podem responder a cada comentário que lhes é dirigido com um trocadilho, e isso durante consideráveis períodos de tempo. Um de meus amigos, um modelo de discrição quando estão envolvidas suas conquistas no campo da ciência, pode vangloriar-se dessa habilidade. Certa ocasião, mantinha o fôlego do público suspenso agindo assim, todos admirados ante sua capacidade de resistência: ‘Sim’, disse ele, ‘estou aqui mantendo-me *auf der Ka-Lauer*.’ E quando, afinal, imploraram-lhe que parasse, ele concordou com a condição de que fosse designado ‘*Poeta Ka-laureatus*’. Ambos os chistes são, entretanto, excelentes chistes de condensação e

formação de palavras compostas. ('Estou aqui mantendo-me *auf der Lauer* [em guarda] para fazer *Kalauer* [trocadilhos].')

De qualquer forma o que podemos concluir dessa disputa sobre a delimitação dos chistes e dos jogos de palavras é que os primeiros não podem ajudar-nos a descobrir uma técnica de chiste completamente nova. Se, no caso dos trocadilhos, desistimos da reivindicação quanto ao uso do *mesmo* material em mais de um sentido, não obstante, a ênfase recai na redescoberta do que é familiar, ou na correspondência entre as duas palavras que compõem o trocadilho; em conseqüência, os chistes meramente formam uma subespécie do grupo cujo ponto máximo é alcançado pelos jogos de palavras propriamente ditos.

Mas existem realmente chistes cuja técnica resiste a quase toda tentativa de conectá-la com os grupos até aqui considerados.

'Conta-se a estória de que, em certo fim de tarde, Heine conversava em um *salon* de Paris com o dramaturgo Soulié, quando adentrou à sala um dos reis das finanças de Paris, comparados popularmente a Midas — e não apenas por sua riqueza. Logo foi cercado por uma multidão que o tratava com a maior deferência. "Veja!" observou Soulié a Heine, "veja como o século XIX cultua o Bezerro de Ouro!" Com uma rápida mirada ao objeto de tanta admiração, Heine replicou, como que a bem da correção: "Oh, sim, mas ele já deve ser mais velho agora!"' (Fischer, 1889, 82-3.)

Onde pesquisaremos a técnica deste excelente chiste? Em um jogo de palavras, pensa Fischer: 'Assim, por exemplo, as palavras "Bezerro de Ouro" significam tanto Mammon como idolatria. Em um caso, o ouro é a principal coisa do universo e, em outro, a estátua do animal pode servir também para caracterizar, em termos não precisamente lisonjeiros, alguém que tenha muito dinheiro e bem pouco senso'. (Loc. cit.) Se experimentamos remover a expressão 'Bezerro de Ouro', decerto nos livraremos ao mesmo tempo do chiste. Façamos Soulié dizer: 'Veja! Olhe como o povo se amontoa em torno daquele sujeito estúpido simplesmente porque ele é rico!'. Não existe mais chiste algum e a resposta de Heine é tornada impossível.

Mas devemos lembrar-nos que o que nos interessa não é o símile de Soulié — um possível chiste — mas a réplica de Heine, um chiste certamente muito superior. Assim sendo, não temos o direito de tocar a expressão sobre o Bezerro de Ouro: permanece como pré-condição do *mot* de Heine e nossa redução deve dirigir-se apenas à última. Se desdobramos as palavras 'Oh, mas ele já deve ser mais velho' só podemos substituí-las por algo que seja aproximadamente 'Oh, ele não é mais um bezerro e sim um boi adulto!'. Portanto, a pré-condição do chiste de Heine é não interpretar a expressão 'Bezerro de Ouro' metaforicamente mas em um sentido pessoal, devendo aplicar-se ao próprio homem rico. Pode ser mesmo que este duplo sentido já estivesse presente no comentário de Soulié.

Mas, um momento! Parece agora que a redução efetuada não destrói sua essência intocada. Na nova situação Soulié diz: 'Veja! Veja como o século XIX reverencia o Bezerro de Ouro!' e Heine replica: 'Oh, ele não é mais um bezerro; já é um boi!'. Esta versão reduzida é ainda um chiste. Entretanto, nenhuma outra redução do *mot* de Heine é possível.

É pena que este requintado exemplo envolva condições técnicas tão complicadas. Não podemos chegar a seu esclarecimento. Vamos deixá-la portanto e buscar outro caso no qual aparentemente detectamos um parentesco interno com o precedente.

É um dos ‘chistes de banho’ que tratam da aversão dos judeus da Galícia aos banhos. Não insistimos, pois, sobre a patente de nobreza de nossos exemplos. Não investigamos a origem destes mas sua eficiência — serem capazes de nos fazer rir e de merecer nosso interesse teórico. Ambos estes requisitos são satisfeitos precisamente por chistes de judeus.

‘Dois judeus se encontram nas vizinhanças de um balneário. “Você tomou um banho?”, pergunta um deles. “O quê?”, retruca o outro, “há um faltando?”.’

Se alguém ri de um chiste com toda sinceridade, não está precisamente na melhor condição de investigar sua técnica. Daí que algumas dificuldades assomam quanto ao progresso dessas análises. ‘Eis um equívoco cômico’, inclinamo-nos a dizer. Sim, mas qual será a técnica do chiste? Nitidamente, consiste no uso da palavra ‘tomar’ em dois sentidos. Para um dos interlocutores, ‘tomar’ é o neutro auxiliar; para o outro, trata-se do verbo com seu sentido esvaziado. Lidamos portanto com o caso do uso ‘pleno’ e ‘esvaziado’ da mesma palavra (Grupo II (f) em [1]. Se substituíssemos a expressão ‘tomou um banho’ pela equivalente, mais simples, ‘banhou-se’, o chiste se esvai. A réplica deixa de adequar-se. Dessa forma, o chiste uma vez mais conecta-se à forma da expressão ‘tomou um banho’.

Tudo isso é verdade. Entretanto parece que também nesse caso a redução aplicou-se ao ponto errado. O chiste não assenta na pergunta mas na resposta — ou seja, na segunda pergunta: ‘O quê? há um faltando?’. Não se pode negar a esta resposta caráter chistoso, seja por alguma extensão ou modificação, sem interferência com o sentido. Temos também impressão que na réplica do segundo judeu o fato de que nem lhe ocorre a idéia de ter-se banhado é mais importante que a compreensão errônea da palavra ‘tomar’. Aqui, uma vez mais, não podemos encarar nosso caminho claramente, pelo que devemos procurar um terceiro exemplo.

Trata-se outra vez de um chiste de judeu; no caso, entretanto, apenas o contexto é judeu, pertencendo o fundo à humanidade em geral. Sem dúvida este exemplo tem também suas complicações indesejáveis, mas afortunadamente não são as mesmas que nos têm impedido de ver com clareza.

‘Um indivíduo empobrecido tomou emprestado 25 florins de um próspero conhecido seu, após muitas declarações sobre suas necessitadas circunstâncias. Exatamente neste mesmo dia seu benfeitor reencontrou-o em um restaurante, com um prato de maionese de salmão à frente. O benfeitor repreendeu-o: “Como? Você me toma dinheiro emprestado e vem comer maionese de salmão em um restaurante? É *nisso* que você usou o meu dinheiro?”. “Não lhe compreendo”, retrucou o objeto deste ataque; “se não tenho dinheiro, *não posso* comer maionese de salmão; se o tenho, não *devo* comer maionese de salmão. Bem, quando *vou* então comer maionese de salmão?”’

Não se pode encontrar aqui qualquer vestígio de duplo sentido. Nem é na repetição de ‘maionese de salmão’, que consiste a técnica do chiste, pois não se trata de ‘uso múltiplo’ do mesmo material, mas de uma repetição real de material idêntico, requerida pelo conteúdo da anedota. Podemos ficar algum tempo bastante desconcertados por essa análise; podemos pensar mesmo em buscar refúgio no recurso de negar que a anedota — embora nos faça rir — possua o caráter de chiste.

Que outro ponto mereceria comentário na réplica da pessoa empobrecida? O fato de que tal réplica tenha muito marcadamente a forma de um argumento lógico. Mas reconhecemos isso, bastante injustificadamente, desde que a réplica é de fato ilógica. O homem defende-se de ter gasto em uma guloseima o dinheiro que lhe fora emprestado, indagando, com aparente fundamento, *quando* haveria de comer salmão. Mas esta não é a resposta correta. Seu benfeitor não lhe reprova tratar-se à base de salmão precisamente no dia em que tomara dinheiro emprestado; antes, recorda-lhe que em tais circunstâncias ele



não teria *nenhum* direito a tais guloseimas. O arruinado *bon vivant* desconsidera o único significado possível da reprovação e responde-a com outra questão, como se tivera entendido erradamente o reproche.

Consistirá a técnica do chiste precisamente no desvio da réplica em relação ao sentido da reprovação? Se tanto, uma modificação similar do ponto de vista, uma mutação similar da ênfase psíquica, será talvez rastreável nos dois primeiros exemplos, que sentimos muito aparentados a esse.

Eis que tal sugestão constitui fácil êxito, de fato revelando a técnica daqueles exemplos. Soulié indicou a Heine que a sociedade, no século XIX, reverenciava o 'Bezerro de Ouro' exatamente como os judeus no deserto. Uma apropriada resposta de Heine teria sido 'assim é a natureza humana; milhares de anos não a mudaram', ou qualquer coisa semelhante exprimindo aquiescência. Mas Heine desvia sua resposta do pensamento a ele sugerido e não lhe dá afinal qualquer resposta. Utiliza o duplo sentido no qual é possível bifurcar-se a expressão 'Bezerro de Ouro', tomando um caminho lateral. Apoiando-se em um componente da expressão, 'Bezerro', replica como se a ênfase do comentário de Soulié aí estivesse posta: 'Oh, ele não é mais um bezerro'... etc.

O desvio no chiste do banho é ainda mais evidente. Esse exemplo requer uma apresentação gráfica:

O primeiro judeu pergunta: 'Você tomou um *banho*?'. A ênfase recai no elemento *banho*.

O segundo replica como se a pergunta tivesse sido: 'Você *tomou* um banho?'.

A mudança de ênfase só é possibilitada pela verbalização 'tomou um banho'. Se tivesse ocorrido 'você se banhou?' não seria possível nenhum deslocamento. A resposta não chistosa teria sido: 'Banhar-me? O que você quer dizer? Não sei o que é isso'. Mas a técnica do chiste consiste no deslocamento da ênfase de 'banho' para 'tomou'.

Voltemos à 'maionese de salmão', já que esse é nosso exemplo mais direto. O que é novo nele merece nossa atenção a partir de várias perspectivas. Primeiramente devo denominar a técnica trazida à luz. Proponho descrevê-la como 'deslocamento', já que sua essência consiste no desvio do curso do pensamento, no deslocamento da ênfase psíquica para outro tópico que não o da abertura. Nossa próxima tarefa será investigar a relação entre a técnica de deslocamento e a forma de expressão do chiste. Nosso exemplo ('maionese de salmão') mostra-nos que um chiste de deslocamento independe, em alto grau, da expressão verbal. Depende aqui não das palavras mas do curso do pensamento. Nenhuma substituição de palavras possibilitará sua destruição na medida em que seja conservado o sentido da resposta. A redução só é possível se modificarmos o curso do pensamento e fizermos o *gourmet* replicar diretamente à reprovação, por ele evitada na versão representada no chiste. A versão reduzida poderia então exprimir-se: 'Não posso me recusar a ter preferências (gastronômicas) e pouco me importa de onde procede o dinheiro que as custeia. Eis a explicação do motivo porque estou comendo maionese de salmão no próprio dia em que lhe tomei dinheiro emprestado!'. Mas aí não teríamos mais um chiste, e sim um óbvio cinismo.

É instrutivo comparar esse chiste com outro, que lhe é muito próximo em sentido:

'Um homem, dado à bebida, ganhava a vida em uma cidade pequena dando aulas particulares. Seu vício tornou-se entretanto gradualmente conhecido e devido a isso perdeu a maioria de seus alunos. Um amigo foi encarregado da tarefa de insistir em que ele se emendasse. "Olhe, você podia ser o melhor professor da cidade se desistisse de beber. Portanto, desista!" "Quem você pensa que é?" foi a resposta



indignada. “Dou aulas particulares para poder beber. Se desisto de beber, a troco de que vou dar aulas particulares?”

Este chiste apresenta a mesma aparência lógica que verificamos na ‘maionese de salmão’, mas não se trata de um chiste de deslocamento. A réplica não é direta. O cinismo, ocultado no primeiro chiste, é abertamente admitido neste último: ‘Beber é a coisa mais importante para mim’. De fato, a técnica desse chiste é extremamente limitada e não pode explicar sua efetividade. Consiste simplesmente em rearranjar o mesmo material ou, mais precisamente, em reverter a relação de meios e fins entre beber e dar aulas particulares. Tão logo minha redução deixa de enfatizar esse fator em sua forma de expressão, o chiste desaparece; por exemplo: ‘Que sugestão descabida! O que importa para mim é beber, não dar aulas particulares. Afinal dar estas aulas é apenas um meio de permitir-me continuar a beber’. Assim, o chiste de fato depende de sua forma de expressão.

No chiste do banho, a dependência do chiste em relação à verbalização (‘Você tomou um banho?’) é inequívoca, e qualquer modificação dela envolve o desaparecimento do chiste. Neste caso, a técnica é mais complicada — uma combinação de duplo sentido (subespécie f) e deslocamento. A verbalização da pergunta admite um duplo sentido e o chiste é produzido pela resposta que descarta o sentido pretendido pelo questionante, capturando o significado subsidiário. Estamos, em consequência, em condições de encontrar uma redução que permita a persistência do duplo sentido da verbalização, destruindo ainda o chiste; podemos consegui-lo simplesmente desfazendo o deslocamento:

‘Você tomou um banho?’ — ‘O que acha que tomei? Um banho? O que é isso?’ Não temos mais um chiste mas uma exageração maliciosa ou faceta.

Um papel precisamente semelhante é desempenhado pelo duplo sentido no chiste de Heine sobre o ‘Bezerro de Ouro’. Permite à resposta desviar-se do curso de pensamento sugerido (desvio efetuado no chiste da ‘maionese de salmão’ sem qualquer ajuda da verbalização). Na redução o comentário de Soulié e a réplica de Heine talvez ficassem assim: ‘O modo pelo qual o povo se amontoa ao redor do homem simplesmente porque ele é rico lembra vividamente a adoração do Bezerro de Ouro’. E Heine: ‘O que me parece pior não é que o reverenciem dessa maneira por causa de sua riqueza. O que você diz não enfatiza bastante o fato de que, por sua riqueza, lhe perdoam a estupidez’. Desta forma o duplo sentido seria retido e o chiste destruído.

A este ponto devemos estar preparados para enfrentar uma objeção que afirma que estas sutis distinções estão procurando separar coisas que pertencem ao mesmo todo. Será que todo duplo sentido possibilita um deslocamento desviando o curso do pensamento de um sentido para outro? Estaremos, pois, preparados para permitir a postulação do ‘duplo sentido’ e do ‘deslocamento’ como representantes de dois tipos de técnicas de chiste bastante diferentes? É bem verdade que existe a relação entre duplo sentido e deslocamento, mas tal fato não afeta em nada nossa distinção das diferentes técnicas de chiste. No caso do duplo sentido o chiste não contém mais que uma palavra capaz de múltipla interpretação, permitindo ao ouvinte encontrar a transição de um pensamento a outro — transição que, um tanto forçadamente, se faz equivalente ao deslocamento. No caso de um chiste de deslocamento, porém, o próprio chiste contém um curso de pensamento no qual se cumpre um deslocamento dessa espécie. Aqui o deslocamento faz parte do trabalho de criação do chiste, não integra o trabalho de compreensão dele. Se a distinção não está clara para nós, dispomos de meio infalível de torná-la tangível em nossas tentativas de redução. Mas há aqui um mérito que não negaremos a essa objeção. Desperta nossa atenção para a necessidade de não confundir os processos psíquicos envolvidos na *construção* do chiste (a ‘elaboração do chiste’ com os processos

psíquicos envolvidos em sua interpretação (a elaboração da compreensão). No momento nossa investigação restringe-se à primeira.

Há outros exemplos da técnica de deslocamento? Não é fácil encontrá-los. Um exemplo direto é fornecido pelo seguinte chiste que, além do mais, não é caracterizado pela lógica aparente que tanto sobrecarregou a interpretação de nosso caso modelo:

‘Um palafrenero recomendava a um freguês um cavalo de sela. “Se você partir nesse cavalo às quatro da manhã, estará em Pressburg às seis e meia.” — “E o que eu vou fazer em Pressburg às seis e meia da manhã?”’

Aqui o deslocamento salta aos olhos. O tratador obviamente menciona essa hora matinal de chegada à cidade provinciana simplesmente para demonstrar, para exemplificação, a capacidade do cavalo. O freguês deixa de lado a capacidade do animal, que ele não questiona, para deter-se nos dados do exemplo escolhido. A redução deste chiste, conseqüentemente, é fácil de ser feita.

Maiores dificuldades são apresentadas por um outro exemplo cuja técnica é mais obscura, podendo ser entretanto qualificada como duplo sentido combinado com deslocamento. O chiste descreve a prevaricação de um ‘*Schadchen*’ (um agente matrimonial judeu), pertencendo assim a um grupo que referiremos com freqüência.

‘O *Schadchen* assegurara ao pretendente que o pai da moça não mais era vivo. Depois dos esponsais, soube-se que o pai estava ainda vivo, e cumpria, no momento, sentença em uma prisão. O pretendente protestou junto ao *Schadchen* que replicou: “Bem, mas o que foi que eu lhe disse? Você decerto não chama a isso viver?”’

O duplo sentido funda-se na palavra ‘viver’ e o deslocamento consiste na mudança do significado da palavra operada pelo *Schadchen*, do sentido usual, oposto a ‘morrer’, ao sentido que toma na expressão ‘isso não é viver’. Ao fazê-lo, explica retrospectivamente seu primeiro pronunciamento como investido de que duplo sentido, embora tal múltiplo significado fosse neste caso particular decididamente remoto. Portanto a técnica se assemelharia à do chiste do ‘Bezerro de Ouro’ e à do chiste de banho. Mas há aqui um outro fato a ser considerado, cuja proeminência interfere em nossa compreensão da técnica. É possível descrevê-lo como um chiste ‘caracterizante’: procura ilustrar, através de um exemplo, a característica mistura de imprudência mentirosa e de presteza de réplica nos agentes matrimoniais. Consideremos que este seja o arcabouço externo, a fachada, do chiste; seu sentido — o que vale dizer, seu propósito — é algo diferente. Devemos assim adiar uma tentativa de reduzi-lo.

Após esses complicados exemplos, de análise mais difícil, será com satisfação que uma vez mais voltaremos a um exemplo, reconhecível como amostra perfeitamente direta e transparente de um chiste de deslocamento:

‘Um *Schnorrer* [mendigo judeu] aproximou-se de um opulento barão, suplicando que lhe provesse o sustento em sua viagem a Ostend. Os médicos, dizia ele, tinham-lhe recomendado banho de mar para restaurar a saúde. “Muito bem”, falou o homem rico, “vou dar-lhe alguma coisa para isso. Mas será necessário que você vá precisamente a Ostend, a mais cara de todas as estações de banhos de mar?” — “Herr Barão”, foi a ressentida resposta, “não considero nada caro demais quando se trata de minha saúde”.’ Sem dúvida este é um ponto de vista correto, exceto quando emitido por um pedinte. A resposta é dada

como partindo de um homem rico. O *Schnorrer* comporta-se como se fosse seu o dinheiro que despenderia em prol de sua saúde, com se o dinheiro e a saúde fossem objeto da preocupação da mesma pessoa.

Partamos novamente desse exemplo altamente instrutivo, a ‘maionese de salmão’. Apresenta-nos, também, uma fachada, onde se exhibe impressionante alarde de raciocínio lógico; descobrimos ao analisá-lo que a lógica foi utilizada para ocultar um ato de raciocínio falho — a saber, um deslocamento do curso do pensamento. Esse fato pode servir para lembrar-nos, ainda que o faça apenas por via de uma conexão contrastante, que outros chistes, por diferentes que sejam, exibem indisfarçavelmente algum *nonsense* ou estupidez. Devemos estar curiosos por conhecer o que seja a técnica de tais chistes.

Começarei pelo exemplo mais poderoso de todo o grupo, igualmente seu exemplo mais simples. De novo, um chiste de judeu:

‘Itzig fora declarado apto para prestar serviço na artilharia. Ele era nitidamente um rapaz inteligente, embora intratável e desinteressado no serviço. Um dos oficiais seus superiores, que lhe votava alguma simpatia, tomou-o de parte e disse-lhe: “Itzig, você não nos serve para nada. Vou lhe dar um conselho: compre um canhão e faça sua independência!”’

Este conselho, que pode suscitar um riso franco, é um óbvio *nonsense*. Nem canhões estão à venda, nem é possível a um indivíduo, comprando-os, fazer sua independência enquanto unidade militar — em outros termos, estabelecendo-se por conta própria. Entretanto, é impossível duvidar, sequer por um momento, de que o conselho seja mero *nonsense*, mas um *nonsense* chistoso e um chiste excelente. Como se converte um nonsense em um chiste?

Não é preciso refletir muito. Podemos inferir dos comentários das autoridades, acima indicados na introdução (ver em [1]), que há sentido por trás dessa chistosa falta de sentido, e tal sentido é responsável pela conversão do *nonsense* em chiste. É fácil descobrir o sentido em nosso exemplo. O oficial que dá este absurdo ao artilheiro Itzig está se fazendo de estúpido apenas para demonstrar a Itzig a estupidez de seu próprio comportamento. Está imitando Itzig: ‘Vou dar-lhe um conselho tão estúpido quanto você’. Ele interessa-se pela estupidez de Itzig e a esclarece para este, tomando-a como plataforma de uma sugestão adequada aos desejos de Itzig: se Itzig possuísse um canhão e cumprisse suas obrigações militares por conta própria, quão útil lhe seria sua inteligência e ambição! Em que bom estado ele manteria o canhão e quanto não havia de se familiarizar com seu mecanismo ao ponto de competir com os demais possuidores de canhões!

Interromperei a análise deste exemplo para ressaltar o mesmo sentido no nonsense no caso de um chiste absurdo, mais curto e mais simples, embora menos óbvio:

‘Não nascer seria a melhor coisa para os mortais.’ ‘Entretanto’, acrescenta um comentário filosófico em *Fliegende Blätter*, ‘isto é coisa que apenas acontece a uma em cada cem mil pessoas.’

Este acréscimo moderno à antiga consideração é um evidente *nonsense* tornado ainda mais imbecil pelo ostensivamente cauteloso ‘apenas’. Mas o acréscimo conectado à asserção original, enquanto limitação indisputavelmente correta, torna-se adequado para nos abrir os olhos quanto ao fato de que essa sábia sentença, solenemente acolhida, não é muito superior a um desatino. Quem não tenha nascido não é, em absoluto, um mortal, não havendo para este nada de bom nem de melhor. Assim o *nonsense* no chiste serve para revelar e demonstrar um outro *nonsense*, tal como no exemplo do artilheiro Itzig.

Posso aqui acrescentar um terceiro exemplo que, pelo seu conteúdo, dificilmente mereceria a extensa descrição que requer, mas que exemplifica novamente, e com especial clareza, o uso de *nonsense* em um chiste para revelar algum outro *nonsense*.

‘Um homem obrigado a seguir viagem confiou sua filha a um amigo, solicitando-lhe que velasse pela virtude dela durante sua ausência. Meses mais tarde ele retornou e encontrou-a grávida. Como se esperava, ele reprovou amargamente seu amigo que lhe parecia incapaz de explicar tal desgraça. “Bem”, perguntou finalmente o pai, “onde ela dormia?” — “No quarto, com meu filho.” — “Mas como você pôde deixar que ela dormisse no mesmo quarto que seu filho, se eu tanto lhe implorei que a protegesse?” — “Afinal de contas havia um biombo entre eles. A cama de sua filha ficava de um lado, a de meu filho no outro e o biombo ficava no meio.” — “E suponha que ele contornasse o biombo?” — “É verdade”, retrucou o outro pensativamente, “isso bem pode ter acontecido”.’

Obtemos com a maior facilidade a redução desse chiste cujas qualidades por outro lado pouco o recomendariam. Seria obviamente algo como: ‘Você não tem o direito de censurar-me. Como pôde ser tão estúpido a ponto de deixar sua filha em uma casa onde ela seria obrigada a viver na constante companhia de um jovem? Como seria possível a um estranho responder pela virtude de uma moça em tais circunstâncias?’. Desse modo a aparente estupidez do amigo apenas reflete a estupidez do pai. A redução descarta a estupidez do chiste e, ao mesmo tempo, o próprio chiste. O elemento ‘estupidez’ por si só não fica eliminado: é possível reencontrá-lo em outro ponto do contexto da sentença após a redução desta ao significado original.

Podemos tentar agora uma redução do chiste sobre o canhão. O oficial devia ter dito: ‘Itzig, sei que você é um negociante inteligente, mas asseguro-lhe que será muito estúpido de sua parte não entender que é impossível comportar-se no exército como no mundo dos negócios, onde cada um age por si e contra os outros. Na vida militar a subordinação e a cooperação são a regra’.

A técnica dos chistes absurdos que temos até aqui considerado consiste portanto em apresentar algo que é estúpido e absurdo, seu sentido baseando-se na revelação e na demonstração de algo mais que seja estúpido e absurdo.

Será o uso do absurdo na técnica do chiste sempre de igual importância? Eis aqui um exemplo que fornece resposta afirmativa:

‘Quando, em certa ocasião, Phocion foi aplaudido após fazer um discurso, virou-se para seus amigos e perguntou-lhes: “Qual foi a besteira que eu falei agora?”.’

A pergunta soa absurda, mas captamos imediatamente seu sentido: ‘Que terei dito eu que agradou tanto a estes estúpidos? Devo sentir-me envergonhado por seu aplauso. Se o que eu disse agradou aos estúpidos, não terá sido algo muito sensato’.

Outros exemplos podem, entretanto, mostrar-nos que o absurdo é usado com grande frequência na técnica do chiste sem servir ao objetivo de demonstrar algum outro *nonsense*:

‘Um afamado professor universitário, que tinha o hábito de temperar sua insípida matéria com numerosos chistes, recebia congratulações pelo nascimento de seu filho mais novo, ocorrido quando o mestre já alcançava uma idade avançada. “Bem”, respondeu ele a seus congratuladores, “é notável o que podem fazer as mãos humanas”.’ — Esta resposta parece essencialmente absurda e deslocada. Os filhos, são considerados como bênção de Deus, em absoluto contraste com o trabalho manual dos homens. Mas logo ocorreu-nos que afinal a resposta tinha um sentido, e mesmo, bastante obscuro. Não se cogita aqui de

que o feliz pai estivesse se fazendo de estúpido para demonstrar que alguém ou alguma outra coisa fosse estúpida. A resposta aparentemente sem sentido causa-nos uma impressão surpreendente, desconcertante, como diriam as autoridades. Já vimos (ver em [1]) que elas atribuem todo o efeito de um chiste como esse a uma alternância entre ‘desconcerto e esclarecimento’. Mais tarde (ver em [2]) voltaremos a considerar este ponto; por enquanto nos contentaremos em acentuar o fato de que a técnica desse chiste consiste em apresentar algo desconcertante e absurdo.

Um chiste de Lichtenberg ocupa um lugar especial entre estes chistes ‘estúpidos’:

‘Confessa-se maravilhado em que os gatos tenham dois furos recortados em seu couro precisamente no lugar dos olhos’. Assombrar-se com algo que nada mais é que uma asserção de identidade só pode ser uma grande estupidez (Ver em [1].). Recorda-nos uma das exclamações de Michelet emitida com pretensão de seriedade, e que parece ser, segundo consigo lembrar-me: ‘Quão maravilhosamente a Natureza arranhou tudo de modo que uma criança, tão logo chegada ao mundo, encontre uma mãe pronta para cuidar dela!’. O pronunciamento de Michelet é uma estupidez real, mas o de Lichtenberg é um chiste que utiliza a estupidez com algum propósito sob ela ocultado. Mas qual? Por enquanto, devemos admitir que nenhuma resposta seja dada.

Já sabemos agora pela consideração de dois grupos de exemplos que a elaboração do chiste utiliza desvios em relação ao pensamento normal — o deslocamento e o absurdo — como métodos técnicos de produzir uma forma chistosa de expressão. É sem dúvida justificável esperarmos encontrar outros tipos de raciocínio falho utilizados similarmente. De fato, é possível apresentar alguns exemplos da espécie:

‘Um cavalheiro entrou em uma confeitaria e pediu um bolo; logo o devolveu, solicitando em seu lugar um cálice de licor. Bebeu e preparou-se para sair sem tê-lo pago. O proprietário o deteve. “O que você quer?”, perguntou o freguês. — “Você não pagou o licor.” — “Mas eu lhe dei o bolo em troca.” — “Também não pagou por este.” — “Mas eu não o comi.”’

Essa anedota apresenta também uma lógica aparente que, já o sabemos, é uma fachada adequada para semelhante raciocínio falho. O erro evidentemente consiste na conexão inexistente, construída pelo astucioso freguês, entre a devolução do bolo e a tomada do licor em seu lugar. O episódio fragmenta-se em dois processos mutuamente independentes do ponto de vista do vendedor e mutuamente substituíveis exclusivamente do ponto de vista da intenção do freguês. Primeiramente ele toma o bolo e o devolve, nada devendo portanto por este; depois, toma o licor, e por este é necessário pagar. É possível dizer que o freguês tenha utilizado a expressão ‘em troca’ com duplo sentido. Seria, entretanto, mais correto dizer que através do duplo sentido construiu ele uma conexão que não é, em realidade, válida.

Eis a oportunidade de fazer um reconhecimento que não é destituído de importância. Ocupamo-nos da investigação da técnica dos chistes, como demonstrado por esses exemplos, e portanto devemos estar seguros de que os exemplos escolhidos constituem chistes genuínos. É verdade, entretanto, que para vários casos estamos em dúvida quanto a dever denominá-los chistes ou não. Não possuímos nenhum critério disponível até que nossa própria investigação nos forneça um. O uso lingüístico não merece confiança: ele próprio necessita que sua justificação seja examinada. Para chegar a uma decisão não podemos basear-nos em nada que não seja um certo ‘sentimento’, que podemos interpretar como significando que a decisão feita por nosso juízo concorda com um critério particular, ainda não acessível a nosso conhecimento. No caso do último exemplo devemos sentir-nos em dúvida quanto a representá-lo

como um chiste, ou talvez como um chiste ‘sofístico’, ou simplesmente, um sofisma. A verdade é que não sabemos ainda em que reside a característica essencial do chiste.

Por outro lado, o exemplo que segue, exibindo um tipo de raciocínio falho que podemos chamar de complementar ao primeiro caso, é indiscutivelmente um chiste. Mais uma vez, é a história de um agente matrimonial:

‘O *Schadchen* defendia a jovem, por ele proposta, dos protestos do rapaz. “Não gosto da sogra”, dizia o último. “Ela é uma pessoa desagradável e estúpida.” — “Mas afinal você não vai se casar com a sogra. Quem você quer é a filha dela.” “Sim, mas esta não é jovem, nem se pode dizer que seja bonita.” — “Não importa. Se ela não é jovem nem bonita, será por tudo isso mais fiel a você.” — “Nem tem muito dinheiro.” — “Quem está falando sobre dinheiro? Você vai casar-se com o dinheiro? Afinal, é uma esposa que você quer.” — “Mas, ela tem também uma corcunda nas costas.” — “Bom, e o que você quer mais? Não terá ela o direito de ter um único defeito?”’

O que estava realmente em questão era a falta de beleza e juventude da moça, seu dote minguado e sua mãe desagradável, acrescido ao fato de ser a moça vítima de uma séria deformidade — condições bem pouco convidativas para se contratar um casamento. O agente matrimonial foi capaz, quando se apontava cada um desses defeitos, de indicar como seria possível chegar a um acordo com ele. Pôde então reivindicar que a indesculpável corcunda nas costas era o único defeito a que qualquer indivíduo teria direito. Uma vez mais, a lógica aparente caracteriza o sofisma e presume ocultar a falha do raciocínio. A moça claramente tinha defeitos — vários que poderiam ser desconsiderados e um impossível de descartar: ela era incasável. O agente comporta-se como se cada defeito, em separado, fosse eliminado por suas desculpas, enquanto na verdade cada um deles deixava para trás uma certa cota de depreciação a somar com a que se lhe juntava em seguida. Insistia pois em tratar isoladamente cada defeito e recusava-se a adicioná-los num total.

A mesma omissão é o núcleo de outro sofisma a propósito do qual muito se tem rido embora se deva duvidar da correção quanto a chamá-lo chiste:

‘A. tomou emprestado de B. um caldeirão de cobre e após devolvê-lo foi acionado por B. já que o caldeirão tinha agora um grande furo que o tornava inutilizável. Sua defesa foi: “Em primeiro lugar nunca tomei emprestado um caldeirão de B.; e em segundo lugar o caldeirão já estava furado quando eu o peguei emprestado; e em terceiro lugar, devolvi-lhe o caldeirão intacto”.’ Cada uma destas defesas é válida por si mas reunidas excluem-se mutuamente. A. estava tratando isoladamente o que se devia considerar um conjunto tal como o agente matrimonial faz com os defeitos da moça. Podia-se dizer: ‘A. usou um “e” onde era possível um “ou”.’

Encontramos outro sofisma na seguinte estória de um agente matrimonial:

‘O noivo presuntivo lamentava-se que a noiva tivesse uma perna mais curta que a outra e mancasse. O *Schadchen* contrapôs-lhe: “Você está errado. Suponha que despose uma mulher com pernas direitas, saudáveis. Que ganha você com isso? Não há de ter nunca a certeza de que alguma dia ela não caia, quebre a perna e torne-se coxa pelo resto da vida. Imagine o sofrimento, o transtorno, a conta do médico! Mas se você aceita esta noiva, isso não pode acontecer-lhe. Eis aqui um *fait accompli*.”’

A aparência lógica neste caso é muito tênue e ninguém se prontificará a preferir uma ‘desgraça já cumprida’ a sua mera possibilidade. O defeito nesse processo dedutivo pode ser facilmente demonstrado em um outro exemplo — uma história que não posso inteiramente despir de seu dialeto:



‘No templo de Cracóvia o Grande Rabino N. estava sentado a orar com seus discípulos. Repentinamente emite um grito e exclama em resposta às ansiosas perguntas de seus discípulos: “Nesse exato momento morreu o Grande Rabino L. em Lemberg”. A comunidade vestiu luto pelo morto. Poucos dias depois indagou-se de pessoas recém-chegadas de Lemberg como morrera o Rabino, o que lhe sucedera de mau; tais pessoas nada souberam informar, pois tinham-no deixado no melhor de sua saúde. Afinal ficou-se sabendo com certeza que o Rabino L. de Lemberg não morrera no momento em que o Rabino N. telepaticamente assistira a sua morte, já que estava ainda vivo. Um forasteiro aproveitou a oportunidade para zombar de um dos discípulos do Rabino de Cracóvia a respeito da ocorrência: “Seu Rabino cobriu-se de ridículo em ter visto a morte do Rabino L. de Lemberg. O homem está vivo até hoje”. “Isso não faz diferença”, replicou o discípulo. “Seja o que for que você diga, foi magnífico o *Kück* da Cracóvia a Lemberg.”’

O raciocínio falho, comum aos dois últimos exemplos, é admitido aqui sem disfarces. Exalta-se indevidamente o valor da fantasia em comparação à realidade; faz-se praticamente equivaler uma possibilidade a um evento real. A visão a distância, superando a extensão de campo que separa Cracóvia de Lemberg, teria sido impressionante façanha telepática se fora de fato verdadeira. Mas o discípulo não se preocupa com isso. Afinal bem poderia o Rabino de Lemberg ter morrido no momento em que o Rabino de Cracóvia anunciava sua morte; e o discípulo desloca então a ênfase da condição necessária para a admiração que a façanha mereceria para uma incondicional admiração da façanha. ‘*In magnis rebus voluisse sat est*’ expressa um ponto de vista semelhante. Tal como nesse exemplo a realidade é desconsiderada em favor da possibilidade; no primeiro caso o agente matrimonial sugere ao noivo presuntivo que a possibilidade de uma mulher tornar-se coxa por via de um acidente deve ser considerada como algo bem mais importante que a questão de ela ser efetivamente coxa ou não.

Esse grupo de raciocínios ‘sofísticos’ defeituosos é semelhante a outro interessante grupo em que se pode descrever como ‘automático’ o raciocínio falho. Talvez não seja mais que por um capricho do acaso que todos os exemplos a serem apresentados desse novo grupo sejam, uma vez mais, histórias de *Schadchen*:

‘Um *Schadchen* devendo propor a alguém uma noiva levou consigo um auxiliar, que confirmasse tudo o que ele tinha a dizer. “Ela é esbelta como um pinheiro”, disse o *Schadchen*. — “Como um pinheiro”, repetia o eco. — “E tem uns olhos que merecem ser vistos!” — “Que olhos ela tem!”, confirmava o eco. — “Melhor educada que qualquer outra!” — “Que educação!” — “Bem, é verdade que há uma coisa”, admitiu o agente, “ela tem uma pequena corcunda.” — “E *que* corcunda!” o eco confirmou uma vez mais.’ Outras histórias são análogas, mas têm mais sentido.

‘O noivo, ficando muito desagradavelmente surpreso quando a noiva lhe foi apresentada, chamou o agente a um canto e cochichou-lhe suas censuras: “Por que você me trouxe aqui?” perguntou recriminadoramente. “Ela é feia e velha, vesga, tem maus dentes e olhos remelentos...” — “Não precisa abaixar a voz”, interrompeu o agente, “ela é surda também”.’

‘O noivo fazia sua primeira visita à casa da noiva em companhia do agente, e enquanto aguardava no *salon* que a família aparecesse, o agente chamou sua atenção para um armário com portas de vidro onde se exibia o mais fino conjunto de peças de prata. “Veja! Olhe lá! Por estas coisas você vê como são ricos.” — “Mas”, perguntou o desconfiado jovem, “não seria possível que estas coisas finas tivessem sido reunidas apenas para esta ocasião — que elas fosse tomadas emprestadas para dar impressão de



riqueza?” — “Que idéial”, protestou o agente. “Quem você acha que emprestaria alguma coisa a essa gente?”

Nos três casos a mesma coisa ocorre. Uma pessoa que estava reagindo sempre da mesma forma, várias vezes em sucessão, repete tal modo de expressão na ocasião seguinte, quando este é inadequado e prejudicial às suas próprias intenções. Negligencia adaptar-se às necessidades da situação, cedendo ao automatismo do hábito. Assim, na primeira história o auxiliar esquece-se de que acompanhava o agente a fim de prejudicar o noivo presuntivo em favor da noiva proposta. E já que no início ele cumprira sua tarefa sublinhando as qualidades da noiva pela repetição, a cada vez, do que dela se dizia, prosseguindo por enfatizar sua corcunda, timidamente admitida e que ele devia ter minimizado. O agente na segunda história está tão fascinado pela enumeração dos defeitos e enfermidades da noiva que completa a lista com dados de seu próprio conhecimento, embora este não fosse seu negócio ou seu propósito. Na terceira história (o agente) deixa-se levar a tal ponto pela ânsia de convencer o jovem da riqueza da família que, a fim de demonstrar um argumento confirmatório, traz à baila algo que fatalmente lançará por terra todos os seus esforços. Em cada caso a ação automática triunfa sobre a conveniente mudança de pensamento e de expressão.

Isto é fácil de ver, mas há de ter um efeito perturbador quando notarmos que as três histórias têm tanto direito a serem chamadas ‘cômicas’ quanto nós de apresentá-las como chistes. O desvelamento de automatismo psíquico é uma das técnicas do cômico, exatamente como qualquer tipo de revelação ou autotraição. Repentinamente somos defrontados a esse ponto pelo problema da relação dos chistes com o cômico, relação que pretendíamos evitar. (Ver a introdução em [1].) São tais histórias apenas ‘cômicas’ e não ‘chistosas’? Estará a comicidade aqui operando os mesmos métodos dos chistes? E, novamente, o que constitui a característica peculiar dos chistes?

Devemos manter em vista que a técnica deste último grupo de chistes que examinamos consiste simplesmente na revelação do ‘raciocínio falho’. Mas somos obrigados a admitir que seu exame levou-nos muito mais à obscuridade que à compreensão. Contudo não abandonemos nossa esperança de que um conhecimento mais completo das técnicas dos chistes nos levará a um resultado que possa servir de ponto de partida a ulteriores descobertas.

Os próximos exemplos de chistes, pelos quais prosseguiremos nossa investigação, oferecem uma tarefa mais fácil. Sua técnica, em particular, evoca-nos o que já conhecemos.

Primeiro, eis um chiste de Lichtenberg:

‘Janeiro é o mês em que fazemos votos de felicidade a nossos entes queridos e os meses restantes são aqueles em que estes votos não se cumprem.’

Desde que chistes como estes são caracterizados por sua sutileza antes que por sua força e operam por métodos discretos, começaremos por apresentar inúmeros deles, de modo a intensificar seu efeito:

‘A vida humana divide-se em duas metades. Na primeira desejamos a vinda da segunda, na segunda desejamos a volta da primeira.’

‘A experiência consiste em experimentar o que não desejávamos experimentar.’

(Os dois últimos são de Fischer, 1889[69-60].)

Esses exemplos lembram um grupo de que já tratamos, caracterizado pelo ‘uso múltiplo do mesmo material’ (ver em [1]). Em particular o último exemplo levantará a questão de por que não o incluímos naquele grupo em vez de introduzi-lo aqui em uma nova conexão. A ‘experiência’ é novamente descrita em seus próprios termos como o fora anteriormente o ‘ciúme’ (ver em [2]). Não me inclino por discutir muito seriamente essa classificação. Mas no que concerne aos outros dois exemplos (que são de natureza semelhante) penso que um outro fator é mais notável e mais importante que o múltiplo uso das mesmas palavras, que nesse caso nada tem a haver com o duplo sentido. Gostaria particularmente de acentuar que aqui se agenciam novas e inesperadas entidades, inter-relações de idéias, definições efetuadas mutuamente ou por referência a um terceiro elemento comum. Gostaria de denominar ‘unificação’ a esse processo que é claramente análogo à condensação pela compressão nas mesmas palavras. Assim as duas metades da vida são descritas através de uma relação mutual que se descobre existir entre elas: na primeira desejamos que a segunda viesse e na segunda desejamos que a primeira voltasse. Falando mais precisamente, duas relações mutuais muito semelhantes foram escolhidas para a representação. A similaridade de representação corresponde à similaridade das palavras que pode de fato recordar-nos o uso múltiplo do mesmo material: ‘desejar... vinda’ — ‘desejar...volta’. No chiste de Lichtenberg o mês de janeiro e os meses que com este contrastam são caracterizados por uma (outra vez, modificada) relação com um terceiro elemento: os votos de felicidade, recebidos no primeiro mês e não cumpridos nos demais. Eis, muito nítida, a distinção em relação ao uso múltiplo do mesmo material (que faz aproximar o duplo sentido).

Eis um claro exemplo de chiste de unificação que dispensa qualquer explicação:

‘O poeta francês J. B. Rousseau escreveu uma “Ode à Posteridade”. Voltaire era de opinião que o poema não merecia sobreviver e chistosamente comentou: “Esse poema não alcançará seu destinatário.”’ (Fischer, 1889 [123].)

Esse último exemplo chama atenção para o fato de que é essencialmente a unificação que jaz ao fundo dos chistes que podem ser descritos como ‘respostas prontas’. (ver em [1]) Pois a réplica consiste em que a defesa, ao se encontrar com a agressão, ‘vira a mesa sobre alguém’ ou ‘paga a alguém com a mesma moeda’ — ou seja, consiste em estabelecer uma inesperada unidade entre ataque e contra-ataque. Por exemplo:

‘Um estalajadeiro tinha um panarício no dedo e um padeiro lhe disse: “Você deve tê-lo arranjado pondo o dedo em sua cerveja”. “Não foi por isso”, retrucou o estalajadeiro, “é que meti um pedaço do seu pão debaixo de minha unha.”’ (De Überhorst (1900, 2).)

‘Um Sereníssimo estava dando uma volta por suas províncias e notou na multidão um homem, extraordinariamente semelhante à sua própria nobre pessoa. Acenou, convocando-o, e perguntou-lhe: “Sua mãe esteve alguma vez a serviço do Palácio?” — “Não, Alteza”, foi a réplica, “mas meu pai esteve.”’

‘Em um de seus passeios a cavalo aconteceu ao Duque Charles de Württemberg encontrar um tintureiro, ocupado em seu ofício. Apontando o cavalo cinza que estava cavalgando, o Duque bradou: “Pode tingi-lo de azul?” “Naturalmente, Alteza”, foi a resposta, “se ele suportar a fervura.”’ [Fischer, 1889, 107.]

Nesse excelente *tu quoque*, em que a uma questão sem sentido oferece-se uma resposta igualmente impossível, há um outro fator técnico operando, o qual estaria ausente se o tintureiro tivesse respondido: “Não, Alteza. Tenho medo de que o cavalo não suporte a fervura.”

A unificação tem um outro instrumento técnico, de muito especial interesse, a seu dispor: a conexão pela conjunção ‘e’. As coisas concatenadas dessa forma ficam de fato conectadas: não podemos deixar de entendê-lo assim. Por exemplo, quando Heine comenta sobre a cidade de Göttingen em *Harzreise*: ‘Falando de um modo geral, os habitantes de Göttingen dividem-se em estudantes, professores, filisteus e asnos’, tomamos este grupamento exatamente no sentido que Heine enfatiza em um acréscimo à sentença: ‘E essas quatro classes estão divididas de forma absolutamente nítida’. Ou, ainda, quando [ibid.] ele menciona a escola em que tivera de suportar ‘tanto Latim, expulsões e Geografia’, esta série, tornada ainda mais transparente pela posição das ‘expulsões’ entre os nomes das duas matérias, fala-nos que a inequívoca posição dos alunos com relação às expulsões se estenderia decerto ao Latim e à Geografia também.

Entre os exemplos dados por Lipps [1898, 177] de ‘enumeração chistosa’ (‘coordenação’) encontramos as seguintes linhas citadas como intimamente aparentadas aos ‘estudantes, professores, filisteus e asnos’ de Heine:

Mit einer Gabel und mit Müh’  
Zog ihn die Mutter aus der Brüh.

[Com um forcado e muito esforço  
Sua mãe pescou-o do ensopado.]

É como se (comenta Lipps) o *Müh* [esforço, dificuldade] fosse um instrumento como o forcado. Sentimos, entretanto, que essas linhas, embora cômodas, estão bem longe de constituir um chiste, enquanto a lista de Heine, sem nenhuma dúvida, o é. Podemos talvez evocar mais tarde esses exemplos, quando não necessitarmos evitar o problema da relação entre a comicidade e os chistes. [Ver em [1].]

[10]

Observamos no exemplo do Duque e do tintureiro que tal chiste por unificação não persistiria se o tintureiro replicasse: ‘*Não*, tenho medo de que o cavalo não suporte a fervura’. Mas sua resposta real foi: ‘*Sim*, Alteza, se ele suportar a fervura’. A substituição do realmente apropriado *não* por um *sim* constitui um novo método técnico do chiste, cujo emprego perseguiremos em alguns outros exemplos.

Um chiste similar ao que acabamos de mencionar (também citado por Fischer [1889, 107-8]) é mais simples:

‘Frederico, o Grande, ouviu falar de um pregador na Silésia que tinha a reputação de entrar em contato com os espíritos. Mandou buscar o homem e recebeu-o com a pergunta “Você pode conjurar os espíritos?”. A resposta foi: “Às ordens de sua Majestade. Mas eles não vêm”.’ É muito óbvio aqui que o método usado no chiste consiste simplesmente em substituir a única resposta possível ‘não’ pelo seu contrário. A fim de efetivar a substituição, foi necessário acrescentar um ‘mas’ ao ‘sim’, de modo que ‘sim’ e ‘mas’ equivalessem semanticamente a ‘não’.

A ‘representação pelo oposto’, como a chamaremos, serve de vários modos à elaboração do chiste. Nos dois exemplos seguintes aparece quase em estado puro:

‘Esta dama se assemelha em muitos aspectos à Venus de Milo: ela é, também, extraordinariamente velha, não tem dentes e há manchas brancas na superfície amarelada de seu corpo.’ (Heine)

Eis uma representação da fealdade através da semelhança com o que há de mais belo. É verdade que tais semelhanças só podem existir em qualidades que são expressas ou por termos com duplo sentido ou por detalhes desimportantes. A última característica aplica-se a nosso segundo exemplo — ‘O Grande Espírito’, de Lichtenberg:

‘Une em si mesmo as características dos maiores entre os homens. Tem o porte da cabeça torto como Alexandre: teve sempre que usar um *toupet* como César; podia beber café como Leibnitz; e desde que adequadamente instalado em sua poltrona, esquecia-se de comer e de beber como Newton, como este tendo que ser despertado; usava sua peruca como Dr. Johnson, e sempre deixava um dos botões da braguilha desabotoado como Cervantes.’

De uma viagem à Irlanda, Von Falki (1897, 271) trouxe um exemplo particularmente bom de representação pelo oposto, exemplo em que não se faz o mínimo uso de palavras com duplo sentido. A cena ocorre numa exposição de museu de cera (que poderia ser o de Madame Tussaud). Um guia conduzia um grupo de visitantes jovens e velhos de figura a figura, enquanto as explicava: ‘Este é o Duque de Wellington e seu cavalo’, explicou ele. Em conseqüência, perguntou uma jovem dama: ‘Qual é o Duque de Wellington e qual é seu cavalo?’ ‘Qual queira, minha bela jovem’, foi a resposta. ‘Você paga a entrada e faz sua escolha.’

Seria esta a redução do chiste irlandês: ‘Que falta de vergonha as coisas que estas pessoas ousam oferecer ao público nestes museus de cera! Não se pode distinguir entre o cavalo e seu cavaleiro. (Exagero faceto.) E é para isso que se paga!’ Essa exclamação indignada é então dramatizada, baseada em uma pequena ocorrência. No lugar do público em geral aparece só uma dama e é particularizada a figura do cavaleiro: necessariamente o Duque de Wellington, extremamente popular na Irlanda. Mas o descaramento do proprietário ou guia, que extrai dinheiro dos bolso do povo nada oferecendo em troca, é representado pelo contrário — por um discurso em que ele se jacta de ser consciencioso homem de negócios, que não tem outra coisa mais próxima ao coração que o respeito pelos direitos que o povo adquire pagando. Podemos agora verificar que a técnica desse chiste não é bastante simples. Na medida em que capacita ao trapaceiro insistir na sua honestidade, classifica-se como um caso de representação pelo oposto; mas na medida em que (o trapaceiro) o faz numa ocasião em que deles se requer coisa muito diferente — replicando com a respeitabilidade do negócio quando se espera a identificação das figuras — temos um caso de deslocamento. A técnica do chiste consiste em uma combinação dos dois métodos.

Nenhuma grande distância separa esse exemplo de um pequeno grupo que poderia ser descrito com constituído de chistes de ‘exageração’. Nestes o ‘sim’ que ocorreria na redução é substituído por um ‘não’ que tem, entretanto, a despeito de seu conteúdo, a força de um ‘sim’ intensificado, e vice-versa. Uma negativa é um substitutivo para uma confirmação exagerada. Assim, por exemplo, no epigrama de Lessing.

Die gute Galathee! Man sagt, sie shwärz’ ihr Haar;  
Da doch ihr haar schon shwarz, als sie es kaufte, war.

[A boa Galatéia tinge seus cabelos de negro, até os pensamentos;  
E seus cabelos já eram negros quando os comprou.]

Ou a maliciosa defesa da filosofia por Lichtenberg:

‘Há mais coisas no céu e na terra do que sonha vossa filosofia’, disse o Príncipe Hamlet desdenhosamente. Lichtenberg sabia que essa condenação não era ainda severa o bastante pois não levava em conta todas as objeções que podiam ser feitas à filosofia. Acrescentou, portanto, o que faltava: ‘Mas há também na filosofia muita coisa que não é encontrada no céu ou na terra’. Seu acréscimo de fato enfatiza a maneira pela qual a filosofia nos compensa da insuficiência que Hamlet censura. Tal compensação, porém, implica uma outra reprovação ainda maior.

Dois chistes de judeus, embora de um tipo vulgar, são ainda mais claros, já que se libertam de todo vestígio de deslocamento:

‘Dois judeus discutiam sobre banhos. “Tomo banho anualmente”, disse um deles, “quer precise ou não”.’

É óbvio que essa insistência jactante na própria limpeza serve apenas para convencer-nos de sua sujeira.

‘Um judeu notou restos de comida na barba de um outro. “Posso dizer-lhe o que comeu ontem.” — “Diga-me, então,” — “Pois bem, lentinhas.” — “Errado: isso foi anteontem!”’

O exemplo seguinte é um excelente chiste de ‘exageração’, em que se pode facilmente reconstruir a representação pelo oposto:

‘O rei condescendeu em visitar uma clínica cirúrgica, lá deparando com um professor que executava a amputação de uma perna. Acompanhou todos os estágios com altas expressões de sua real satisfação: “Bravo! bravo! meu caro professor!” Quando a operação terminou, o professor aproximou-se dele e perguntou-lhe com uma profunda reverência: “Vossa Majestade ordena que eu ampute também a outra perna?”’

‘Os pensamentos do professor durante o aplauso real não poderiam decerto manifestar-se inalterados: “Parece que estou amputando a perna desse pobre sujeito por ordem do rei e para sua real satisfação. Afinal existem realmente outras razões para a operação”. Vai então ao rei e lhe diz: “Não tenho outra razão para executar uma operação que as ordens de Vossa Majestade. O aplauso com que Vossa Majestade me honrou fez-me tão feliz que só aguardo as ordens de Vossa Majestade para amputar também o membro são”.’ Dessa forma ele consegue fazer-se entendido dizendo o contrário daquilo que pensa mas deve guardar para si mesmo. Tal oposto é uma exageração que não pode ser acreditada.

Como mostram esses exemplos, a representação pelo oposto é um instrumento da técnica do chiste usado freqüentemente e operando com grande poder. Mas há algo que não devemos desconsiderar: essa técnica não é um absoluto peculiar aos chistes. Quando Marco Antônio, após um longo discurso no Fórum onde reverteu a atitude emocional de sua audiência em relação ao cadáver de César, finalmente exclamou uma vez mais:

‘For Brutus is an honourable man...’

ele sabe que o povo agora lhe devolverá aos gritos o sentido verdadeiro de suas palavras:

‘They were traitors: honourable men!’

Ou quando *Simplicissimus* descreve uma coleção de incríveis exemplos de brutalidade e cinismo com expressões como ‘homens de sentimento’, isso é também uma representação pelo oposto. A única técnica que caracteriza a ironia é a representação pelo contrário. Além do mais já lemos e ouvimos falar

sobre ‘chiste irônicos’. Não se pode portanto duvidar mais de que a técnica sozinha seja insuficiente para caracterizar a natureza dos chistes. Mas por outro lado, perdura como fato incontrovertido que, uma vez desfeita a técnica do chiste, este desaparece. Por enquanto podemos achar difícil pensar como podem ser reconciliados os dois pontos fixos a que chegamos na explicação dos chistes.

Se a representação pelo contrário é um dos métodos técnicos dos chistes, podemos esperar que os chistes possam também fazer uso de seu oposto — a representação por alguma coisa *similar* ou afim. A ulterior evolução de nossa pesquisa de fato há de mostrar que esta é a técnica de um novo e particularmente compreensivo grupo de chistes conceptuais. Descreveremos a peculiaridade desta técnica muito mais apropriadamente se dissermos, ao invés da representação por alguma coisa ‘afim’, representação por algo ‘correlacionado’ ou ‘conexo’. Efetivamente começaremos por esta última característica e a descreveremos imediatamente com um exemplo.

Eis uma anedota americana: ‘Dois homens de negócio, não particularmente escrupulosos, conseguiram, por meio de uma série de empreendimentos de alto risco, acumular grande fortuna, e faziam agora sérios esforços para introduzir-se na boa sociedade. Um método, que impressionou-os como de provável êxito, era ter seus retratos pintados pelo mais famoso e mais bem pago artista da cidade, cujos quadros gozavam de alta reputação. As preciosas telas foram exibidas pela primeira vez em um grande sarau e os próprios anfitriões conduziram o crítico e *connaisseur* de arte mais influente até a parede de onde pendiam os retratos lado a lado, para desfrutar o seu admirado julgamento a respeito. Após estudar os trabalhos por longos instantes, o crítico balançou a cabeça como se algo estivesse faltando e indicando o espaço vazio entre os quadros, perguntou calmamente: “Mas onde está o Salvador?” (I.e. “Não vejo o quadro do Salvador.”)

O sentido deste comentário é claro. Tratamos ainda uma vez da questão de representar alguma coisa, que não pode ser expressa diretamente. Como ocorre esta ‘representação indireta’? Partindo da representação dada no chiste, reconstituímos o trajeto inverso através de uma série de associações e inferências facilmente estabelecíveis.

Podemos adivinhar pela pergunta ‘Onde está o Salvador? Onde a imagem do Salvador?’ que a visão dos dois quadros recordou ao locutor uma visão semelhante, familiar a ele, que incluía entretanto um elemento ora omitido — a figura do Salvador entre duas outras. Há apenas uma situação desse tipo: Cristo crucificado entre dois ladrões. Os chiste confere proeminência ao elemento omitido. A similaridade apóia-se em informação transmitida pelo chiste, as figuras pendentes à direita e à esquerda do Salvador; pode consistir apenas no fato de que os quadros pendentes das paredes são imagens de ladrões. O que o crítico pretendia dizer era simplesmente: ‘Vocês são um par de patifes’, ou, em maior detalhe: ‘Que me importam os retratos de vocês? O certo é que são uma dupla de patifes!’ E efetivamente ele termina dizendo isso através de algumas associações e inferências, utilizando o método que denominamos de ‘alusão’.

Recordemos imediatamente em que parte já deparamos com a alusão — numa conexão, a saber, com o duplo sentido. Quando dois sentidos são expressos por uma palavra, sendo um deles tão mais freqüente e usual que desde logo nos ocorre, enquanto o segundo é mais fora de mão e portanto, menos proeminente, propomos referir isto como ‘duplo sentido com uma alusão’ (ver em [1]). Em todo um conjunto de exemplos já examinados constatamos que sua técnica não era simples e percebemos agora que o fator de complicação deles era a alusão. (Veja-se, por exemplo, o chiste de inversão sobre a esposa que tem(se) dado um pouco, ganhando portanto muito dinheiro (ver em [2]) ou o chiste absurdo do homem que



respondia às congratulações pelo nascimento de seu filho mais novo dizendo que era notável o que podiam realizar as mãos humanas (ver em [3]).

Na anedota americana defrontamos uma alusão sem duplo sentido e verificamos que sua característica é a substituição por algo que lhe seja vinculado em uma conexão conceptual. Pode-se facilmente imaginar que haja mais de um tipo de conexão utilizável. A fim de que não nos percamos em um labirinto de detalhes, discutiremos apenas as variações mais marcantes, e ainda assim, apenas alguns exemplos destas.

A conexão usada para a substituição pode ser simplesmente uma semelhança fônica, de modo que essa subespécie torna-se análoga ao grupo que entre os chistes verbais compreende os trocadilhos. Aqui, no entanto, não se trata de semelhança fônica entre duas *palavras*, mas entre sentenças inteiras, expressões características, e assim por diante.

Por exemplo, Lichtenberg cunhou esse dito: 'Novos balneários tratam bem' que evoca-nos imediatamente o provérbio: 'Novas vassouras varrem limpo'. As duas expressões partilham a palavra inicial e algumas mediais tanto quanto a estrutura inteira da sentença. Não há dúvida de que a sentença tenha se introduzido na cabeça do espirituoso filósofo como imitação do provérbio familiar. Assim o dito de Lichtenberg torna-se uma alusão ao provérbio. Através dessa alusão alguma coisa é sugerida mas não dita diretamente — a saber, que algo mais é responsável pelos efeitos produzidos pelos balneários além das características invariantes das fontes termais.

Uma solução técnica semelhante aplica-se a outra pilhéria (*Scherz*] ou chiste [*Witz*] de Lichtenberg: 'Uma garota de mais ou menos doze *Moden* [modas]!' Isto soa semelhante a 'doze *Monden* [luas]', i.e., meses, o que pode ter sido originalmente um deslize na grafia dessa última expressão, permissível em poesia. Mas também faz sentido usar a mutante moda ao invés da mutante lua como um método de determinação da idade de uma mulher.

A conexão pode também consistir na similaridade, exceto por uma 'leve modificação'. Assim, essa técnica é também paralela a uma técnica verbal (ver em [1]). Ambas as espécies de chiste produzem quase a mesma impressão, mas podem ser mais bem distinguidas uma das outras se consideramos os processos de elaboração do chiste.

Eis um exemplo de chiste verbal ou trocadilho desse tipo: Maria Wilt era uma grande cantora, famosa pela extensão não apenas de sua voz. Sofreu a humilhação de que o título de uma peça teatral, baseada em famosa novela de Júlio Verne, aludisse a sua deselegante figura: 'A volta a Wilt em oitenta dias'.

Ou: 'Uma rainha por braça', modificação do conhecido dito de Shakespeare 'Um rei por polegada'. A alusão a esta citação foi feita com referência a uma aristocrática e altíssima dama. Não se poderia objetar seriamente a que alguém desejasse incluir tal chiste entre as 'condensações acompanhadas de modificações como substitutivo'. (Ver '*tête-à-tête*', em [1].)

Um amigo disse de alguém de olhar muito arrogante mas obstinado na perseguição de seus objetivos: 'Er hat ein Ideal vor dem Kopf [Tem um ideal à frente de sua cabeça]'. A expressão corrente é: 'Ein Brett vor dem Kopf haben' [literalmente, 'ter uma parede à frente da cabeça' — 'ser obtuso']. A modificação alude a essa expressão e utiliza seu sentido para seus próprios propósitos, Aqui, uma vez mais, podia-se descrever a técnica como 'condensação com modificação'.

É quase impossível distinguir entre 'alusão através de modificação' e 'condensação com substituição', se a modificação se limita a uma mudança de letras. Por exemplo: '*Dichteritis*'. Esta alusão ao

flagelo da ‘*Diphtheritis* [difteria]’ representa como um outro mal público a autoridade (quando exercida) por pessoas desqualificadas.

As partículas negativas fazem alusões muito nítidas à custa de leves alterações:

‘Spinoza, meu companheiro de *descrença*, diz Heine. ‘Nós, por *desgraça* de Deus, trabalhadores, servos, negros, vilões...’ é como Lichtenberg faz iniciar-se um manifesto (que ele não desenvolve além) desses infortunados — os quais decerto não têm mais direito a esse título que os reis e príncipes na sua forma não-modificada.

Finalmente, uma outra espécie de alusão consiste na ‘omissão’, comparável à condensação sem formação de substitutivo. Na verdade omite-se algo em toda alusão, ou seja, o processo dedutivo leva à alusão. Só depende de que a coisa mais óbvia na verbalização da alusão ou do substitutivo que preenche parcialmente a lacuna seja a própria lacuna. Assim, uma série de exemplos nos faria retornar da ostensiva omissão à alusão propriamente dita.

A omissão sem substitutivo é apresentada no seguinte exemplo: Há um espirituoso e agressivo jornalista em Viena, cujas mordazes invectivas já o levaram várias vezes a ser agredido fisicamente pelos objetos de seu ataque. Em certa ocasião, quando comentava-se novo crime cometido por um de seus opositores habituais, alguém exclamou: ‘Se X ouve isso, terá seus ouvidos socados novamente’. A técnica desse chiste inclui em primeiro lugar o desconcerto diante desse aparente *nonsense*, já que é impossível entendermos como é que ‘ter os ouvidos socados’ possa ser a consequência imediata de se ter ouvido alguma coisa. O absurdo do comentário desaparece se inserimos na lacuna: ‘ele escreverá um artigo tão caústico sobre o homem que... etc’. A alusão por meio da omissão, combinada com o *nonsense*, são consequentemente os métodos técnicos usados nesse chiste.

‘Ele tanto se exalta que o preço do incenso está subindo.’ (Heine.) Esta lacuna é fácil de preencher. O que foi omitido é substituído por uma inferência que reconduz então ao que fora omitido na forma de uma alusão: ‘o autor-louvor cheira mal’.

E agora, outra vez, o chiste dos dois judeus fora de uma casa de banho, quando um deles suspira: ‘Mais um ano que se foi!’

Tais exemplos não nos deixam dúvida de que a omissão integre a alusão.

Há ainda uma lacuna bem nítida a ser considerada no nosso próximo exemplo, embora se trate de um chiste autêntico e corretamente alusivo. Depois de um carnaval de artistas em Viena circulou um livro de pilhérias, entre as quais figurava o seguinte epigrama.

‘Uma esposa é como um guarda-chuva. Mais cedo ou mais tarde toma-se um táxi.’

Um guarda-chuva não é proteção suficiente contra a chuva. O ‘mais cedo ou mais tarde’ só pode significar ‘se a chuva aumenta’ e o táxi é um veículo público. Já que nos interessa aqui apenas a *forma* da analogia, adiaremos o exame mais detalhado desse chiste para um momento posterior. [Ver em [1].]

O ‘*Bäder von Lucca*’ de Heine contém um regular vespeiro das mais picantes alusões e faz uso muitíssimo engenhoso dessa forma de chiste para propósitos polêmicos (contra o Conde Platen). Bem antes que o leitor possa suspeitar do que está em andamento, prenuncia um tema particular, peculiarmente pouco adaptado à representação direta, através de alusões a material da espécie mais variada — seja por exemplo as contorções verbais de Hirsch-Hyacinth: ‘Você é gordo e eu magro demais; você tem muita imaginação e eu todo o senso para negócios; eu sou um prático e você um *diarrheticus*; em suma, você é meu absoluto *antipodex*’. — Vênus Urinia — ‘a gorda Gudel von *Dreckwall*’ de Hamburgo e assim por

diante. No que segue, os eventos descritos pelo autor tomam uma feição que à primeira vista parece simplesmente demonstrar sua maligna disposição mas logo revelam sua relação simbólica com o propósito polêmico (do autor) ao mesmo tempo que mostram-se alusivos. Finalmente explode o ataque a Platen e daí por diante jorram alusões ao tema (com o qual já fomos familiarizados) do amor do Conde por homens, alusões que transbordam em cada sentença do ataque de Heine aos talentos e ao caráter de seu adversário. Por exemplo:

‘Mesmo se as Musas não o favorecem, tem o Gênio do Idioma em seu poder, ou antes, sabe como violentá-lo. Pois não possui o livre amor desse Gênio: deve incessantemente perseguir também a esse jovem e saber como captar-lhe unicamente as formas externas, que a despeito de suas curvas adoráveis, nunca falam com nobreza.’

‘Ele é como a avestruz que se acredita bem escondida se mete sua cabeça na areia, deixando visível apenas o traseiro. Nossa nobre ave faria melhor escondendo seu traseiro na areia e mostrando-nos a cabeça.’

A alusão é talvez o método do chiste mais comum e mais facilmente controlável, estando talvez no fundo da maior parte dos efêmeros chistes que costumamos urdir em nossas conversações e que não tolerariam ser transplantados do solo original e mantidos isoladamente. Mas isso precisamente nos lembra de novo o fato que começara a nos intrigar ao considerarmos a técnica dos chistes. Uma alusão em si não constitui um chiste; há alusões corretamente construídas que não reclamam tal caráter. Só as alusões que o possuam podem ser descritas como chistes. Assim, o critério dos chistes, que temos perseguido através de sua técnica, escapa-nos mais uma vez.

Tenho descrito ocasionalmente a alusão como uma ‘representação indireta’ e podemos agora observar que as várias espécies de alusão, juntamente com a representação pelo oposto e outras técnicas que ainda vão ser mencionadas, poderiam se reunir em um único grande grupo para o qual o nome mais compreensivo seria o de ‘representação indireta’. ‘Raciocínio falho’, ‘unificação’ e ‘representação indireta’ — eis então os rótulos sob os quais podemos classificar aquelas técnicas de chistes conceptuais que viemos a conhecer.

Se examinamos um pouco mais nosso material, parecemos reconhecer uma nova subespécie de representação indireta que só pode ser caracterizada precisamente através dos poucos exemplos que podem ser aduzidos. Trata-se da representação de algo pequeno ou mesmo muito pequeno — que efetua a tarefa de dar expressão completa a uma característica inteira através de um insignificante detalhe. Esse grupo pode ser agregado à classificação de ‘alusão’, se tivermos em mente que a pequenez é relacionada ao que deve ser representado, verificando-se pois proceder dele. Por exemplo:

‘Um judeu da Galícia viajava de trem. Ajeita-se confortavelmente, desabotoando seu capote e colocando os pés sobre o banco. Nesse momento um cavalheiro em trajes modernos entrou no aposento. O judeu prontamente recompôs-se e assumiu uma postura adequada. O estranho folheou as páginas de um caderno, fez alguns cálculos, refletiu por um momento e então, subitamente, perguntou ao judeu: “Desculpe-me, mas quando é o *Yom Kippur*?” (o Dia da Expição). “Ora!” exclamou o judeu e colocou de novo os pés no banco antes de responder.’

Não se pode negar que essa representação por uma minúcia relaciona-se à ‘tendência à economia’ que nos é aqui deixada como último elemento comum após nossa investigação da técnica verbal (ver em [1]).

Eis um exemplo muito semelhante:

‘O médico a cujos cuidados se confiou a Baronesa em sua gravidez, anunciou que ainda não chegara o momento de dar à luz e sugeriu ao Barão que enquanto esperavam jogassem cartas no cômodo vizinho. Após um momento, um grito de dor da Baronesa feriu os ouvidos dos dois homens: “Ah, mon Dieu, que je souffre!” Seu marido levantou-se de um salto mas o médico fez-lhe sinal que se assentasse: “Não é nada. Vamos continuar com o jogo!” Pouco depois, novos brados da mulher grávida: “Mein Gott, mein Gott, que dores terríveis?” — “Não vai entrar, Professor?”, perguntou o Barão. “Não, não. Ainda não é a hora.” Finalmente chegou da porta próxima um inconfundível grito de “Ai, ai, ai!”. O doutor largou as cartas e exclamou: “Agora é a hora.”’

Este bem-sucedido chiste demonstra duas coisas pela modificação gradual do caráter dos gritos de dor emitidos por uma aristocrática dama na hora do parto. Mostra também como a dor faz com que a natureza primitiva irrompa entre as diversas camadas de verniz de educação e como uma decisão importante pode ser adequadamente tomada na dependência de um fenômeno aparentemente trivial.

Há um outro tipo de representação indireta utilizada pelos chistes, a saber, a ‘analogia’. Deixamos para tratá-la só agora porque sua consideração defronta-se com novas dificuldades, ou ao menos evidencia particularmente dificuldades que até agora só emergiram em outras conexões. Já admitimos que em alguns dos exemplos examinados não pudemos expulsar uma dúvida quanto a sua inequívoca consideração como chistes (ver em [1] e [2]); tal incerteza, já o reconhecemos, solapa seriamente as bases de nossa investigação. Estou certo de que a incerteza não ocorre mais intensa ou mais freqüentemente que nos chistes por analogia. Há uma sensação — provavelmente verdadeira para grande número de outras pessoas sujeitas às mesmas condições — que nos diz ‘este é um chiste, posso dizer que este é um chiste’ mesmo antes que tenha sido descoberta a oculta natureza essencial dos chistes. Tal sentimento deixa-nos em apuros mais freqüentemente no caso das analogias chistosas. Se começamos por qualificar sem hesitação uma analogia como sendo um chiste, logo após parecemos notar que o deleite por ela proporcionado é de uma qualidade diferente daquele que costumamos derivar do chiste. E o fato de as analogias chistosas só raramente provocarem a explosão do riso que assinala um bom chiste, deixa-me impossibilitado de resolver essa dúvida da maneira habitual; limito-me aos exemplos melhores, mais efetivos, da espécie.

É fácil demonstrar que há exemplos de analogias, efetivos e notavelmente refinados, que em absoluto se nos apresentam como chistes. É o caso da sutil analogia entre a ternura de Ottilie e o fio vermelho da armada inglesa (ver em [1]). Não posso deixar de citar, no mesmo sentido, outro exemplo que não me canso de admirar e cujo efeito sobre mim não cessa de crescer. É a analogia com a qual Ferdinand Lassalle termina uma de suas famosas defesas (‘A Ciência e os Trabalhadores’): ‘A um homem como esse que eu lhes mostrei, que devotou sua vida ao lema “A Ciência e os Trabalhadores”, sua condensação não importaria mais que a explosão de uma retorta a um químico absorto em seus experimentos científicos. Tão logo passe a interrupção, com um leve franzir de sobrancelhas a propósito da rebeldia de seu material, ele voltará calmamente a suas pesquisas e a seus trabalhos’.

Uma rica seleção das analogias chistosas e hábeis encontra-se entre os escritos de Lichtenberg (segundo volume da edição Gottingen de 1853) e daí tomarei material para nossa investigação.

‘É quase impossível atravessar uma multidão portando a tocha da verdade sem chamuscar a barba de alguém.’

Sem dúvida essa sentença parece ser um chiste; entretanto, com um exame mais detalhado, notamos que o efeito chistoso não procede da própria analogia mas de uma característica subsidiária. 'A tocha da verdade' não é uma analogia nova e sim difundida há muito tempo, estando, pois, reduzida a um clichê — como sempre ocorre quando uma analogia é afortunada e bem aceita no uso lingüístico. Embora dificilmente notemos ainda a analogia na locução 'a tocha de verdade', subitamente Lichtenberg lhe restitui sua completa força original, já que agora faz um acréscimo à analogia e daí inferindo uma consequência. Ora, já nos familiarizamos com o processo de conferir sentido pleno a uma expressão esvaziada, o qual consiste em uma técnica de chiste. Enquadra-se no uso múltiplo do mesmo material (Ver em [1]). Bem pode ser que a impressão chistosa produzida pelo comentário de Lichtenberg proceda apenas de sua conexão com essa técnica do chiste.

O mesmo juízo é decerto aplicável a uma outra analogia chistosa da mesma autoria:

'Pode-se estar certo, aquele homem não foi um grande luminar [*Licht*], mas um grande candelabro [*Leuchter*]... Era um Professor de Filosofia.'

Há muito que a descrição de um homem de saber como grande luminar, uma *lumen mundi*, deixou de ser uma analogia efetiva, se é que teve em algum tempo um efeito de chiste. Mas a analogia é renovada, retoma sua força completa, se se deriva dela uma modificação, de onde se obtém segunda e nova analogia. O modo pelo qual se processa essa segunda analogia parece ser o fator determinante do chiste, mais que as duas analogias propriamente. Esse seria um exemplo da mesma técnica do chiste utilizada no exemplo da tocha.

O exemplo seguinte parece ter um caráter chistoso devido a outra razão, que deve entretanto ser julgada similarmente:

'As resenhas parecem-me uma espécie de doença infantil à qual os livros recém-nascidos são mais ou menos suscetíveis. Há exemplos de morte dos mais saudáveis, enquanto os mais fracos freqüentemente lhes escapam. Alguns lhes escapam inteiramente. Tem-se tentado resguardá-los delas através de amuletos como o prefácio e a dedicatória ou mesmo de vacinas como a autocrítica do autor. Mas isso nem sempre ajuda.'

A comparação das resenhas com uma doença infantil baseia-se em primeira instância no fato de (crianças e livros) estarem expostos a elas tão logo vejam a luz do dia. Não posso me aventurar a decidir se nesse ponto a comparação tem caráter de chiste. Mas, prosseguindo, o destino subsequente dos novos livros pode ser representado dentro do esquema da mesma analogia ou através de analogias relacionadas. Uma tal prolongação da analogia integra-se, sem dúvida, à natureza do chiste, mas já sabemos graças a que técnica — é um caso de unificação, de elaboração de uma conexão insuspeitada. Não altera o caráter de unificação o fato de que ela aqui consista de acréscimo a uma analogia prévia.

Em outro grupo de chistes somos tentados a transformar uma impressão irrefutavelmente chistosa em outro fator, que, uma vez mais, nada tem a ver com analogia. Tais analogias, ou contêm uma singular justaposição, com freqüência uma combinação aparentemente absurda, ou são substituídas por algo semelhante ao resultado da analogia. A maior parte dos exemplos de Lichtenberg pertence a esse grupo.

'É pena que não se possa enxergar as instruídas vísceras dos autores de modo a descobrir o que eles comeram.' As 'instruídas vísceras' são um epíteto desconcertante e de fato absurdo, só explicado pela analogia. Será a impressão chistosa aqui obtida inteiramente devida ao desconcertante caráter da

justaposição? Se o é, corresponderia aquela a um método do chiste com o qual já estamos bastante familiarizados — a ‘representação pelo absurdo’ (ver em [1]).

Lichtenberg usou a mesma analogia entre a ingestão de leitura instrutiva e a ingestão de nutrição física para outro chiste:

‘Ele tinha a maior consideração pela instrução caseira e estava inteiramente a favor da instrução estabulada.’

Outras analogias do mesmo autor apresentam a mesma absurda, ou no mínimo surpreendente, distribuição de epítetos os quais, como veremos, são os verdadeiros veículos do chiste:

‘Este é o lado de barlavento de minha constituição moral; lá posso suportar as coisas muito bem.’

‘Todo mundo tem seu *backside* moral, que não expõe exceto em caso de necessidade e que cobre, enquanto possível, com os calções da respeitabilidade.’

‘*Backside* moral’ — a atribuição desse notável epíteto é o resultado de uma analogia. Mas em acréscimo, a analogia prossegue com um autêntico jogo de palavras — ‘necessidade’ — e uma segunda justaposição mesmo mais rara (‘os calções de respeitabilidade’) que é talvez, por si mesma, um chiste; pois, os calções, logo que são os calções de respeitabilidade, tornam-se um chiste. Não precisamos pois ficar surpresos se recebemos a impressão global de que a analogia seja um chiste muito bom. Começamos a notar que geralmente nos inclinamos em nossa apreciação a estender a toda uma totalidade alguma característica que se conecta à parte dela. ‘Os calções de respeitabilidade’, incidentalmente evocam alguns desconcertantes versos de Heine:

...Bis mir endlich,  
endlich alle Knöpfe rissen  
an der Hose der Geduld.  
[...Até que finalmente,  
finalmente todo botão rebenta  
nos calções de minha paciência.]

Não pode haver dúvida de que essas duas últimas analogias têm uma característica que não encontramos em toda analogia boa (isto é, adequada). Elas são em alto grau, como poderíamos dizer, ‘degradantes’. Justapõem algo de alta categoria, algo abstrato (nestes exemplos, a ‘respeitabilidade’ e a ‘paciência’) com algo muito concreto e mesmo de um gênero baixo (os calções). Deveremos considerar em outra conexão se essa peculiaridade tem a ver com o chiste. Tentaremos aqui analisar outro exemplo em que essa menoscabante característica é especialmente clara. Weinberl, o caixeiro na farsa de Nestroy, *Einen Jux will er sich machen* [Ele quer tomar um porre], descreve a si mesmo como haveria de recordar os dias de sua juventude quando fosse um respeitável homem de negócios: ‘Quando o gelo frente ao armazém da memória tiver sido quebrado a picaretas, como nessa conversa cordial’, diz ele, ‘quando o arqueado portal dos velhos tempos tiver sido de novo destrancado e a vitrine da imaginação estiver inteiramente sortida pelos bens do passado...’. Temos aqui, certamente, analogias entre abstrações e coisas concretas muito comuns; mas o chiste depende parcial ou inteiramente — de que o caixeiro utilize analogias tomadas do domínio de suas atividades cotidianas. Mas a conexão de tais abstrações com as coisas ordinárias que normalmente enchem sua vida é um ato de *unificação*.

Retornemos às analogias de Lichtenberg:



‘Os motivos que nos levam a fazer algo podiam ser ordenados como a rosa-dos-ventos [ = pontos da bússola] e denominados de modo semelhante: por exemplo, ‘pão-pão-fama’ ou ‘fama-fama-pão’. Como ocorre com tanta freqüência com os chistes de Lichtenberg, a impressão de algo adequado, espirituoso e agudo é tão proeminente que confunde nosso juízo quanto à natureza do que constitui o chiste. Se alguma porção do chiste é mesclada ao admirável significado em um comentário desse tipo, somos provavelmente levados a declarar que a totalidade é um chiste excelente. Gostaria antes de aventurar a afirmação de que tudo que pertence à natureza do chiste procede de nossa surpresa ante a estranha combinação ‘pão-pão-fama’. Enquanto chiste, portanto, seria um caso de ‘representação pelo absurdo’.

Uma estranha justaposição ou a atribuição de um epíteto absurdo podem apresentar-se como resultado de uma analogia:

‘Uma mulher *zweischläfrige*.’ ‘Um banco de igreja *einschaläfriger*.’ (Ambas de Lichtenberg.) Por trás de ambos os ditos, jaz uma analogia com cama; em ambos opera, além do ‘desconcerto’, o fator técnico ‘alusão’ — alusão em um caso aos soporíferos efeitos de um sermão e em outro ao inexaurível tópico das relações sexuais.

Até aqui verificamos, que, onde uma analogia nos parece um chiste, isso se deve à mesclagem com uma das técnicas do chiste que já conhecemos. Mas alguns outros exemplos parecem finalmente evidenciar que uma analogia pode ser um chiste por si mesma.

Eis como Lichtenberg descreve certas odes:

‘São em poesia o que os imortais trabalhos de Jacob Böhme são em prosa — uma espécie de piquenique, onde o autor fornece as palavras e o leitor o sentido.’

‘Quando filosofa, normalmente projeta sobre as coisas um agradável luar que geralmente deleita mas não mostra coisa alguma claramente.’

Ou veja-se Heine:

‘A face dela parecia um palimpsesto onde, por baixo do novo e negro manuscrito monástico do texto de um padre da Igreja, escondem-se as meio obliteradas linhas de um antigo poema erótico grego.’

[*Harzreise*.]

Ou consideremos a extensa analogia, com propósito altamente degradante, no ‘Bäder von Lucca’ [*Reisebilder* III]:

‘Um clérigo católico comporta-se tal como um caixeiro que tem um posto em uma grande casa de comércio. A Igreja, a grande firma, da qual o Papa é o chefe, dá-lhe um emprego fixo e em paga, um salário fixo. Ele trabalha preguiçosamente, como alguém que não trabalha para lucro próprio, que tem numerosos colegas e pode facilmente escapar de ser observado no tumulto de uma grande firma. Tudo que lhe importa é o crédito da casa e ainda mais sua preservação, pois que se ela for à bancarrota, ele perderá seu ganha-pão. Um clérigo protestante, por outro lado, é em qualquer caso seu próprio chefe e empreende o negócio da religião para seu próprio lucro. Ele não negocia por atacado, como o católico, seu colega comerciante, mas apenas a retalho. E já que ele próprio se encarrega de tudo, não se permite ser preguiçoso. Deve anunciar seus artigos de fé, depreciar os artigos do competidor e, como genuíno retalhista, deve manter-se em sua venda a retalho, cheio de inveja comercial de todas as grandes casas, em particular da grande casa em Roma, que paga os salários de tantos milhares de guarda-livros e empacotadores, e tem suas fábricas nos quatro cantos do globo.’

Em face desse e de muitos outros exemplos, não podemos mais discutir o fato de que uma analogia possa em si mesma se caracterizar como chiste, sem que essa impressão seja devida a uma complicação com alguma das conhecidas técnicas de chiste. Mas ao admitir isso, estamos completamente perdidos quanto a constatar o que determina a característica chistosa das analogias, já que tal característica decerto não reside na analogia como forma de expressão do pensamento ou na elaboração de uma comparação. Tudo que podemos fazer é incluir a analogia entre as espécies de ‘representação indireta’ usadas pela técnica do chiste, deixando sem solução um problema que encontramos com muito maior clareza no caso das analogias que no caso dos outros métodos do chiste, observados anteriormente. Além do mais, deve haver sem dúvida alguma razão especial pela qual a decisão quanto a qualificar ou não algo como chiste oferece maiores dificuldades nas analogias que em outras formas de expressão.

Essa lacuna em nossa compreensão não nos deixa margem entretanto para lamentar que a primeira investigação tenha sido sem resultados. Em vista da íntima conexão que devemos estar preparados para constatar nas diferentes características dos chistes, seria imprudente esperar que pudéssemos explicar completamente uma parte do problema antes de ter, do mesmo modo, lançado a vista sobre as outras. Sem dúvida deveremos atacar agora o problema a partir de outra perspectiva.

Podemos estar seguros de que nenhuma das possíveis técnicas de chistes escapou a nossa investigação? Naturalmente que não. Mas o continuado exame de material novo pode convencer-nos de que conseguimos conhecer os métodos técnicos mais comuns e importantes da elaboração do chiste — em todos os casos, muito mais se necessita para formar um juízo sobre a natureza daquele processo psíquico. Até aqui não chegamos a tal juízo, mas por outro lado possuímos agora uma importante indicação da direção de onde podemos esperar receber esclarecimento ulterior sobre o problema. Os interessantes processos de condensação acompanhados de formação de substitutivo, reconhecidos como o núcleo da técnica dos chistes verbais, apontam para a formação dos sonhos, em cujo mecanismo tem-se descoberto os mesmos processos psíquicos. Isso vale igualmente, entretanto, para as técnicas de chistes conceptuais — deslocamento, raciocínio falho, absurdo, representação pelo oposto — que reaparecem, cada um e todos, na técnica de elaboração do sonho. O deslocamento é responsável pelo enigmático aparecimento de sonhos que nos impedem o reconhecimento de que constituem uma continuação de nossa vida desperta. O uso do absurdo e do nonsense nos sonhos tem-lhes custado a dignidade de serem considerados produtos psíquicos e tem levado as autoridades a supor que a desintegração das atividades mentais e uma cessação de crítica, da moralidade e da lógica são condições necessárias à formação dos sonhos. A representação pelo oposto é tão comum nos sonhos que mesmo os livros populares de interpretação dos sonhos, que executam de modo totalmente equivocado essa tarefa, têm por hábito levá-la em conta. A representação indireta — a substituição de um pensamento onírico por uma alusão, por algo insignificante, por um simbolismo afim à analogia — é precisamente o que distingue o modo de expressão dos sonhos de nossa vida desperta. Sendo tão abrangente dificilmente será um puro acaso tal concordância entre os métodos da elaboração do chiste e aqueles da elaboração do sonho. Será pois uma de nossas próximas tarefas demonstrar detalhadamente essa concordância bem como examinar seu fundamento. [Ver Capítulo VI adiante.]

### III - OS PROPÓSITOS DOS CHISTES

Quando ao fim de meu último capítulo transcrevi a comparação por Heine de um padre católico com um empregado em um negócio por atacado e de um protestante com um mercador a retalho, atentei para uma inibição que estava tentando induzir-me a não utilizar a analogia. Disse a mim mesmo que entre os leitores haveria provavelmente alguns que sentissem respeito não só pela religião como por seus ministros e ajudantes. Tais leitores ficariam indignados com a analogia e em tal estado emocional estariam privados de todo interesse quanto a decidir se a analogia parece um chiste por sua própria conta ou devido a alguma coisa extra a ela acrescentada. Com outras analogias — por exemplo, aquela analogia vizinha, sobre a agradável luz da lua que alguma filosofia particular lança sobre as coisas — parecia não haver necessidade de preocupar-me com o efeito perturbador que teriam sobre alguma fração de meus leitores. O homem mais piedoso permaneceria em um estado de ânimo tal que pudesse opinar sobre nosso problema.

É fácil adivinhar a característica dos chistes de que depende a diferença na reação de seus ouvintes. Em um caso, o chiste é um fim em si mesmo, não servindo a um objeto particular; em outro caso, o chiste serve a um fim — torna-se *tendencioso*. Apenas os chistes que têm um propósito correm o risco de encontrar pessoas que não querem ouvi-los.

Os chistes não tendenciosos foram descritos por Vischer como chistes ‘abstratos’. Prefiro chamá-los ‘inocentes’.

Já que dividimos os chistes em “verbais” e ‘conceptuais’ de acordo com a manipulação técnica do material, estamos autorizados agora a examinar a relação entre tal classificação e os novos chistes que iremos introduzindo. A relação entre chistes verbais e conceptuais por um lado e entre chistes abstratos e tendenciosos por outro, não é de mútua influência; trata-se de duas classificações de produtos chistosos inteiramente independentes. Algumas pessoas podem talvez receber a impressão de que os chistes inocentes são predominantemente verbais e que uma técnica mais complexa de chistes conceptuais é mais empregada para propósitos definidos. Mas há chistes inocentes que operam com jogo de palavras e semelhança fônica, como há chistes inocentes que empregam todos os métodos dos chistes conceptuais. É ainda mais fácil mostrar que um chiste tendencioso não necessita ser mais que um chiste verbal no que toca à sua técnica. Por exemplo, os chistes que ‘jogam com’ nomes próprios têm freqüentemente um propósito insultante e ferino, embora sejam, é desnecessário dizer, chistes verbais. Mas os chistes mais inocentes de todos são ainda os chistes verbais; por exemplo, o *Schüttelreime*, tornado recentemente tão popular e no qual a técnica é constituída pelo uso múltiplo do mesmo material com uma modificação inteiramente peculiar:

Und weil er Geld in Menge hatte,  
lag stets er in der Hängematte

[E porque tem dinheiro em quantidade  
Ele sempre se deita em uma rede.]

Pode-se esperar que ninguém questione a identidade do prazer derivado dessas rimas, por outro lado despretensiosas, com o prazer que nos faz reconhecer os chistes.

Bons exemplos de chistes conceptuais, abstratos ou inocentes, podem ser achados em abundância nas analogias de Lichtenberg, algumas das quais já conhecemos. Acrescento outras:

‘Enviaram um volume em oitavo menor a Göttingen e receberam de volta algo que era um quarto em corpo e alma.’

‘A fim de construir esse edifício adequadamente, é necessário providenciar sobretudo bons alicerces; não conheço nenhum mais firme que o processo em que, a cada camada de alvenaria *pro* segue-se prontamente outra *contra*.’

‘Uma pessoa gera um pensamento, uma segunda o leva a batizar-se, uma terceira tem filhos com ele, uma quarta o visita em seu leito de morte e uma quinta o enterra.’ (Analogia com unificação.)

‘Ele não apenas não acredita em fantasmas como ainda não tem medo deles.’ O chiste aqui consiste inteiramente na forma absurda da representação, que introduz, por comparação, as maneiras de pensar menos comuns enquanto assevera francamente o que se considera menos importante. Se o envoltório chistoso é removido, temos (a afirmação): ‘é muito mais fácil ficar livre do medo dos fantasmas intelectualmente que escapar dele quando aparece a ocasião’. Tal asserção não é absolutamente um chiste, embora se trate de uma descoberta psicológica correta e ainda bem pouco apreciada — a mesma descoberta que Lessing exprime em sentença bem conhecida:

‘Não são livres todos aqueles que zombam de suas cadeias.’

Aproveito a oportunidade para livrar-me de um equívoco possível, pois os chistes ‘abstratos’ ou ‘inocentes’ estão longe de ter o mesmo sentido dos chistes ‘triviais’ ou ‘carentes de substância’; (sua designação) conota simplesmente o oposto dos chistes ‘tendenciosos’ que serão discutidos em breve. Como mostram nossos últimos exemplos, um chiste inocente — ou seja, não tendencioso — pode ter também grande substância, asseverando algo valioso. Mas a substância de um chiste é independente do chiste, consistindo na substância do pensamento expresso aqui como chiste, mediante arranjo especial. Sem dúvida, tal com os relojoeiros em geral fornecem a um mecanismo particularmente bom algum estojo similarmente valioso, assim pode ocorrer com o chiste, onde os melhores produtos chistosos são usados como envoltório dos pensamentos de maior substância.

Se traçamos agora uma nítida distinção entre a substância do pensamento e o envoltório chistoso, atingimos realmente uma descoberta que pode lançar luz a grande parte de nossa incerteza na avaliação de chistes. Pois isso revela — o que é surpreendente — que nossa fruição do chiste baseia-se em uma impressão combinada de sua substância com uma efetividade como chiste, o que nos leva a ser enganados por um fator à custa do outro. Só depois da redução do chiste tornamo-nos atentos para esse falso juízo.

Além disso, a mesma coisa vale para os chistes verbais. Quando nos dizem que ‘a experiência consiste em experimentar o que não desejaríamos experimentar’ (ver em [1]), ficamos desconcertados e pensamos ter aprendido nova verdade. Transcorre algum tempo antes que reconheçamos sob esse disfarce a platitude ‘O sofrimento faz-nos sábios’. [A adversidade é a melhor escola.] (Fischer [1889, 59].) O modo adequado com que o chiste consegue definir a ‘experiência’, quase que exclusivamente pelo uso da palavra ‘experimentar’, engana-nos, levando à superestimação da substância da sentença. Exatamente o mesmo se pode dizer sobre o chiste de unificação de Lichtenberg ‘Janeiro’ (ver em [2]) que não nos diz mais do que sempre soubemos — que os votos feitos por ocasião do Ano Novo tornam-se realidade com a mesma freqüência que outros votos. O mesmo em muitos casos semelhantes.

Constatamos o contrário quanto a outros chistes, nos quais a adequação e verdade do pensamento nos enganam, levando-nos a considerar toda a sentença como um chiste brilhante — enquanto só o pensamento é brilhante e a confecção do chiste freqüentemente precária. Exatamente nos chistes de Lichtenberg o núcleo do pensamento é em geral muito mais valioso que o envoltório chistoso ao qual, injustificadamente, estendemos nossa apreciação. Assim por exemplo o comentário sobre ‘a tocha da verdade’ (ver em [1]) é uma analogia que dificilmente chega a ser um chiste, mas é tão apropriada que insistimos em tomar a sentença como um chiste particularmente bom.

Os chistes de Lichtenberg se distinguem sobretudo devido a seu conteúdo intelectual e à segurança com que ferem o alvo. Goethe estava muito certo ao dizer deste autor que suas idéias chistosas e pilhéricas encobriam problemas; seria mais correto dizer que roçam a solução de problemas. É o caso por exemplo em que comenta com um chiste: ‘Ele lera Homero tanto que lia sempre “*Agamemnon*” ao invés de “*angenommen* [suposto]”.’ A técnica usada é ‘estupidez’ mais ‘similaridade fônica’, tendo Lichtenberg descoberto nada menos que o segredo da leitura equivocada.

O mesmo se dá com um chiste cuja técnica nos parecera muito insatisfatória (ver em [1]): ‘Ele se maravilhava em que os gatos tivessem dois furos recortados em sua pele, exatamente no lugar dos olhos’. A estupidez aqui alardeada é apenas aparente. De fato, por trás desse simples comentário está o grande problema da teleologia na estrutura animal. Não é absolutamente óbvio que a fissura palpebral deve abrir-se no ponto em que a córnea está exposta até que a teoria da evolução esclareça essa coincidência.

Tenhamos em mente o fato de que os comentários chistosos produzem em nós uma impressão global na qual não conseguimos separar a parte devida ao conteúdo intelectual da parte devida à elaboração do chiste. Pode ser que mais tarde encontremos um fato paralelo a este, ainda mais importante. (Ver em [1].)

Do ponto de vista do esclarecimento teórico sobre a natureza do chiste, os chistes inocentes serão necessariamente mais valiosos para nós que os tendenciosos, tanto quanto os triviais o serão mais que os chistes profundos. Os chistes inocentes e triviais colocam-nos provavelmente o problema do chiste em sua forma mais pura, já que com eles evitamos o perigo de ser confundidos por seu propósito ou equivocados em nosso julgamento por seu bom senso. Com base nesse material nossas descobertas podem fazer novos avanços.

Selecionarei os exemplos, o mais possível inocentes, de um chiste verbal:

‘Uma garota a quem se anunciou um visitante enquanto achava-se no toucador queixou-se: “Oh, que vergonha, alguém não poder deixar-se ver logo quando se está mais *anziehend!*”’ (Kleinpaul, 1890.)

Substituirei esse exemplo por outro extremamente simples e, de fato, não sujeito à objeção, já que me assaltam dúvidas quando à caracterização do chiste anterior como não tendencioso.

‘Ao fim de uma refeição da qual eu participava como convidado, foi servido um pudim do tipo conhecido como “*Roula*”. Prepará-lo requer alguma habilidade por parte do cozinheiro. Portanto, um dos convidados perguntou: “Feito em casa?” Ao que respondeu o anfitrião: “Sim. É um *home-roulard!*”’

Dessa vez não examinaremos a técnica do chiste; antes propomos voltar nossa atenção para outro fator, realmente o mais importante. Quando os presentes (à mesa) ouvimos esse chiste improvisado, tal fato nos proporcionou prazer — como posso claramente me lembrar — e nos fez rir. Neste caso, como em incontáveis outros, o sentimento de prazer do ouvinte não decorre do propósito do chiste nem de seu conteúdo intelectual; nada nos resta portanto senão colocar em conexão o sentimento de prazer com a

técnica do chiste. Os métodos técnicos do chiste que já descrevemos anteriormente — condensação, deslocamento, representação indireta etc. — possuem assim o poder de evocar um sentimento de prazer no ouvinte, embora possamos não ter a mínima idéia de como terão adquirido tal poder. Dessa maneira simples, chegamos à segunda tese em nossa classificação dos chistes; a primeira (ver em [1]) asseverava que a característica dos chistes consiste em sua forma de expressão. Consideremos além do mais que a segunda tese nada nos ensina de efetivamente novo. Isola simplesmente o que uma observação já feita anteriormente incluía. Lembremo-nos que quando conseguíamos reduzir um chiste (pela substituição de sua forma de expressão por outra, que preservava cuidadosamente seu sentido) este perdia não apenas seu caráter de chiste como também seu poder de nos fazer rir — nossa fruição do chiste.

Não podemos seguir adiante sem uma discussão do que nossas autoridades filosóficas expõem a respeito.

Os filósofos, que consideram os chistes como uma parte do cômico e tratam o próprio cômico no capítulo da estética, definem uma idéia estética pela condição de que não tentamos obter ou fazer qualquer coisa através dela, não necessitando dela para satisfazer qualquer de nossas necessidades vitais, mas contentando-nos na contemplação e na fruição da idéia. 'Esta fruição, espécie de ideação, é a fruição puramente estética, que consiste apenas em si mesma, não tendo outro objetivo fora de si e não preenchendo qualquer dos demais objetivos da vida.' (Fischer, 1889, 20.) (ver em [1])

Difícilmente haveremos de contraditar tal asserção de Fischer — não faremos mais talvez que traduzir seu pensamento em nosso próprio modo de expressão — se insistirmos em que a atividade chistosa não deve ser, afinal, descrita como inútil ou desinteressada, já que tem o propósito inequívoco de suscitar prazer em seus ouvintes. Duvido que estejamos em condições de empreender *qualquer coisa* sem ter uma intenção em vista. Se não solicitamos nosso aparato mental no momento de prover uma de nossas satisfações indispensáveis, permitimos-lhe operar na direção do prazer e procuramos derivar prazer de sua própria atividade. Suspeito que em geral é essa a condição que governa toda a ideação estética, mas sei muito pouco de estética para tentar expandir o assunto. No que concerne ao chiste, entretanto, posso afirmar à base das duas descobertas já feitas, que se trata de uma atividade que visa derivar prazer dos processos mentais, sejam intelectuais ou de outra espécie. Sem dúvida existem outras atividades com o mesmo fim. Talvez estas se diferenciem de acordo com o campo de atividade mental do qual procuram derivar prazer ou de acordo talvez com os métodos que utilizem. Não podemos, por enquanto, decidir quanto a isso mas mantemos firmemente a posição de que a técnica do chiste e a tendência à economia, que a controla em parte (Ver em [1].), colocam-se em conexão com a produção do prazer.

Mas antes que nos disponhamos a solucionar o enigma da maneira pela qual os métodos técnicos de elaboração do chiste podem excitar prazer no ouvinte, recordemos o fato de que, com uma perspectiva de simplificação e maior perspicuidade, tenhamos deixado inteiramente de lado os chistes tendenciosos. Devemos afinal tentar esclarecer a questão de quais são os propósitos dos chistes e de como estes servem a tais propósitos.

Há, antes de tudo, uma observação que nos previne contra deixar de lado os chistes tendenciosos em nossa investigação da origem do prazer que fruímos nos chistes. O agradável efeito dos chistes inocentes é em regra um efeito moderado; um nítido sentido de satisfação, um leve sorriso, é tudo o que em geral podem obter de seus ouvintes. Pode ser que mesmo parte desse efeito devesse ser atribuído ao conteúdo intelectual do chiste, como já verificamos em exemplos adequados (ver em [1]). Um chiste não tendencioso dificilmente merece a súbita explosão de riso que torna os chistes tendenciosos assim



irresistíveis. Já que ambos os tipos podem ter a mesma técnica, podemos suspeitar de que os chistes tendenciosos, em virtude de seu propósito, devem ter fontes de prazer disponíveis, às quais os chistes inocentes não teriam acesso.

Os propósitos dos chistes podem facilmente ser passados em revista. Onde um chiste não tem objetivo em si mesmo — isto é, onde não é um chiste inocente — pode servir a apenas dois propósitos, que podem ser subsumidos sob um único rótulo. Ou será um chiste *hostil* (servindo ao propósito de agressividade, sátira ou defesa) ou um chiste *obsceno* (servindo ao propósito de desnudamento). Deve-se reiterar desde já que as espécies técnicas do chiste — verbal ou conceptual — não se relacionam com esses dois propósitos.

É tarefa muito mais extensa mostrar o modo pelo qual o chiste serve a esses dois propósitos. Na investigação prefiro lidar primeiro não com os chistes hostis mas com os desnudadores. É verdade que estes têm sido muito mais raramente julgados dignos de investigação, como se a aversão com que se os encara já se tivesse transferido para a discussão. Mas não nos permitiremos estar desconcertados por isso, pois atacaremos imediatamente um caso marginal de chiste que promete nos trazer esclarecimento sobre mais um ponto obscuro.

Sabemos o que se entende por *smut*: a intencional proeminência verbal de fatos e relações sexuais. Esta definição não é, entretanto, mais válida que outras definições. A despeito dela, uma aula expositiva sobre a anatomia dos órgãos sexuais ou a fisiologia da procriação não necessita ter um único ponto de contato com o *smut*. É fato bem mais relevante que este se dirija a uma pessoa particular, que desperta no locutor uma excitação sexual a qual, ouvindo-o, espera-se que fique ciente da excitação dele e em consequência, torne-se por sua vez excitada sexualmente. Ao invés de excitada, a outra pessoa pode ser levada a sentir vergonha ou embaraço, o que é apenas reação à excitação e, por linhas transversas, uma aceitação desta. O *smut* dirige-se pois originalmente às mulheres e pode ser equiparado às tentativas de sedução. Se o homem, em companhia de homens, gosta de falar ou ouvir *smut*, a situação primitiva, que não pode se realizar devido às inibições sociais, pode ser facilmente imaginada. Uma pessoa que ri do *smut* que escuta está rindo como se fora espectador de um ato de agressão sexual.

O material sexual que forma o conteúdo do *smut* inclui mais do que é *peculiar* a cada sexo; inclui também o que é *comum* a ambos os sexos, a que se estende o sentimento de vergonha — vale dizer, o que é excrementício no sentido mais amplo. Esse é, entretanto, o sentido coberto pela sexualidade na infância, idade em que há como que uma cloaca dentro da qual pouco ou nada se distingue do que é sexual e do que é excrementício. Através de toda a escala da psicologia das neuroses o que é sexual inclui o excrementício no antigo sentido, infantil.

O *smut* é como que um desnudamento das pessoas, sexualmente diferentes, a quem é dirigido. Pela enunciação de palavras obscenas a pessoa assediada é compelida a imaginar a parte do corpo ou o procedimento em questão, ao mesmo tempo que lhe é mostrado o que o assediante, ele próprio, está imaginando. Não se pode duvidar de que o motivo original do *smut* seja o desejo de ver desmascarado o que é sexual.

Voltarmos nesse ponto a fatos fundamentais só ajudará a esclarecer as coisas. Um desejo de ver desnudados os órgãos peculiares a cada sexo é um dos componentes originais de nossa libido. Ele próprio (o desejo) pode ser o substitutivo de algo anterior, voltando a um hipotético desejo primário de tocar as partes sexuais. Como se dá com tanta frequência, olhar substitui tocar. A libido visual e tátil está presente

em todo indivíduo nas duas formas ativa e passiva, masculina e feminina; de acordo com a preponderância do caráter sexual, uma ou outra forma predomina. É fácil observar a inclinação ao autodesnudamento em crianças pequenas. Nos casos em que o germe dessa inclinação escapa a seu destino usual de ser sepultado ou suprimido, desenvolve nos homens a familiar perversão conhecida como exibicionismo. Nas mulheres a inclinação ao exibicionismo passivo é quase invariavelmente sepultada sob a impressionante função reativa da modéstia sexual, mas não sem que lhe seja deixada uma válvula de escape em relação às roupas. Basta apenas aludir à elasticidade e variabilidade no total de exibicionismo que se permite às mulheres reter de acordo com as diferentes convenções e circunstâncias.

Nos homens um alto grau dessa tendência persiste como porção de sua libido e serve como introdução do ato sexual. Quando tal estímulo se faz sentir na primeira abordagem de uma mulher, por duas razões as palavras são utilizadas: primeiro, para anunciar-se (a excitação) a ela; segundo, porque se a idéia é suscitada pela fala, ela pode induzir uma excitação correspondente na própria mulher, despertando nela uma inclinação ao exibicionismo passivo. Este cortejamento verbal não é ainda *smut*, mas estágio que o precede. Se a aquiescência da mulher emerge rapidamente, a fala obscena tem vida curta; leva imediatamente a uma ação sexual. Ocorre diferentemente quando não se conta com uma rápida aquiescência por parte da mulher surgindo então, no lugar da convivência, reações defensivas. Neste caso o discurso sexualmente excitante torna-se um fim em si mesmo na forma de *smut*. Já que a agressividade sexual é detida em seu avanço em direção ao ato, ela permanece na evocação da excitação e deriva prazer dos sinais em que se manifesta à mulher. Ao fazer isso, a agressividade sem dúvida altera também seu caráter, tal como qualquer impulso libidinoso que esbarra em um obstáculo. Torna-se positivamente hostil e cruel, convocando assim em seu auxílio, contra o obstáculo, os componentes sádicos do instinto sexual.

A inflexibilidade da mulher é portanto a primeira condição para o desenvolvimento do *smut* embora isso pareça implicar meramente em um adiamento não indicando que os esforços ulteriores sejam vãos. O caso ideal de uma resistência desse tipo por parte da mulher ocorre se outro homem está presente ao mesmo tempo — uma terceira pessoa — pois nesse caso uma rendição imediata da mulher seria tão boa quanto fora de questão. Essa terceira pessoa logo adquire a maior importância no desenvolvimento do *smut*: para começar, entretanto, não se deve desconsiderar a presença de uma mulher. Entre os camponeses ou em ambientes de espécie mais humilde há de se notar que o *smut* só começa após a entrada da garçonne ou da esposa do albergueiro. Só em níveis sociais mais altos ocorre o oposto, a presença de uma mulher condicionando o fim do *smut*. Os homens se abstêm desse tipo de divertimento, que originalmente pressupõe a presença de uma mulher sentindo-se envergonhada, até que estejam ‘juntos a sós’. De modo que gradualmente, no lugar da mulher, o espectador, depois o ouvinte, torna-se a pessoa a quem é dirigido o *smut*, bem perto já de assumir o caráter de chiste devido a essa transformação.

Daqui por diante nossa atenção se dirigirá a dois fatores: à parte desempenhada pela terceira pessoa, o ouvinte, e às condições que controlam o conteúdo do próprio *smut*.

Falando de modo geral, um chiste tendencioso requer três pessoas: além da que faz o chiste, deve haver uma segunda que é tomada como objeto da agressividade hostil ou sexual e uma terceira na qual se cumpre o objetivo do chiste de produzir prazer. Teremos depois que examinar as razões mais profundas desse estado de coisas; no momento, vamos ater-nos ao fato que isso comprova — a saber, que não é a pessoa que faz o chiste que ri dele, desfrutando portanto seu efeito deletitoso, mas o ouvinte inativo. No caso do *smut* as três pessoas mantêm idêntica relação. O curso dos eventos pode ser assim descrito. Quando a primeira pessoa vê seu impulso libidinoso inibido pela mulher, desenvolve uma tendência hostil

contra a segunda pessoa e convoca como aliado a terceira pessoa, que seria um estorvo na situação original. Através da fala caracterizada como *smut* da primeira pessoa, a mulher é exposta à terceira que, como ouvinte, é agora subornada pela passiva satisfação de sua libido.

É notável quão universalmente popular é, entre pessoas comuns, um intercâmbio em *smut* e como este, infalivelmente, produz uma disposição eufórica. Mas também é digno de nota que nesse complicado procedimento, que envolve tantas das características dos chistes tendenciosos, não sejam solicitados ao próprio *smut* nenhum dos requisitos formais caracterizadores do chiste. A enunciação sem disfarce de uma indecência proporciona prazer à primeira pessoa e riso à terceira.

Apenas quando ascendemos a uma sociedade de educação mais refinada as condições formais sobre os chistes vêm a desempenhar algum papel. O *smut* torna-se um chiste e só é tolerado quando tem um caráter de chiste. O método técnico usualmente empregado é a alusão — ou seja, a substituição por algo menor, apenas remotamente conexo, que o ouvinte reconstrói em sua imaginação como uma obscenidade direta e completada. Quanto maior a discrepância entre o que é dado diretamente na forma de *smut* e o que é necessário ao ouvinte evocar, mais refinado torna-se o chiste e mais alto, também, pode se aventurar a subir à sociedade. Como se verifica facilmente através de exemplos, o *smut* que tem as características de um chiste, tem à disposição, além da alusão, vulgar ou refinada, todos os outros métodos de chistes verbais e conceptuais.

Aqui finalmente compreendemos o que é que os chistes executam a serviço de seu propósito. Tornam possível a satisfação de um instinto (seja libidinoso ou hostil) face a um obstáculo. Evitam esse obstáculo e assim extraem prazer de uma fonte que o obstáculo tornara inacessível. O obstáculo interferente nada mais é em realidade que a incapacidade da mulher em tolerar a sexualidade sem disfarces, incapacidade correspondentemente aumentada com a elevação do nível educacional e social. A mulher que se imagina presente na situação inicial é retida depois como se estivesse ainda presente, ou, em sua ausência, sua influência tem ainda efeito intimidante sobre os homens. Podemos notar que os homens de uma classe mais alta são imediatamente levados, quando em companhia de moças de classe inferior, a reduzirem seus chistes com caráter de *smut* ao nível de simples *smut*.

O poder que dificulta ou impossibilita as mulheres, e em menor grau também os homens, de desfrutarem a obscenidade sem disfarce é por nós denominado 'repressão'; reconhecemos nela o mesmo processo psíquico que, em caso de grave enfermidade, mantém fora da consciência todos os complexos de impulsos, junto com seus derivativos, processo que se tem revelado o principal fator na causação do que chamamos psicose. Acreditamos que a civilização e a educação de nível mais alto têm larga influência no desenvolvimento da repressão e supomos que, em tais condições, a organização psíquica sofre uma alteração (que também emerge como uma disposição herdada) em consequência de que, aquilo que foi inicialmente sentido como agradável, torna-se então inaceitável e é rejeitado com toda a força psíquica possível. A atividade repressiva da civilização faz com que as possibilidades primárias de fruição, agora repudiadas pela censura, se percam. Quando rimos de um refinado chiste obsceno, rimos da mesma coisa que faz um camponês se rir de uma vulgar peça de *smut*. Nós, entretanto, nunca podemos rir do *smut* vulgar; devemos antes nos sentir envergonhados, o *smut* nos parecendo repugnante. Só podemos rir quando um chiste vem em nossa ajuda.

Assim parece confirmada nossa suspeita inicial (ver em [1]), a saber, que os chistes tendenciosos têm a seu dispor fontes de prazer além daquelas abertas aos chistes inocentes, nos quais todo o prazer está de algum modo vinculado à técnica. Podemos também mais uma vez repetir que, com relação aos

chistes tendenciosos, não estamos em condições de distinguir intuitivamente que parte do prazer procede das fontes de sua técnica e que parte deriva de seu propósito. Assim, estritamente falando, não sabemos de que estamos rindo. No caso de todos os chistes obscenos, estamos sujeitos a sucumbir a erros de julgamento sobre a ‘excelência’ do chiste na medida em que estes dependem de determinantes formais; a técnica de tais chistes é muito freqüentemente desprezível, mas tem imenso sucesso em provocar riso.

Examinaremos agora a questão do papel desempenhado pelos chistes a serviço de um propósito *hostil*.

Aqui, desde logo, encontramos a mesma situação. Desde nossa infância individual, e, similarmente, desde a infância da civilização humana, os impulsos hostis contra o nosso próximo têm-se sujeitado às mesmas restrições, à mesma progressiva repressão, quanto nossas tendências sexuais. Não conseguimos ainda ir tão longe a ponto de amar nossos inimigos ou oferecer-lhes a face esquerda depois de esbofetada a direita. Além do mais, todas as regras morais para a restrição do ódio ativo fornecem até hoje a mais nítida evidência de que foram originalmente moldadas para uma pequena sociedade dos membros de um clã. Na medida em que pudemos sentir que somos membros de um povo, permitimo-nos desconsiderar a maior parte dessas restrições com relação a estrangeiros. Contudo, dentro de nosso próprio círculo, já fizemos alguns avanços no controle dos impulsos hostis. Como Lichtenberg exprimiu em termos drásticos: ‘Onde dizemos agora “Desculpe-me” costumávamos dar um soco nos ouvidos’. A hostilidade brutal, proibida por lei, foi substituída pela invectiva verbal; um melhor conhecimento da interconexão dos impulsos humanos está cada vez nos roubando — através de seu consistente ‘tout comprendre c’est tout pardonner’ — a capacidade de nos zangarmos com quem quer que se intrometa em nosso caminho. Embora, quando crianças, ainda sejamos dotados de uma poderosa disposição herdada para a hostilidade, logo aprendemos por uma civilização pessoal superior, que o uso de uma linguagem abusiva é indigno; e mesmo onde a luta pela luta permaneceu permissível, aumentou extraordinariamente o número de métodos de luta cujo emprego é vedado. Já que somos obrigados a renunciar à expressão da hostilidade pela ação — refreada pela desapaixionada terceira pessoa em cujo interesse deve-se preservar a segurança pessoal — desenvolvemos, como no caso da agressividade sexual, uma nova técnica de invectiva que objetiva o aliciamento dessa terceira pessoa contra nosso inimigo. Tornando nosso inimigo pequeno, inferior, desprezível ou cômico, conseguimos, por linhas transversas, o prazer de vencê-lo — fato que a terceira pessoa, que não dispendeu nenhum esforço, testemunha por seu riso.

Estamos agora preparados para perceber a parte desempenhada pelos chistes na agressividade hostil. Um chiste nos permite explorar no inimigo algo de ridículo que não poderíamos tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho; ainda uma vez, *o chiste evitará as restrições e abrirá fontes de prazer que se tinham tornado inacessíveis*. Ele ademais subornará o ouvinte com sua produção de prazer, fazendo com que ele se alinhe conosco sem uma investigação mais detida, exatamente como em outras freqüentes ocasiões fomos subornados por um chiste inocente que nos levou a superestimar a substância de uma afirmação expressa chistosamente. Tal fato é revelado à perfeição na expressão corrente ‘*die Lacher auf seine Seite ziehen* [trazer os que riem para nosso lado]’.

Consideremos, por exemplo, os chistes de Herr N., dispersos ao longo do capítulo anterior. Eram todos eles invectivas, como se Herr N. quisesse exclamar em voz alta: ‘O Ministro da Agricultura é um boi! (ver em [1])’. ‘Não me fale sobre\*\*\*! Ele explode de vaidade! (ver em [2])’ ‘Nunca li em toda minha vida nada

mais chato que estes ensaios históricos sobre Napoleão na Áustria! (ver em [3])'. Mas a alta posição que ocupa impede que exprima seus julgamentos nessa forma. Ele convoca pois o chiste em sua ajuda, o que lhe garante uma recepção, pelo ouvinte, nunca possível em forma não chistosa, a despeito da verdade que possam conter. Um desses chistes é particularmente instrutivo — aquele sobre o 'vermelho *Fadian*' (ver em [4]), talvez o mais impressionante de todos. O que haverá nele que nos faz rir e desvia tão completamente nosso interesse da possível injustiça que se esteja fazendo ao pobre autor? A forma chistosa, naturalmente — o que vale dizer, o chiste. Mas do que será que estamos rindo? Da pessoa em questão, sem dúvida, a qual nos é apresentada como o 'vermelho *Fadian*', e em particular rimos do fato dessa pessoa ter os cabelos vermelhos. As pessoas educadas se impedem de rir dos defeitos físicos e além disso não incluem o cabelo ruivo entre os defeitos físicos risíveis. Mas não há dúvida de que este é assim considerado pelos meninos de escola e pelo povo comum — sendo verdade mesmo para o nível de educação de certos representantes municipais e parlamentares. Herr N. possibilitou então, da maneira mais engenhosa, a nós, adultos e sensatos, rirmos como garotos de escola do cabelo ruivo do historiador X. Essa não era certamente a intenção de Herr N., mas é muito duvidoso que uma pessoa que dá livre curso a um chiste conheça a precisa intenção deste.

Se nesses casos o obstáculo à agressividade que o chiste ajuda a evitar era interno — uma objeção estética à invectiva —, em outra parte o obstáculo pode ser de espécie puramente externa. Assim o caso em que o Sereníssimo perguntou a um estranho, cuja semelhança com sua própria pessoa o surpreendia: 'Sua mãe esteve alguma vez no Palácio?' e a resposta foi: 'Não, mas meu pai esteve' (ver em [1]). A pessoa a quem se fazia tal pergunta gostaria sem dúvida de derrubar a socos o impertinente indivíduo que ousara, através da alusão, lançar uma mancha sobre a memória de sua mãe bem amada. Mas o indivíduo impertinente era o Sereníssimo, a quem não se poderia socar ou mesmo insultar a não ser que se estivesse preparado a comprar uma vingança a preço da própria existência. Portanto o insulto devia aparentemente ser engolido em silêncio. Mas afortunadamente um chiste mostra a maneira pela qual o insulto pode ser seguramente vingado — utilizando o método técnico da unificação para aceitar a alusão e devolvê-la ao agressor. Fica aqui a impressão de que um chiste é tão determinado por seu propósito que, em face do caráter chistoso da réplica, inclinamo-nos por esquecer que a pergunta feita pelo agressor tem ela própria o caráter de um chiste com a técnica da alusão.

A prevenção das invectivas ou das réplicas insultuosas por circunstâncias externas é um caso tão comum que os chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade. O chiste assim representa uma rebelião contra tal autoridade, uma liberação de sua pressão. O fascínio das caricaturas baseia-se no mesmo fator: rimos delas, mesmo se malsucedidas, simplesmente porque consideramos um mérito a rebelião contra a autoridade.

Se temos em mente o fato de que os chistes tendenciosos são altamente adequados para ataque aos grandes, aos dignitários, aos poderosos, que são protegidos da degradação direta por inibições internas e circunstâncias externas, somos obrigados a levar em especial consideração certos grupos de chistes que parecem se dirigir aos inferiores, às pessoas indefesas. Estou pensando nas anedotas sobre os agentes matrimoniais, algumas das quais ficamos conhecendo no curso de nossa investigação das várias técnicas de chistes conceptuais. Em algumas delas, como nos exemplos 'Ela é surda também' (ver em [1]) e 'Quem emprestaria alguma coisa a essas pessoas?' [[loc. cit.], o agente é alvo de riso por sua imprevidência e desatenção, tornando-se cômico porque a verdade lhe escapa como que automaticamente. Mas que

sabemos agora sobre a natureza dos chistes, por um lado, e, por outro lado, como há de se coadunar a magnitude do deleite que nos proporcionam essas histórias com a insignificância das pessoas que são aparentemente alvo de riso nesses chistes? Serão essas pessoas dignos adversários dos chistes? Não será antes o caso de que os chistes só trazem ao primeiro plano os agentes matrimoniais para ferir algo mais importante? Não será o caso de dizer uma coisa e significar outra? Realmente não é possível rejeitar essa perspectiva.

Deve-se levar adiante esta interpretação das anedotas de agentes. É verdade que não há *necessidade* de me aprofundar nelas, podendo me contentar em considerar essas anedotas '*Schawänke* [histórias engraçadas]' e negar que tenham caráter de chiste. Pois os chistes também podem ter um determinante subjetivo dessa espécie. Nossa atenção agora se dirige para tal possibilidade e teremos que examiná-la depois [Capítulo V]. Tal possibilidade declara que só é um chiste o que eu permito que seja um chiste. Aquilo que é chiste para mim pode ser meramente uma história cômica para outras pessoas. Mas se um chiste admite essa dúvida só pode ser pela razão de que tenha uma fachada — nestes casos, cômica — cuja contemplação satisfaz uma pessoa enquanto outra pode tentar inquirir por trás dela. Emerge, além disso, a suspeita de que tal fachada tencione deslumbrar a mirada inquisitiva, tendo essas histórias alguma coisa a ocultar.

De qualquer modo, se nossas anedotas de agentes matrimoniais são chistes, graças a sua fachada, elas estão em condições de ocultar não apenas o que tenham a dizer mas também o fato de que haja algo — proibido — a dizer. A continuação da interpretação — que descobre o sentido escondido e revela essas anedotas com uma fachada cômica como sendo chistes tendenciosos — seria a seguinte. Quem quer que permita à verdade escapar em um momento de distração, em realidade se alegra por livrar-se da mentira. Eis um correto e profundo *insight* psicológico. Sem essa concordância interna ninguém se deixa controlar pelo automatismo que nestes casos traz a verdade à luz. Isso converte a risível figura do *Schadchen* em simpática, merecedora de pena. Quão feliz o homem deve estar por ter podido afinal se descartar da carga de mentira, já que utiliza a primeira oportunidade para proclamar algum fragmento da verdade! Tão logo vê que o caso está perdido, que a noiva não agrada o jovem, prazerosamente confessa um outro defeito ainda oculto que escapara à observação, ou aproveita a oportunidade de argumentar exprimindo com detalhes o desprezo que lhe inspiram as pessoas para quem trabalha: 'Eu lhe pergunto — quem emprestaria alguma coisa a essa gente?'. Todo ridículo da anedota agora recai sobre os pais, nela postos a descoberto, os quais pensam justificável a trapaça para arranjar um marido para a filha, ou recai sobre a desprezível situação das moças que se deixam dessa forma ser levadas ao casamento, ou ainda recai sobre a desgraça dos casamentos contratados em tais bases. O agente matrimonial é o homem certo para expressar tais críticas, pois é quem mais conhece esses abusos; mas ele não pode mencioná-los abertamente, pois é um homem pobre cuja existência depende de explorá-los. A mente popular, que criou essas histórias e outras semelhantes, está dilacerada por conflito similar pois bem sabe que a santidade dos casamentos assim contratados está cruelmente afetada pelo pensamento do que acontecera na época em que foram arranjados.

Recordemos também o que observamos enquanto investigando a técnica dos chistes: nestes, o *nonsense* freqüentemente substitui o ridículo e a crítica presentes nos pensamentos que subjazem ao chiste (ver em [1]). (A esse respeito, incidentalmente, a elaboração do chiste opera tal qual a elaboração do sonho.) Aqui encontramos confirmado o fato mais uma vez. Que o ridículo e a crítica não se dirigem à pessoa do agente matrimonial, que só aparece nos exemplos citados como um bode expiatório, é



demonstrado por outra classe de chistes em que o agente matrimonial é representado, inversamente, como uma pessoa superior cujos poderes dialéticos o capacitam a superar qualquer dificuldade. São anedotas com uma fachada lógica ao invés de cômica — sofisticados chistes conceptuais. Em um deles (Ver em [2].) o agente consegue, na discussão, descartar o defeito da noiva: ser coxa. Tratava-se pelo menos de um *'fait accompli'*: uma outra esposa, com membros direitos correria, pelo contrário, o constante risco de cair e quebrar a perna, a que se seguiria doença, dores, despesas de tratamento, tudo o que seria poupado se a mulher já fosse coxa. Há também uma outra anedota (ver em [3]), em que o agente consegue repelir toda uma série de queixas feitas contra a noiva pelo pretendente, escorando cada qual com um bom argumento, até que chegando a uma última, à qual nada se pode contrapor, ele replica: 'O *que* você quer? Ela não pode ter afinal um único defeito?', como se necessariamente nada tivesse restado das objeções anteriores. Não é difícil indicar o ponto fraco da argumentação nesses dois exemplos, o que fizemos ao examinar sua técnica. Mas o que nos interessa é um pouco diferente. Se se concede à fala do agente uma aparência lógica tão marcante que, à examinação detalhada, é reconhecida como apenas aparência, a verdade subjacente é que o chiste declara a correção do procedimento do agente; o conteúdo não se aventura a fazê-lo seriamente mas substitui a seriedade pela aparência que o chiste apresenta. Mas aqui, como freqüentemente ocorre, um gracejo delata algo sério. Não nos equivocaremos se admitirmos que todas essas anedotas com uma fachada lógica pretendem dizer o que realmente asseveram, por razões intencionalmente defeituosas. É só o emprego do sofisma como representação disfarçada da verdade que lhe dá o caráter de chiste, tornando-o assim essencialmente dependente de seu propósito. Pois o que se insinua nas duas anedotas é que é realmente o pretendente quem se cobre de ridículo quando coleciona as diferentes qualidades da noiva com tanto cuidado, embora sejam todas negativas, pois quando faz isso, está se esquecendo que devia estar preparado para tomar como esposa um ser humano com seus inevitáveis defeitos; por outro lado, a única característica que tornaria tolerável o matrimônio com uma mulher de personalidade mais ou menos imperfeita — a atração mútua e a disponibilidade para uma adaptação afetuosa — é deixada fora de toda a transação.

A zombaria dirigida ao pretendente nesses exemplos, nos quais o agente muito apropriadamente faz a parte do superior, é expressa muito mais claramente em outras anedotas. Quanto mais claras as histórias sejam, menos técnica de chiste contêm; são apenas casos de chistes marginais cuja técnica nada mais tem em comum (com os chistes) que a construção de uma fachada. Mas devido ao fato de terem o mesmo propósito e por se esconderem por detrás de uma fachada, produzem todo o efeito de um chiste. Além disso, a pobreza de seus métodos técnicos explica porque muitos desses chistes não podem, sem sofrer dano, dispensar o elemento dialetal, cujo efeito é similar à técnica do chiste.

Uma história desse tipo que, embora possuindo toda a força de um chiste tendencioso, nada exhibe de sua técnica é a seguinte: 'O agente matrimonial perguntou: "O que você requer de sua noiva?". Resposta: "Ela deve ser bonita, rica e educada". "Muito bem", disse o agente, "mas isso eu considero como fazer três casamentos."' Nesse caso a repreensão ao homem é liberada abertamente, não mais vestida como um chiste.

Nos exemplos até agora considerados, a agressividade disfarçada dirigia-se contra pessoas — nos chistes do agente, contra alguém envolvido no negócio de arranjar casamento: o noivo, a noiva e seus pais. Mas o objeto de ataque pelo chiste pode ser igualmente instituições, pessoas enquanto representantes de instituições, dogmas morais ou religiosos, concepções de vida que desfrutem de tanto respeito que só sofrem objeções sob a máscara do chiste e, mesmo, de um chiste ocultado por sua fachada. Embora os

temas a que estes chistes tendenciosos se dirijam sejam poucos, suas formas e invólucros podem ser muitos e diversos. Penso que devemos distinguir essa classe de chistes tendenciosos por meio de um nome especial. O nome apropriado emergirá depois que tenhamos interpretado alguns exemplos.

Posso recordar duas histórias — uma do *gourmet* empobrecido que foi apanhado comendo ‘maionese de salmão’ (ver em [1]) e a outra do tutor dipsomaníaco (ver em [2]) — que aprendemos a considerar chistes sofisticados e deslocamento. Continuarei agora sua interpretação. Já sabemos que se o aparecimento da lógica é anexado como suplemento à fachada da história, o pensamento que se gostaria de exprimir seriamente é ‘o homem está certo’, o qual, devido à contradição oponente, não nos atrevemos a declarar, exceto em um único ponto, em que é facilmente possível demonstrar que ele está *errado*. O ‘ponto’ escolhido é o correto compromisso entre sua integridade e seu erro; a isso efetivamente não corresponde qualquer decisão e sim o conflito dentro de nós mesmos. As duas anedotas são simplesmente epicurescas. Elas dizem: ‘Bem, o homem está certo. Nada é mais importante que o prazer e pouco importa como obtê-lo’. Isto soa chocantemente imoral e de fato não é mais que isso. Mas no fundo não é mais que o ‘*Carpe diem*’ do poeta, que invoca a incerteza da vida e a esterilidade da renúncia virtuosa. Se a idéia de que o homem no chiste da ‘maionese de salmão’ está certo tem sobre nós efeito tão repelente, isso se dá apenas porque a verdade é ilustrada por um prazer de nível inferior, que nos parece facilmente dispensável. Em realidade cada um de nós tem momentos em que admite a correção dessa filosofia de vida, reprovando a doutrina moral, ao aproveitar a vida sem esperar que ela ofereça qualquer compensação. Já que deixamos de acreditar na promessa de uma outra vida na qual toda renúncia será recompensada — há incidentalmente muito poucas pessoas piedosas se tomamos a renúncia como signo de fé —, ‘*Carpe diem*’ torna-se uma séria advertência. De bom grado eu adiaria a satisfação, mas como saber se ainda estarei aqui amanhã? ‘*Di doman’ non c’è certezza.*’

De bom grado renunciaria a todos os métodos de satisfação proscritos pela sociedade, mas como saber que a sociedade recompensará tal renúncia oferecendo-me um dos métodos permitidos — mesmo ao preço de um certo adiamento? O que estes chistes sussurram pode ter dito em voz alta: que as vontades e desejos dos homens têm o direito de se tornarem aceitáveis ao lado de uma moralidade severa e cruel. Atualmente se tem dito em sentenças estimulantes e fortes que a moralidade é apenas uma prescrição egoística postulada pelos poucos que são ricos e poderosos e que podem satisfazer suas vontades a qualquer tempo, sem adiamento. Na medida em que a arte de curar não tem prosseguido em assegurar (a eternidade de) nossa vida e na medida em que os arranjos sociais não a têm tornado mais agradável, será impossível sufocar dentro de nós a voz que se rebela contra as exigências da moralidade. Todo homem honesto acabará admitindo isso, a menos para seu uso próprio. A decisão face a esse conflito só pode ser alcançada pelo caminho indireto de um novo *insight*. Deve-se jungir a própria vida à vida dos outros tão intimamente e poder identificar-se com eles de tal maneira que a brevidade da própria vida seja vencida; não se deve, pois, satisfazer às exigências das próprias necessidades ilegítimamente, mas antes deixá-las insatisfeitas porque só a continuidade de tantas exigências insatisfeitas há de desenvolver o poder de mudança da ordem social. Mas nem toda necessidade pessoal pode dessa forma ser adiada e transferida às outras pessoas, não havendo assim solução geral e final para o conflito.

Sabemos agora o nome que deve ser dado a chistes como aqueles que por último interpretamos. São chistes *cínicos* e disfarçam cinismos.

Entre as instituições habitualmente atacadas pelos chistes cínicos, nenhuma é mais importante, mais estritamente guardada pelos códigos morais e ao mesmo tempo mais convidativa a um ataque, que a

instituição do casamento, à qual, pois, se dirige a maioria dos chistes cínicos. Não existe reivindicação mais pessoal que a da liberdade sexual e em nenhum outro ponto a civilização exerceu supressão mais severa que na esfera da sexualidade. Um único exemplo será suficiente para nossos objetivos — aquele mencionado em [1], ‘Um registro no Álbum de Carnaval do Príncipe’:

‘Uma esposa é como um guarda-chuva; mais cedo ou mais tarde toma-se um táxi.’

Já discutimos a complicada técnica desse exemplo: um símile desconcertante e aparentemente impossível que entretanto não constitui, como vimos, um chiste em si mesmo; depois, uma alusão (um táxi é um veículo público); e, como método técnico mais poderoso, uma omissão que aumenta a inteligibilidade. O símile pode ser elaborado como segue. A pessoa se casa para se proteger contra as tentações de sensualidade, mas não obstante resulta que o casamento não permite a satisfação de necessidades que sejam algo mais fortes que o comum. Exatamente do mesmo modo, toma-se um guarda-chuva para se proteger da chuva e mesmo assim fica-se molhado na chuva. Em ambos os casos deve-se buscar em outra parte uma proteção mais forte: no último caso toma-se um veículo público e no primeiro, uma mulher que é disponível a troco de dinheiro. O chiste foi tornado agora quase inteiramente uma peça cínica. Ninguém se aventura a declarar franca e abertamente que o casamento não é um arranjo planejado para satisfazer a sexualidade do homem, a não ser que se seja forçado a fazê-lo, talvez por amor à verdade e zelo reformador como o de Chistian von Ehrenfels. A força desse chiste consiste no fato de que, não obstante — através de todas as vias transversas — isso *tenha* sido declarado.

Uma ocasião particularmente favorável a chistes tendenciosos é apresentada quando a pretendida crítica rebelde dirige-se contra o próprio sujeito, ou para dizê-lo com mais cautela, contra algo que o sujeito partilha — ou seja, ao sujeito enquanto uma pessoa coletiva (a própria nação do sujeito, por exemplo). A ocorrência da autocritica como determinante pode explicar como é que inúmeros dos mais adequados chistes (dos quais temos uma grande quantidade de exemplos) tenham germinado no solo da vida popular judia. São chistes criados por judeus e dirigido contra características dos judeus. Os chistes sobre judeus elaborados por estrangeiros são em geral histórias brutalmente cômicas em que o chiste é tornado dispensável pelo fato de que os judeus são considerados pelos estrangeiros como figuras cômicas. Os chistes judeus, originários de judeus, admitem isso também, mas conhecem seus verdadeiros defeitos tanto quanto a conexão destes com suas boas qualidades, e a parte em comum entre o sujeito do chiste e a pessoa flagrada em erro cria o determinante subjetivo (usualmente, de difícil acesso) da elaboração do chiste. (Ver em [1].) Incidentalmente não sei se há muitos outros casos em que as pessoas fazem troça, em tal grau, de seu próprio caráter.

Como um exemplo disso posso tomar a anedota (ver em [2]) de um judeu em um trem de ferro, que prontamente abandona toda compostura tão logo descobre que o recém-chegado a seu compartimento partilha suas crenças. Entramos em contato com essa anedota como evidência da demonstração por um detalhe, da representação por uma minúcia. Pretende retratar a democrática maneira de pensar dos judeus, que não reconhecem distinção entre senhores e servos, mas que apesar disso também subvertem a disciplina e a cooperação.

Um outro grupo de chistes, especialmente interessante, retrata a relação entre um judeu rico e um pobre. Os heróis são o ‘*Schnorrer* [mendigo]’ e o caridoso chefe de família ou o Barão.

‘Um *Schnorrer*, que era admitido como conviva na mesma casa todo domingo, apareceu um dia acompanhado de um jovem desconhecido que dava sinais de estar pronto para sentar-se à mesa. “Quem é

este?”, perguntou o dono da casa. “É meu genro desde a semana passada”, foi a resposta. “Eu lhe prometi pensão durante o primeiro ano.”

O objetivo dessas histórias é sempre o mesmo, que emerge mais claramente na próxima:

‘O *Schnorrer* pediu ao Barão algum dinheiro para uma viagem a Ostend; seu médico recomendara-lhe banhos de mar como remédio para seus males. O Barão achou Ostend um balneário particularmente dispendioso; um mais barato resolveria igualmente. O *Schnorrer*, entretanto, rejeitou a proposta com essas palavras: “Herr Barão, não considero nada caro demais quando se trata de minha saúde”.’ Este é também um excelente chiste de deslocamento, que podíamos tomar como modelo para aquela classe. O Barão evidentemente quer economizar seu dinheiro, mas o *Schnorrer* responde como se o dinheiro do Barão fosse seu, podendo lhe emprestar bem menos valor que à sua saúde. Espera-se aqui que riamos da impertinência do pedido, mas só raramente esses chistes deixam de ser equipados com uma fachada para desencaminhar a compreensão. A verdade subjacente é que o *Schnorrer*, que em pensamentos trata como seu o dinheiro do homem rico, realmente tem, de acordo com os sagrados preceitos dos judeus, quase que direito a tal confusão. A indignação suscitada por esse chiste é naturalmente dirigida contra a Lei, altamente opressiva mesmo com pessoas piedosas.

Eis aqui outra anedota:

‘Um *Schnorrer* em seu caminho até a escada de um homem rico, encontrou um colega de profissão que lhe aconselhou a não prosseguir: “Não suba hoje”, disse ele, “o Barão está de mau humor: não está dando a ninguém mais que um florim.” — “Subo lá de qualquer jeito”, disse o primeiro *Schnorrer*. “Por que devo dar-lhe um florim? Ele *me* dá alguma coisa?”’

Este chiste emprega a técnica do absurdo, já que faz o *Schnorrer* asseverar que o Barão nada lhe dá no exato momento em que se prepara para pedir-lhe esmola. Mas o absurdo é apenas aparente. Quase é verdade dizer que o homem rico nada lhe dá, já que a Lei o obriga a dar esmolas, devendo ser, estritamente falando, grato àquele que lhe proporciona a oportunidade da beneficência. A concepção ordinária, classe média, de caridade entra em conflito com a religiosa e se rebela mesmo abertamente contra ela em outra história do Barão que, profundamente tocado pela narração da desgraça do *Schnorrer*, convoca seus servos: ‘Joguem-no fora: ele está partindo meu coração!’. A aberta revelação de seu propósito constitui ainda uma vez um caso marginal de chiste. Apenas pelo fato de que apresentem o assunto aplicado a casos individuais é que essas últimas histórias diferem de uma queixa que não seja um chiste: ‘Realmente não há nenhuma vantagem em ser rico quando se é um judeu. A miséria dos outros torna impossível desfrutar a própria felicidade’.

Outras histórias, que são ainda uma vez casos tecnicamente fronteiros aos chistes, evidenciam um cinismo profundamente pessimista. Por exemplo:

‘Um homem que escutava mal consultou o médico que diagnosticou corretamente que o paciente bebia *brandy* demais e, devido a isso, ensurdecera. Recomendou-lhe parar com a bebida e o surdo prometeu levar a sério o conselho. Após algum tempo o médico encontrou-o na rua e perguntou-lhe em voz alta como estava passando. “Obrigado”, foi a resposta. “Não precisa falar tão alto, doutor. Desisti de beber e ouço muito bem outra vez.” Pouco tempo depois eles se encontraram novamente. O médico perguntou-lhe como estava, num tom de voz normal, mas notou que a pergunta não fora bem entendida. “Quê? O que foi?” — “Parece que você anda bebendo *brandy* outra vez”, gritou o médico em seu ouvido, “e por causa disso você está surdo outra vez.” “Você pode estar certo”, respondeu o surdo. “Eu *recomecei* a beber *brandy* e vou lhe dizer por quê. Enquanto não bebia fui capaz de escutar, mas nada do que escutei era tão

bom como o *brandy*.” Tecnicamente esse chiste nada mais é que uma lição objetiva: para suscitar o riso é necessário manter o dialeto ou possuir habilidade, mas no fundo fica a triste questão: não terá sido tal homem feliz em sua escolha?

Devo classificar como chistes tendenciosos essas histórias pessimistas em vista da alusão que elas fazem às diversas e desesperançadas misérias dos judeus.

Outros casos de chistes, igualmente cínicos, e que incluem mais que anedotas de judeus, atacam dogmas religiosos e mesmo a crença em Deus. A história do ‘*Kück*’ do Rabino (ver em [1]) cuja técnica consiste no raciocínio falho, que faz se equivalerem fantasia e realidade (uma outra perspectiva possível seria considerá-la como deslocamento), é um chiste cínico, ou crítico, desse tipo, dirigido contra os milagreiros e decerto também dirigido contra a crença em milagres. Diz-se de Heine ter feito um chiste blasfemo em seu leito de morte. Quando um padre amável lembrou-lhe a graça de Deus e deu-lhe esperanças de que Deus perdoaria seus pecados, diz-se que ele replicou: “*Bien sûr qu’il me pardonnera: c’est son métier*”. Esta é uma comparação degradante (tendo tecnicamente talvez apenas um valor de alusão), já que ter um ‘*métier*’, um ofício ou profissão, é característica de um trabalhador ou um médico — e ele (Deus) tem apenas um *métier*. Mas a força do chiste consiste em seu propósito. O que se pretende dizer nada mais é que: ‘Naturalmente ele vai me perdoar. É para isso que está lá e esta é a única razão pela qual o emprego (como quem contrata um médico ou um advogado)’. Portanto no moribundo, quando jaz impotente, acende-se a consciência de que criara um Deus e o dotara de certo poder para utilizá-lo quando surgisse a ocasião. O que se supunha ser a criatura revela-se, no próprio instante de sua aniquilação, como criador.

Às classes de chistes tendenciosos que consideramos até agora — chistes obscenos ou desnudadores, chistes agressivos (*hostis*), chistes cínicos (blasfemos, críticos) — gostaria de acrescentar uma quarta e mais rara, cuja natureza pode ser ilustrada por um bom exemplo:

‘Dois judeus encontraram-se num vagão de trem em uma estação na Galícia. “Onde vai?” perguntou um. “À Cracóvia”, foi a resposta. “Como você é mentiroso!”, não se conteve o outro. “Se você dissesse que ia à Cracóvia, você estaria querendo fazer-me acreditar que estava indo a Lemberg. Mas sei que, de fato, você vai à Cracóvia. Portanto, por que você está mentindo para mim?”’

Essa excelente história, que impressiona pelo extremo refinamento, opera evidentemente pela técnica do absurdo. O segundo judeu é censurado por mentir porque diz estar indo à Cracóvia que é seu verdadeiro destino! Mas o poderoso método técnico do absurdo conecta-se aqui à outra técnica, a representação pelo oposto, pois de acordo com a asserção não contraditada do primeiro judeu, o segundo está mentindo quando fala a verdade e fala a verdade por meio da mentira. Mas a mais séria substância do chiste é o problema do que determina a verdade. O chiste, uma vez mais, aponta para um problema assim como faz uso da ambigüidade de um dos nossos conceitos mais comuns. Estaremos certos em descrever as coisas tal qual são sem nos importarmos em considerar a forma pela qual nosso ouvinte entenderá o que dissermos? Ou será essa uma verdade jesuítica, a verdade autêntica consistindo em levar o interlocutor em consideração, fornecendo-lhe um quadro fiel de nosso próprio conhecimento? Acho que os chistes desse tipo divergem suficientemente dos demais para que lhes seja conferida posição especial. O que eles atacam não é uma pessoa ou uma instituição, mas a própria certeza de nosso conhecimento, uma de nossas capacidades especulativas. O nome que lhes caberia mais apropriado seria portanto o de chistes ‘céticos’.

No curso de nossa discussão dos propósitos dos chistes esclarecemos talvez inúmeras questões e encontramos certamente bastante sugestões para investigações futuras. Mas as descobertas desse capítulo combinam-se com as do capítulo anterior ao nos apresentar um difícil problema. Se é correto dizer que o prazer decorrente dos chistes depende, por um lado, de sua técnica e por outro lado, de seu propósito, qual o ponto de vista comum em que convergem fontes de prazer tão diferentes?



## B. PARTE SINTÉTICA

### IV - O MECANISMO DO PRAZER E A PSICOGÊNESE DOS CHISTES

Podemos agora partir de um assegurado conhecimento das fontes do prazer peculiar que os chistes nos proporcionam. Estamos cientes de que podemos ser enganados ao confundir nossa fruição do conteúdo intelectual que é afirmado com o prazer próprio aos chistes; mas sabemos que o próprio prazer tem no fundo duas fontes — a técnica e os propósitos dos chistes. O que queremos agora descobrir é o modo pelo qual o prazer procede destas fontes, o mecanismo do efeito de prazer.

Penso que encontraremos a explicação que buscamos muito mais facilmente com respeito aos chistes tendenciosos do que para os inocentes. Começaremos portanto pelos primeiros.

No caso de um chiste tendencioso o prazer procede da satisfação de um propósito cuja satisfação, de outra forma, não seria levada a efeito. O fato de que uma tal satisfação seja uma fonte do prazer não requer ulterior comentário. Mas o modo pelo qual um chiste leva a tal satisfação predispõe certas condições a partir das quais talvez possamos chegar a mais alguma informação. Dois casos aqui devem ser distinguidos. O mais simples é aquele onde se opõe à satisfação do propósito algum obstáculo externo que é contornado pelo chiste. Um exemplo desse caso é a resposta recebida pelo Sereníssimo à pergunta se a mãe de seu interlocutor houvera já vivido no Palácio (ver em [1]) e a repreensão do crítico aos dois ricos pilantras que lhe mostravam seus retratos: 'Mas onde está o Salvador?' (ver em [2]). No primeiro caso o propósito era o de responder a um insulto com outro e no último tratava-se de enunciar um insulto ao invés do tributo que era solicitado. Os fatores opostos ao propósito são puramente externos — a posição de poder das pessoas a quem os insultos se dirigiam. Pode entretanto surpreender-nos o fato de que, embora esses chistes e outros de natureza análoga possam nos satisfazer, não sejam capazes de provocar muito riso.

Ocorre diferentemente quando o fator que se antepõe à dita realização do propósito não é externo e sim um obstáculo interno, isto é, quando um impulso interno se contrapõe ao propósito. Tal condição pareceria, segundo nossa hipótese, preenchida nos chistes de Herr N., nos quais uma forte inclinação à invectiva é posta em xeque por uma cultura estética altamente desenvolvida. Com o auxílio de um chiste a resistência interna é vencida no caso particular e a inibição suspensa. De toda forma, como no caso do obstáculo externo, a satisfação do propósito é possibilitada tanto quanto se evita sua supressão e o 'estancamento psíquico' que esta última envolveria. Quanto à extensão, o mecanismo de geração do prazer seria o mesmo nos dois casos.

Contudo, inclinamo-nos aqui a aprofundar as distinções entre a situação psicológica nos casos de obstáculo interno e externo, pois suspeitamos que a remoção de um obstáculo interno possa fazer contribuição incomparavelmente mais alta ao prazer. Mas sugiro que aqui exerçamos a moderação e nos satisfaçamos por enquanto em estabelecer o que, para nós, permanece sendo o ponto essencial. Os casos de um obstáculo externo e interno só diferem em que, no último, seja suspensa uma inibição interna já existente e no primeiro se evite o aparecimento de uma nova. Sendo assim, não estaremos confiando

demais na especulação se afirmamos que tanto para erigir como para manter uma inibição psíquica se requer alguma ‘despesa psíquica’. E já que sabemos que em ambos os casos de uso dos chistes tendenciosos obtém-se prazer, é plausível portanto supor que *esta produção de prazer corresponde à despesa psíquica que é economizada*.

Temos então, aqui, uma vez mais defrontado o princípio da economia que encontramos primeiro ao discutir a técnica dos chistes verbais (ver em [1]). Mas enquanto nesse primeiro caso parecíamos encontrar a economia no uso de tão poucas palavras quanto possível ou de palavras tão mais parecidas quanto possível, suspeitamos agora de uma economia no sentido, muito mais compreensivo, da despesa psíquica em geral; devemos considerar como possível que uma compreensão mais detalhada do conceito ainda muito obscuro de ‘despesa psíquica’ possa nos levar mais perto da natureza essencial dos chistes.

Aquela falta de claridade, que fomos até aqui incapazes de vencer em nosso exame do mecanismo do prazer, pode ser tomada como apropriada punição por tentarmos desvendar o problema mais complexo antes do mais simples, ou seja os chistes tendenciosos antes dos inocentes. Devemos atentar para o fato de que ‘a economia na despesa relativa à inibição ou à supressão’ parece ser o segredo do efeito de prazer dos chistes tendenciosos e se transmite ao mecanismo dos chistes inocentes.

Baseados em espécimens adequados de chistes inocentes, onde não tememos ter nosso juízo perturbado por algum propósito ou conteúdo, somos levados a concluir que as próprias técnicas dos chistes constituem fontes de prazer; e tentaremos agora descobrir se é possível concluir que o prazer remonta à economia de despesa psíquica. Em um grupo desses chistes (jogos de palavras) a técnica consistia em focalizar nossa atitude psíquica em relação ao *som* da palavra em vez de seu *sentido* — em fazer com que a apresentação (acústica) da palavra tomasse o lugar de sua significação, tal como determinada por suas relações com as representações das coisas. Pode-se justificadamente suspeitar que ao fazer isso estamos operando um grande alívio no trabalho psíquico e que, ao utilizar as palavras seriamente, obrigamo-nos a um certo esforço ao nos abstermos desse procedimento confortável. Podemos observar que os estados patológicos da atividade do pensamento nos quais a possibilidade de concentração de despesa psíquica em um ponto particular é provavelmente restrita, atribuem efetivamente maior proeminência a esse tipo de representação fônica da palavra que a seu sentido e que os pacientes em tais estados procedem, em seu discurso, em termos (como reza a fórmula) de associações ‘externas’ mais do que de associações ‘internas’ da representação da palavra. Notamos também que as crianças, ainda acostumadas a tratar as palavras como coisas tendem a esperar que palavras idênticas ou semelhantes tenham, subjacente, o mesmo sentido — fato que é fonte de muitos equívocos dos quais os adultos se riem. Se derivamos, portanto, inequívoco deleite dos chistes ao nos transportarmos de um a outro círculo de idéias, por vezes remoto, através do uso de palavra idêntica, ou semelhante (no ‘Home-Roulard’, por exemplo (ver em [1]), passamos da cozinha à política), este deleite deve, sem dúvida, ser corretamente atribuído à economia na despesa psíquica. O prazer em um chiste, emergente de um tal ‘curto-circuito’, parece ser também maior quanto mais diferentes sejam os dois círculos de idéias conectados pela mesma palavra — quanto mais longe estejam, maior é a economia que o método técnico do chiste fornece ao curso do pensamento. Podemos também notar aqui que os chistes estão utilizando um método de conexão das coisas, rejeitado e cuidadosamente evitado pelo pensamento sério.

Em um segundo grupo de métodos técnicos usados nos chistes — unificação, similaridade de som, uso múltiplo, modificação de expressões familiares, alusões a citações — podemos isolar como

característica comum o fato de que, através de cada um deles, algo de familiar é redescoberto, onde poderíamos, pelo contrário, esperar algo de novo. A redescoberta do que é familiar é gratificante e mais uma vez não nos é difícil reconhecer esse prazer como um prazer obtido pela economia, relacionando-o à economia na despesa psíquica.

Parece que geralmente se concorda em que a redescoberta do que é familiar, o 'reconhecimento', é gratificante. Gross (1889, 153) escreve: 'O reconhecimento é sempre conectado a sentimentos de prazer, a não ser que esteja mecanizado demais (por exemplo, no ato de alguém se vestir...) A simples qualidade da familiaridade é facilmente acompanhada pela calma sensação de conforto que Fausto sentiu quando, após um encontro misterioso, retomou outra vez seu estudo [*Faust*, Parte I, Cena 3.]... Se o ato do reconhecimento suscita de tal modo o prazer, poderíamos esperar que aos homens ocorra a idéia de exercerem essa capacidade por ela mesma — isto é, a experimentar como um jogo. De fato, Aristóteles considerou a alegria (procedente) do reconhecimento como o fundamento do prazer estético, e é indiscutível que não se deva desconsiderar esse princípio mesmo que ele não possua a abrangente importância que lhe foi atribuída por Aristóteles.

Gross continua a discutir jogos cuja característica consiste no fato de que intensificam a alegria (proveniente) do reconhecimento opondo obstáculos a este último — o que vale dizer, criando um 'estancamento psíquico', liberado pelo ato do reconhecimento. Sua tentativa de explicação, contudo, abandona a hipótese de que o reconhecimento seja gratificante em si mesmo, já que, referindo esses jogos, faz remontar o prazer do reconhecimento a uma alegria de *poder*, uma alegria pela superação de uma dificuldade. Considero o último fator como secundário e não vejo razão para descartar a concepção mais simples de que o reconhecimento seja gratificante em si mesmo — i.e., através do alívio de uma despesa psíquica — e que os jogos fundados neste prazer utilizem o mecanismo do estancamento apenas para aumentar o montante de tal prazer.

Em geral reconhece-se também que as rimas, aliteraões, refrões, e as outras maneiras de repetição de sons verbais semelhantes que ocorrem em versos utilizam a mesma fonte de prazer — a redescoberta de algo familiar. O 'sentimento de poder' não desempenha um papel perceptível nessas técnicas, muitíssimo similares àquela do 'uso múltiplo' nos chistes.

Em vista da íntima conexão entre reconhecimento e rememoração, não é temerário supor que possa haver também um prazer na rememoração — que o ato de recordar seja em si mesmo acompanhado por um sentimento de prazer de origem semelhante. Gross não parece ser avesso a tal hipótese, derivando-a entretanto, uma vez mais, do 'sentimento de poder', ao qual atribui (a meu ver, erradamente) a principal razão do prazer em quase todos os chistes.

A 'redescoberta do que é familiar' é o fundamento da utilização de um outro recurso nos chistes, ainda não mencionado. Refiro-me ao fator 'atualidade', fértil fonte de prazer da grande parte dos chistes, bem como explicativa de algumas peculiaridades na história da vida dos chistes. Há chistes completamente independentes dessa condição e, em uma monografia sobre chistes, somos obrigados a fazer uso quase exclusivo de chistes dessa espécie. Não podemos esquecer que, em comparação com os chistes perenes, talvez nos riamos mais francamente daqueles que ora nos são de difícil uso porque requerem comentários mais extensos e mesmo com tal ajuda não produziriam seu efeito original. Tais chistes contêm alusões a pessoas e eventos que foram àquela época 'atuais', despertando o interesse geral e ainda o mantendo vivo. Quando esse interesse cessa e o assunto em questão fica sedimentado tais chistes perdem também parte de seu efeito gratificante, parte aliás bem considerável. Por exemplo, o chiste feito por meu cordial anfitrião,

chamando de ‘Home-Roulard’ o pudim que estava sendo servido (ver em [1]) não me parece hoje tão bom quanto no dia, em que a ‘Home Rule’ era uma destacada manchete nas colunas políticas de nossos jornais diários. Tentando avaliar os méritos desse chiste, agora os atribuo ao fato de que uma única palavra transportou-nos em pensamento, economizando longo rodeio, do círculo de idéias da cozinha para o das remotas idéias políticas. Mas ao mesmo tempo minha descrição deveria ter sido diferente, devendo eu ter dito que aquela palavra nos transportava do círculo de idéias culinárias para as políticas, muito distante delas, assegurando entretanto nosso vívido interesse porque estávamos constantemente envolvidos nela (na discussão política). Um outro chiste, ‘Esta garota faz-me lembrar Dreyfus; ninguém no exército acredita em sua inocência’ (ver em [2]), está hoje esmaecido, embora seus métodos técnicos permanecessem inalterados. O desconcerto causado pela comparação e o *double entendre* na palavra ‘inocência’ não podem compensar o fato de que a alusão, à época tocando em um evento catexizado de recente excitação, hoje recorda uma questão liquidada. Eis um chiste que é ainda atual: ‘A Princesa Real Louise aproximou-se do crematório em Gotha perguntando quanto custava uma *Verbrennung* [cremação]. O gerente respondeu: “Normalmente, cinco mil marcos; mas à *senhora* lhe custará apenas três mil por já ter sido *durchgebrannt* [literalmente ‘ter sido queimada’, gíria para ‘ter fugido’] uma vez.”’ Um chiste como esse hoje nos soa irresistível; a curto prazo perderá substancialmente nossa estima: pouco tempo mais tarde, a despeito de constituir um bom jogo de palavras, perderá seu efeito inteiramente, sendo daí impossível repeti-lo sem acrescentar um comentário explicativo de quem fora a Princesa Louise e em que sentido fora ela *durchgebrannt*.

Assim ocorre com grande número de chistes em circulação durante certo período de sua vida: esta segue um curso que consiste em um período de florescimento e em outro de decadência, que termina no completo esquecimento. A necessidade sentida pelos homens de derivar prazer de seus processos de pensamento está portanto criando constantemente novos chistes baseados nos novos interesses do dia. A força vital dos chistes atuais não é deles próprios; é tomada por empréstimo, em virtude da alusão, a outros interesses, cuja expiração determina também o destino do chiste. O fator atualidade é uma fonte de prazer, efêmera, é verdade, mas particularmente abundante, que suplementa as fontes inerentes ao próprio chiste. Não se pode simplesmente fazê-la equivaler à redescoberta do que é familiar. Antes, está envolvida com uma categoria particular do que é familiar, que possui além do mais a característica de ser novo, recente e intocado pelo esquecimento. Na formação dos sonhos, também, deparamos com uma especial preferência pelo que é recente, não nos podendo escapar a suspeita de que a associação com o que é recente é recompensada, e pois facilitada, por uma peculiar bonificação de prazer.

A unificação, que afinal não é outra coisa que uma repetição na esfera das conexões materiais, foi reconhecida especialmente por Fechner como fonte do prazer nos chistes. Este escreve (Fechner, 1897, 1, Capítulo XVII): ‘Em minha opinião a parte principal no campo que estamos considerando cabe ao princípio da conexão unificada das multiplicidades; esta, entretanto, requer apoio de determinantes auxiliares para que o prazer derivado em tais casos, com seu caráter peculiar, possa transpor o limiar (mínimo)’.

Em todos esses casos de repetição verbal das mesmas conexões ou do mesmo assunto, ou de redescoberta do que é familiar ou recente, parece impossível evitar de derivar o prazer por sentido da economia na despesa psíquica — desde que essa linha de abordagem se revele frutífera em elucidar detalhes e em alcançar novas generalidades. Estamos atentos para o fato de que ainda devemos esclarecer como é que a economia opera e qual o sentido da expressão ‘despesa psíquica’.

O terceiro grupo de técnicas de chistes — em sua maior parte, chistes conceptuais — que compreende raciocínios falhos, deslocamentos, absurdo, representação pelo oposto etc. pode, à primeira vista, parecer produzir uma impressão especial e não delatar qualquer afinidade com as técnicas de redescoberta do que é familiar ou de substituição das associações com objetos por associações com palavras. Entretanto, é particularmente fácil fazer aqui operar a teoria da economia ou do alívio da despesa psíquica.

Não se põe em dúvida que é mais fácil e mais conveniente divergir de uma linha de pensamento que então se assumia do que mantê-la, tanto quanto é mais fácil confundir coisas diferentes do que contrastá-las — de fato; é *especialmente* conveniente admitir como válidos métodos de inferência que são rejeitados pela lógica e, finalmente, reunir palavras ou pensamentos sem respeitar a condição de que façam sentido. Disso não se pode duvidar; são precisamente essas as coisas feitas pelas técnicas do chiste que estamos discutindo. No entanto, a hipótese de que um tal comportamento por parte da elaboração do chiste fornece uma fonte de prazer aparece-nos como estranha pois, exceto quanto aos chistes, qualquer funcionamento intelectual deficiente nos causa apenas desagradáveis sentimentos defensivos.

O 'prazer no *nonsense*', como podemos abreviadamente chamá-lo, é encoberto na vida a sério até o ponto do desvanecimento. Para demonstrá-lo, devemos investigar dois casos — um em que é ainda visível, outro em que volta a tornar-se visível: o comportamento de uma criança na aprendizagem (de sua língua) e o comportamento de um adulto, cujo estado mental foi alterado toxicamente.

O período em que uma criança adquire o vocabulário da língua materna proporciona-lhe um óbvio prazer de 'experimentá-lo brincando com ele', segundo as palavras de Gross (ver em [1]). Reúne as palavras, sem respeitar a condição de que elas façam sentido, a fim de obter delas um gratificante efeito de ritmo ou de rima. Pouco a pouco esse prazer vai lhe sendo proibido até que só restam permitidas as combinações significativas de palavras. Quando mais velho, tenta ainda emergir ao desrespeito das restrições que aprendera sobre o uso de palavras. Estas são desfiguradas por pequenos acréscimos particulares que lhes faz, suas formas sendo alteradas por certas manipulações (p. ex., por reduplicações ou '*Zittersprache*'); é possível mesmo a construção de uma linguagem secreta, para uso entre companheiros de brincadeira. Tais tentativas são reencontradas entre certas categorias de doentes mentais.

Qualquer que seja o motivo que leva a criança a iniciar esses jogos, creio que, em seu desenvolvimento posterior, ela própria desiste deles pela consciência de que são absurdos, divertindo-se algum tempo com eles devido à atração exercida pelo que é proibido pela razão. Usa agora tais jogos para se evadir da pressão da razão crítica. Muito mais poderosas são as restrições impostas à criança durante o processo educacional, quando se a introduz no pensamento lógico e na distinção entre o que é falso e verdadeiro na realidade; por essa razão a rebelião contra a compulsão da lógica e da realidade é profunda e duradoura. Mesmo o fenômeno da atividade imaginativa pode ser incluído nessa categoria [rebelde]. O poder de crítica aumenta tanto na derradeira infância e no período da aprendizagem, estendida além da puberdade, que o prazer do '*nonsense* liberado' só raramente ousa se manifestar diretamente. Ninguém se aventura a dizer absurdos. Entretanto a tendência característica dos rapazes em dizer absurdos ou idiotices parece-me diretamente derivada do prazer no *nonsense*. Nos casos patológicos vemos freqüentemente essa tendência ser intensificada a um tal grau que uma vez mais domina a conversa e as respostas dos escolares. Pude convencer-me, no caso de alguns garotos da escola secundária que desenvolveram neuroses, que as elaborações inconscientes de seu prazer no *nonsense* não desempenharam parte menor em sua deficiência que a sua real ignorância.

Igualmente, mais tarde, os estudantes universitários não prescindem destas demonstrações contra a compulsão da lógica e da realidade, cujo domínio, entretanto, percebem crescentemente mais intolerante e irrestrito. Muitas das brincadeiras verbais dos estudantes fazem parte dessa reação. Pois o homem é um ‘incansável buscador do prazer’ — esqueço-me onde deparei com essa feliz expressão —, qualquer renúncia de um prazer já desfrutado é dura para ele. Com o eufórico *nonsense* de seu *Bierschwefel*, por exemplo, o estudante tenta recuperar seu prazer na liberdade de pensar, da qual vai sendo mais e mais privado pela aprendizagem da instrução acadêmica. De fato, mesmo muito mais tarde, quando, já adulto, encontra outros em congressos científicos e novamente se sente na posição de aprendiz, finda a reunião é a vez do *Kneipzeitung* que distorce em *nonsense* as novas descobertas, como compensação oferecida ao novo acréscimo em sua inibição intelectual.

O *Bierschwefel* e o *Kneipzeitung* evidenciam por seus próprios nomes que o senso crítico, repressor do prazer no *nonsense*, tornou-se já tão poderoso que só pode ser afastado temporariamente com ajuda tóxica. Uma mudança no estado de espírito é o mais precioso dom do álcool à humanidade e, devido a isso, o ‘veneno’ não é igualmente indispensável para todos. Uma disposição eufórica, produzida endogenamente ou por via tóxica, reduz as forças inibidoras, entre as quais o senso crítico, tornado de novo acessíveis fontes de prazer sobre as quais pesava a supressão. É muito instrutivo observar como os padrões de chiste se extinguem à medida que o humor melhora. Pois bom humor substitui o chiste assim como os chistes devem tentar substituir o bom humor, onde as possibilidades de prazer — entre elas, o prazer no *nonsense* — por outra parte, inibidas, podem recuperar-se: ‘Mit wenig Witz und viel Behagen’. Sob a influência do álcool o adulto torna-se outra vez uma criança, tendo de novo o prazer de dispor de seus pensamentos livremente sem observar a compulsão da lógica.

Espero ter agora demonstrado que as técnicas do chiste, que utilizam o absurdo, são uma fonte de prazer. Necessito apenas repetir que tal prazer procede de uma economia na despesa psíquica ou de um alívio da compulsão da crítica.

Se lançamos uma vez mais os olhos sobre os três distintos grupos de técnicas do chiste, verificamos que o primeiro e o terceiro desses grupos — a substituição das associações objetivas por associações verbais e o uso do absurdo — podem ser unificados como procedimentos de restabelecimento de velhas liberdades e de liberação da carga de instrução intelectual; são alívios psíquicos, em certo sentido contrastados à economia que constitui a técnica do segundo grupo. O alívio da despesa psíquica já existente e a economia na despesa psíquica que se há de requerer — destes dois princípios derivam todas as técnicas dos chistes, e conseqüentemente todo o prazer que advém delas. As duas espécies de técnicas e de obtenção do prazer coincidem — em quase tudo — com a distinção entre os chistes verbais e conceptuais.

A discussão precedente concede-nos inesperadamente um *insight* sobre a evolução ou a psicogênese dos chistes, a qual examinaremos agora, mais detidamente. Já entramos em contato com estágios preliminares dos chistes, e o desenvolvimento destes em chistes tendenciosos provavelmente descobrirá novas relações entre as várias características dos chistes. Antes que tal coisa seja um chiste existe apenas aquilo que podemos descrever como ‘jogo’ ou como ‘gracejo’.



O jogo — guardemos esse nome — aparece nas crianças que estão aprendendo a utilizar as palavras e a reuni-las. Tal jogo obedece provavelmente a um dos instintos que compelem as crianças a exercitar suas capacidades (Gross [1889]). Ao fazê-lo, deparamos com efeitos gratificantes, que procedem de uma repetição do que é similar, de uma redescoberta do que é familiar, da similaridade do som etc. e que podem ser explicados como insuspeitadas economias na despesa psíquica. Não é de se admirar que esses efeitos gratificantes encorajem a criança a prosseguir no jogo e a continuá-lo sem atentar para o sentido das palavras ou para a coerência das sentenças. O *jogo* com palavras e pensamentos, motivado por alguns gratificantes efeitos de economia, seria pois o primeiro estágio dos chistes.

Esse jogo chega ao fim pelo fortalecimento de um fator que merece ser descrito como faculdade crítica ou racionalidade. O jogo é agora rejeitado como sem sentido ou efetivamente absurdo; em consequência da crítica, torna-se impossível. Agora, também, não se cogita mais da questão de derivar prazer das fontes de redescoberta do que é familiar etc., exceto acidentalmente, a não ser que o indivíduo crescido seja tomado de uma disposição agradável que, à semelhança da euforia infantil, suspenda a inibição crítica. Somente em tal caso torna-se novamente possível o velho jogo de obtenção do prazer; entretanto nem o indivíduo quer esperar que isso aconteça nem quer renunciar a um prazer que lhe é familiar. Assim ele trata de se tornar independente da disposição favorável, sendo então o ulterior desenvolvimento em direção aos chistes governado por dois esforços: evitar a crítica e encontrar um substitutivo para o estado de espírito.

Com isto, assoma o segundo estágio preliminar dos chistes — o *gracejo*. Trata-se agora de prolongar o prazer resultante do jogo, silenciando ao mesmo tempo as objeções levantadas pela crítica as quais não permitiriam que emergisse o sentimento gratificante. Há apenas um modo de alcançar esse fim: as combinações sem sentido de palavras ou as absurdas reuniões de pensamentos devem, não obstante, ter um sentido. Toda a engenhosidade da elaboração do chiste é convocada para que essa condição seja cumprida. Todos os métodos técnicos dos chistes já são empregados aqui — nos gracejos; além do mais, o uso lingüístico não estabelece nenhuma fronteira consistente entre um gracejo e um chiste. O que distingue um gracejo de um chiste é que o significado da sentença que escapou à crítica não necessita ser válido, novo, ou mesmo bom; é simplesmente *permissível* dizer tal coisa daquela forma, ainda quando seja infrequente, desnecessário ou inútil dizê-lo de tal forma. Nos gracejos o que figura em primeiro plano é a satisfação de ter tornado possível o que era proibido pela crítica.

É, por exemplo, um gracejo a definição por Schleirmacher (ver em [1]) de que *Eifersucht* [o ciúme] é a *Leidenschaft* [paixão] que *mit Eifer sucht* [com avidez procura] o que *Leiden schafft* [causa dor]. É também um gracejo quando o Professor Kästner, que ensinava física (e fazia chistes) em Göttingen, no século XVIII perguntou a um estudante chamado Kriegk, que se inscrevia para um de seus cursos, qual a sua idade. ‘Trinta anos’ foi a resposta, a partir de que Kästner comentou: ‘Ah! tenho então a honra de conhecer a Guerra [*Krieg*] dos Trinta Anos’. (Kleinpaul, 1890.) Foi com um gracejo que o grande Rokitansky replicou à indagação de quais as profissões de seus quatro filhos: ‘Dois “*heilen*” [curam] e dois “*heulen*” [uivam]’ (dois médicos e dois cantores). A informação estava correta, e portanto, não vulnerável à crítica, mas não acrescenta nada ao que podia ser expresso pelas palavras entre parênteses. Não pode haver equívoco quanto ao fato de que a resposta foi dada de outra forma devido apenas ao prazer produzido pela unificação e pelo som similar das duas palavras.

Penso que agora, finalmente, compreendemos com clareza o trajeto. Através de toda a nossa consideração das técnicas dos chistes fomos atrapalhados pelo fato de que elas não eram exclusivas dos

chistes; todavia, a essência dos chistes parecia depender delas, já que quando eram descartadas por redução, as características e o prazer do chiste ficavam perdidos. Vemos agora que o que descrevemos como técnicas dos chistes — devemos, em certo sentido, continuar a descrevê-las assim — são antes as fontes a partir das quais os chistes fornecem prazer; percebemos que não há nada de estranho em que outros procedimentos utilizem as mesmas fontes para fim igual. A técnica que é, entretanto, característica dos chistes e peculiar a eles, consiste no procedimento de salvaguardar o uso desses métodos de produção de prazer contra as objeções levantadas pela crítica que poriam um fim ao prazer. Há pouco que possamos dizer, de modo geral, sobre tal procedimento. A elaboração do chiste, como já comentamos, revela-se na escolha do material verbal e das situações conceptuais que permitirão ao velho jogo com palavras e pensamentos resistir ao escrutínio da crítica; com esse fim em vista, toda peculiaridade de vocabulário e toda combinação de seqüência de pensamento devem ser exploradas da maneira mais engenhosa possível. Podemos, em um próximo passo, caracterizar a elaboração do chiste por uma propriedade particular; por enquanto, permanece inexplicado como pode ser feita a seleção favorável aos chistes. O propósito e a função dos chistes, entretanto — a saber, a proteção em relação à crítica dessas seqüências de palavras e pensamentos —, já pode ser vista nos gracejos como traço principal destes. Sua função consiste, desde logo, em suspender as inibições internas e fazer fecundas as fontes de prazer tornadas inacessíveis por tais inibições; verificaremos que eles permanecem leais a essa característica no decorrer de todo o seu desenvolvimento.

Estamos agora em condições de atribuir um lugar adequado ao fator '*sentido no nonsense*' (cf. introdução, em [1]), ao qual as autoridades atribuem importância tão grande como marca distintiva dos chistes e como explicação de seu efeito gratificante. Os dois pontos fixados como determinativos da natureza do chiste — seu propósito de continuar um jogo gratificante e seu esforço de protegê-lo da crítica da razão — explicam imediatamente por que um chiste individual, embora aparentemente sem sentido a partir de uma perspectiva, pode parecer razoável, ou ao menos permissível, de uma outra. A elaboração do chiste cabe operar dessa forma; se fracassa, o chiste é simplesmente rejeitado como '*nonsense*'. Mas não é necessário que derivemos o efeito gratificante dos chistes do conflito entre os sentimentos dessa existência e inexistência simultânea de sentido nos chistes (seja diretamente, seja por via do 'desconcerto e esclarecimento' (ver em [2])). Nem precisamos adentrar-nos na questão de como é que o prazer procede da alternância entre 'considerá-lo sem sentido' e 'reconhecê-lo como sensato'. A psicogênese dos chistes nos ensinou que o prazer em um chiste deriva do jogo com as palavras ou da liberação do *nonsense* e que o significado nos chistes pretende simplesmente proteger o prazer contra sua supressão pela crítica.

Dessa forma o problema do caráter essencial dos chistes já está explicado nos gracejos. Voltemos agora ao desenvolvimento posterior dos gracejos, ao ponto em que estes se elevam à categoria de chistes tendenciosos. Os gracejos visam principalmente proporcionar prazer e se contentam em fazer com que aquilo que dizem não pareça sem sentido ou completamente esvaziado de substância. Quando um gracejo possui substância e valor, torna-se um chiste. Um pensamento que merece nosso interesse mesmo se expresso na forma mais despretensiosa reveste-se agora de uma forma que nos proporciona prazer por seus próprios meios. Devemos supor que tal combinação não tenha ocorrido despropositadamente; devemos pois tentar descobrir a intenção subjacente à construção do chiste. Uma observação feita anteriormente (de passagem, ao que parece) nos porá na pista. Dissemos antes (ver em [1]) que um bom chiste produz em nós como que uma impressão *total* de prazer, sem que possamos decidir de imediato qual parte do prazer procede da forma do chiste, qual procede de seu adequado conteúdo intelectual.

Cometemos constantes erros nessa distribuição. Algumas vezes superestimamos a excelência do chiste devido à nossa admiração pelo pensamento que contém; outras vezes, pelo contrário, superestimamos o valor do pensamento devido ao prazer que nos foi proporcionado pelo invólucro chistoso. Não sabemos o que é que nos proporciona prazer, nem de que estamos rindo. Essa incerteza em nosso juízo, que se deve admitir como um fato, pode ter fornecido o motivo para a construção dos chistes, no sentido próprio dessa palavra. O pensamento procura envolver-se em um chiste pois esta é uma forma de recomendar-se à nossa atenção e parecer mais importante e mais valioso, mas acima de tudo porque este invólucro suborna nossos poderes de crítica e os confunde. Inclina-mo-nos a conferir ao *pensamento* o benefício de nos ter agradado na *forma* do chiste; não nos inclinamos também a achar erro naquilo que nos divertiu, desperdiçando assim a fonte de um prazer. Se o chiste nos faz rir além do mais, há de ter se estabelecido em nós uma disposição mais favorável à crítica; nesse caso, pois, algo há de nos ter imposto a disposição que anteriormente o jogo era suficiente para produzir e da qual o chiste tenta, por todos os meios possíveis, se fazer substituto. Mesmo se afirmamos antes que tais chistes devem ser descritos como inocentes e ainda não tendenciosos não devemos nos esquecer de que, estritamente falando, apenas os gracejos são não tendenciosos — isto é, servem exclusivamente ao propósito de produzir prazer. Os chistes nunca são efetivamente não tendenciosos, mesmo se o pensamento neles contido é não tendencioso e apenas serve aos interesses intelectuais teóricos. Eles perseguem um segundo objetivo: promover o pensamento, aumentando-o e guardando-o da crítica. Aqui eles estão novamente exprimindo sua natureza original, antepondo-se ao poder inibidor e restritivo — que é, agora, o julgamento crítico.

Esse primeiro uso dos chistes que ultrapassa a produção do prazer aponta para seus usos ulteriores. Um chiste é agora enfocado como um fator psíquico munido de poder: seu peso, avaliado em uma ou outra escala, pode ser decisivo. Os principais propósitos e instintos da vida mental empregam-no para seus próprios fins. O chiste originalmente não tendencioso, que começa como jogo, põe-se secundariamente em relação com propósitos aos quais nada do que toma forma na mente pode escapar. Já sabemos o que se pode conseguir a serviço do propósito de desnudamento e dos propósitos hostis, cínicos e céticos. No caso dos chistes obscenos, derivados do *smut*, tornar a terceira pessoa, que originalmente interferia com a situação sexual, em aliado diante do qual a mulher deve sentir vergonha, subornando essa terceira pessoa com a dádiva do prazer produzido. Para propósitos agressivos, empregar o mesmo método para tornar o ouvinte, inicialmente indiferente, em correligionário de seu ódio ou desprezo, criando para o inimigo um pugilo de oponentes quando, de início, só existia um único. No primeiro caso, supera as inibições da vergonha e da respeitabilidade através da bonificação de prazer oferecida; no segundo, subverte o julgamento crítico que, de outro modo, teria examinado a disputa. No terceiro e quarto casos, a serviço de propósitos cínicos e céticos, despedaça o respeito pelas instituições e verdades em que o ouvinte tem acreditado, de um lado reforçando o argumento, de outro, praticando nova espécie de ataque. Onde a argumentação tenta aliciar a crítica do ouvinte, o chiste se esforça por tirá-la de campo. Sem dúvida o chiste escolhe o médico psicologicamente mais efetivo.

Nesse levantamento das realizações dos chistes tendenciosos, a maior proeminência é assumida — como se verifica facilmente — pelo efeito dos chistes sobre as pessoas que os escutam. Mais importantes, entretanto, do ponto de vista de nossa compreensão são as funções cumpridas pelos chistes na mente da pessoa que os inventa, ou os atualiza, enfim a pessoa a quem eles ocorrem. Já propusemos (ver em [1]) — temos aqui oportunidade de repetir esta noção — que devíamos tentar estudar o fenômeno

psíquico dos chistes com referência a sua distribuição entre duas pessoas. Faremos uma sugestão provisória de que o processo psíquico provocado pelo chiste no ouvinte reproduz em muitos casos aquele que ocorre em seu criador. Ao obstáculo externo a ser vencido no ouvinte corresponde uma inibição interna no elaborador do chiste. Pelo menos a *expectativa* de um obstáculo externo está presente no último como uma idéia inibidora. Em certos casos o obstáculo interno vencido pelo chiste tendencioso é óbvio; nos chistes de Herr N., por exemplo, podemos admitir (ver em [1]) que não apenas permitem a seus ouvintes desfrutar a agressividade sob a forma de insultos, como, acima de tudo, permite-lhe produzi-los. Entre os vários tipos de inibição ou supressão interna há um que merece nosso especial interesse, porque é o mais abrangente. Dá-se-lhe o nome de ‘repressão’ e é reconhecido por sua função de impedir que os impulsos a ele sujeitos, e seus derivativos, tornem-se conscientes. Os chistes tendenciosos, como veremos, são capazes de liberar prazer mesmo de fontes que já sofreram repressão. Se, como sugerido acima, a superação de obstáculos externos pode ser, dessa forma, referida à superação de inibições e repressões internas, podemos dizer que os chistes tendenciosos exibem a principal característica da elaboração do chiste — a de liberar prazer pelo descarte das inibições — mais claramente que quaisquer outros dos estágios do desenvolvimento dos chistes. Ou fortalecem os propósitos a que servem, transmitindo-lhes apoio procedente dos impulsos mantidos suprimidos, ou põem-se inteiramente a serviço dos propósitos suprimidos.

Já estamos prontos a admitir que é isso o que realizam os chistes tendenciosos mas devemos ter em mente que não compreendemos ainda como podem obter esses resultados. Seu poder consiste na produção do prazer que extraem das fontes do jogo de palavras e da liberação do *nonsense*; mas se vamos emitir juízos a partir das impressões que nos fazem os gracejos não tendenciosos, não poderemos considerar o montante desse prazer grande bastante para lhe atribuir a força de suspender inibições e repressões profundamente arraigadas. O que temos diante de nós é efetivamente não um simples efeito de força mas uma mais complexa situação de liberação. Em vez de expor o longo rodeio pelo qual atingimos uma compreensão da situação, tentarei fazer uma breve exposição sintética dela.

Fechner (1897, 1, Capítulo V) apresenta um ‘princípio de cooperação ou de intensificação estética’, expresso como segue: *‘Se os determinantes do prazer, que por si mesmo produzem um pequeno efeito, convergem sem contradição mútua, resulta um montante de prazer maior, freqüentemente muito maior, que o correspondente ao valor-prazer dos determinantes separados — um prazer maior que pode ser explicado como sendo a soma dos efeitos separados. De fato, uma convergência dessa espécie pode levar mesmo a uma resultante positiva de prazer e o limiar do prazer pode ser ultrapassado onde os fatores separados seriam débeis demais para fazê-lo, embora eles devam, comparativamente, apresentar uma perceptível vantagem em deleitabilidade’*. (Ibid, 51. Os grifos são de Fechner.)

Penso que o tópico dos chistes não nos dá grande oportunidade de confirmar a correção desse princípio, cuja excelência pode ser demonstrada em muitas outras estruturas estéticas. No que toca aos chistes, já sabemos algo mais, que pelo menos bordeja esse princípio: a saber, que onde vários fatores proporcionadores de prazer operam juntos não podemos atribuir a cada um deles a parte que realmente lhes cabe na consecução do resultado. (Ver em [1].) Podemos, entretanto, variar a situação admitida no ‘princípio da cooperação’, e como conseqüência dessas novas condições, chegar a algumas questões merecedoras de resposta. O que em geral acontece se, em uma combinação, convergem determinantes de prazer e determinantes de desprazer? De que depende o resultado e que fator decide se preponderará o prazer ou o desprazer?

O caso dos chistes tendenciosos é um caso especial entre essas possibilidades. Um impulso ou tendência presente procura liberar prazer de uma fonte particular e, se lhe fosse permitido trânsito livre, de fato o liberaria. Além disso, está presente outra tendência que labora contra essa geração de prazer — inibindo-o ou suprimindo-o. A corrente supressiva deve, pois, como o demonstra o resultado, ser em certo grau mais forte que a suprimida, que não é, entretanto, por essa razão, abolida. Suponhamos agora que aparece ainda uma outra tendência que liberaria o prazer pelo mesmo processo, embora a partir de outra fonte, operando pois no mesmo sentido que a tendência suprimida. Qual seria o resultado nesse caso?

Um exemplo nos posicionará melhor que esta discussão esquemática. Admitamos que existe o impulso de insultar certa pessoa; isso, entretanto, opõe-se tão fortemente a nossos sentimentos de propriedade ou de cultura estética que o insulto não pode se consumir. Se pudéssemos, por exemplo, transgredi-los em conseqüência de alguma mudança da condição ou disposição emocional sentiríamos subsequente essa transgressão com propósito insultante com desprazer. Portanto o insulto não ocorre. Suponhamos, agora, entretanto, que se apresenta a possibilidade pela derivação de um bom chiste a partir do material verbal e conceptual usado para o insulto — ou seja, a possibilidade de liberar prazer de outras fontes não obstruídas pela mesma supressão. Esse segundo desenvolvimento do prazer não poderia apesar disso ocorrer a não ser que o insulto fosse permitido; tão logo este último *seja* permitido, uma nova liberação de prazer lhe é acrescentada. A experiência com chistes tendenciosos revela que em tais circunstâncias o propósito suprimido pode, com a colaboração do prazer derivado do chiste, ganhar força suficiente para superar a inibição, que, de outra forma, a sobrepujaria em força. O insulto portanto ocorre já que o chiste o tornou possível. Mas o prazer obtido não é apenas aquele produzido pelo chiste: é incomparavelmente maior. É tão superior ao prazer originário do chiste que devemos supor que o propósito, até aqui suprimido, tenha conseguido esgueirar-se, talvez sem a mínima diminuição. Em tais circunstâncias é que o chiste é recebido com a melhor gargalhada.

Um exame dos determinantes do riso nos levará talvez a uma idéia mais simples do que acontece quando um chiste recebe colaboração contra sua supressão. (ver em [1]) Mesmo agora, entretanto, podemos verificar que o caso dos chistes tendenciosos é um caso especial do 'princípio da colaboração'. Uma possibilidade de gerar prazer sobrevém em situação em que uma outra possibilidade de prazer está obstruída, de modo que, no que concerne a esta ultima, isoladamente, nenhum prazer é gerado. O resultado é uma geração de prazer muito maior que a oferecida pela possibilidade superveniente. Essa age como se fora uma *bonificação de incentivo*; com a colaboração da oferta de uma pequena taxa de prazer, obtém-se um montante bem maior e que de outra forma teria sido bastante difícil. Tenho boas razões para suspeitar que este princípio corresponde a um arranjo que se mantém igualmente para muitos dos departamentos da vida mental, amplamente separados, e creio que será vantajoso descrever o prazer que serve para iniciar a grande liberação de prazer como 'prazer preliminar' e o princípio que se lhe refere como 'princípio do prazer preliminar'.

Podemos agora postular a fórmula relativa ao modo de operação dos chistes tendenciosos. Estes se põem a serviço de propósitos de modo que, utilizando o prazer originário dos chistes como prazer preliminar, possam produzir novo prazer suspendendo as supressões e repressões. Se fazemos agora um levantamento do curso do desenvolvimento do chiste, podemos dizer que, do começo ao fim, ele permanece fiel a sua natureza essencial. Começa como o jogo de derivar prazer do livre uso das palavras e pensamentos. Tão logo o fortalecimento da razão ponha um fim ao jogo com as palavras, como sendo sem sentido, ou ao jogo com os pensamentos, como sendo absurdo, muda-se este em gracejo para que possa

reter essas fontes de prazer e ser capaz de obter novo prazer pela liberação do *nonsense*. A seguir, como chiste propriamente dito, mas ainda não tendencioso, dá apoio aos pensamentos e fortalece-os contra o desafio do juízo crítico, processo em que se utiliza o ‘princípio da confusão das fontes de prazer’. Finalmente, vem em socorro dos principais propósitos que combatem a supressão, suspendendo as inibições pelo ‘princípio do prazer preliminar’. Razão, julgamento crítico, supressão — eis as forças contra as quais sucessivamente se luta; conserva-se fiel às fontes originais do prazer verbal, e do estágio de gracejo em diante abre por si mesmo novas fontes de prazer, suspendendo as inibições. O prazer que produz, seja prazer no jogo ou na suspensão das inibições, pode ser invariavelmente referido à economia na despesa psíquica, desde que esta concepção não contradiga a natureza essencial do prazer e se comprove fecunda em outras direções.

## V - OS MOTIVOS DOS CHISTES: OS CHISTES COMO PROCESSO SOCIAL

Poderia parecer supérfluo falar sobre os motivos dos chistes já que o objetivo de conseguir prazer deve ser reconhecido como motivo suficiente da elaboração do chistes. Mas por um lado não se pode excluir a possibilidade de que a produção dos chistes também partilhe outros motivos e, por outro lado, tendo em mente algumas experiências familiares, devemos levantar a questão geral dos determinantes subjetivos do chiste.

Dois fatos em particular tornam essa atitude necessária. Embora a elaboração do chiste seja um excelente método de derivar prazer dos processos psíquicos, é, não obstante, evidente que nem todas as pessoas sejam capazes de utilizar tal método: a elaboração do chiste não está ao dispor de todos e apenas alguns dispõem dela consideravelmente; estes últimos são distinguidos como tendo ‘espírito’ [Witz]. O ‘espírito’ aparece nessa conexão como uma capacidade especial — mais do que como uma das velhas ‘faculdades’ mentais; parece emergir inteiramente independente das outras, tais como a inteligência, imaginação, memória etc. Devemos, portanto, presumir, nessas pessoas ‘espirituosas’, a presença de disposições especiais herdadas ou de determinantes psíquicos que permitem ou favorecem a elaboração do chiste.

Temo não ir muito longe explorando essa questão. Podemos ter sucesso em apenas algumas ocasiões ao avançar da compreensão de um chiste particular ao conhecimento dos determinantes subjetivos na mente da pessoa que o faz. É uma notável coincidência que precisamente o chiste pelo qual começamos nossas investigações da técnica dos chistes nos forneça um vislumbre dos determinantes subjetivos do chiste. Refiro-me ao chiste de Heine, também considerado por Heymans e Lipps (ver em [1]):

‘...sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele tratou-me como um seu igual — bem familionariamente.’ (‘Bader von Lucca.’)

Heine põe esse comentário na boca de um personagem cômico, Hirsch-Hyacinth, um vendedor de loterias em Hamburgo, calista e valete profissional do aristocrático Barão Cristoforo Gumpelino (inicialmente Gumpel). O poeta evidentemente se compraz na criação de um Hirsch-Hyacinth extremamente loquaz em discursos os mais divertidos e ousados, permitindo-lhe mesmo mostrar a filosofia prática de um Sancho Pança. É pena que Heine, que, ao que parece, não tinha gosto pela criação dramática, abandonasse tão cedo esse delicioso personagem. Não há apenas algumas passagens em que o poeta parece estar falando de si próprio, sob um débil disfarce, através da boca de Hirsch-Hyacinth; em breve, aparece a certeza de que o personagem é simplesmente uma autoparódia. Hirsch explica as razões que o levaram a desistir de



seu antigo nome fazendo-se agora chamar 'Hyacinth'. Continua: 'Há a ulterior vantagem de que já tenho um "H" em meu sinete, de modo que não preciso gravar um novo'. Mas Heine efetuou a mesma economia quando, em seu batismo, trocou seu primeiro nome de 'Harry' para 'Heinrich'. Além disso, todos que conhecem a biografia do poeta lembrarão que Heine tinha um tio do mesmo nome em Hamburgo (lugar que fornece outra conexão com a figura de Hirsch-Hyacinth), tio que, sendo o rico da família, desempenhou papel importante em sua vida. Esse tio era também chamado 'Salomon' tal como o velho Rothschild que tratava Hirsch tão familionariamente. O que, na boca de Hirsch-Hyacinth não parece mais que um gracejo, revela um fundamento de grave amargura, se o atribuímos agora a seu sobrinho, Harry-Heinrich. Afinal este era da família e sabemos que nutria um ardente desejo de casar-se com a filha do tal tio; mas a prima o rejeitou e o tio sempre o tratou bem familionariamente, como a um parente pobre. Seus primos ricos de Hamburgo nunca o levaram a sério. Lembro-me de uma história contada por velha tia minha, que se casara na família de Heine, a qual, certo dia, quando era uma jovem atraente, sentada à mesa de jantar familiar, surpreendera-se com a presença de uma pessoa que lhe parecia indesejada e tratada com desprezo pelo resto dos convivas. Ela própria não encontrou nenhuma razão para mostrar-se mais afável com ele. Poucos anos depois percebeu que o negligente e negligenciado primo era o poeta Heinrich Heine. Não há pouca evidência do sofrimento de Heine devido à sua rejeição por parte de seus parentes ricos, na juventude e mesmo depois. Este o solo da emoção subjetiva que o chiste 'familionariamente' faz saltar.

A presença de determinantes subjetivos similares pode ser suspeitada nos chistes de algum outro grande zombador, mas não sei de nenhum outro em que isso possa ser demonstrado tão convincentemente. Por esta razão não é fácil tentar fazer asserção mais definida sobre a natureza desses determinantes pessoais. Na verdade, em geral não me inclino a reivindicar complicados determinantes para a origem de todo chiste individual. Nem são os chistes produzidos por outros homens famosos mais facilmente acessíveis a nosso exame. Temos a impressão de que os determinantes subjetivos da elaboração do chiste com frequência não se situam muito longe daqueles determinantes das doenças neuróticas — basta considerarmos, por exemplo, Lichtenberg, homem gravemente hipocondríaco, com toda espécie de excentricidades. A grande maioria dos chistes, entretanto, em especial aqueles constantemente produzidos em conexão com os eventos do dia, circulam anonimamente: seria curioso saber de que tipo de gente se originam tais produções. Se, como médico, tem-se ocasião de travar conhecimento com uma dessas pessoas que, não sendo notáveis sob outros aspectos, são bem conhecidas em seu meio como piadistas ou inventores de muitos chistes viáveis, pode ser surpreendente descobrir que o piadista é uma personalidade dividida, propensa a doenças neuróticas. A insuficiência de evidência documentária, entretanto, decerto há de impedir que postulemos a hipótese de que uma constituição psiconeurótica desse tipo é uma condição subjetiva necessária ou habitual para a construção de chistes.

Um caso mais transparente é, uma vez mais, oferecido pelos chistes de judeus que, como já mencionei (ver em [1]), são ordinariamente feitos pelos próprios judeus, enquanto as histórias sobre eles provenientes de outras fontes dificilmente ultrapassam o nível das histórias cômicas ou da derrisão brutal. O que determina a participação deles nos chistes parece ser o mesmo fator que ocorre no caso do chiste de Heine 'familionariamente'; sua importância parece consistir no fato de que a pessoa envolvida considera difícil a crítica ou a agressividade na medida em que estas sejam diretas, sendo possível apenas ao longo de trajetos tortuosos.

Outros fatores subjetivos que determinam ou favorecem a elaboração do chiste estão menos envolvidos na obscuridade. O motivo que força a produção de chistes inocentes é, não sem frequência, uma

ambiciosa vontade de mostrar a própria inteligência, exhibir-se — um instinto que pode ser equiparado ao exibicionismo no campo sexual. A presença de numerosos instintos inibidos, cuja supressão reteve certo grau de instabilidade, fornecerá a disposição mais favorável à produção de chistes tendenciosos. Assim os componentes individuais da constituição sexual de uma pessoa podem, particularmente, aparecer como motivos para a construção de um chiste. Toda uma classe de chistes obscenos permite que se infira a presença de uma inclinação oculta ao exibicionismo em seus inventores; chistes tendenciosos agressivos têm melhor sorte com pessoas em cuja sexualidade é demonstrável um poderoso componente sádico, mais ou menos inibido na vida real.

O segundo fato que requer uma investigação da determinação subjetiva dos chistes é a experiência geralmente reconhecida de que ninguém se contenta em fazer um chiste apenas para si. Um impulso de contar o chiste a alguém está inextricavelmente ligado à elaboração do chiste; de fato, o impulso é tão forte que freqüentemente se processa a despeito de sérias apreensões. Também no caso do cômico, contá-lo a mais alguém produz prazer, mas a solicitação não é tão peremptória. Se alguém acha alguma coisa cômica, pode divertir-se consigo mesmo. Um chiste, pelo contrário, *deve* ser contado a alguém mais. O processo psíquico da construção de um chiste não parece terminado quando o chiste ocorre a alguém: permanece algo que procura, pela comunicação da idéia, levar o desconhecido processo de construção do chiste a uma conclusão.

Não podemos em primeira instância adivinhar qual possa ser a base do impulso de comunicar o chiste. Podemos, porém, constatar outra peculiaridade nos chistes que os distingue do cômico. Se encontro algo cômico, posso rir gostosamente, embora seja verdade que também me satisfaço se posso fazer alguém mais rir, contando-lhe o fato. Mas eu próprio não posso rir de um *chiste* que me tenha ocorrido, ou que eu tenha inventado, a despeito do inequívoco prazer que o chiste me dá. É possível que minha necessidade de comunicar o chiste a mais alguém esteja de algum modo conectada à gargalhada que produz, gargalhada esta que me é negada mas que se manifesta em outra pessoa.

Por que é então que não me rio de meu próprio chiste? Que parte nele é desempenhada pela outra pessoa?

Examinemos primeiramente a segunda questão. No caso do cômico, duas pessoas em geral são envolvidas: além de mim a pessoa em quem constato algo de cômico. Se as coisas inanimadas parecem-me cômicas, isto se deve a uma espécie de personificação que não é de ocorrência rara em nossa vida ideacional. O processo cômico se satisfaz com essas duas pessoas: o eu e a pessoa que é o objeto; uma terceira pessoa pode intervir mas não é essencial. O chiste, no estágio inicial, enquanto *jogo* com as palavras e pensamentos, prescinde de uma pessoa como objeto. Mas já no estágio preliminar de *gracejo*, se se consegue salvar o jogo e o *nonsense* dos protestos da razão, isso requer uma outra pessoa a quem se possa comunicar o resultado. Essa segunda pessoa no caso dos chistes não corresponde à pessoa que é o objeto, mas à *terceira* pessoa, à 'outra' pessoa no caso do cômico. É como se, no caso do gracejo, a outra pessoa transmitisse a avaliação da tarefa de elaboração do chiste — como se o eu não se sentisse, nesse ponto, seguro de seu julgamento. Também os chistes inocentes, chistes que servem para reforçar um pensamento, requerem uma outra pessoa para provar se acaso alcançaram seu objetivo. Se um chiste entra a serviço de um propósito de desnudamento ou de um propósito hostil, pode-se descrevê-lo como um processo psíquico entre três pessoas, as mesmas que participam no caso do cômico, embora seja diferente a parte desempenhada pela terceira pessoa; o processo psíquico nos chistes se cumpre entre a primeira

pessoa (o eu) e a terceira (a pessoa de fora) e não, como no caso do cômico, entre o eu e a pessoa que é o objeto.

Os chistes são confrontados pelos determinantes subjetivos também no caso da terceira pessoa, podendo estes determinantes tornar inatingível sua meta de produzir excitação gratificante. Como nos lembra Shakespeare (*Love's Labour's, Lost*, V, 2):

A jest's prosperity lies in the ear  
Of him that hears, never in the tongue  
Of him that makes it...

(A fortuna de um gracejo reside no ouvido  
De quem o escuta, nunca na língua  
De quem o faz...)

Uma pessoa dominada por uma disposição, voltada para pensamentos sérios, não serve para confirmar o sucesso de um gracejo na liberação do prazer verbal. Ela deve estar em um estado de ânimo eufórico, ou, ao menos, indiferente, para que possa agir como a terceira pessoa do gracejo. O mesmo obstáculo aplica-se aos chistes inocentes e tendenciosos; nos últimos há, entretanto, um obstáculo adicional: a oposição ao propósito a serviço do qual tenta-se o chiste. A terceira pessoa pode não estar pronta para rir de um excelente chiste obsceno se a desnudação aplica-se a um seu parente, altamente respeitado; diante de uma assembléia de padres e ministros, ninguém se aventuraria a reproduzir a comparação de Heine entre os clérigos católicos e protestantes e os vendedores retalhistas e os empregados de um negócio por atacado (ver em [1]); uma audiência composta de devotados amigos de um meu adversário receberiam meus felizes excertos de invectiva chistosa contra ele, não como chistes mas como invectivas e eu me defrontaria com sua indignação antes que com seu prazer. Algum grau de benevolência ou uma espécie de neutralidade, uma ausência de qualquer fator que pudesse provocar sentimentos opostos ao propósito do chiste, constituem a condição indispensável para que uma terceira pessoa colabore na completação do processo de realização do chiste.

Onde não existem obstáculos como estes à operação do chiste, emerge o fenômeno que tomamos agora como tema de nossa investigação: o prazer que o chiste produz é mais evidente na terceira pessoa que no criador do chiste. Devemos nos contentar em dizer mais '*evidente*' onde nos inclinaríamos a perguntar se o prazer do ouvinte não é mais '*intenso*' que o do autor do chiste, já que naturalmente não dispomos de meios de medir e comparar. Vemos, entretanto, que o ouvinte evidencia seu prazer com uma explosão de riso, depois que a primeira pessoa, via de regra, propõe o chiste com uma aparência tensamente séria. Se repito o chiste que eu próprio ouvi, devo, se não quero estragar seu efeito, comportar-me contando-o exatamente como a pessoa que o fez primeiro. A questão que ora se coloca diz respeito a se devemos extrair qualquer conclusão sobre os processos psíquicos de construção de chistes a partir deste fator: o riso nos chistes.

Não podemos pretender considerar aqui tudo o que se propôs e foi publicado sobre a natureza do riso. Podemos ser demovidos de tal plano pelos comentários com que Dugas, um discípulo de Ribot, prefacia seu livro *La Psychologie du Rire* (1902,1): 'Il n'est pas de fait plus banal et plus étudié que le rire; il n'en est pas qui ait eu le don d'exciter davantage la curiosité du vulgaire et celle des philosophes; il n'en est

pas sur lequel on est recueilli plus d'observations et bâti plus de théories, et avec cela il n'en est pas qui demeure plus inexpliqué. On serait tenté de dire avec les sceptiques qu'il faut être content de rire et de ne pas chercher à savoir pourquoi on rit, d'autant que peut-être la réflexion tue le rire, et qu'il serait alors contradictoire que'elle en découvrit les causes'.

Por outro lado, não nos faltará a oportunidade de utilizar para nossos propósitos uma opinião sobre o mecanismo do riso que se adequa excelentemente a nossa linha de pensamento. Tenho em mente a tentativa de explicação feita por Herbert Spencer em seu ensaio sobre 'The Physiology of Laughter (A Fisiologia do Riso)' (1860). De acordo com Spencer, o riso é um fenômeno de descarga da excitação mental a uma prova de que o emprego psíquico dessa excitação tropeça repentinamente contra um obstáculo. Descreve a situação psicológica que termina no riso com as seguintes palavras: 'O riso resulta naturalmente apenas quando a consciência é, inesperadamente, transferida das grandes coisas para as pequenas — apenas quando há o que podemos chamar de incongruência *descendente*'.

Em um sentido bastante similar autores franceses (e.g. Dugas) descrevem o riso como um '*détente*', um fenômeno de relaxamento da tensão. Assim também a fórmula proposta por Bain [1865, 250] — 'o riso como liberação de uma restrição' — parece divergir da concepção de Spencer muito menos do que algumas autoridades nos fariam acreditar.

Não obstante, sentimos necessidade de modificar a noção de Spencer, em parte para dar forma mais definitiva às idéias nela contidas e em parte para modificá-las. Devíamos dizer que o riso se dá quando uma cota de energia psíquica, usada anteriormente para a catexia de trajetos psíquicos particulares, torna-se inutilizável, de modo que essa (energia) pode encontrar descarga livre. Bem sabemos dos 'maus espíritos' que estamos convocando com tal hipótese, mas nos aventuraremos a citar em nossa defesa uma sentença apropriada do livro de Lipps, *Komik und Humor* (1898, 71), da qual deriva esclarecimento para outros assuntos que não somente o cômico e o humor: 'Finalmente, problemas psicológicos específicos sempre levam a um aprofundamento na psicologia, de modo que, no fundo, nenhum problema psicológico pode ser tratado isoladamente'. Os conceitos de 'energia psíquica' e de 'descarga', tanto como o tratamento da energia psíquica enquanto quantidade, têm sido habituais em minhas reflexões, desde que comecei a organizar os fatos da psicopatologia filosoficamente; já em meu livro *A Interpretação de Sonhos* (1900a), tentei (no mesmo sentido que Lipps) estabelecer o fato de que 'realmente efetivos psiquicamente' são os processos psíquicos em si mesmos inconscientes, não o conteúdo da consciência. Somente quando falo da 'catexia dos trajetos psíquicos' é que pareço me afastar das analogias comumente usadas por Lipps. Minhas experiências da capacidade de deslocamento da energia psíquica ao longo de certos trajetos associativos, minha experiência da quase indestrutível persistência de vestígios dos processos psíquicos, sugeriram-me de fato uma tentativa de figurar de uma outra forma o desconhecido. Para evitar incompreensões, devo acrescentar que não faço qualquer tentativa de proclamar que tais trajetos psíquicos são as células e fibras nervosas, ou os sistemas de neurônios que hoje estão tomando seu lugar, mesmo que fosse possível representar tais trajetos de alguma forma, ainda não indicada, através de elementos orgânicos do sistema nervoso.

Segundo nossa hipótese, portanto, encontram-se no riso as condições sob as quais uma soma de energia psíquica, usada até então para a catexia, encontra livre descarga. E já que o riso — não todo o riso, é verdade, mas certamente o riso originário do chiste — é uma indicação de prazer, inclinamo-nos por relacionar este prazer com a suspensão da catexia que fora previamente apresentada. Se verificamos que o ouvinte de um chiste ri, mas que seu criador não pode rir, isto pode nos levar a dizer que no ouvinte uma

despesa catéxica foi suspensa e descarregada, enquanto na construção do chiste também encontramos obstáculos tanto à suspensão quanto à possibilidade de descarga. O processo psíquico no ouvinte, a terceira pessoa do chiste, dificilmente será mais bem descrito que pela acentuação do fato de que o prazer do chiste é adquirido com muito pequena despesa de sua parte. Pode-se dizer que o chiste lhe é apresentado. As palavras do chiste por ele ouvidas trazem-lhe necessariamente a idéia ou o curso de pensamentos cuja construção sofreu a oposição de graves inibições internas. Ele teria que fazer esforço próprio para executá-lo espontaneamente como primeira pessoa: teria que utilizar, pelo menos, tanta energia psíquica quanta correspondesse à força da inibição, supressão ou repressão da idéia. Economizou, portanto, esta despesa psíquica. À base de nossas discussões anteriores (ver em [1]) dissemos que o prazer (do chiste) correspondia a essa economia. Nosso *insight* do mecanismo do riso leva-nos antes a dizer que, devido à introdução da idéia proscrita através da percepção auditiva, a energia catéxica usada para a inibição torna-se agora subitamente supérflua, sendo pois suspensa e portanto descarregada pelo riso. Os dois modos de exprimir os fatos concernem essencialmente à mesma coisa já que a despesa economizada corresponde exatamente à inibição tornada supérflua. Mas o segundo método de expressão é mais esclarecedor, já que nos permite dizer que o ouvinte do chiste se ri com a cota de energia psíquica liberada pela suspensão da catexia inibitória; podíamos dizer que seu riso esgota essa cota.

Se a pessoa em quem o chiste se forma não pode rir, esse fato, como já dissemos (ver em [1]), indica uma divergência com aquilo que acontece na terceira pessoa: isto é, ou a suspensão da catexia inibitória ou a possibilidade de sua descarga. Mas a primeira dessas alternativas não se verificará, como constataremos imediatamente. A catexia inibitória deve ter sido suspensa também na primeira pessoa, ou o chiste não viria à tona já que sua formação visava precisamente superar uma resistência desse tipo; por outro lado, seria também impossível para a primeira pessoa sentir prazer no chiste, prazer que nos obrigamos a referir precisamente à suspensão da inibição. Tudo que perdura, então, é a outra alternativa, a saber, que a primeira pessoa não pode rir embora sinta prazer, porque há uma interferência com a possibilidade de descarga. Uma tal interferência com a possibilidade de descarga, necessária condição do riso, pode proceder de que a energia catéxica liberada seja imediatamente aplicada a outra utilização endopsíquica. É bom que nossa atenção tenha-se desviado para tal possibilidade, na qual em breve ocuparemos nosso interesse. Entretanto, uma outra condição, que leva ao mesmo resultado, pode ser percebida na primeira pessoa do chiste. É possível que nenhuma cota de energia, capaz de tornar-se manifesta, possa ser liberada a despeito da suspensão da catexia inibitória. Na primeira pessoa de um chiste executa-se a elaboração do chiste, à qual deve corresponder certa cota de nova despesa psíquica. Assim a própria primeira pessoa produz a força que suspende a inibição. Isso, sem dúvida, resulta em prazer para si e mesmo, no caso dos chistes tendenciosos, um prazer bem considerável, já que o prazer preliminar obtido pela elaboração do chiste toma a seu cargo a suspensão de outras inibições; mas a despesa na elaboração do chiste é, em qualquer caso, deduzida da produção (do prazer) resultante da suspensão da inibição — uma despesa que é idêntica à evitada pelo ouvinte do chiste. O que acabei de dizer pode ser confirmado pela observação de que um chiste perde seu efeito de riso, mesmo em uma terceira pessoa, tão logo requeira uma despesa ou um trabalho intelectual conexo. As alusões feitas em um chiste devem ser óbvias e as omissões facilmente preenchíveis; um despertar do interesse intelectual consciente usualmente impossibilita o efeito do chiste. Há aqui uma importante distinção entre os chistes e os enigmas. Talvez a constelação psíquica não seja favorável à livre descarga do que se ganhou durante a elaboração do chiste. Parece que não estamos em condições de ir além desse ponto; conseguimos maior

êxito em lançar luz sobre uma parte de nosso problema — porque ri a terceira pessoa — do que em esclarecer outra parte — porque a primeira pessoa não ri.

Contudo, se aceitamos firmemente essa concepção dos determinantes do riso e do processo psíquico na terceira pessoa, estamos agora em condições de prover uma explicação satisfatória de toda uma classe de peculiaridades dos chistes que não têm sido bem compreendidas. Se uma cota da energia catéxica capaz de descarga vai ser liberada na terceira pessoa, há várias condições que devem ser preenchidas ou que seria desejável fazer operar como encorajamentos: (1) Deve ser assegurado que a terceira pessoa esteja realmente fazendo esta despesa catéxica. (2) É necessário evitar que a despesa catéxica, quando liberada, encontre algum outro uso psíquico em vez de se oferecer para a descarga motora. (3) É muito vantajoso que a catexia liberada na terceira pessoa seja previamente intensificada, elevada a uma maior altura. Todos esses objetivos são servidos por métodos particulares de elaboração do chiste, que podem ser classificados como técnicas auxiliares ou secundárias:

[1] A primeira destas condições constitui-se em uma das qualificações necessárias à terceira pessoa enquanto ouvinte do chiste. É essencial que esta esteja em suficiente acordo psíquico com a primeira pessoa quanto a possuir as mesmas inibições internas, superadas nesta última pela elaboração do chiste. Uma pessoa receptiva ao smut será incapaz de derivar qualquer prazer dos espirituosos chistes de desnudamento; os ataques de Herr N. não serão entendidos por pessoas sem cultura, acostumadas a dar livre trânsito a seu desejo de insultar. Assim todo chiste requer seu próprio público: partilhar o riso diante dos mesmos chistes evidencia uma abrangente conformidade psíquica. Aqui, além disso, chegamos a um ponto que nos capacita adivinhar ainda mais precisamente o que ocorre na terceira pessoa. Esta deve poder, por força do hábito, erigir em si mesma aquela inibição que o chiste da primeira pessoa superou, de modo que, tão logo escute um chiste, a disposição para a inibição seja compulsiva ou automaticamente despertada. Esta disposição à inibição, que devo considerar como despesa real, análoga à mobilização no campo militar, será neste mesmo momento reconhecida como supérflua ou tardia, e portanto descarregada *in statu nascendi* pelo riso.

[2] A segunda condição que possibilita a livre descarga — o impedimento de que a energia liberada seja utilizada de algum outro modo — parece de longe a mais importante. Ela fornece a explicação teórica da incerteza quanto ao efeito dos chistes quando os pensamentos expressos pelo chiste suscitam no ouvinte idéias poderosamente excitantes; neste caso, a concordância ou discordância entre os propósitos do chiste e o círculo de pensamentos dominante no ouvinte decidirá se a sua atenção permanecerá no processo chistoso ou lhe será retirada. De interesse teórico ainda maior é uma classe de técnicas auxiliares que claramente servem à finalidade de deslocar do processo chistoso a atenção do ouvinte e permitir que tal processo siga seu curso automaticamente. Digo deliberadamente 'automática' em vez de 'inconscientemente' porque a última caracterização seria enganosa. Trata-se aqui apenas da manutenção de uma catexia aumentada da atenção, derivada do processo psíquico quando o chiste é escutado; a utilidade dessas técnicas auxiliares leva-nos diretamente a suspeitar que precisamente a catexia da atenção partilhe grande parte da tarefa de supervisão e novo emprego da energia catéxica liberada.

Bem pouco fácil parece ser evitar o emprego endopsíquico das catexias tornadas supérfluas pois em nossos processos mentais temos o freqüente hábito de substituir tais catexias de um trajeto a outro sem perder qualquer parte da energia a ser descarregada. Os chistes utilizam os seguintes métodos visando aquele propósito. Primeiro, tentam abreviar sua expressão tanto quanto possível, de modo a oferecer à atenção mínimos pontos de ataque. Em segundo lugar, observam a condição da facilidade de entendimento



(ver em [1]); tão logo requeressem trabalho intelectual demandariam uma escolha entre diferentes trajetos de pensamento, arriscando-se assim não apenas a um inevitável dispêndio de pensamento como também a um despertar da atenção. Mas além disso empregam o artifício de distrair a atenção, apresentando na forma da expressão do chiste algo que a capte, de modo que a liberação da catexia inibitória e sua descarga possam, nesse ínterim, ser completadas sem interrupção. Este objetivo já é satisfeito pelas omissões na verbalização do chiste; estas oferecem um estímulo ao preenchimento das lacunas, conseguindo assim subtrair da atenção o processo chistoso. Aqui, a técnica dos enigmas, que atrai a atenção (ver em [1]), é convocada ao serviço da elaboração do chiste. Mesmo muito mais efetivas são as fachadas que encontramos especialmente em alguns grupos de chistes tendenciosos (ver em [2]). As fachadas silogísticas preenchem admiravelmente o papel de prender a atenção, fornecendo-lhe uma tarefa. Enquanto começamos a imaginar o que há de errado com a réplica, já estamos rindo; nossa atenção é apanhada desprevenida e a descarga da catexia inibitória liberada se completa. O mesmo é verdade para os chistes com uma fachada cômica, onde o cômico vem em ajuda da técnica do chiste. Uma fachada cômica encoraja a efetividade de um chiste por mais de uma maneira; não apenas possibilita o automatismo do processo chistoso, prendendo a atenção, mas também facilita a descarga pelo chiste, remetendo-a a uma descarga do tipo cômico. O cômico opera aqui exatamente como um prazer preliminar subornador e podemos, desta forma, compreender como é que alguns chistes podem renunciar inteiramente ao prazer preliminar produzido pelos métodos ordinários, utilizando apenas o cômico como prazer preliminar. Entre as técnicas do chiste propriamente ditas, são particularmente o deslocamento e a representação por algo absurdo que, além de suas outras qualificações, suscitam também uma distração da atenção desejável para o curso automático do processo chistoso.

Como já podemos adivinhar, e como depois constataremos mais claramente, descobrimos na condição da distração da atenção um traço que não é, em absoluto, supérfluo ao processo psíquico no ouvinte de um chiste. Em conexão com essa há ainda outras coisas que podemos entender. Em primeiro lugar, a questão de por que dificilmente identificamos o que causa riso em um chiste, embora isso se possa descobrir pela investigação analítica. O riso é, de fato, o produto de um processo automático tornado possível apenas pelo descarte de nossa atenção consciente. Em segundo lugar, somos capazes de compreender o peculiar fato de que os chistes só produzem efeito integral no ouvinte se forem novidade para este, se lhes chegam como uma surpresa. Esta característica dos chistes (que determina a brevidade de suas vidas e estimula sua constante renovação) deve-se evidentemente ao fato de que a própria natureza do ato de surpreender alguém ou pegá-lo desprevenido implica que não se possa ter êxito uma segunda vez. Quando um chiste é repetido, a atenção retrocede à primeira ocasião em que o escutou, tal como esta procede de memória. Daí nos encaminhamos para a compreensão do impulso de contar a alguém mais, que ainda não o conheça, um chiste já ouvido. Provavelmente recobra-se da impressão que o chiste faz em um recém-vindo algo da possibilidade de prazer, perdida devido a sua falta de novidade. Pode ser que seja esse o mesmo motivo que leva o criador do chiste, em primeira instância, a contá-lo a mais alguém.

[3] Em terceiro lugar devo apresentar — agora, não mais como condição necessária mas apenas como encorajamento ao processo chistoso — os métodos técnicos auxiliares de elaboração do chiste, calculados para aumentar a cota que obtém a descarga, intensificando assim o efeito do chiste. Em sua maior parte, aumentam também a atenção que é prestada ao chiste, mas tornam esse efeito inócuo, uma

vez mais, pela simultânea retenção e inibição de sua mobilidade. Qualquer coisa que provoque interesse e desconcertamento opera nestas duas direções — assim, particularmente, o nonsense e a contradição, e também o ‘contraste de idéias’ (ver em [1]), que algumas autoridades tentaram tornar a característica essencial dos chistes, mas que considero apenas como recursos intensificadores de seu efeito. Tudo que desconcerta suscita no ouvinte o estado de distribuição de energia que Lipps denominou ‘estancamento psíquico’ (ver em [2]); sem dúvida ele supõe corretamente que quanto mais poderosa a descarga, mais alto o precedente estancamento. A exposição de Lipps, de fato, não se relaciona especificamente ao chiste, mas ao cômico em geral; podemos, porém, considerar também como mais provável nos chistes a descarga de uma catexia inibitória, similarmente aumentada pela altura do estancamento.

Começa agora a raiar em nós a suspeita de que a técnica dos chistes seja em geral determinada por duas espécies de propósitos — aqueles que possibilitam a construção do chiste na primeira pessoa e aqueles que pretendem garantir ao chiste um efeito maximamente agradável na terceira pessoa. Pertencem ao primeiro destes propósitos tanto o dúplice (como Jânus) caráter dos chistes, que protege sua produção original de prazer dos ataques da razão crítica, quanto o mecanismo do prazer preliminar; a ulterior complicação da técnica pelas condições enumeradas no presente capítulo ocorre em função da terceira pessoa do chiste. O chiste é assim um velhaco hipócrita, servidor, a um só tempo, de dois amos. Tudo que nos chistes objetiva a obtenção de prazer, é calculado visando a terceira pessoa como se houvesse na primeira pessoa obstáculos internos intransponíveis. Isso nos dá uma inteira impressão de quanto é indispensável a terceira pessoa para a complementação do processo chistoso. Mas enquanto podemos obter um insight bastante bom sobre a natureza deste processo na terceira pessoa, o processo correspondente na primeira pessoa parece ainda velado em obscuridade. Das duas questões que colocamos (ver a partir de [1]), ‘Por que não conseguimos rir de um chiste feito por nós próprios?’ e ‘Por que somos levados a contar nosso próprio chiste a mais alguém?’, a primeira escapou até aqui de nossa resposta. Podemos apenas suspeitar que haja uma íntima conexão entre os dois fatos explicados: somos compelidos a contar nosso chiste para mais alguém porque somos incapazes de rir dele, nós mesmos. Nos insight das condições de obtenção e descarga de prazer que prevalecem na terceira pessoa nos capacita a inferir, no que concerne à primeira pessoa, que nesta faltam as condições de descarga, sendo cumpridas apenas parcialmente as condições relativas à obtenção de prazer. Sendo assim, não se pode negar que suplementemos nosso prazer atingindo o riso que nos é impossível através de um desvio: através da impressão que nos causa a pessoa que fazemos rir. Como afirma Dugas, rimos como se fora ‘par ricochet [por ricochete]’. O riso está entre as expressões de estados psíquicos mais altamente contagiosas. Quando faço alguma pessoa rir, contando-lhe meu chiste, estou de fato utilizando-a para suscitar meu próprio riso e é possível, de fato, observar que a pessoa que começou a contar o chiste, com a face séria, reúne-se depois à gargalhada do outro com um riso moderado. Conseqüentemente, contar meu chiste a outra pessoa serviria a vários propósitos: primeiro, dar-me a certeza objetiva de que a elaboração do chiste foi bem-sucedida; segundo, completar meu próprio prazer pela reação que provoço na outra pessoa; terceiro — onde entra a questão da repetição de um chiste que não foi produzido pelo próprio narrador —, compensar-se da perda de prazer causada pela falta de novidade do chiste.

Como conclusão das discussões dos processos psíquicos nos chistes, enquanto estes se passam entre duas pessoas, podíamos reconsiderar o fator economia, cuja importância para chegar a uma concepção psicológica dos chistes nos tem aparecido desde a primeira explicação de sua técnica. Já há

muito abandonamos a concepção mais simples e óbvia dessa economia — evitar a despesa psíquica em geral, tal como a envolveria a maior restrição possível ao uso de palavras e ao estabelecimento de nexos de pensamento. Mesmo nesse estágio dissemos que não bastaria ser conciso ou lacônico para fazer um chiste (ver em [1]). A brevidade do chiste é de espécie peculiar — brevidade ‘chistosa’. É verdade que a produção original de prazer, obtida pelo jogo de palavras e pensamentos, derivava de simples economia na despesa; mas, com o desenvolvimento do jogo em chiste, a tendência à economia teve também que alterar seus objetivos, pois o montante que se economizava pelo uso da mesma palavra ou pela redundância diante de uma nova maneira de reunir idéias não valeria nada, se comparado ao imenso dispêndio de energia em nossa atividade intelectual. Posso talvez me aventurar a uma comparação entre a economia psíquica e um empreendimento comercial. Na medida em que o movimento do negócio é pequeno, o que importa é que a despesa em geral se mantenha baixa, os custos administrativos reduzidos a um mínimo. A economia se refere ao valor absoluto da despesa. Mais tarde, quando o negócio se expande, a importância do custo administrativo diminui; a altura alcançada pelo montante da despesa não é o mais importante, desde que o movimento e os lucros sejam suficientemente aumentados. Redundaria em sovinice, e mesmo em positivo prejuízo, manter-se conservador quanto à despesa na administração do negócio. Entretanto, erraríamos em admitir que diante de uma despesa absolutamente grande não houvesse mais lugar para tendência à economia. A mente do gerente, se inclinada à economia, se voltaria agora para a economia nos detalhes. Ele sentirá satisfação se certo trabalho for executado a custo menor que anteriormente, ainda que a economia pareça pequena em comparação às dimensões da despesa total. De modo bastante análogo em nosso complexo negócio psíquico, também a economia nos detalhes persiste como fonte de prazer, o que se pode verificar pelos acontecimentos cotidianos. Quem quer que tivesse sua casa iluminada a gás e tem agora a instalação elétrica perceberá, por algum tempo, um definido sentimento de prazer ao acender a luz elétrica; tal sentimento assomará enquanto for revivida a lembrança das complexas manobras exigidas para obtenção da luz a gás. Do mesmo modo, as economias na despesa psíquica inibitória operadas pelo chiste — embora pequenas comparativamente à totalidade de nossa despesa psíquica — permanecerão para nós uma fonte de prazer porque nos poupam uma despesa particular a que estávamos acostumados e que já nos preparávamos para fazer também naquela ocasião. O fator de expectativa e preparação para a despesa move-se inequivocamente em primeiro plano.

Uma economia localizada, tal como a que estamos considerando, não deixará de nos proporcionar um prazer momentâneo, mas não acarretará um alívio duradouro na medida em que o que é poupado neste ponto pode ser reutilizado em outra parte. Somente quando essa disposição é evitada, a economia especializada transforma-se em um alívio geral da despesa psíquica. Assim, quando chegamos a uma melhor compreensão dos processos psíquicos do chiste, o fator alívio toma o lugar da economia. É óbvio que o primeiro fornece um maior sentimento de prazer. O processo de chiste na primeira pessoa produz prazer pela suspensão da inibição e diminuição da despesa local; não parece entretanto chegar ao fim senão por intermédio de uma terceira pessoa interpolada, obtendo o alívio geral através da descarga.

## C. PARTE TEÓRICA

### VI - A RELAÇÃO DOS CHISTES COM OS SONHOS E O INCONSCIENTE

Ao fim do capítulo em que me ocupei da descoberta da técnica dos chistes, observei (ver em [1]) que os processos de condensação, com ou sem formação de substitutivos, de representação pelo nonsense ou pelo oposto, de representação indireta etc., os quais, como constatei, desempenham uma parte na produção dos chistes, mostram uma concordância muito abrangente com os processos de 'elaboração onírica'. Prometi, por um lado, que posteriormente estudaríamos essas similaridades mais de perto e, por outro lado, examinaríamos o elemento comum nos chistes e nos sonhos, o qual me parece assim sugerido. Seria mais fácil para mim operar essa comparação se pudesse assumir que um de seus dois objetos — a 'elaboração onírica' — fosse já familiar a meus leitores. Entretanto será provavelmente mais sábio não fazer tal suposição. Tenho a impressão de que meu A Interpretação de Sonhos, publicado em 1900, provocou mais 'desconcerto' que 'esclarecimento' entre meus colegas especialistas; sei que círculos maiores de leitores contentaram-se em reduzir o conteúdo do livro a uma fórmula ('realização do desejo') que pode ser facilmente recordada e convenientemente mal-usada.

O contínuo interesse pelos problemas lá tratados — pois disso me tem dado larga oportunidade minha prática médica como psicoterapeuta — não me conduziu a nada que pudesse ter exigido alterações ou melhorias nas linhas de meu pensamento; posso portanto esperar tranquilamente até que a compreensão de meus leitores me alcance ou até que uma crítica judiciosa demonstre os erros fundamentais em minha concepção. Para o propósito de efetuar a comparação com os chistes repetirei agora, breve e concisamente, a informação mais essencial sobre os sonhos e a elaboração onírica.

Sabemos de um sonho aquilo que, via de regra, se parece a uma lembrança fragmentária que nos ocorre depois de despertar. Tal lembrança aparece como uma miscelânea de impressões sensoriais, principalmente visuais mas também de outros tipos, que simula uma experiência e à qual podem ser misturados processos de pensamento (o 'saber' no sonho) e expressões de afeto. O que, desse modo, recordamos do sonho chamo 'conteúdo manifesto do sonho'. É, freqüentemente, absurdo e confuso — algumas vezes, apenas um ou outro. Mas mesmo se é bastante coerente, como no caso de alguns sonhos de ansiedade, confronta nossa vida mental com algo diferente, cuja origem não podemos explicar de nenhuma maneira. A explicação dessas características dos sonhos tem até agora sido pesquisada nos próprios sonhos, considerando-os como indicações de uma atividade dos elementos nervosos desordenada, dissociada e, como que, 'adormecida'.

Demonstrei, contrariamente, que o estranho conteúdo 'manifesto' dos sonhos pode ser tornado regularmente inteligível como sendo a transcrição mutilada e alterada das estruturas psíquicas racionais, que merecem o nome de 'pensamentos oníricos latentes'. Chegamos ao conhecimento destes dividindo o conteúdo manifesto do sonho em seus componentes, sem considerar qualquer sentido aparente que possam ter [como um todo] e seguindo então os fios de associação que procedem de cada um dos elementos agora isolados. Estes entretecem-se e levam finalmente a uma trama de pensamento que não são perfeitamente racionais mas podem facilmente se adequar no conhecido contexto de nossos processos

mentais. No curso dessa ‘análise’, teremos descartado o conteúdo do sonho de todas as peculiaridades que nos intrigam. Mas se a análise alcança êxito, devemos, enquanto ela opera, rejeitar firmemente as objeções críticas que sem cessar opõem-se à reprodução das várias associações intermediárias.

A comparação do conteúdo manifesto do sonho recordado com os pensamentos oníricos latentes assim descobertos dá à luz o conceito de ‘elaboração onírica’. A elaboração onírica é o nome de toda a soma de processos transformadores que convertem os pensamentos oníricos latentes em sonho manifesto. A surpresa com que inicialmente consideramos o sonho associa-se agora à elaboração onírica.

Os empreendimentos da elaboração onírica podem ser descritos como segue. Uma trama de pensamentos, usualmente muito complicada, elaborada durante o dia mas incompletamente manipulada — um ‘resíduo diurno’ — continua durante a noite a reter a cota de energia e ‘interesse’ — que reclama, ameaçando perturbar o sono. Este ‘resíduo diurno’ é transformado em sonho pela elaboração onírica, tornado assim inócuo ao sono. Para fornecer um fulcro à elaboração onírica, o ‘resíduo diurno’ deve ser capaz de construir um desejo — o que não é condição muito difícil de se cumprir. O desejo originário dos pensamentos oníricos forma o estágio preliminar e, mais tarde, o núcleo do sonho. A experiência derivada das análises — e não da teoria dos sonhos — informa que nas crianças qualquer desejo restante da vida desperta é suficiente para suscitar um sonho que emerge, conectado e engenhoso embora usualmente breve, e facilmente reconhecível como ‘realização do desejo’. No caso dos adultos parece ser uma condição geralmente obrigatória que o desejo criador do sonho seja alheio ao pensamento consciente — um desejo reprimido — ou, ao menos, terá possivelmente reforços desconhecidos da consciência. Sem admitir a existência do inconsciente no sentido explanado acima (ver em [1]), não poderei desenvolver mais longe a teoria dos sonhos nem interpretar o material encontrado nas análises de sonhos. A ação deste desejo inconsciente sobre o material conscientemente racional dos pensamentos oníricos produz o sonho. Enquanto isso acontece, o sonho é como que dragado pelo inconsciente ou, mais precisamente, é submetido a um tratamento tal como o encontrado no nível dos processos de pensamentos inconscientes, tratamento característico desse nível. Até aqui, somente os resultados da ‘elaboração onírica’ apresentam efetivamente as características do pensamento inconsciente e as suas diferenças em relação ao pensamento capaz de tornar-se consciente — o pensamento ‘pré-consciente’.

Uma teoria nova, à qual falta simplicidade e que enfrenta nossos hábitos de pensamentos, dificilmente há de ganhar clareza em uma apresentação concisa. Tudo que posso pretender com esses comentários é chamar a atenção para o mais completo tratamento do inconsciente em meu A Interpretação de Sonhos e nos escritos de Lipps, que me parecem da mais alta importância. Bem sei que aqueles, enfeitados por uma boa educação filosófica acadêmica ou que extraem em larga escala suas opiniões de algum, assim chamado, sistema filosófico hão de se opor à admissão de um ‘inconsciente psíquico’ no sentido em que Lipps e eu usamos o termo e preferirão provar sua impossibilidade à base de uma definição do psíquico. Mas as definições são matéria de convenção e podem ser alteradas. Tenho com frequência verificado que as pessoas que discutem o inconsciente como algo absurdo e impossível não formaram suas opiniões nas fontes que me levaram, ao menos, à necessidade de reconhecê-lo. Tais adversários do inconsciente nunca testemunharam o efeito de uma sugestão pós-hipnótica e quando lhes disse de minhas experiências com neuróticos não-hipnotizados foram tomados de grande perplexidade. Nunca perceberam a idéia de que o inconsciente é algo que realmente não conhecemos, mas que somos obrigados a admitir através de compulsivas inferências; compreenderam-no como algo capaz de tornar-se consciente embora não estivesse sendo pensado em tal momento, não ocupasse ‘o ponto focal da atenção’. Nem tentaram

nunca se convencer da existência, em suas próprias mentes, de pensamentos inconscientes como esses pela análise de um de seus próprios sonhos; quando tentei fazê-lo, puderam apenas acolher suas próprias associações com surpresa e confusão. Penso que resistências emocionais fundamentais obstam o caminho da aceitação do inconsciente, fundadas no fato de que não se quer conhecer o próprio inconsciente, sendo então o plano mais conveniente a negação completa de tal possibilidade.

A elaboração onírica — à qual retorno após essa digressão — submete o material dos pensamentos, apresentados no modo optativo, à mais estranha das revisões. Primeiro, passa do optativo ao presente do indicativo; substitui o 'Oh! se ao menos...' pelo 'É'. Confere-se então ao 'É' uma representação alucinatória; aquilo que chamei de 'regressão' na elaboração onírica — o trajeto que leva dos pensamentos às imagens conceptuais, ou, para usar a terminologia da ainda desconhecida topografia do aparato mental (não entendido anatomicamente), da região das estruturas dos pensamentos às percepções sensoriais. Neste caminho, inverso ao curso tomado pelo desenvolvimento das complicações mentais, dá-se aos pensamentos oníricos um caráter pictorial; eventualmente, chega-se a uma situação plástica que é o núcleo do manifesto 'quadro onírico'. Para que seja possível aos pensamentos oníricos serem representados em forma sensorial, sua expressão deve sofrer modificações abrangentes. Mas enquanto os pensamentos estão sendo restituídos às imagens sensoriais, ocorrem neles ainda outras alterações, umas comprovadamente necessárias mas outras, surpreendentes. Podemos entender que, como resultado subsidiário da regressão, quase todas as relações internas entre os pensamentos interconectados sejam perdidas no sonho manifesto. A elaboração onírica, como poderíamos verificar, só empreende a representação do material bruto das idéias e não das relações lógicas em que estas se dispunham; ou, em todo o caso, reserva-se a liberdade de desrespeitar essas últimas. Por outro lado, há uma outra parte da elaboração onírica que não pode ser atribuída à regressão, à restituição em imagens sensórias; é precisamente esta parte que ocupa importante lugar em nossa analogia com a formação dos chistes. No decorrer da elaboração onírica o material dos pensamentos oníricos é sujeito a uma muito extraordinária compressão ou condensação. Um ponto de partida lhe é fornecido por quaisquer elementos comuns que possam estar presentes nos pensamentos oníricos, seja por acaso, ou devido à natureza de seu conteúdo. Já que esses não são em geral suficientes para qualquer condensação considerável, novos elementos artificiais e transitórios são criados na elaboração onírica e, em vista deste fim, há realmente uma preferência por palavras cujo som exprima diferentes significados. Os elementos comuns, recém-criados, de condensação penetram no conteúdo manifesto do sonho como representantes dos pensamentos oníricos, de modo que um elemento no sonho corresponde a um ponto nodal ou a uma junção nos pensamentos oníricos, e, comparativamente a estes últimos, deve ser descrito geralmente como 'superdeterminado'. A condensação é a peça da elaboração onírica mais facilmente reconhecível; basta comparar o texto de um sonho, quando é anotado, com o registro dos pensamentos oníricos a que se chega pela análise para que nos impressionemos com a extensividade da condensação onírica.

É menos fácil convencer-nos da modificação de segundo grau dos pensamentos oníricos, operada pela elaboração onírica — o processo que denominei 'deslocamento no sonho'. Este é demonstrado pelo fato de que as coisas que estão situadas na periferia dos pensamentos oníricos, e que são de importância menor, passam a ocupar uma posição central, aparecendo com grande intensidade sensória no sonho manifesto, e vice-versa. Isto dá ao sonho a aparência de estar deslocado em relação aos pensamentos oníricos, sendo tal deslocamento precisamente o revelador de que o sonho confronta a vida mental desperta com algo estranho e incompreensível. Para que possa ocorrer um deslocamento como esse, deve



ser possível que a energia catéxica se desloque sem inibições das idéias importantes às desimportantes — o que, no pensamento normal, capaz de ser consciente, daria apenas a impressão de ‘raciocínio falho’.

A transformação, visando à possibilidade de representação, a condensação e o deslocamento são as três principais realizações que se pode atribuir à elaboração do sonho. Uma quarta, talvez considerada com excessiva brevidade em *A Interpretação de Sonhos*, não é relevante para nossos propósitos atuais. Se as idéias da ‘topografia do aparato mental’ e da ‘regressão’ forem consistentemente desenvolvidas (e somente dessa forma essas hipóteses de trabalho poderão ter alguma valia), devemos tentar determinar os estágios da regressão em que ocorrem as várias transformações dos pensamentos oníricos. Tal tentativa ainda não foi empreendida seriamente mas pode-se ao menos afirmar com certeza que o deslocamento no material onírico deve ocorrer enquanto este se encontra no estágio dos processos inconscientes, enquanto a condensação deve ser provavelmente representada como um processo que se estende por todo o curso dos eventos até atingir a região perceptual. Mas, em geral, devemos nos contentar em admitir que todas as forças que tomam parte na formação dos sonhos operam simultaneamente. Embora, como há de se perceber, devamos manter certas reservas ao lidar com tais problemas e embora persistam dúvidas fundamentais, que não podem ser apresentadas aqui, quanto à esquematização da questão desta maneira, gostaria entretanto de me aventurar a afirmar que o processo de elaboração onírica preparatório ao sonho deve se localizar na região do inconsciente. Assim, a falar grosseiramente, haveria ao todo três estágios a ser distinguidos na formação de um sonho: primeiro, o transplante dos resíduos diurnos pré-conscientes ao inconsciente, no qual devem operar as condições que governam o estado de sono; depois, dá-se a elaboração onírica propriamente dita no inconsciente; e em terceiro lugar, a regressão do material onírico, assim revisto, à percepção onde o sonho se torna consciente.

Pode-se reconhecer as seguintes forças como tomando parte na formação dos sonhos: o desejo de dormir, a catexia da energia remanescente nos resíduos diurnos, depois que a energia é diminuída pelo estado de sono, a energia psíquica do desejo inconsciente construtor do sonho e a oponente força da ‘censura’ que domina a vida diária e não é completamente suspensa durante o sono. A tarefa da formação do sonho é, acima de tudo, superar a inibição da censura e precisamente esta tarefa é resolvida pelos deslocamentos de energia psíquica dentro do material dos pensamentos oníricos.

Recordemos agora o que é que, em nossa investigação dos chistes, nos dá ocasião de pensar nos sonhos. Constatamos que as características e efeitos dos chistes conectam-se com certas formas de expressão ou métodos técnicos, entre os quais os mais surpreendentes são a condensação, o deslocamento e a representação indireta. Processos, entretanto, que levam aos mesmos resultados — condensação, deslocamento e representação indireta — foram por nós reconhecidos como peculiaridades da elaboração onírica. Não sugerirá essa concordância a conclusão de que a elaboração do chiste e a elaboração onírica devem ser idênticas, pelo menos em alguns aspectos essenciais? Ao que penso, a elaboração onírica nos foi revelada no que tange às suas mais importantes características. Entre os processos psíquicos nos chistes, a parte que nos é ocultada corresponde precisamente à outra, comparável, na elaboração onírica — a saber, aquilo que acontece, durante a formação de um chiste na primeira pessoa. Deveremos não ceder à tentação de hipostasiar um tal processo à semelhança do que acontece na formação de um sonho? Algumas das características dos sonhos são tão estranhas aos chistes que a parte da elaboração onírica correspondente a tais características não pode ser transferida à formação dos chistes. Sem dúvida a regressão do curso do pensamento à percepção está ausente dos chistes. Mas os outros dois estágios da formação onírica, o mergulho de um pensamento pré-consciente no inconsciente

e sua revisão inconsciente, desde que ocorram na formação do chiste, apresentariam o mesmo resultado que podemos observar nos chistes. Decidamo-nos, então, a adotar a hipótese de que é dessa forma que os chistes são formados na primeira pessoa: um pensamento pré-consciente é abandonado por um momento à revisão do inconsciente e o resultado disso é imediatamente capturado pela percepção consciente.

Antes de examinarmos em detalhe essa hipótese, consideremos uma objeção que pode ameaçar nossa premissa. Partimos do fato de que as técnicas dos chistes indicam os mesmos processos conhecidos como peculiaridades da elaboração onírica. Ora, é fácil discordar disso, afirmando que não teríamos descrito as técnicas dos chistes como condensação, deslocamento etc., nem chegado a postular conformidades tão abrangentes entre chistes e sonhos, caso nosso prévio conhecimento da elaboração onírica não tivesse influenciado nossa concepção da técnica dos chistes; portanto, no fundo, o que estamos fazendo é apenas encontrar nos chistes uma confirmação das expectativas procedentes dos sonhos e com as quais os abordamos. Se é este o fundamento da conformidade, não haveria qualquer outra garantia de sua existência afora nosso preconceito. De fato, a condensação, o deslocamento e a representação indireta não foram considerados por qualquer outro autor como explicativas das formas de expressão dos chistes. Esta seria uma objeção possível, mas não por isso uma objeção justa. Seria igualmente possível que fosse indispensável que nossas concepções fossem aguçadas pelo conhecimento da elaboração onírica antes que pudéssemos reconhecer uma conformidade real. Afinal, a decisão quanto a esse dilema dependerá apenas do que possa provar o exame crítico à base de exemplos individuais: ou essa é uma forçada concepção da técnica dos chistes, a favor da qual foram suprimidas concepções mais plausíveis e mais aprofundadas ou tal exame nos obrigará a admitir que as expectativas derivadas dos sonhos podem ser de fato confirmadas nos chistes. Sou de opinião que nada temos a temer dessa crítica e que nosso procedimento de 'redução' (ver em [1]) mostrou-nos confiavelmente em que formas de expressão procurar as técnicas dos chistes. Se damos a estas técnicas nomes que antecipam a descoberta da conformidade entre a elaboração do chiste e a elaboração onírica, temos todo o direito de fazê-lo, tratando-se apenas de uma simplificação facilmente justificável.

Há uma outra objeção que não nos afetaria seriamente mas que também não está tão aberta a uma refutação fundamental. Poder-se-ia dizer que embora seja verdade que as técnicas do chiste, que tão bem se adequam a nosso esquema, mereçam ser reconhecidas, elas não são, apesar disso, as únicas técnicas chistosas, nem as únicas usadas na prática. Seria possível dizer que sob a influência do modelo da elaboração onírica procuramos técnicas do chiste que se lhe adequem enquanto que outras, por nós desconsideradas, teriam provado que esta conformidade não está invariavelmente presente. Não posso realmente me aventurar a afirmar que consegui elucidar a técnica de todos os chistes em circulação; devo portanto deixar em aberto a possibilidade de que minha enumeração das técnicas de chiste deixe ainda alguma lacuna. Mas não excluí intencionalmente da discussão qualquer tipo de técnica que me fosse clara e posso declarar que não me escaparam à atenção os métodos do chiste mais comuns, mais importantes e característicos.

Os chistes possuem ainda outra característica que se adequa satisfatoriamente à concepção da elaboração do chiste que derivamos dos sonhos. Falamos, é verdade, de 'fazer' um chiste, mas estamos cômicos da diferença (que se inscreve) em nosso comportamento quando fazemos um julgamento ou uma objeção. O chiste tem em alto grau a característica de ser uma noção que nos ocorre 'involuntariamente'. Não acontece que saibamos, um momento antes, que chiste vamos fazer, necessitando, apenas, vesti-lo em palavras. Temos, antes, um indefinível sentimento, cuja melhor comparação é com uma 'absence', um

repentino relaxamento da tensão intelectual, e então, imediatamente, lá está o chiste — em regra, já vestido em palavras. Algumas técnicas dos chistes podem ser empregadas, fora destes, na expressão de um pensamento — por exemplo, as técnicas de analogia ou de alusão. Posso deliberadamente me decidir a fazer uma alusão. Em tal caso começo por ter uma expressão direta do pensamento em minha mente (em meu ouvido interno); inibo essa expressão devido a algum receio relacionado à situação externa, e quase se pode dizer que preparo minha mente para substituir a expressão direta por uma outra forma de expressão indireta; produzo então uma alusão. Mas a alusão que emerge desse modo, formada sob minha contínua supervisão, nunca é um chiste ainda que se preste a outras utilizações. Uma alusão chistosa, por outro lado, emerge sem que eu possa seguir esses estágios preparatórios em meus pensamentos. Não atribuirei importância grande demais a esse comportamento; dificilmente será ele decisivo, embora concordante com nossa hipótese de que, na formação do chiste, um curso de pensamento seja por um instante abandonado, emergindo então repentinamente como chiste.

Com respeito à associação, os chistes apresentam também um comportamento especial. Frequentemente não estão disponíveis em nossa memória quando precisamos deles; mas de outras vezes aparecem, como que involuntariamente, em pontos no nosso curso de pensamentos onde não vemos sua relevância. Estas são, novamente, apenas pequenas características indicativas de sua origem no inconsciente.

Vamos agora reunir as características dos chistes que se refiram a sua formação no inconsciente. Primeiro, e antes de tudo, há a peculiar brevidade dos chistes — um traço que não é na verdade essencial, mas extremamente distintivo. Quando primeiro o encontramos, inclinamo-nos a considerá-lo como expressão da tendência à economia, mas esta concepção foi abandonada devido a suas óbvias objeções (ver em [1]). Parece-nos agora, antes, uma marca da revisão inconsciente a que o pensamento do chiste foi submetido pois não podemos conectar o fator correspondente nos sonhos, a condensação, com algo diferente da localização no inconsciente; devemos supor também que os determinantes de tais condensações, ausentes no pré-consciente, estejam presentes nos processos inconscientes do pensamento. Espera-se que no processo de condensação alguns dos elementos a ele submetidos se percam, enquanto outros, que extraem energia catéxica dos primeiros, sejam intensificados através da condensação. Assim, a brevidade dos chistes, como a dos sonhos, seria uma necessidade concomitante das condensações que ocorrem em ambos — sendo nos dois casos uma consequência do processo da condensação. Essa origem explicaria também o caráter especial da brevidade dos chistes que não pode ser ulteriormente definida, mas que é sentida como surpreendente.

Em passagem anterior (ver em [1]) consideramos um dos resultados da condensação — uso múltiplo do mesmo material, jogo de palavras, e similaridade fônica — como uma economia localizada, procedendo dessa economia o prazer produzido por um chiste (inocente); mais tarde (ver em [2]) inferimos que a intenção original dos chistes era obter das palavras um prazer dessa espécie — coisa permitida no estágio do jogo mas estancada pela crítica racional no curso do desenvolvimento intelectual. Adotamos agora a hipótese de que condensações como essas, que servem à técnica dos chistes, emergem automaticamente, sem qualquer intenção particular, durante os processos do pensamento no inconsciente. Teremos diante de nós duas concepções diferentes do mesmo fato, as quais parecem mutuamente incompatíveis? Não creio que o sejam. É verdade que estas são duas concepções diferentes, cuja harmonia não é necessária, mas não são concepções contraditórias. Uma é simplesmente estranha à outra; quando

estabelecemos entre ambas uma conexão teremos provavelmente feito algum avanço no conhecimento. O fato de que tais condensações sejam fonte de prazer está longe de incompatibilizar-se com a hipótese de que as condições de sua produção são facilmente encontráveis no inconsciente. Podemos, inversamente, ver uma razão para o mergulho no inconsciente na circunstância de que as condensações produtoras de prazer, das quais o chiste necessita, originam-se lá facilmente. Há, além do mais, dois outros fatores que, à primeira vista, parecem ser completamente estranhos entre si e se reúnem, como por um acaso indesejado, mas que, investigados mais profundamente, revelam-se intimamente conectados e mesmo essencialmente idênticos. Tenho em mente duas asserções: por um lado, os chistes durante seu desenvolvimento, no estágio de jogo (isto é, durante a infância da razão), podem efetuar essas condensações agradáveis e, por outro lado, em estágios mais adiantados, cumprem o mesmo efeito mergulhando o pensamento no inconsciente. Pois o infantil é a fonte do inconsciente e os processos de pensamento inconscientes são exatamente aqueles produzidos na tenra infância. O pensamento que, com a intenção de construir um chiste, mergulha no inconsciente está meramente procurando lá a antiga pátria de seu primitivo jogo com as palavras. O pensamento retroage por um momento ao estágio da infância de modo a entrar na posse, uma vez mais, da fonte infantil de prazer. Se já sabemos disso através da nossa pesquisa da psicologia das neuroses, devemos ser conduzidos pelos chistes à suspeita de que a estranha revisão inconsciente nada mais é que o tipo infantil de atividade do pensamento. Simplesmente, não nos é muito fácil captar nas crianças um lampejo deste modo infantil de pensar, cujas peculiaridades ficam retidas no inconsciente do adulto, porque em sua maior parte, este modo de pensar é retificado como que *in statu nascendi*. Mas conseguimos fazê-lo em inúmeros casos e nos rimos então desta 'bobagem' infantil. Qualquer descoberta de material inconsciente desta espécie parece-nos 'cômica'.

É mais fácil perceber as características destes processos do pensamento inconsciente nos comentários dos pacientes de certas doenças mentais. Muito provavelmente, devemos poder compreender (como Griesinger sugeriu, há muito) os delírios dos insanos utilizando-os como informação, se cessamos de lhes aplicar os requisitos do pensamento consciente e se os tratamos, como sonhos, com nossa técnica interpretativa. Na verdade confirmamos o fato de que 'nos sonhos há um retorno da mente a um ponto de vista embrionário'.

Já penetramos tão intimamente, em conexão com os processos de condensação, na importância da analogia entre os sonhos e chistes que podemos, agora, ser mais breves no que se segue. Como sabemos, os deslocamentos na elaboração onírica apontam para a operação da censura pelo pensamento consciente e, em consequência, quando encontramos o deslocamento entre as técnicas dos chistes, inclinamo-nos a supor que uma força inibitória operava também na formação dos chistes. Já sabemos que isso ocorre muito generalizadamente. O esforço, feito pelos chistes, de recobrar o antigo prazer no nonsense ou o antigo prazer nas palavras encontra-se inibida, nas disposições normais, pelas objeções levantadas pela razão crítica; esta tem que ser superada em cada caso individual. Mas o modo pelo qual a elaboração do chiste cumpre essa tarefa mostra uma decisiva distinção entre chistes e sonhos. Na elaboração onírica (a tarefa) é habitualmente cumprida pelos deslocamentos, pela seleção de idéias suficientemente remotas daquela objetável, de modo que a censura lhes permite passar, sendo (tais idéias), não obstante, derivativas daquela e transmissoras de sua catexia psíquica através de uma completa transferência. Por esta razão os deslocamentos nunca estão ausentes do sonho e são mesmo muito mais compreensivos.

Entre os deslocamentos devem ser contados não meramente os desvios de um curso de pensamentos mas também toda sorte de representação indireta, em particular, o deslocamento de um elemento importante, mas objetável, por outro que é indiferente e que parece inocente à censura, algo semelhante a uma alusão muito remota — substituição por um simbolismo, ou uma analogia, ou por algo menor. Não se pode negar que porções de tais representações indiretas já estejam presentes nos pensamentos pré-conscientes do sonho — por exemplo, a representação por símbolos ou analogias — porque, de outra forma, o pensamento não lograria em absoluto o estágio de expressão pré-consciente. As representações indiretas como essa, e as alusões cuja referência à coisa pretendida é fácil de descobrir, são na verdade métodos permissíveis e muito usados na expressão também de nosso pensamento consciente. A elaboração onírica, entretanto, exagera esse método de representação indireta além de todos os limites. Sob a pressão da censura, qualquer espécie de conexão é bastante boa para servir como substitutivo por alusão, permitindo-se o deslocamento de um a outro elemento. A substituição de associações internas (similaridade, conexão causal etc.) por outras, conhecidas como externas (simultaneidade no tempo, contigüidade espacial, similaridade fônica), é muito especialmente notável e peculiar à elaboração onírica.

Todos esses métodos de deslocamento ocorrem também como técnicas do chiste. Mas quando aparecem, usualmente respeitam os limites impostos a seu emprego pelo pensamento consciente; podem estar mesmo completamente ausentes, embora os chistes tenham também, invariavelmente, a tarefa de lidar com uma inibição. Podemos compreender o lugar subordinado, assumido pelos deslocamentos na elaboração do chiste, quando recordamos que os chistes dispõem de uma outra técnica para descartar a inibição, técnica que consideramos precisamente o mais característico de seus traços. Pois, diferentemente dos sonhos, os chistes não criam compromissos; eles não evitam a inibição, mas insistem em manter inalterado o jogo com as palavras ou com o nonsense. Restringem-se entretanto a uma escolha das ocasiões em que esse jogo ou esse nonsense possam ao mesmo tempo parecer permissíveis (nos gracejos) ou sensatos (nos chistes), graças à ambigüidade das palavras ou à multiplicidade das relações conceptuais. Nada distingue os chistes mais nitidamente de todas as outras estruturas psíquicas do que essa bilateralidade e essa duplicidade verbal. Desse ponto de vista, pelo menos, as autoridades se aproximaram de uma compreensão da natureza do chiste, quando puseram ênfase sobre o 'sentido no nonsense' (ver em [1]).

Em vista da predominância universal nos chistes dessa técnica peculiar de superação das inibições, podia se considerar que lhes fosse supérflua a utilização da técnica de deslocamento em casos particulares. Mas, por um lado, certas espécies dessa técnica permanecem valiosas para os chistes enquanto alvos e fontes do prazer — por exemplo, o deslocamento propriamente dito (desvio de pensamentos), que em verdade partilha a natureza do nonsense. Por outro lado, não se deve esquecer que o mais elevado estágio dos chistes, os chistes tendenciosos, tem freqüentemente que superar duas espécies de inibição — a que se opõe ao próprio chiste e a que se opõe a seu propósito (ver em [1]) —, sendo as alusões e deslocamentos bem qualificados para possibilitar essa última tarefa.

O uso abundante e irrestrito da representação indireta, dos deslocamentos e, especialmente, das alusões, na elaboração onírica, tem um resultado que menciono, não por sua própria importância, mas porque tornou-se minha razão subjetiva para atacar o problema dos chistes. Se se descreve uma análise do sonho a uma pessoa desinformada ou desacostumada com ela, análise em que se expõem os estranhos processos de alusões e deslocamentos — tão antipáticos à vida desperta — utilizados pela elaboração

onírica, o leitor recebe uma impressão desconfortável e declara que tais interpretações são ‘de algum modo chistosas’. Mas claramente não os considera chistes bem-sucedidos, e sim forçados, violando de alguma forma as regras dos chistes. É fácil explicar essa impressão. Deriva do fato de que a elaboração onírica opera pelos mesmos métodos que os chistes, mas ao utilizá-los, transgride os limites respeitados pelos chistes. Aqui verificaremos (ver em [1]) que, em consequência da parte desempenhada pela terceira pessoa, os chistes são ligados a uma certa condição que não se aplica aos sonhos.

Entre as técnicas comuns aos chistes e aos sonhos, a representação pelo oposto e o uso do nonsense reclamam alguma parte de nosso interesse. A primeira é um dos mais efetivos métodos empregados nos chistes, como se verifica, entre outros, pelos exemplos dos ‘chistes de exageração’ (ver em [1]). Incidentalmente, a representação pelo oposto não consegue, como a maior parte das outras técnicas dos chistes, escapar à atenção consciente. Uma pressão que tenta fazer operar em si a elaboração do chiste tão deliberadamente quanto possível — um gaiato profissional — logo descobre via de regra que o modo mais fácil de replicar a uma asserção com um chiste é pela asserção de seu contrário, deixando à inspiração do momento o livrar-se da objeção que, provavelmente, sua contradição provocará, fornecendo o que se denomina uma nova interpretação. Pode ser que a representação pelo oposto agradeça o favor de que desfruta ao fato de constituir o núcleo de uma outra gratificante forma de expressão de um pensamento, a qual pode ser entendida sem qualquer necessidade de remissão ao inconsciente. Refiro-me à ironia, muito próxima do chiste (ver em [1]) e contada entre as subespécies do cômico. Sua essência consiste em dizer o contrário do que se pretende comunicar a outra pessoa, mas poupando a esta uma réplica contraditória fazendo-lhe entender — pelo tom de voz, por algum gesto simultâneo, ou (onde a escrita está envolvida) por algumas pequenas indicações estilísticas — que se quer dizer o contrário do que se diz. A ironia só pode ser empregada quando a outra pessoa está preparada para escutar o oposto, de modo que não possa deixar de sentir uma inclinação a contradizer. Em consequência dessa condição a ironia se expõe facilmente ao risco de ser mal-entendida. Proporciona à pessoa que a utiliza a vantagem de capacitar-se prontamente a evitar as dificuldades da expressão direta, por exemplo, no caso das invectivas. Isso produz prazer cômico no ouvinte, provavelmente porque excita nele uma contraditória despesa de energia, reconhecida como desnecessária. Uma comparação como essa, entre os chistes e um tipo de comicidade, que lhes é intimamente relacionada, pode confirmar nossa pressuposição de que a característica peculiar dos chistes é sua relação com o inconsciente, o que permite talvez distingui-los também do cômico.

Na elaboração onírica, a representação pelo oposto desempenha uma parte ainda maior que nos chistes. Os sonhos não são simplesmente favoráveis à representação de dois contrários pela mesma e única estrutura composta, mas tão freqüentemente mudam parte dos pensamentos oníricos em seus opostos, que isso leva o trabalho de interpretação a grandes dificuldades. ‘Não há maneira de decidir à primeira vista se algum elemento que admite um contrário está presente nos pensamentos oníricos como um positivo ou como um negativo.’

Devo afirmar enfaticamente que esse fato até agora não mereceu reconhecimento. Mas parece apontar para importante característica do pensamento inconsciente no qual, com toda probabilidade, não ocorre nenhum processo que se assemelhe ao ‘julgamento’. No lugar da rejeição por um julgamento, o que encontramos no inconsciente é a ‘repressão’. Esta pode, sem dúvida, ser corretamente descrita como estágio intermediário entre um reflexo defensivo e um julgamento condenador.



O nonsense, o absurdo, que aparece com tanta freqüência nos sonhos, condenando-os a desprezo tão imerecido, nunca ocorre por acaso através da mesclagem dos elementos ideacionais, podendo sempre demonstrar sua admissão intencional pela elaboração onírica, cabendo-lhes representar nos pensamentos oníricos a crítica amargurada e a contradição desdenhosa. Assim o absurdo no conteúdo dos sonhos assume o lugar do julgamento 'isto é apenas nonsense' nos pensamentos oníricos. Dou grande ênfase à interpretação desse fato em A Interpretação de Sonhos porque considere que, dessa forma, podia fazer o mais forte dos ataques ao erro de acreditar que o sonho não é em absoluto um fenômeno psíquico — erro que bloqueia o caminho ao conhecimento do inconsciente. Aprendemos agora, ao analisar certos chistes tendenciosos (ver em [1]), que o nonsense nos chistes destina-se a servir aos mesmos objetivos de representação. Sabemos também que uma fachada sem sentido se adequa particularmente bem a aumentar a despesa psíquica do ouvinte, aumentando assim a cota liberada através da descarga pelo riso (ver em [1]). Mas além disso não se deve esquecer que o nonsense em um chiste é um fim em si mesmo, já que a intenção de recobrar o antigo prazer no nonsense está entre os motivos da elaboração do chiste. Há outros modos de recobrar o nonsense e de derivar prazer dele: a caricatura, a exageração paródica utilizam-no e assim criam o 'nonsense cômico'. Se submetemos tais formas de expressão a uma análise similar àquela aplicada aos chistes, constataremos que em nenhum desses casos há alguma ocasião de apresentar processos inconscientes (como os definimos), a fim de explicá-las. Podemos agora compreender como é que a característica chistosa pode ocorrer, em acréscimo extra, à caricatura, exageração ou paródia; o fator que possibilita isto é uma diferença na 'cena psíquica da ação'.

Penso que a atribuição da elaboração do chiste ao sistema do inconsciente torna-se muito mais importante para nós agora que permite-nos compreender o fato de que as técnicas a que os chistes, admitidamente, aderem não são, por outro lado, sua propriedade exclusiva. Algumas dúvidas, que fomos obrigados a adiar para mais tarde em nosso exame original dessas técnicas, encontram agora uma solução confortável. Por essa mesma razão uma outra dúvida que agora assoma é merecedora de toda a nossa consideração. Isso sugere que a inegável relação dos chistes com o inconsciente é de fato válida apenas para certas categorias de chistes tendenciosos enquanto nós nos preparamos a estendê-la a toda espécie e a todo estágio de desenvolvimento dos chistes. Não devemos fugir ao exame dessa objeção.

Pode-se admitir com certeza que os chistes são formados no inconsciente quando se trata de chistes a serviço de propósitos inconscientes ou de propósitos reforçados pelo inconsciente — isto é, a maior parte dos chistes 'cínicos' (ver em [1]). Em tais casos, o propósito inconsciente draga o pensamento pré-consciente no inconsciente e lhe dá uma forma nova — um processo ao qual o estudo da psicologia das neuroses apontou numerosas analogias. Entretanto, no caso de chistes tendenciosos de outro gênero, de chistes inocentes e de gracejos, a força de dragagem (no inconsciente) parece ausente e, em consequência, coloca-se em questão a relação dos chistes com o inconsciente.

Consideremos agora o caso em que um pensamento, por si mesmo valioso, ocorre no curso de um processo intelectual e se exprime como um chiste. A fim de capacitar a esse pensamento tornar-se um chiste, é claramente necessário selecionar, entre as formas de expressão possíveis, aquela que há de trazer consigo uma produção de prazer verbal. Sabemos, pela auto-observação, que a seleção não é feita pela atenção consciente; certamente a seleção será ajudada se a catexia do pensamento pré-consciente for reduzida a inconsciente, pois, como verificamos na elaboração onírica, os trajetos associativos que partem das palavras são, no inconsciente, tratados do mesmo modo que se partissem de coisas. Uma catexia

inconsciente oferece condições bem mais favoráveis de se selecionar a expressão. Além do mais, podemos imediatamente admitir que a possível forma de expressão que envolve uma produção de prazer verbal opera idêntica dragagem sobre a ainda instável verbalização do pensamento pré-consciente, tal como o faz com o propósito inconsciente no caso anterior. Para o caso, mais simples, do gracejo, podemos supor que uma intenção, permanentemente vigilante, de realizar uma produção de prazer verbal, capta a ocasião, oferecida no pré-consciente, de dragar no inconsciente o processo catéxico de acordo com o modelo já conhecido.

Devia dar-me por satisfeito se conseguisse, por um lado, fornecer uma exposição mais clara deste único ponto decisivo na minha concepção dos chistes, e, por outro, reforçá-lo com argumentos conclusivos. Mas de fato o que se me depara não é um dúplice fracasso mas um único e mesmo fracasso. Não posso fornecer uma exposição mais clara porque não tenho ulterior comprovação de meu ponto de vista. Cheguei a ele com base no estudo da técnica [dos chistes] e da comparação com a elaboração onírica, e não a partir de outra base; constatei então que, em seu todo, adequa-se excelentemente com as características dos chistes. Assim, a concepção foi atingida por inferência; se, a partir de uma inferência como esta, sou levado não a uma região familiar, mas pelo contrário, a uma que é estranha e nova ao pensamento, denomino 'hipótese' a esta inferência, recusando-me corretamente a considerar a relação da hipótese com o material da qual é inferida, como uma 'prova' deste. Pode-se apenas considerá-la como 'provada' se é atingível também por outro trajeto, se é demonstrada como ponto nodal de ainda outras conexões. Mas é impossível uma prova desse tipo, quando mal se inicia nosso conhecimento dos processos inconscientes. Certos de que estamos pisando em solo virgem contentamo-nos em manter, a partir de nosso ponto de observação, um único passo, breve e incerto, na direção da região inexplorada.

Sobre tal fundamento não é possível construir muita coisa. Se relacionamos os vários estágios do chiste aos estados mentais que lhes são favoráveis, podemos talvez prosseguir como segue. O gracejo deriva de uma disposição eufórica, aparentemente caracterizada por uma inclinação a diminuir a catexia mental. Emprega já todas as características técnicas dos chistes, cumprindo sua condição fundamental quanto à seleção do material verbal ou das conexões de pensamento, isto é, satisfaz tanto aos requisitos da produção de prazer quanto àqueles feitos pela razão crítica. Concluiremos que a descida da catexia do pensamento ao nível inconsciente, facilitada pela disposição eufórica, está presente já nos gracejos. No caso dos chistes inocentes, conectados à expressão de um pensamento valioso, não mais se aplica o encorajante efeito da disposição de ânimo. Devemos aqui presumir a ocorrência de uma aptidão pessoal especial, manifestada pela facilidade com que a catexia pré-consciente é abandonada e trocada, por um momento, pela inconsciente. Um propósito, continuamente na mira da renovação da produção original de prazer, opera uma dragagem da, ainda inconstante, expressão pré-consciente do pensamento. Sem dúvida a maior parte das pessoas é capaz de produzir gracejos, quando em boa disposição; a aptidão para fazer chistes apresenta-se apenas em algumas pessoas, independente de sua disposição. Finalmente, a elaboração do chiste recebe seu estímulo mais poderoso quando estão presentes fortes propósitos em direção ao inconsciente, os quais representam uma especial aptidão para a produção de chistes e podem nos explicar por que os determinantes subjetivos dos chistes são encontrados com tamanha freqüência em pessoas neuróticas. Sob a influência desses fortes propósitos mesmo aqueles que, de outra forma, teriam uma aptidão mínima, tornaram-se capazes de fazer chistes.

Assim, com essa última contribuição que explica, ainda que apenas por hipótese, a elaboração do chiste na primeira pessoa, nosso interesse nos chistes, estritamente falando, chega ao fim. Resta-nos fazer

outra breve comparação entre os chistes e os, mais bem conhecidos, sonhos; podemos esperar que, afora a única conformidade já considerada, essas duas funções mentais dissimilares revelem apenas diferenças. Destas a mais importante consiste em seu comportamento social. Um sonho é um produto mental completamente associal; nada há nele a comunicar a ninguém; emerge no sujeito como uma solução de compromisso entre as forças mentais, que lutam nele, e permanece ininteligível ao próprio sujeito, sendo por essa razão totalmente desinteressante às outras pessoas. Não apenas não reservam qualquer lugar para a inteligibilidade, como devem de fato evitar ser compreendidos, pois seriam desta forma destruídos; só mascarados, podem subsistir. Por esta razão, podem sem estorvo utilizar o mecanismo que domina os processos mentais inconscientes até chegar a uma distorção, não mais endereçável. Um chiste, por outra parte, é a mais social de todas as funções mentais que objetivam a produção de prazer. Convoca freqüentemente três pessoas e sua completação requer a participação de alguém mais no processo mental iniciado. Está, portanto, preso à condição da inteligibilidade; pode utilizar apenas a possível distorção no inconsciente, através da condensação e do deslocamento, até o ponto em que possa ser reconstruído pela compreensão da terceira pessoa. Além do mais, chistes e sonhos amadurecem em regiões bastante diferentes da vida mental e devem ser distribuídos em pontos, no sistema psicológico, bastante remotos uns dos outros. Um sonho permanece sendo um desejo, ainda que tornado irreconhecível; um chiste é um jogo desenvolvido. Os sonhos, a despeito de sua nulidade prática, retêm uma conexão com os principais interesses da vida; procuram satisfazer necessidades pelo desvio regressivo da alucinação e têm sua ocorrência permitida pela única necessidade ativa durante a noite — a necessidade de dormir. Os chistes, por outro lado, procuram obter uma pequena produção de prazer da simples atividade de nosso aparato mental, desimpedida de qualquer necessidade. Mais tarde, tentam apoderar-se daquele prazer como produto derivado durante a atividade do aparato mental e assim chegam secundariamente a funções, não sem importância, dirigidas ao mundo exterior. Os sonhos servem predominantemente para evitar o desprazer, os chistes, para a consecução do prazer; mas para estas duas finalidades convergem todas as nossas atividades mentais.

## VII - OS CHISTES E AS ESPÉCIES DO CÔMICO

Aproximamo-nos dos problemas do cômico de modo não usual. Parece-nos que os chistes, ordinariamente considerados como uma subespécie de cômico, oferecem-nos bastante peculiaridades para serem atacados diretamente; assim evitamos sua relação com a categoria, mais inclusiva, do cômico, enquanto isso foi possível, embora não tenhamos deixado de colher, em passant, algumas sugestões que podem lançar luz sobre o cômico. Não tivemos dificuldade em descobrir que, socialmente, o cômico se comporta diferentemente dos chistes (ver em [1]). Pode contentar-se com duas pessoas: a primeira que constata o cômico e a segunda, em quem se constata. A terceira pessoa, a quem se conta a coisa cômica, intensifica o processo, mas nada lhe acrescenta. No chiste, esta terceira pessoa é indispensável para a completação do processo de produção de prazer; entretanto, a segunda pessoa pode estar ausente, exceto quando se trata de um chiste tendencioso, agressivo. Um chiste se faz, o cômico se constata — antes de tudo, nas pessoas; apenas por uma transferência subsequente, nas coisas, situações etc. No que toca aos chistes, sabemos que as fontes do prazer, que há de ser fomentado, residem no próprio sujeito e não em pessoas externas. Verificamos também que os chistes podem eventualmente reabrir fontes do cômico tornadas inacessíveis (ver em [2]) e que o cômico freqüentemente serve como fachada ao chiste,

substituindo o prazer preliminar que, de outro modo, seria produzido pela técnica conhecida (ver em [3]). Nada disso sugere precisamente que sejam muito simples as relações entre os chistes e o cômico. Mas os problemas do cômico têm-se comprovado tão complicados, e tão infrutíferos têm sido os esforços dos filósofos em resolvê-los que não podemos abrigar a prospectiva de que poderemos dominá-los em uma repentina e violenta investida, aproximando-nos deles a partir dos chistes. Além do mais, para nossa investigação dos chistes, dispúnhamos de um instrumento do qual, até aqui, ninguém mais fez uso — o conhecimento da elaboração onírica. Não temos vantagem similar a nosso dispor para nos ajudar a compreender o cômico e devemos, pois, esperar que não descobriremos mais sobre a natureza do cômico do que já constatamos nos chistes, na medida em que estes participam do cômico e possuem em sua própria natureza algumas das características (do cômico) inalteradas ou meramente modificadas.

O tipo de cômico mais próximo dos chistes é o ingênuo. Como o cômico em geral, o (cômico) ingênuo é ‘constatado’ e não ‘produzido’, como o chiste. De fato, o ingênuo não pode absolutamente ser confeccionado, enquanto no interior do cômico puro devemos levar em conta o caso em que alguma coisa é tornada cômica — a evocação do cômico. O ingênuo deve se originar, sem que tomemos parte nisso, nos comentários e atitudes de outras pessoas, que assumem a posição da segunda pessoa no cômico ou nos chistes. O ingênuo ocorre quando alguém desrespeita completamente uma inibição, inexistente em si mesmo — portanto, quando parece vencê-la sem nenhum esforço. É uma condição para a produção do efeito do ingênuo que saibamos que a pessoa envolvida não possui tal inibição; de outro modo, ela não seria ingênua mas impudente. Rimo-nos dela, mas não nos indignamos. O efeito do ingênuo é irresistível e parece fácil de compreender. Uma despesa inibitória usualmente efetuada torna-se subitamente inutilizável por ouvirmos o comentário ingênuo, e a descarregamos então pelo riso. Não é necessário aqui que a atenção seja distraída (ver em [1]), provavelmente porque a suspensão da inibição ocorre diretamente e não através da intermediação de uma operação provocada. Neste caso comportamo-nos como a terceira pessoa do chiste, que é presenteada com uma economia na inibição sem qualquer esforço de sua parte (ver em [2]).

Em vista do insight que obtivemos sobre a gênese das inibições ao seguirmos o processo de desenvolvimento dos jogos até os chistes, não nos surpreenderá a constatação de que o ingênuo ocorra, bem mais freqüentemente, nas crianças, sendo depois reservado a adultos não instruídos, que podemos considerar infantis no que se refere a seu desenvolvimento intelectual. Comentários ingênuos são, naturalmente, mais adequados a uma comparação com os chistes do que as atitudes ingênuas, já que é através de comentários e não de ações que os chistes usualmente se exprimem. É iluminadora a descoberta que comentários ingênuos, como os feitos pelas crianças, podem ser também descritos como ‘chistes ingênuos’. A conformidade entre os chistes e a ingenuidade, tanto quanto as razões de sua dissimilaridade, podem nos ser mais bem esclarecidas em alguns exemplos:

Uma menina de três anos e meio avisa a seu irmão: ‘Olha, não coma tanto pudim, senão vai ficar doente e tomar um “Bubizin”’. “Bubizin”? pergunta a mãe, ‘O que é isso?’ ‘Quando fico doente’, disse a menina autojustificando-se, ‘tenho que tomar Medizin’. A criança pensava que aquilo que o médico lhe prescrevia chamava-se ‘Mädi-zin’ quando era para uma ‘Mädi [garotinha]’ e concluía que, quando era para um ‘Bubi [garotinho]’, devia chamar-se ‘Bubi-zin’. Esta construção assemelha-se à elaboração de um chiste verbal por similaridade fônica e podia, efetivamente, ter ocorrido como um chiste real, caso em que o acolheríamos, meio constrangidamente, com um sorriso. Como um exemplo de ingenuidade, parece-nos

excelente e suscita o riso. O que é que faz a diferença entre um chiste e alguma coisa ingênua? Evidentemente não se trata da verbalização da técnica, que seria a mesma para ambas as possibilidades, mas de um fator que, à primeira vista, parece mesmo muito remoto a elas duas. Trata-se meramente de que admitamos que o locutor pretendeu fazer um chiste ou de que suponhamos que ele — a criança — tenha tentado, de boa-fé, sacar uma conclusão séria à base de sua impune ignorância. Apenas este último caso é uma ingenuidade. Aqui, pela primeira vez, nossa atenção desloca-se para o caso em que a outra pessoa se introduz no processo psíquico que ocorre na pessoa que produz o comentário.

Esta perspectiva é confirmada ao examinarmos outro exemplo. Dois irmãos — uma menina de doze e um menino de onze anos — representavam um drama, composto por eles próprios, para um público de tios e tias. A cena representava uma cabana na praia. No primeiro ato, os dois autores-atores, um pobre pescador e sua honesta esposa, lamentavam-se sobre os duros tempos e seus parcos ganhos. O marido decide-se a cruzar em seu bote os largos mares e procurar fortuna em outra parte; após ternos adeuses entre ambos, o pano cai. O segundo ato passa-se muitos anos depois. O pescador retorna rico com uma grande mala de dinheiro e narra à esposa, que o esperava fora da cabana, como a boa fortuna o abençoara em terras estrangeiras. A esposa o interrompe orgulhosamente: 'Também eu não fiquei ociosa'. Abre então a porta da cabana e revela aos olhos do marido doze grandes bonecas deitadas no chão, adormecidas... A este ponto da representação, os atores foram interrompidos por uma tempestade de risos da platéia, que foram incapazes de compreender. Fitavam desconcertados a seus parentes, que tinham até então se comportado propriamente, prestando a mais ávida atenção. O riso é explicado pela suposição, admitida pela platéia, de que os jovens autores ignoravam inteiramente as condições que governam a origem dos bebês, sendo portanto capazes de acreditar que a esposa pudesse se jactar da descendência obtida durante a longa ausência do marido e que este pudesse se alegrar com ela por isso. O que os autores produziram, com base nesta ignorância, pode ser descrito como nonsense ou absurdo.

Um terceiro exemplo há de nos apresentar ainda outra técnica, com que já travamos contato nos chistes e que se engaja agora a serviço do ingênuo. Uma 'francesa' foi contratada como governanta de uma garotinha, mas não contou com a aprovação pessoal desta. Mal a recém-chegada deixava um cômodo sem que a garotinha clamasse em alta voz a sua crítica: 'Isto é uma francesa? Ela pode chamar-se assim apenas por ter deitado alguma vez ao lado de um francês!'. Este dito seria um chiste — mesmo, razoavelmente bom — (duplo sentido ou alusão com double entendre) se a criança tivesse a mais leve noção da possibilidade do duplo sentido. De fato, ela meramente transferiu para a estrangeira, de quem não gostava, uma maneira faceta de caracterizar alguma coisa como falsificada, expressão que já ouvira com freqüência: 'Isto é ouro legítimo? Só por ter ficado ao lado de ouro!'. Devido à ignorância da criança, que altera tão completamente o processo psíquico em seus ouvintes entendidos, o comentário torna-se ingênuo. Em consequência dessa condição [que a criança seja realmente ignorante] há a possibilidade de uma ingenuidade enganadora. Podemos assumir na criança uma ignorância que não existe; as crianças freqüentemente se representam como ingênuas de modo a poder desfrutar uma liberdade que de outra forma não lhes seria permitida.

Podemos ilustrar com esses exemplos a posição ocupada pelo ingênuo entre os chistes e o cômico. O ingênuo (no discurso) concorda com os chistes no que concerne à verbalização e ao conteúdo: efetua um uso impróprio das palavras, um nonsense ou um smut. Mas o processo psíquico na primeira pessoa, que o produz, processo que levantou para nós questões tão interessantes e enigmáticas a respeito dos chistes, está aqui completamente ausente. Uma pessoa ingênua pensa estar utilizando seus meios de expressão e

processos de pensamento normal e simplesmente, não tendo qualquer *arrière pensée* em mente; não deriva igualmente o menor prazer em produzir algo ingênuo. Todas as características do ingênuo inexistem a não ser na compreensão da pessoa que o escuta — pessoa que coincide com a terceira pessoa nos chistes. Além disso a pessoa que o produz faz isso sem o menor esforço. A complicada técnica que nos chistes se destina a paralisar a inibição procedente da crítica racional, está ausente nela; não possui igualmente a inibição, de modo que pode produzir nonsense e smut diretamente e sem compromisso. A este respeito, o ingênuo é um caso marginal do chiste; emerge quando, na fórmula de construção dos chistes, reduzimos o valor da censura a zero.

Enquanto, no chiste, era uma condição de efetividade que ambas as pessoas se submetessem a aproximadamente as mesmas inibições ou resistências internas (ver em [1]), verificar-se-á que é condição para o ingênuo que uma pessoa possua as inibições que a outra não possui. A apreensão do ingênuo processa-se na pessoa que tem as inibições, obtendo ela sozinha a produção de prazer que o ingênuo deflagra. Aproximamo-nos da suspeita de que o prazer se origina da suspensão de inibições. Já que o prazer nos chistes tem a mesma origem — um núcleo de prazer verbal e de prazer no nonsense, e uma embalagem de prazer na suspensão das inibições ou no alívio da despesa psíquica (ver em [2]) — a relação similar com a inibição explica o parentesco interno entre o ingênuo e os chistes. Em ambos, o prazer se origina pela suspensão da inibição interna.

O processo psíquico na pessoa receptora, entretanto, é muito mais complicado no caso do ingênuo, tanto quanto é simplificado na pessoa produtora comparativamente aos chistes. (No caso do ingênuo, incidentalmente, nosso próprio eu invariavelmente coincide com a pessoa receptora, enquanto no caso dos chistes podemos igualmente ocupar a posição de produtores.) Quando a pessoa receptora ouve algo ingênuo, isto deve afetá-la por um lado como se fora um chiste — nossos exemplos evidenciam precisamente isso — pois, como no caso de um chiste, a suspensão da inibição passa-se nela sem esforço maior que o de escutar. Mas somente parte do prazer criado pelo ingênuo pode ser explicado desse modo, e mesmo assim, correndo risco em certos casos — por exemplo, ao ouvir uma ingênua peça de smut. Podíamos reagir imediatamente a isto com a mesma indignação destinada a um caso de smut real, não fora o fato de que um outro fator poupa-nos essa indignação, oferecendo-nos ao mesmo tempo a parte mais importante de nosso prazer no ingênuo. Esse outro fator é a condição já mencionada (ver em [1]) de que, para reconhecer o ingênuo, devemos saber que a inibição interna está ausente na pessoa produtora. Apenas quando estamos certos disso é que nos rimos ao invés de indignarmo-nos. Assim tomamos em consideração o estado psíquico da pessoa produtora, e nos introduzimos nele, tentando compreendê-lo por comparação com o nosso próprio. Tais processos de empatia e comparação é que resultam na economia da despesa, que descarregamos pelo riso.

Seria possível preferir uma descrição mais simples — que nossa indignação torna supérflua pelo fato de que a outra pessoa não necessitou vencer uma resistência; em tal caso, o riso ocorreria ao custo da economia da indignação. A fim de desencorajar essa concepção, que é globalmente enganosa, podemos traçar uma distinção mais rigorosa entre os dois casos que englobamos acima. O ingênuo que deparamos pode ser ou aparentado ao chiste, como em nossos exemplos, ou aparentado ao smut (ou a outra coisa, geralmente objetável); esse último caso ocorre de modo especial, expresso não na fala mas na ação. Esta segunda alternativa é realmente enganosa; podia-se supor, na medida em que se o concerne, que o prazer deriva da indignação economizada e transformada. Mas a primeira alternativa esclarece melhor as coisas.



Um comentário inocente — e.g. 'Bubizin' (ver em [1]) — pode atuar ele próprio como um chiste menor não fornecendo qualquer causa à indignação. Esta alternativa é, decerto, menos freqüente, mas é mais pura e bem mais instrutiva. Na medida em que estamos interessados no fato de que a criança tenha acreditado, sem qualquer *arrière pensée*, que a sílaba 'Medi' em 'Medizin' é idêntica a seu próprio nome 'Mädi', nosso prazer recebe uma intensificação que nada mais tem a ver com o prazer em um chiste. Podemos encarar o que se disse a partir de dois pontos de vista — na perspectiva do que aconteceu na criança e na perspectiva do que aconteceu em nós; ao fazer essa comparação verificamos que a criança achou uma identidade e ultrapassou uma barreira que existia para nós; parece que podemos ir além e dizer-nos: 'Se V. preferir compreender o que escutou, poderá economizar a despesa que tem em manter a barreira'. A despesa liberada em comparação a esta barreira é a fonte do prazer no ingênuo, sendo descarregada pelo riso; trata-se, incidentalmente, do mesmo prazer que, de outra forma, teríamos transformado em indignação, não fosse isso excluído por nossa compreensão da pessoa produtora e, nesse caso, também pela natureza do que foi dito. Mas se tomamos o exemplo de um chiste ingênuo como modelo para a outra alternativa (de algo ingênuo que seja objetável) veremos que aí também a economia na inibição pode proceder diretamente da comparação, que não há necessidade de que admitamos uma indignação que se inicia e é então reprimida e que a indignação de fato apenas corresponde à utilização da despesa liberada de outra forma — contra esse fato, no caso dos chistes, há a necessidade de complicadas medidas protetivas (ver em [1]).

Essa comparação, e a economia na despesa, resultante de nossa identificação com o processo mental da pessoa produtora, só poderá reclamar certa importância quanto ao ingênuo, se não é apenas neste que se encontra. Ocorre-nos, de fato, uma suspeita de que tal mecanismo, que é de todo estranho aos chistes, pode ser parte, e mesmo parte essencial do processo psíquico no cômico. Encarado deste ponto de vista — que é, irrefutavelmente, o mais importante aspecto do ingênuo — o último apresenta-se como uma espécie do cômico. O elemento extra em nossos exemplos de discursos ingênuos, que é acrescentado ao prazer de um chiste, é o prazer 'cômico'. Devíamos nos inclinar por admitir bastante geralmente a respeito do cômico que este procede da despesa economizada pela comparação do comentário de outra pessoa com o nosso próprio. Mas desde que isso nos leva a considerações abrangentes podemos, em primeiro lugar, concluir nossa discussão do ingênuo. O ingênuo seria, então, uma espécie do cômico já que seu prazer nasce da diferença da despesa originária da tentativa de compreender alguém mais; aproximar-se-ia do chiste ao sujeitar-se à condição de que a despesa economizada deva ser uma despesa inibitória.

Acrescentemos rapidamente alguns pontos de concordância e de diferença entre os conceitos que já tínhamos obtido e aqueles com que nos familiarizamos na psicologia do cômico. O colocar-se no lugar de outra pessoa e a tentativa de compreender esta claramente nada mais são que o 'empréstimo cômico' que, desde Jean Paul, desempenha um papel na análise do cômico; a 'comparação' dos processos mentais de alguém com os próprios corresponde ao 'contraste psicológico' para o qual finalmente, aqui, encontramos um lugar, depois de não lhe encontrar qualquer aplicação nos chistes (ver em [1]). Mas nossa explicação do cômico difere de muitas das autoridades que o consideram procedente da oscilação da atenção, para trás e para frente, entre idéias contrastantes. Um tal mecanismo de prazer nos pareceria incompreensível; podemos entretanto indicar que, na comparação entre contrastes ocorre uma diferença na despesa que, não sendo usada para algum outro propósito, torna-se capaz de descarga e, pois, torna-se uma fonte de prazer.

Somente com apreensão aventuro-me a abordar o problema do próprio cômico. Seria presunçoso esperar que meus esforços fossem capazes de fazer qualquer contribuição decisiva a sua solução quando trabalhos de grande número de pensadores eminentes fracassaram em produzir uma explicação inteiramente satisfatória. Minha intenção, de fato, não é mais que seguir as linhas de pensamentos, que comprovaram-se valiosos para os chistes, em ligeira incursão no domínio do cômico.

O cômico aparece, em primeira instância, como involuntária descoberta, derivada das relações sociais humanas. É constatado nas pessoas — em seus movimentos, formas, atitudes e traços de caráter, originalmente, com toda probabilidade, apenas em suas características físicas mas, depois, também nas mentais ou naquilo em que estas possam se manifestar. Através de um tipo muito comum de personificação, também os animais, e as coisas inanimadas, tornam-se cômicos. Ao mesmo tempo, o cômico é capaz de ser destacado das pessoas, na medida em que reconheçamos as condições sob quais uma pessoa parece cômica. Desta forma manifesta-se o cômico, e este reconhecimento propicia a possibilidade de fazer uma pessoa cômica bastando que se a coloque em situações nas quais suas atitudes estejam sujeitas a condições cômicas. A descoberta de que se tem o poder de tornar cômico alguém mais abre caminho a insuspeitadas produções de prazer cômico e origina uma técnica altamente desenvolvida. É possível tornar-se a si próprio cômico tão facilmente quanto a outras pessoas. Os métodos que servem para tornar as pessoas cômicas são: colocá-las em uma situação cômica, o disfarce, o desmascaramento, a caricatura, a paródia, o travestismo etc. É óbvio que todas estas técnicas podem ser usadas para servir a propósitos hostis e agressivos. Pode-se fazer uma pessoa cômica para torná-la desprezível, para privá-la de sua reivindicação de dignidade e autoridade. Mas ainda que tal intenção seja subjacente a todo esforço de tornar uma pessoa cômica, não é este necessariamente o sentido do cômico espontâneo.

Esse irregular levantamento das ocorrências do cômico já nos mostrará que um campo de origem muito extenso deve-lhes ser adscrito e que não devemos esperar encontrar condições tão especializadas como as que constatamos no ingênuo. Para continuar na pista da condição determinante, válida para o cômico, a coisa mais importante é a escolha de um caso introdutório. Escolheremos o cômico dos movimentos, recordando-nos que o estágio mais primitivo de representação cênica — a pantomina — usa tal método para nos fazer rir. A resposta à pergunta por que rimos dos movimentos do palhaço é que eles nos parecem extravagantes e inconvenientes. Rimos de uma despesa grande demais. Procuremos agora a condição determinante externa ao cômico, que é artificialmente construída — onde possa constatar-se involuntária. Os movimentos de uma criança não nos parecem cômicos, embora ela chute e salte sem direção. Por outro lado, é cômico quando uma criança, aprendendo a escrever, acompanha os movimentos de sua caneta com a língua esticada; nesses movimentos associados verificamos uma desnecessária despesa que pouparíamos se estivéssemos executando a mesma atividade. Similarmente, outros movimentos associados, ou movimentos expressivos meramente exagerados, parecem cômicos também nos adultos. Exemplos puros dessa espécie de cômico são, por exemplo, os movimentos de alguém que, jogando boliche, após soltar a bola, segue seu curso como se ainda continuasse a dirigi-la. Assim também são cômicos todos os esgares que exageram a expressão normal das emoções, mesmo se produzidos involuntariamente, como é o caso dos pacientes da doença de São Vito (coréia). Do mesmo modo, os movimentos apaixonados de um maestro moderno parecem cômicos a um leigo em música, incapaz de compreender sua necessidade. Na verdade é do cômico do movimento que deriva o cômico das formas corporais e dos traços faciais, considerados como resultantes de um movimento exagerado ou inútil. Olhos

arregalados, nariz em gancho pendente sobre a boca, orelhas de abano, uma corcunda — todas estas coisas só produzem um efeito cômico na medida em que se imagina os movimentos necessários para realizar esses traços; e aqui o nariz, as orelhas e outras partes do corpo são imaginados com mobilidade maior que a que têm na realidade. Não há dúvida de que seria cômico ‘menear as orelhas’ e decerto seria ainda mais cômico poder mover o nariz para cima e para baixo. Boa parte do efeito cômico produzido em nós pelos animais provém de percebermos neles movimentos que nós próprios não podemos imitar.

Mas por que é que rimos ao reconhecermos que os movimentos de alguma outra pessoa são exagerados e inconvenientes? Creio que fazendo uma comparação entre o movimento que observo em outra pessoa e aquele que eu próprio deveria executar em seu lugar. As duas coisas comparadas devem naturalmente ser julgadas pelo mesmo padrão, e este padrão é minha despesa de enervação, conectada à minha idéia do movimento em ambos os casos. Tal asserção requer elucidação e expansão.

O que quero comparar é, por um lado, a despesa psíquica relacionada a certa idéia e, por outro, o conteúdo desta última. Nossa asserção diz que a primeira não é geral e, teoricamente, não é independente do seu conteúdo; diz particularmente que a idéia de algo grande requer mais despesa que a idéia de algo pequeno. Na medida em que se trata apenas de idéia de movimentos e diferentes tamanhos, não deve haver dificuldades em termos teóricos quanto a nossa asserção ou mesmo quanto à comprovação desta pela observação. Verificaremos que neste caso um atributo da idéia efetivamente coincide com um atributo daquilo que a idéia representa, embora a psicologia nos previna geralmente contra tal confusão.

Adquiro a idéia de um movimento de tamanho particular executando eu próprio este movimento ou imitando-o, e aprendo, através desta ação, um padrão para este movimento em minhas sensações enervatórias.

Quando percebemos um movimento de maior ou menor extensão em outra pessoa, o modo mais seguro de compreendê-lo (percebê-lo) será executá-lo por imitação, podendo eu então decidir por comparação em qual dos movimentos minha despesa será maior. Um impulso à imitação, como esse, está sem dúvida presente na percepção dos movimentos. Mas em realidade não efetuamos tal imitação, do mesmo modo que não prossigo soletrando após ter aprendido a ler por soletração. Em vez de imitar o movimento com meus músculos, tenho uma idéia dele através dos traços mnêmicos das despesas com movimentos similares. A ideação ou o ‘pensamento’ difere da atuação ou da execução principalmente pelo fato de que desloca energias catéxicas muito menores, enquanto impede a descarga da despesa principal.

Mas de que maneira se exprime na idéia o fator quantitativo — de maior ou menor dimensão? — E se não pode haver representação da quantidade na idéia, que é composta de qualidades, como posso distinguir as idéias dos movimentos de diferentes dimensões? Como fazer essa comparação de que depende tudo? O caminho é indicado pela fisiologia que nos ensina que mesmo durante os processos da ideação partem enervações em direção aos músculos, embora seja verdade que tais processos correspondem a uma despesa muito modesta de energia. Torna-se agora muito plausível supor que a energia enervatória que acompanha o processo da ideação seja usada para representar o fator quantitativo da idéia: é maior quanto se refere à idéia de um movimento grande que quando se trata de um pequeno. Assim a idéia de um movimento maior seria nesse caso efetivamente a maior — ou seja, seria a idéia acompanhada de maior dispêndio de energia.

A observação direta mostra que os seres humanos têm o hábito de expressar os atributos de largueza e pequenez no conteúdo de suas idéias através da variação da despesa em uma espécie de mimética ideacional. Se uma criança, ou um homem do povo, ou um membro de certas raças, narra ou

descreve alguma coisa, é fácil verificar que não se contenta em esclarecer sua idéia ao ouvinte pela escolha de palavras apropriadas, mas representa também o assunto principal através de movimentos expressivos: combina formas miméticas e verbais de representação. Assim, demonstra, em especial, as quantidades e qualidades: ‘uma alta montanha’ — eleva sua mão sobre a cabeça; um ‘anãozinho’ — aproxima-a do chão. Quando tenha perdido o hábito de pintar com as mãos (aquilo que descreve), utilizará a voz; se exerce autocontrole também sobre isso, pode-se apostar que arregalará os olhos ao descrever algo grande e os apertará quando referir-se a algo pequeno. O que expressa assim não são seus afetos mas, efetivamente, o conteúdo de sua ideação.

Devemos supor, então, que essa necessidade mimética só é despertada pelos requisitos da comunicação de alguma coisa, a despeito do fato de que boa parte deste método de representação escapa inteiramente à atenção do ouvinte? Pelo contrário, creio que essa mimética exista, ainda que menos vívida, independentemente de toda comunicação, ocorrendo também quando o sujeito forma a idéia de algo para seu próprio proveito, quando pensa alguma coisa pictorialmente; exprime então, em todos os casos, as idéias de ‘grande’ e ‘pequeno’ em seu próprio corpo, como em seu discurso, pela mudança na enervação de suas feições e órgãos dos sentidos. Creio mesmo que a enervação somática, comensurável ao conteúdo que se está ideando, pode ter sido o princípio e a origem da mimética com propósito comunicativo; basta intensificá-la e fazê-la notável a outras pessoas para que possa servir a este fim. Se mantenho o ponto de vista de que se deve acrescentar à ‘expressão das emoções’, bem conhecida como concomitante físico dos processos mentais, a ‘expressão do conteúdo ideacional’, posso verificar claramente que meus comentários relativos às categorias de grande e pequeno não exaurem o assunto. Podia mesmo acrescentar uma variedade de considerações antes de chegar aos fenômenos de tensão pelos quais uma pessoa indica somaticamente a concentração de sua atenção e o nível de abstração que, em certo momento, seu pensamento alcança. Considero esse assunto como realmente importante e creio que se se prossegue o estudo da mimética ideacional, esta pode vir a ser útil em outros campos da estética, tanto quanto o é para a compreensão do cômico.

Retornemos ao cômico no movimento. Quando, repito, um movimento particular é percebido, dá-se impulsão à formação da idéia do mesmo, através de certa despesa de energia. Portanto, ao ‘tentar perceber’, ao aprender esse movimento, faço certa despesa, e nessa porção do trabalho mental comporto-me exatamente como se me estivesse pondo no lugar da pessoa que observo. Mas, provavelmente, ao mesmo tempo tenho em mente o objetivo desse movimento e minha experiência anterior capacita-me a estimar a escala de despesa requerida para alcançar este objetivo. Ao fazê-lo, desconsidero a pessoa que estou observando e comporto-me como se eu próprio quisesse alcançar o objetivo do movimento. Essas duas possibilidades em minha imaginação redundam em uma comparação entre o movimento observado e o meu próprio. Se o movimento da outra pessoa é exagerado e não apropriado, meu acréscimo de despesa para compreendê-lo é inibido *in statu nascendi*, como que no próprio ato de sua mobilização (ver em [1]); é declarado supérfluo e livre para utilizar em alguma outra parte, para ser talvez descarregado pelo riso. Essa seria, desde que outras circunstâncias fossem favoráveis, a gênese do prazer no movimento cômico — uma despesa enervatória que se torna um excesso inutilizável quando é feita a comparação com o próprio movimento.

Verificar-se-á que nossa investigação deve operar em duas direções diferentes: primeiro, estabelecer as condições que controlam a descarga do excesso, e segundo, examinar se outros casos do cômico podem ser encarados da mesma forma que o cômico no movimento.

Examinaremos primeiro a segunda questão, passando do cômico no movimento e na ação ao cômico constatado nas funções intelectuais e nos traços de caráter de outras pessoas.

Como um exemplo dessa classe posso escolher o nonsense cômico, como o produzido por candidatos ignorantes em um exame; sem dúvida, é mais difícil apresentar um exemplo mais simples quanto aos traços de caráter. Não devemos ser confundidos pelo fato de constatarmos que o nonsense e a estupidez que tão freqüentemente produzem um efeito cômico, não são, apesar disso, sentidos como cômicos em todos os casos; do mesmo modo, os mesmos caracteres, que em certa ocasião, podem ser risíveis, como cômicos, em outra ocasião podem nos parecer desprezíveis e odiosos. Esse fato, que não devemos deixar de ter em vista, indica simplesmente que, além da comparação que já conhecemos, outros fatores estão envolvidos na produção do efeito cômico — fatores que poderemos descobrir em alguma outra conexão. (Ver em [1].)

O cômico encontrado nas características intelectuais e mentais de outra pessoa é também, evidentemente, o resultado de uma comparação entre essa pessoa e meu próprio eu, embora, bastante curiosamente, essa comparação produza, via de regra, um resultado oposto àquele no caso de um movimento ou ação cômica. Nesse último caso, era cômico que outra pessoa fizesse uma despesa de energia maior do que a que eu julgava necessária. No caso de uma função mental, pelo contrário, esta torna-se cômica se a outra pessoa efetua uma poupança da despesa que eu próprio reputo indispensável (pois o nonsense e a estupidez são deficiências da função). No primeiro caso rimo-nos pela excessiva complicação, no último rimo-nos da facilitação em excesso. O efeito cômico aparentemente depende, portanto, da diferença entre as duas despesas catéxicas — a própria e a da pessoa, estimada por empatia — e não daquilo que, nas duas, favoreça a diferença. Mas essa peculiaridade, que à primeira vista confunde nosso juízo, se desvanece quando pensamos que a restrição de nosso trabalho muscular e o aumento de nosso trabalho intelectual se adequam com o curso de nosso desenvolvimento pessoal em direção a um nível de civilização mais alto. Elevando nossa despesa intelectual podemos obter o mesmo resultado que com a diminuição da despesa em nossos movimentos. A evidência desse êxito cultural é fornecida por nossas máquinas.

Assim uma explicação uniforme é fornecida pelo fato de que uma pessoa nos parece cômica, em comparação com nós mesmos, se gasta energia demais em suas funções corporais e energia de menos em suas funções mentais; não se pode negar que em ambos os casos nosso riso exprime uma gratificante sensação de superioridade com relação à pessoa (que achamos cômica). Se a relação nos dois casos é revertida — se a despesa física da pessoa é considerada menor que a nossa ou se sua despesa mental é maior — não mais rimos e sim, somos possuídos de assombro e admiração.

A origem do prazer cômico aqui discutida — sua derivação da comparação de outra pessoa com nós próprios, da diferença entre nossa própria despesa psíquica e a de uma outra pessoa, estimada por empatia — é provavelmente a mais importante geneticamente. É certo entretanto que não tenha persistido sendo a única. Já aprendemos em um momento ou outro a desconsiderar essa comparação entre uma pessoa e nós próprios, derivando a diferença gratificante de um único lado, seja da empatia, seja do processo em nós mesmos — o que comprova que o sentimento de superioridade não mantém qualquer relação essencial com o prazer cômico. Uma comparação é [apesar disso] indispensável para a gênese desse prazer. Constatamos que se passa entre duas despesas catéxicas que ocorrem em rápida sucessão e que envolvem a mesma função, sendo essas despesas operadas através de nossa empatia com alguém mais, ou, quando não haja tal relação, são descobertas em nossos próprios processos mentais.

O primeiro desses casos — no qual a outra pessoa ainda desempenha um papel, embora não mais em comparação com nosso próprio eu — origina-se quando a diferença gratificante é manifestada pelas influências externas, que podemos sumariar como uma ‘situação’. Por essa razão, essa espécie de cômico é também conhecida como ‘cômico da situação’. Neste caso, as características da pessoa que proporciona o efeito cômico não desempenham uma parte essencial: rimos ainda que tenhamos de confessar que nós teríamos feito o mesmo em uma situação igual. Estamos aqui extraindo o cômico da relação dos seres humanos com o freqüentemente todo-poderoso mundo externo; na medida em que processos mentais de um ser humano estão envolvidos, esse mundo externo compreende também as convenções e necessidades sociais e mesmo nossas próprias necessidades corporais. Um caso típico dessa última espécie é fornecido quando, em meio de uma atividade que faz exigências às faculdades mentais de uma pessoa, esta é interrompida por uma dor ou por uma necessidade de defecação. O contraste que, através da empatia, oferece-nos a diferença cômica é aquele entre o alto grau de interesse assumido pela pessoa antes da interrupção e o mínimo interesse que lhe resta pela sua atividade mental quando ocorre a interrupção. A pessoa que nos oferece a diferença torna-se cômica para nós, uma vez mais, por sua inferioridade; mas ela é inferior apenas em comparação anterior consigo mesma e não em comparação conosco, pois sabemos que em idênticas circunstâncias não nos teríamos comportado diferentemente. É digno de nota entretanto que apenas constatamos a inferioridade cômica em que alguém se põe, quando há empatia — isto é, quando outra pessoa está envolvida: quando nós próprios nos achamos em apuros semelhantes, somos cômicos apenas de sentimentos aflitivos. Apenas o afastamento de tais sentimentos de nós próprios capacita-nos a fluir prazer da diferença originária da comparação entre essas catexias variáveis.

A outra fonte do cômico, que constatamos na transformação de nossa própria catexia, consiste em nossas relações com o futuro, que costumamos antecipar com nossas idéias expectantes. Assumo que uma despesa, quantitativamente definida, subjaz a cada uma de nossas idéias — uma despesa que, no caso de um desapontamento, é diminuída por uma diferença definida. Posso novamente recordar comentários feitos anteriormente (ver em [1]) sobre a ‘mimética ideacional’. Parece-me fácil comprovar uma mobilização real de energia catéxica no caso de expectativa. É bem obviamente verdadeiro, quanto a inúmeros casos, que preparações motoras formam a expressão da expectativa — principalmente em todos os casos onde se requisita minha motilidade — e que essas preparações podem ser determinadas quantitativamente. Se espero agarrar uma bola que me é atirada introduzo em meu corpo tensões que me capacitem a receber o impacto da bola; se a bola para cujo impacto me preparei revela-se leve demais, meus movimentos supérfluos tornam-me cômico aos espectadores. Fascinado por minha expectativa, deixei-me levar a uma despesa exagerada de movimento. Ocorrerá o mesmo quando, por exemplo, tiro de uma cesta uma fruta, que supusera pesada, e que, para meu desapontamento, revela-se falsificada, oca e feita de cera. Minha mão, retirada apressadamente, trai o fato que me preparara para uma enervação grande demais — e eu me rio disso. Há pelo menos um caso em que a despesa da expectativa pode ser diretamente demonstrada mensurável, através de experimentos fisiológicos em animais. Nos experimentos de Pavlov sobre a secreção salivar, vários tipos de comida são postos diante de cães, nos quais se abriu uma fístula salivar; as quantidades de saliva secretada variam se as condições experimentais confirmam ou desapontam as expectativas dos cães de ser alimentados com a comida posta a sua frente.

Mesmo quando a expectativa requisita meus órgãos dos sentidos, e não a minha motilidade, posso assumir que a expectativa se exprime por certa despesa motora, tornando os sentidos tensos e reprimindo outras impressões, não esperadas; em geral, posso considerar a atitude da atenção como sendo uma



função motora equivalente a certa despesa. Posso adiantar como uma premissa que a atividade preparatória da expectativa não será independente da magnitude da impressão esperada, mas representará mimeticamente sua grandeza ou sua pequenez através de uma despesa preparatória maior ou menor, como no caso de uma comunicação ou de um pensamento desacompanhado de expectativa. A despesa com a expectativa procede, entretanto, de vários fatores e, no caso de meu desapontamento, também vários fatores estarão envolvidos — não apenas se o que acontece é perceptivelmente maior ou menor do que o que eu esperava, mas também se é digno do interesse que dispendera na expectativa. Desse modo, serei talvez levado a tomar em consideração, além da despesa com a representação do que é grande ou pequeno (a mimética ideacional), a despesa com o retesamento da atenção (a despesa com a expectativa) e além disso, em outros casos, a despesa com a abstração. Mas essas outras espécies de despesa podem ser facilmente referidas à despesa com o que é grande ou pequeno, já que ser mais interessante, mais sublime e mesmo mais abstrato, são apenas casos especiais, com qualidades particulares, do que é maior. Se além disso consideramos, de acordo com Lipps e outros escritores, que o contraste quantitativo (não o qualitativo) deve ser considerado primariamente com fonte do prazer cômico, deveremos sentir-nos inteiramente felizes por termos escolhido o cômico no movimento como ponto de partida de nossa investigação.

Lipps, no volume tão freqüentemente citado nestas páginas, tentou, ampliando a asserção de Kant de que o cômico é ‘uma expectativa frustrada’, derivar o prazer cômico, em geral, da expectativa. [Lipps, 1898, 5s.]. Entretanto, apesar das descobertas muito instrutivas e valiosas que essa tentativa tem trazido à luz, gostaria de apoiar a crítica feita por outras autoridades, de que Lipps teria estreitado demasiadamente o campo de origem do cômico, obrigando-se grande violência para sujeitar os fenômenos no escopo de sua fórmula.

A humanidade não se contentou em desfrutar o cômico onde ele se deparava a sua experiência; procurou também produzi-lo intencionalmente e podemos aprender muito sobre a natureza do cômico estudando os meios que servem para fazer cômicas as coisas. Antes de tudo, é possível produzirmos o cômico em relação a nós próprios a fim de divertir outras pessoas — por exemplo, fazendo-nos de desajeitados ou estúpidos. Dessa forma, produzimos o efeito cômico tal como se essas coisas fossem reais, cumprindo a condição da comparação que leva à diferença na despesa. Mas desse modo não nos tornamos ridículos ou desprezíveis podendo mesmo merecer, em algumas circunstâncias, admiração. O sentimento de superioridade não surge na outra pessoa quando esta sabe que estamos fingindo; isto fornece nova evidência da fundamental independência do cômico com relação ao sentimento de superioridade (ver em [1]).

No que concerne a tornar outras pessoas cômicas, o principal meio é colocá-las em situações em que a pessoa se torna cômica em consequência da dependência humana a eventos externos, particularmente fatores sociais, sem respeitar as características pessoais do indivíduo envolvido — isto é, empregando o cômico da situação. A situação cômica em que se coloca alguém pode ser uma situação real (um practical joke) — por exemplo, esticar a perna de modo a que alguém escorregue, como se fora desajeitado, fazer alguém de bobo, explorando-lhe a credulidade, tentar convencer alguém de algo absurdo etc. — ou pode ser simulada pelas palavras ou pelo jogo. A agressividade, a serviço de que freqüentemente se engaja o ato de tornar uma pessoa cômica, é muito ajudada pelo fato de que o prazer cômico seja

independente da realidade da situação cômica, de modo que todo mundo está exposto, sem qualquer defesa, a tornar-se cômico.

Mas há ainda outros meios de tornar as coisas cômicas, meios que merecem consideração especial e indicam novas fontes do prazer cômico. Entre estes, por exemplo, está a mímica que proporciona extraordinário prazer ao ouvinte e torna cômico seu objeto, mesmo quando se mantém muitíssimo afastada da exageração da caricatura. É muito mais fácil explicar o efeito cômico da caricatura que o da simples mímica. A caricatura, a paródia e o travestismo (assim como sua contraparte prática, o desmascaramento) dirigem-se contra pessoas e objetos que reivindicam autoridade e respeito, que são, em algum sentido, ‘sublime’. São procedimentos de *Herabsetzung*, conforme a adequada expressão alemã para eles. O que é sublime é grande no sentido figurativo, psíquico; eu deveria sugerir, ou, antes, repetir minha sugestão (cf. p.285) de que é representado por uma despesa aumentada, tal como o que é somaticamente grande. Não requer muita observação estabelecer que, quando refiro-me a algo sublime, enervo meu discurso de modo diferente, modifico as expressões faciais e tento harmonizar minha atitude global com a dignidade do que estou ideando. Imponho-me um controle solene — não muito diferente do que eu adotaria para introduzir-me à presença de uma personalidade eminente, um monarca ou um príncipe da ciência. Dificilmente estarei equivocado ao assumir que essa enervação diferente corresponde em minha mimética ideacional a um acréscimo da despesa. O terceiro caso de semelhante acréscimo da despesa será sem dúvida constatado quando procedo a cursos de pensamentos abstratos, ao invés dos habituais, concretos e plásticos. Quando, portanto, os procedimentos que discuti para a degradação do sublime permitem-me ter uma idéia dele como se fora algo trivial, em cuja presença não preciso alinhar-me, antes, utilizando a fórmula militar, posso ‘pôr-me à vontade’, sou poupado do acréscimo de despesa devido à postura solene; e a comparação entre este novo método ideacional (instigado pela empatia) e o previamente habitual, que tenta, simultaneamente, estabelecer-se — esta comparação, uma vez mais, cria a diferença na despesa que pode ser descarregada pelo riso.

A caricatura, como se sabe, leva a cabo a degradação ao enfatizar, na impressão geral fornecida pelo objeto eminente, um único traço que é, em si mesmo, cômico, embora passe despercebido quando considerado apenas no quadro geral. Isolando-o, entretanto, pode-se obter um efeito cômico que, em nossa lembrança, estende-se a todo o objeto. Esse efeito sujeita-se à condição de que não nos mantenhamos em atitude reverente na presença real do objeto eminente. Se um traço cômico como esse, que fora desconsiderado, inexistente na realidade, a caricatura não hesita em criá-lo, exagerando algo que não é cômico em si mesmo; o fato de que o efeito da caricatura não seja essencialmente diminuído por esta falsificação da realidade indica, uma vez mais, a origem do prazer cômico (ver em [1]).

A paródia e o travestismo realizam de outra forma a degradação de algo eminente: destroem a unidade existente entre o caráter de uma pessoa, tal como o conhecemos, e seus discursos e atitudes, substituindo as figuras eminentes ou suas enunciações por outras, inferiores. Distinguem-se neste ponto da caricatura, mas não quanto ao mecanismo de produção de prazer cômico. O mesmo mecanismo é também usado para o desmascaramento que somente se aplica onde alguém se apropriou de dignidade e autoridade através de uma trapaça, sendo então despojado destas. Já encontramos alguns exemplos do efeito cômico do desmascaramento nos chistes — por exemplo, na estória da aristocrática dama que exclamava ‘Ah! mon Dieu!’ no início de seus trabalhos de parto, mas a quem o médico só atendeu quando gritou ‘Ai, ai, ail!’ (ver em [1]). Tendo chegado a conhecer as características do cômico, não é mais possível contestar que essa anedota seja efetivamente um exemplo de desmascaramento cômico, não havendo

reivindicação justificável para chamá-la um chiste. Evoca os chistes por seu contexto e pelo método técnico de ‘representação por algo muito pequeno’ [loc. cit.] — nesse caso, o grito da paciente, que é considerado suficiente para estabelecer a indicação do tratamento. Permanece não obstante verdadeiro que nosso senso lingüístico, se convocado para uma decisão, não levantaria nenhuma objeção quanto a denominarmos de chiste uma história como esta. Podemos explicar esse fato refletindo que o uso lingüístico não se baseia no insight científico sobre a natureza dos chistes, ao qual nós chegamos no curso de laboriosa investigação. Já que uma das funções dos chistes é tornar novamente acessíveis fontes de prazer cômico ocultadas (ver em [1]), qualquer artifício que traga à luz alguma coisa não manifestamente cômica pode, por uma frouxa analogia, ser chamado de chiste. Isso, entretanto, aplica-se principalmente ao desmascaramento e também a outros métodos de tornar cômica uma pessoa.

Sob o rótulo de ‘desmascaramento’ podemos incluir também um procedimento de tornar as coisas cômicas, com o qual já entramos em contato (ver em [1]) — o método de degradar a dignidade dos indivíduos, dirigindo a atenção para as fragilidades que partilha com toda a humanidade, em particular a dependência de suas funções mentais de suas necessidades corporais. O desmascaramento equivalerá aqui a uma advertência: tal e tal pessoa, que é admirado como um semideus, é afinal de contas um ser humano como você e eu. Aqui também incluem-se os esforços de desnudar o monótono automatismo psíquico subjacente à riqueza e aparente liberdade das funções psíquicas. Encontramos exemplos de ‘desmascaramento’ desse tipo nos chistes dos agentes matrimoniais, e àquela altura duvidávamos se teríamos o direito de considerar como chistes aquelas anedotas (ver em [2]). Podemos agora decidir-nos com maior certeza sobre a anedota do eco (ver em [3]) que reforçava todas as asserções do agente matrimonial, confirmando finalmente sua admissão de que a noiva tinha uma corcunda com a exclamação ‘E que corcunda!’ — essa anedota é essencialmente uma história cômica, um exemplo de desmascaramento de um automatismo psíquico. Aqui, no entanto, a história cômica serve apenas de fachada. Pois quem quer que atente para o significado oculto das anedotas de agentes matrimoniais, verificará que, no todo, persiste sendo um chiste admiravelmente representado (ver em [4]); aqueles que não penetraram tão longe serão deixados com a história cômica. O mesmo se aplica a outro chiste, sobre o agente matrimonial que, para responder a uma objeção, termina por confessar a verdade, bradando ‘Mas eu lhe pergunto, e quem emprestaria qualquer coisa a essa gente?’ (ver em [1]). Aqui, novamente, temos um desmascaramento cômico como fachada para um chiste, embora neste caso a característica chistosa seja muito mais inequívoca, já que o comentário do agente matrimonial é, ao mesmo tempo, uma representação pelo oposto. Ao tentar provar que tais pessoas eram ricas, prova ao mesmo tempo que não são ricas, mas muito pobres. Aqui, o chiste e o cômico se combinam ensinando-nos que o mesmo comentário pode ser ambas as coisas simultaneamente.

Estamos felizes em captar a oportunidade de voltar aos chistes a partir do cômico no desmascaramento, já que nosso verdadeiro problema não é determinar a natureza do cômico mas lançar luz sobre a relação entre os chistes e o cômico. Discutimos a descoberta do automatismo psíquico em um caso onde o sentimento de distinção entre o cômico e o chiste nos deixou em apuros. Acrescentaremos agora outro caso em que há confusão similar entre os chistes e o cômico — o caso dos chistes absurdos. Mas nossa investigação demonstrará ao final que, no que concerne a esse segundo caso, a convergência entre o chiste e o cômico pode ser teoricamente explicada. (ver em [1])

Ao discutir as técnicas dos chistes, descobrimos que um método técnico adotado em muitos chistes é o de dar trânsito livre a modos de pensamentos, usuais no inconsciente, mas que podem ser julgados

apenas como exemplos de ‘raciocínios falhos’ no consciente; sobre estes, novamente, sentimos dúvida quanto a possuírem um verdadeiro caráter de chistes, de modo que nos inclinamos simplesmente a classificá-los como histórias cômicas (ver em [1]). Fomos incapazes de dirimir nossas dúvidas porque àquela altura ignorávamos a característica essencial dos chistes. Subseqüentemente, levados por uma analogia com a elaboração onírica, descobrimos que consiste em um compromisso efetuado pela elaboração do chiste entre as solicitações da crítica racional e o impulso a não renunciar ao antigo prazer nas palavras e no nonsense (ver em [2]). O que se revela desse modo como compromisso, quando o deflagrar pré-consciente do pensamento é abandonado por um momento à revisão inconsciente, satisfazia a ambos os requisitos em todos os casos, mas apresentava-se à crítica de várias formas e tinha que suportar vários juízos, a seu arbítrio. Algumas vezes o chiste conseguiria esgueirar-se sob a aparência de uma asserção insignificante, embora permissível; de outras vezes, contrabandearia a si mesmo como expressão de um pensamento valioso. Mas num caso marginal da efetuação do compromisso, desistiria de tentar satisfazer à crítica. Jactando-se das fontes de prazer a seu dispor, apareceria diante da crítica como puro nonsense, sem temor de provocar-lhe a contradição; pois o chiste poderia calcular que o ouvinte retificasse o desfiguramento na forma de sua expressão pela revisão inconsciente, restabelecendo assim o seu sentido.

Em que casos, então, o chiste apareceria ante a crítica como nonsense? Particularmente, quando utiliza os modos de pensamento usuais no inconsciente mas proscritos pelo pensamento consciente — efetivamente, o raciocínio falho. Pois certos modos de pensamento próprios ao inconsciente são também retidos pelo consciente — por exemplo, algumas espécies de representação indireta, alusão etc. — mesmo se seu emprego consciente está sujeito a consideráveis restrições. Quando um chiste utiliza essas técnicas, suscitará pouca ou nenhuma objeção por parte da crítica; as objeções ocorrerão apenas se utilizarem também como técnica sua métodos com os quais o pensamento consciente nada tiver a ver. Um chiste pode ainda evitar a objeção se oculta o raciocínio defeituoso utilizado e o disfarça sob uma demonstração lógica, como ocorreu nos casos do bolo e do licor (ver em [1]), da maionese de salmão (ver em [2]) e similares. Mas se o raciocínio falho é produzido sem disfarces, então as objeções da crítica se seguirão com certeza.

Em tais casos o chiste tem um outro recurso. O raciocínio falho, que utiliza como sua técnica um dos modos de pensamento do inconsciente impressiona a crítica — embora não invariavelmente — como sendo cômico. Proporcionar conscientemente livre trânsito a modos inconscientes do pensamento (que foram rejeitados como defeituosos) é um meio de produzir prazer cômico; é fácil compreender isso já que requer decerto um dispêndio maior de energia estabelecer uma catexia pré-consciente do que dar livre trânsito a uma inconsciente. Quando, ao ouvir um pensamento que soa como se formado no inconsciente, nós o comparamos com sua correção, emerge em nós uma diferença na despesa da qual procede o prazer cômico. Um chiste que utiliza o raciocínio falho como sua técnica, parecendo portanto absurdo, pode desse modo produzir simultaneamente um efeito cômico. Se deixamos de detectar o chiste, somos novamente deixados com a história cômica ou engraçada.

A história do caldeirão emprestado que foi devolvido com um furo (ver em [1]), é um excelente exemplo de efeito puramente cômico, derivado ao conceder-se trânsito livre ao modo inconsciente do pensamento. Deve-se lembrar que o sujeito que tomou o empréstimo, interrogado, respondeu primeiramente que não tinha em absoluto tomado o caldeirão emprestado, em segundo lugar que este já tinha um furo quando o tomara emprestado, e finalmente que o devolvera perfeito e sem o furo. Este mútuo

cancelamento pelos vários pensamentos, cada um dos quais é válido em si mesmo, é precisamente o que não ocorre no inconsciente. Nos sonhos, em que os modos de pensamento do inconsciente são de fato manifestos, não há conseqüentemente nada como um 'ou-ou', apenas uma justaposição simultânea. No exemplo de um sonho que, apesar de sua complicação, escolhi em meu *A Interpretação de Sonhos* como espécimen do trabalho de interpretação, tentei livrar-me eu próprio da reprovação de ter fracassado em aliviar uma paciente de suas dores, através do tratamento psíquico. Minhas razões foram: (1) que ela própria era responsável por sua doença já que não aceitaria minha solução; (2) que suas dores tinham origem orgânica e, pois, não me interessavam; (3) que suas dores conectavam-se com sua viuvez, pela qual evidentemente eu não era responsável e (4) suas dores eram devidas à injeção tomada em uma seringa infectada, que alguém mais lhe aplicara. Todos estas razões postavam-se lado a lado, como se não fossem mutuamente exclusivas. Fui obrigado a substituir o 'e' do sonho por um 'ou-ou' para escapar à carga de nonsense.

Há uma história cômica similar de uma vila húngara onde o ferreiro fora condenado à pena capital. O burgomestre resolveu, entretanto, que um alfaiate e não o ferreiro devia ser enforcado, pois havia dois alfaiates na cidade mas não havia um segundo ferreiro e o crime devia ser expiado. Um deslocamento como esse da figura da pessoa culpada contraria naturalmente todas as leis da lógica consciente, mas, em absoluto, o modo de pensamento do inconsciente. Não hesito em chamar cômica a essa história, embora tenha incluído a do caldeirão entre os chistes. Admitirei agora que essa última história é muito mais bem descrita como 'cômica' que como um chiste. Mas agora compreendo como é que meu sentimento usualmente tão seguro, pôde deixar-me em dúvida quanto a essa história ser cômica ou um chiste. Eis um caso em que não posso chegar a uma decisão com base em meu sentimento — ou seja, quando se trata de um caso em que o cômico se origina da descoberta de um modo de pensamento que é adequado exclusivamente ao inconsciente. Tal história pode ser ao mesmo tempo cômica e chistosa; ela me dará a impressão de ser um chiste, mesmo que seja meramente cômica, porque o uso do raciocínio falho do inconsciente evoca-me os chistes, tal como o fazem as manobras para a descoberta do que não é manifestamente cômico (ver em [1]).

Dediquei muito esforço a essa questão, maximamente delicada, em meus argumentos — a relação entre os chistes e o cômico; suplementarei o que já disse com algumas asserções negativas. Devo inicialmente chamar a atenção para o fato de que o exemplo de convergência entre os chistes e o cômico, que estou tratando, não é idêntico ao primeiro (ver em [1]). É verdade que a distinção é bastante sutil, mas posso fazê-las com certeza. No caso anterior, o cômico originou-se da descoberta do automatismo psíquico. Isto não é, entretanto, em absoluto, peculiar apenas ao inconsciente, nem desempenha qualquer papel marcante na técnica dos chistes. Só acidentalmente, o desmascaramento se relaciona aos chistes, servindo a alguma outra técnica de chiste, tal como a representação pelo oposto. Mas no caso de dar livre trânsito aos modos inconscientes do pensamento, a convergência dos chistes e do cômico é necessária, já que o mesmo método, usado aqui pela primeira pessoa do chiste como técnica de liberação do prazer deve produzir, por sua própria natureza, prazer cômico na terceira pessoa.

Podia-se ser tentado a generalizar a partir desse último caso e procurar a relação dos chistes com o cômico na noção de que o efeito dos chistes sobre a terceira pessoa ocorre de acordo com o mecanismo do prazer cômico. Mas não se trata disso. O contato com o cômico não há absolutamente de ser constatado em todos os chistes ou mesmo na maioria deles; na maioria dos casos, pelo contrário, traça-se uma nítida

distinção entre os chistes e o cômico. Quando quer que um chiste consiga escapar ao aparecimento do nonsense — isto é, na maioria dos chistes acompanhados de duplo sentido e alusão — não há vestígio de qualquer efeito semelhante ao cômico a ser encontrado no ouvinte. Isso pode ser testado por exemplos que dei anteriormente, ou em alguns casos novos que posso apresentar:

Telegrama de felicitações a um jogador que está completando setenta anos: ‘Trente et quarante’. (Divisão (ver em [1] e [2]) com alusão.)

Hevesi, em alguma parte, descreve o processo de manufatura de tabaco: ‘As folhas amarelo-brilhantes... eram imersas em uma calda (dipped in a sauce) e temperadas nesse molho (sauced in this dip).’ (Uso múltiplo do mesmo material.)

Madame de Maintenon era conhecida como ‘Madame de Maintenant’. (Modificação de um nome.)

O professor Kastner (ver em [1]) disse ao Príncipe que se postava defronte a um telescópio, durante uma demonstração: ‘Alteza, bem sei que sois “durchläuchtig (ilustre)”, mas não sois “durchsichtig (transparente)”.’

O Conde Andrásy era conhecido como ‘Ministro do Belo Exterior’.

Podia-se também pensar que, de qualquer modo, todos os chistes com uma fachada de nonsense pareçam cômicos, devendo produzir um efeito cômico. Mas devo lembrar que chistes desse tipo muito freqüentemente afetam o ouvinte de outra forma e provocam desconcerto e uma tendência ao repúdio (ver em [1]). Isso evidentemente depende de que o nonsense de um chiste pareça cômico ou como mero nonsense ordinário — não investigamos ainda o fator determinante. Limitamos portanto nossa conclusão à asserção de que os chistes são, por sua natureza, distintos do cômico e apenas convergirão com este, por um lado, em certos casos especiais, e por outro, no seu objetivo de obter prazer de fontes intelectuais.

Durante essas investigações das relações entre os chistes e o cômico, revelou-se para nós uma distinção que devemos enfatizar como de máxima importância, apontando, ao mesmo tempo, para uma principal característica do cômico. Achemo-nos obrigados a localizar no inconsciente o prazer dos chistes; não há razão semelhante para fazer a mesma localização no caso do cômico. Pelo contrário, todas as análises que fizemos até aqui indicam que a fonte do prazer cômico é a comparação entre duas despesas, que atribuímos, ambas, ao pré-consciente. Os chistes e o cômico distinguem-se principalmente em sua localização psíquica; pode-se dizer que o chiste é a contribuição feita ao cômico pelo domínio do inconsciente.

Não há necessidade de lamentar essa digressão já que a relação dos chistes com o cômico foi a razão pela qual fomos forçados a uma investigação do cômico. Mas é certamente tempo de voltar a nosso tópico anterior — a discussão do método que serve para tornar cômicas as coisas. Consideramos primeiro a caricatura e o desmascaramento, porque derivamos destes algumas indicações para a análise do cômico na mímica. Em regra, inquestionavelmente, a mímica é permeada pela caricatura — a exageração de traços que não seriam de outro modo marcantes (ver em [1]) —, e envolve também a característica da degradação. Mas isso não exaure sua natureza. Não posso negar que ela seja, por si, uma extraordinária fonte de prazer cômico, pois rimos particularmente da fidelidade de alguma imitação. Não é fácil fornecer uma explicação satisfatória disso a não ser que se esteja preparado para adotar a concepção mantida por Bergson (1900) que aproxima o cômico na mímica ao cômico devido à descoberta do automatismo psíquico.



A opinião de Bergson é que tudo, em uma pessoa viva, que faça pensar em um mecanismo inanimado, tem efeito cômico. Sua fórmula quanto a isso exprime-se como ‘*mécanisation de la vie*’. Explica o cômico na mímica a partir de um problema levantado por Pascal em seu *Pensées*: por que é que se ri quando são comparadas duas faces similares nenhuma das quais é cômica em si mesma? ‘O que é vivo, segundo nossa expectativa, nunca há de ser repetido exatamente idêntico. Quando constatamos tal repetição, sempre suspeitamos de um mecanismo subjacente à coisa viva.’ [Bergson, 1900, 35.] Quando são vistas duas faces, que se assemelham uma à outra intimamente, pensamos em duas impressões de um mesmo molde ou de algum processo mecânico similar. Em suma, a causa do riso seria, em tais casos, a divergência do vivo com o inanimado, ou, como se diria, a degradação do vivo no inanimado (*ibid.*, 35). Se, ademais, aceitamos estas plausíveis sugestões de Bergson, não acharemos difícil incluir sua concepção sob nossa própria fórmula. A experiência tem ensinado que toda coisa viva difere de tudo o mais e requer uma espécie de despesa para nossa compreensão; desapontamo-nos se, em conseqüência de uma completa conformidade ou de uma mímica enganadora, não necessitamos fazer nenhuma nova despesa. Desapontamo-nos no sentido de um alívio, sendo descarregada pelo riso a despesa com a expectativa que se tornou supérflua. A mesma fórmula cobriria todos os casos que Bergson considera de rigidez cômica (‘*raideur*’) — costumes profissionais, idéias fixas e torneios de expressão repetidos em toda ocasião possível. Todos estes casos se reduziriam à comparação entre a despesa com a expectativa e a despesa efetivamente requisitada para a compreensão de algo que persiste sendo idêntico; a maior quantidade necessitada pela expectativa basear-se-ia na observação da multiplicidade e plasticidade das coisas viventes. No caso da mímica, conseqüentemente, a fonte do prazer cômico não seria o cômico da situação mas o da expectativa (ver em [1]).

Já que derivamos, em geral, o prazer cômico da comparação, obrigamo-nos a examinar o próprio cômico da comparação; este, de fato, serve como um método de tornar cômicas as coisas. Nosso interesse nessa questão há de aumentar quando lembrarmos que também no caso das analogias, freqüentemente constatávamos que nosso ‘sentimento’ nos deixava em apuros quanto a decidir se alguma coisa devia ser considerada como um chiste ou simplesmente cômica (ver em [1]).

O assunto, deve-se admitir, merece tratamento mais cuidadoso que o que nossos interesses aqui possam dedicar-lhe. O principal atributo que procuramos em uma analogia é sua adequação — isto é, se convoca a atenção para uma conformidade realmente presente em duas coisas diferentes. O prazer original na redescoberta da mesma coisa (Gross, 1899, 153 [e anteriormente, em [1]]) não é o único motivo que favorece o uso das analogias; há o fato ulterior de que as analogias sejam capazes de uma utilização que acarreta um alívio do trabalho intelectual — isto é, se seguimos a prática usual de comparar o que é menos conhecido com o que é mais conhecido, ou o abstrato com o concreto, elucidando pela comparação o que é mais estranho ou mais difícil. Toda comparação como essa, especialmente de algo abstrato com algo concreto, envolve certa degradação e certa economia na despesa com a abstração (no sentido da mimética ideacional) (ver em [1]) mas, naturalmente, não é suficiente para permitir que a característica do cômico seja claramente posta em proeminência. Não emerge repentina, mas gradualmente, do prazer do alívio acarretado pela comparação. Há uma abundância de casos que simplesmente margeiam o cômico e a respeito dos quais podia-se duvidar quanto a apresentarem a característica do cômico. A comparação torna-se indiscutivelmente cômica se ocorrer uma elevação no nível da diferença na despesa com a abstração em duas coisas a serem comparadas, se algo sério e estranho, especialmente de natureza moral ou intelectual, é comparado com algo trivial e inferior. O prévio prazer do alívio e a contribuição dos determinantes da

mimética ideacional podem talvez explicar a gradual transição, condicionada por fatores quantitativos, do prazer geral ao prazer cômico, durante a comparação. Sem dúvida evitarei incompreensões se acentuar o fato de que não atribuo o prazer cômico nas analogias ao contraste entre as duas coisas comparadas mas à diferença entre as duas despesas com a abstração. Quando uma coisa não familiar, difícil de ser apreendida, algo que é abstrato e efetivamente sublime em uma acepção intelectual, é declarada corresponde a algo familiar e inferior, cuja imaginação implica completa ausência de despesa da abstração, então a coisa abstrata é, ela própria, desmascarada como algo igualmente inferior. O cômico da comparação é assim reduzido a um caso de degradação.

Uma comparação pode, entretanto, como já vimos, ter um caráter de chiste, sem vestígio de mesclagem cômica — precisamente, quando evita a degradação. A comparação da verdade com uma tocha que não pode ser levada através de uma multidão sem queimar as barbas de alguém (ver em [1]) tem um puro caráter de chiste, pois restitui um torneio expressivo esvaziado (a ‘tocha da verdade’) a seu valor pleno, e não é cômica porque a tocha é um objeto que, embora concreto, não carece de certa dignidade. Mas uma comparação pode facilmente ser cômica e chistosa, independentemente uma coisa da outra, desde que a comparação pode vir em socorro de certas técnicas do chiste, tal como a unificação ou a alusão. Dessa forma a comparação, por Nestroy, da memória a um ‘armazém’ (ver em [1]) é a um tempo cômica e chistosa — cômica devido à extraordinária degradação que o conceito psicológico suporta ao ser comparado a um ‘armazém’ e chistosa porque a pessoa que utiliza a comparação é um caixeiro, que estabelece assim, pela comparação, uma bastante inesperada unificação entre a psicologia e sua profissão. A expressão de Heine ‘até que finalmente rebentaram todos os botões dos calções da minha paciência’ (ver em [1]) parece à primeira vista não mais que um notável exemplo de uma comparação comicamente degradante; mas à consideração ulterior lhe são permitidas também as características de chiste, já que a comparação, a serviço da alusão, viola a região do obsceno, conseguindo pois liberar o prazer no obsceno. O mesmo material, por uma coincidência que admitidamente não é aleatória, fornece-nos uma produção de prazer que tem o caráter de chiste e é simultaneamente cômica. Se as condições de um favorecem a gênese do outro, sua união tem um efeito perturbador sobre o ‘sentimento’ que se supõe informar se deparamos com um chiste ou com algo cômico, só se podendo chegar a uma decisão através da investigação atenta, que se tenha libertado de qualquer predisposição para uma espécie de prazer particular.

Conquanto possa ser atraente acompanhar os determinantes mais íntimos da produção de prazer cômico, o autor deve ter em mente que nem sua formação nem sua ocupação diária justificam a extensão de sua investigação além da esfera dos chistes; ele deve confessar que o tópico das comparações cômicas o faz particularmente ciente de sua inabilidade.

Portanto prontamente recordamos que muitas autoridades não reconhecem a nítida distinção conceptual e material entre os chistes e o cômico, a cujo estabelecimento descobrimo-nos levados, considerando os chistes simplesmente como o ‘cômico do discurso’ ou ‘das palavras’. Comentamos anteriormente que nos acreditávamos capazes de distinguir um dito cômico de um chiste:

‘Com um forçado e muito esforço  
sua mãe pescou-o do ensopado.’ (ver em [1])

é meramente cômico; o comentário de Heine sobre as quatro castas entre os habitantes de Göttingen — ‘professores, estudantes, filisteus e asnos’ (ver em [2]) é par excellence um chiste.

Para algo intencionalmente cômico tomarei como modelo o ‘Wippchen’ de Stettenheim. As pessoas chamam a Stettenheim ‘espirituoso’ porque ele possui em alto grau o dom de evocar o cômico. Esta capacidade, de fato, determina adequadamente o ‘espírito’ que alguém ‘tem’ em contraste com o ‘chiste’ que ‘faz’. Não se poder negar que as cartas de Wippchen, o correspondente de Bernau, são também ‘espirituosas’ na medida em que estão salpicadas de chistes de toda classe, entre os quais alguns autenticamente bem-sucedidos (e.g. de uma exposição de selvagens: ‘em uniforme de gala’). Mas o que dá a estas produções seu caráter peculiar não são tais chistes separados, mas o quase excessivo cômico do discurso que flui através deles. O ‘Wippchen’ foi, sem dúvida, originalmente pretendido como uma figura satírica, uma modificação do ‘Schmock’ de Gustav Freytag, um desses indivíduos incultos que usam mal e dilapidam a reserva cultural de uma nação; mas a satisfação, que o autor desfrutava nos efeitos cômicos realizados na pintura dessa personagem, evidentemente foi relegando pouco a pouco o propósito satírico a segundo plano. As produções de Wippchen são, em sua maior parte, nonsense cômico. O autor utilizou a disposição agradável obtida pela acumulação desses êxitos para introduzir (justificavelmente, deve-se dizer), junto com material perfeitamente permissível, toda classe de sensaborias que, por si próprias, não seriam toleráveis. O nonsense de Wippchen produz um efeito específico devido a uma técnica peculiar. Se se considera mais detalhadamente a esses ‘chistes’, fica-se especialmente impressionado por alguns tipos que fornecem seu caráter a toda a produção. Wippchen utiliza predominantemente combinações (amalgamações), modificações de rodeios habituais de expressão — citações e substituições de alguns elementos comuns neles por formas de expressão mais pretensiosas e pesadas. Esta característica, incidentalmente, aproxima-se das técnicas dos chistes.

Eis, por exemplo, algumas amalgamações (extraídas do prefácio e da primeira página de toda a série):

‘A Turquia tem dinheiro wie Heu am Meere [como feno pelo mar]’. Composto de duas expressões ‘Dinheiro wie Heu [como feno]’ e ‘Dinheiro wie Sand am Meere [como areia pelo mar]’.

Ou, ‘Não sou mais que uma coluna despojada de suas folhas, que dá testemunho da glória finda’ — condensado de ‘uma árvore despojada de suas folhas’ e ‘uma coluna que... etc.’.

Ou, ‘Onde está o fio de Ariadne que me afastará da Cila deste estábulo de Augias?’, para o qual três lendas gregas contribuíram com um elemento.

As modificações e as substituições podem ser sumarizadas sem muita dificuldade. Sua natureza pode ser verificada nos seguintes exemplos, característicos de Wippchen e por trás dos quais corre o lampejo de uma outra expressão verbal, mais corrente e usualmente mais vulgar, reduzida, pois, a clichê:

‘Mir Papier und Tinte höher zu hängen [pendurar o papel e a tinta muito alto para mim].’ Usamos a expressão ‘einen den Brotkorb höher hängen [pendurar muito alto a cesta de pão — pôr alguém em meia-ração]’ metaforicamente para ‘pôr alguém em circunstâncias mais difíceis’. Portanto por que não estender a metáfora a outro material?

‘Batalhas em que, algumas vezes, os russos puxam menos [i. e. partem em segundo lugar] e outras vezes, puxam mais.’ Apenas a primeira dessas expressões [den Kürzeren ziehen ‘puxar menos’] é de uso comum; mas, em vista de sua derivação, não é um absurdo pôr em circulação também a segunda.

‘Quando eu era ainda jovem, o Pégaso acordava dentro de mim.’ Se introduzíssemos ‘o poeta’ ao invés de ‘Pégaso’, encontraríamos um clichê autobiográfico, desgastado pelo uso freqüente. É verdade que

‘Pégaso’ não é um substitutivo adequado para ‘poeta’, mas há uma relação conceptual entre ambas, sendo ‘Pégaso’ uma palavra altissonante.

‘Assim vivi eu os espinhosos sapatos da infância.’ Um símile em vez de simples declaração. ‘Dei Kinderschuhe austreten’ [‘gastar os sapatos da infância’, ‘deixar a nursery para trás’] é uma das imagens conectadas com o conceito de infância.

Da profusão de outras produções de Wippchen, algumas podem ser acentuadas como puros exemplos do cômico. Por exemplo, um desapontamento cômico: ‘Por horas a luta flutuou, até que finalmente permaneceu indecisa’. Ou um desmascaramento cômico (da ignorância): ‘Clio, a Medusa da História’. Ou citações tais como: ‘Habent sua fata morgana’. Mas nosso interesse é suscitado principalmente pelas amalgamações e modificações porque estas repetem familiares técnicas do chiste. Podemos, por exemplo, comparar com as modificações chistes tais como ‘ele tem um grande futuro após si’ (ver em [1]), ou ‘er hat ein Ideal vor dem Kopf’ (ver em [2]) ou o chiste de modificações de Lichtenberg ‘novos balneários curam bem’ (ver em [3]) etc. Deverão as produções de Wippchen que usam a mesma técnica ser chamadas chistes? Ou em que diferirão destes?

Não é difícil responder. Recordemos que os chistes apresentam uma dupla face a seu ouvinte, forçando-o a adotar dois pontos de vista diferentes a seu respeito. Em um chiste de nonsense, como os últimos mencionados, uma concepção, a que leva em conta a expressão verbal, considera-o como nonsense; a outra, que acompanha as insinuações fornecidas, passa pelo inconsciente do ouvinte e descobre-lhe um excelente sentido. Nas produções de Wippchen, semelhantes a chistes, uma das faces está em branco, como se fora rudimentar: uma cabeça de Janus, com apenas uma das faces desenvolvidas. Se permitimos à técnica nos enganar, levando-nos ao inconsciente, lá nada encontramos. As amalgamações não nos conduzem a nenhum caso em que as duas coisas amalgamadas produzem um novo significado; se tentamos uma análise, elas separam-se completamente. As modificações e substituições conduzem, como fazem os chistes, a uma verbalização usual e familiar, mas a própria modificação ou substituição nada nos diz de novo e, via de regra, efetivamente, nada nos diz de possível ou utilizável. Portanto, sobra apenas uma das perspectivas de tais ‘chistes’ — a de serem nonsense. Resta-nos simplesmente decidir se escolheremos chamar tais produções, que se livraram de uma das essenciais características dos chistes, de ‘maus’ chistes, ou se nem mesmo as consideraremos chistes.

Chistes rudimentares como esses sem dúvida produzem um efeito cômico, que podemos explicar de mais de uma maneira. Ou o cômico procede da descoberta de modos de pensamento do inconsciente, como nos casos considerados anteriormente (ver em [1]), ou o prazer deriva da comparação com um chiste completo. Nada nos impede de supor que ambas as maneiras de gerar prazer cômico convergem aqui. Não é impossível que, aqui, a inadequação do apoio solicitado aos chistes seja precisamente o que converte o nonsense em nonsense cômico.

Pois há outros casos, facilmente inteligíveis, em que uma inadequação dessa espécie, quando comparada ao que devia ser efetuado, torna o nonsense irresistivelmente cômico. A contraparte dos chistes — os enigmas (ver em [1]) — pode talvez nos oferecer melhores exemplos disso que os próprios chistes. Por exemplo, eis uma ‘adivinhação faceta’ (ver em [2]) ‘O que é que se pendura na parede e onde alguém pode secar suas mãos?’ Teríamos um enigma idiota se a resposta fosse ‘uma toalha de mão’. Mas tal resposta é rejeitada. — ‘Não, um arenque.’ — ‘Mas, pelo amor de Deus’, começa o enfurecido protesto, ‘um arenque ninguém pendura na parede’. ‘Você pode pendurá-lo lá.’ — ‘Mas quem é que, no mundo, vai enxugar suas mãos em um arenque?’ — ‘Bem’, é a confortante resposta, ‘você de fato não tem que fazer

isso.’ Esta explicação, dada através de dois típicos deslocamentos, mostra quão longe esta adivinhação se acha de um autêntico enigma; devido a sua absoluta inadequação parece-nos ser — em vez de ser apenas absurdamente idiota — irresistivelmente cômica. Deste modo, fracassando em cumprir condições essenciais, os chistes, os enigmas e outras coisas, que não produzem prazer cômico por si, tornam-se fontes do prazer cômico.

Há menos dificuldades em compreender o caso do cômico involuntário no discurso, que encontramos realizado, tão freqüentemente quanto estes nos agradam, por exemplo, nos poemas de Friederike Kempner (1891):

Contra a viviseção

Ein unbekanntes Band der Seelen kettet  
Den Menschen an das arme Tier.  
Das Tier hat einem Willen — ergo Seele —  
Wenn auch’ ne kleinere als wir.

Ou a conversação de um casal de amantes:

O contraste

‘Wie glücklich bin ich’, ruft sie leise,  
‘Auch ich’, sagt lauter ihr Gemahl  
‘Es macht mich deine Art und Weise  
Sehr stolz auf meine gute Wah!’

Nada aqui nos faz pensar em chistes. Mas sem dúvida há uma inadequação nesses ‘poemas’ que os torna cômicos — a extraordinária deselegância de sua expressão, sua conexão com os mais corriqueiros e jornalísticos torneios expressivos, a simplória limitação de seu pensamento, a ausência de qualquer vestígio de matéria ou forma poética. A despeito disso tudo, entretanto, não é óbvio porque consideramos cômicos os poemas de Kempner. Consideramos muitos produtos similares nada mais que chocantemente ruins; não nos fazem rir mas irritam-nos. Porém é precisamente a grandeza da distância que os separa do que esperamos de um poema que impõe a nós a perspectiva cômica; se tal diferença nos parecesse menor, inclinar-nos-íamos antes a criticar que a rir. Além disso, o efeito cômico dos poemas de Kempner é assegurado por uma circunstância subsidiária — as inequivocamente boas intenções do autor e a peculiar sinceridade de sentimento, que desarma nosso escárnio ou nossa irritação, e que sentimos subjacente a suas expressões incompetentes.

Aqui recordamos um problema cuja consideração tínhamos adiado. A diferença na despesa é, sem dúvida, a condição básica determinante do prazer cômico; mas a observação revela que essa diferença não leva invariavelmente à geração do prazer. Que outras condições deverão estar presentes ou que perturbações hão de ser coibidas para que o prazer cômico possa efetivamente se originar da diferença na despesa? Antes de nos voltarmos para a resposta dessa questão concluiremos essa discussão com uma

clara asserção de que o cômico no discurso não coincide com os chistes, e que os chistes devem portanto ser algo diferente do cômico no discurso. (ver em [1])

Agora que estamos a ponto de nos aproximar de uma resposta à última questão, quanto às condições necessárias para a gênese do prazer cômico a partir da diferença na despesa, podemos nos permitir um alívio que não deixará de nos proporcionar prazer. Uma réplica acurada a essa questão seria idêntica a uma descrição exaustiva da natureza do cômico, para a qual não reivindicamos nem capacidade nem autoridade. Deveremos nos contentar novamente em lançar luz sobre o problema do cômico apenas na medida em que este contrasta claramente com o problema dos chistes.

Toda teoria do cômico sofre objeção por parte de seus críticos quanto ao escopo dela; sua definição desconsidera o que é essencial ao cômico: 'O cômico baseia-se no contraste entre as idéias'. 'Sim, na medida em que esse contraste produza um efeito cômico, e não de outra qualquer natureza.' 'O sentimento do cômico origina-se do desapontamento de uma expectativa.' 'Sim, a não ser que o desapontamento seja de fato doloroso.' Sem dúvida, as objeções são justificáveis, mas deveremos superestimá-las apenas se concluirmos que o traço essencial do cômico escapou até aqui à detecção. O que prejudica a validade universal dessas definições são as condições indispensáveis para a geração do prazer cômico; mas não necessitamos pesquisar nelas a essência do cômico. De qualquer modo, só será fácil descartarmos as objeções e esclarecermos as contradições nas definições desde que suponhamos que a origem do prazer cômico está na comparação da diferença entre duas despesas. O prazer cômico e o efeito pelo qual é conhecido — o riso — só se manifestam se essa diferença não é utilizável e, pois, capaz de descarga. Não obtemos qualquer efeito gratificante, mas no máximo um transitório sentimento de prazer no qual não emerge a característica do cômico, se a diferença é transferida para outro uso, tão logo seja reconhecida. Assim como artifícios especiais têm que ser adotados no caso dos chistes para impedir a utilização em outra parte da despesa, reconhecida como supérflua (ver em [1]), também o prazer cômico só aparecerá em circunstâncias que garantam essa mesma condição. Por esta razão, sendo extraordinariamente numerosas as ocasiões em nossa vida ideacional onde ocorrem tais diferenças na despesa, são, relativamente, bastante raras as ocasiões em que o cômico emerge dessas diferenças.

Duas observações impõem-se a quem quer que estude, mesmo superficialmente, as condições da geração do cômico a partir da diferença na despesa. Primeiro, há casos em que o cômico aparece habitualmente e como que por força da necessidade, e, inversamente, há outros casos em que parece inteiramente dependente das circunstâncias e do ponto de vista do observador. Mas, em segundo lugar, diferenças extraordinariamente grandes com frequência conseguem vencer as condições desfavoráveis, de modo que o cômico emerge apesar delas. Em conexão com a primeira dessas observações, seria possível estabelecer duas classes — a inevitavelmente cômica e a ocasionalmente cômica — embora devamos estar preparados para, desde o início, renunciar à esperança de descobrir a inevitabilidade do cômico da primeira classe, livre de exceções. Seria tentador investigar as condições determinantes das duas classes.

As condições, algumas das quais reunimos como o 'isolamento' da situação cômica, aplicam-se essencialmente à segunda classe. Uma análise mais detida revela os seguintes fatos:

(a) A condição mais favorável para a produção do prazer cômico é geralmente uma disposição eufórica, em que se está 'inclinado a rir'. Em uma euforia produzida toxicamente quase tudo parece cômico, provavelmente pela comparação com a despesa no estado normal. De fato, o cômico, e todos os métodos



similares de obtenção de prazer da atividade mental não são mais que maneiras de restabelecer disposição prazenteira — euforia a partir de um único ponto de abordagem, quando ela não se apresenta como disposição geral da psique.

(b) Um efeito similarmente favorável é produzido por uma expectativa do cômico, ao se estar em harmonia com o prazer cômico. Por essa razão, se a intenção de tornar algo cômico é comunicada a alguém, são suficientes diferenças de grau tão baixo que nem seriam notadas se ocorressem involuntariamente na experiência dessa pessoa. Quem quer que se disponha a ler um livro cômico ou vá ao teatro assistir a uma comédia deve a esta intenção sua capacidade de rir de coisas que dificilmente lhe pareceriam cômicas em sua vida normal. Em último recurso, está a recordação de ter rido e a expectativa de rir, de modo que rimos ao ver o ator cômico chegar ao palco, antes que esse último possa ter envidado algum esforço por fazer-nos rir. Por esta razão, sentimo-nos envergonhados de ter rido de tal peça, depois que ela acaba.

(c) As condições desfavoráveis para o cômico procedem do tipo de atividade mental em que uma pessoa particular se ocupa no momento. O trabalho imaginativo ou intelectual, demandando a sérios objetivos, interfere com a capacidade de catexia para a descarga — catexia que a elaboração requer para seu deslocamento — de modo que apenas diferenças inesperadamente grandes na despesa são capazes de fazer irromper o prazer cômico. Especialmente desfavoráveis para o cômico são todos os tipos de processos intelectuais, suficientemente remotos do que é perceptual, para fazer chegar a um fim a mimética ideacional. Não há lugar deixado para o cômico na reflexão abstrata, exceto quando esse modo de pensamento é repentinamente interrompido.

(d) A oportunidade de liberação do prazer cômico desaparece também se a atenção focalizar precisamente a comparação da qual o cômico pode emergir. Em tais circunstâncias o que teria, de outra forma, sido o mais seguro dos efeitos cômicos perde sua força. Um movimento ou função não pode ser cômico para uma pessoa cujo interesse se dirija para a comparação dele com um padrão que se tem anteriormente em mente. Assim o examinador não acha cômico o nonsense que o candidato produziu em sua ignorância; isso o irrita, enquanto os colegas do candidato, mais interessados na sorte que ele há de ter do que no quanto ele saiba, divertem-se francamente com o mesmo nonsense. Um instrutor de ginástica ou dança dificilmente atenta para o cômico nos movimentos de seu alunos; e um sacerdote desconsidera inteiramente o cômico nas fraquezas humanas enquanto um escritor de comédias poderá trazê-las à luz com grande efetividade. O processo cômico não suporta ser hipercatexizado pela atenção; deve poder tomar seu curso, passando inadvertido — a este respeito, incidentalmente, comporta-se como os chistes (ver em [1]). Seria, entretanto, contraditório com a nomenclatura de 'processos da consciência' que utilizei, com boas razões, em *A Interpretação de Sonhos*, se procurasse considerar o processo cômico como necessariamente inconsciente. Antes, faz parte do pré-consciente; e tais processos, que se desenvolvem no pré-consciente mas carecem da catexia da atenção à qual está conectada a consciência, podem adequadamente receber o nome de 'automáticos'. O processo de comparar despesas deve continuar sendo automático se lhe cabe produzir prazer cômico.

(e) O cômico sofre interferência se a situação, da qual deve se desenvolver, origina, ao mesmo tempo, a liberação de um forte afeto. Em tal caso, uma descarga da diferença operativa é, via de regra, fora de questão. Os afetos, disposição e atitude do indivíduo em cada caso particular, fazem compreensível que o cômico surja e se esvaia de acordo com o ponto de vista de cada pessoa particular, só havendo, em caso excepcionais, um cômico absoluto. A contingência ou a relatividade do cômico é, portanto, muito maior que

a do chiste, que nunca ocorre em função da própria concordância mas é invariavelmente feito, e no qual as condições, sob as quais pode encontrar aceitação, são observáveis no momento em que é construído. A geração do afeto é a mais intensa de todas as condições que interferem no cômico e sua importância a este respeito tem sido universalmente reconhecida. Por esta razão tem-se dito que o sentimento cômico nasce com mais facilidade em casos mais ou menos indiferentes, onde não estejam envolvidos fortemente sentimentos e interesses. Mas precisamente nos casos onde há uma liberação de afeto pode-se observar uma diferença particularmente forte na despesa, produzida pelo automatismo da liberação. Quando o Coronel Butler responde às advertências de Octavio, exclamando 'com um riso amargurado': 'Agradecimentos da Casa da Áustria!', sua amargura não o impede de rir. O riso aplica-se à lembrança do desapontamento que acredita ter sofrido; por outro lado, a magnitude desse desapontamento não pode ser retratada de modo mais impressionante por um dramaturgo que pela demonstração de sua capacidade de impor a si mesmo um riso em meio à tempestade dos sentimentos liberados. Inclino-me a pensar que essa explicação é aplicável a todos os casos onde o riso ocorre em circunstâncias não gratificantes, acompanhado de emoções intensamente dolorosas ou tensas.

(f) Se acrescento agora que a geração do prazer cômico pode ser encorajada por algumas outras circunstâncias agradáveis acompanhantes, como se por uma espécie de efeito de contágio (operado da mesma forma que o princípio do prazer preliminar nos chistes tendenciosos), teremos mencionado condições, que governam o prazer cômico, bastantes para nossos propósitos, embora não tenhamos decerto arrolado todas elas. Podemos então constatar que essas condições, tanto quanto a inconstância e a contingência do efeito cômico, não podem ser explicadas tão facilmente por qualquer outra hipótese diferente da derivação do efeito cômico da descarga de uma diferença que, sob as mais variáveis circunstâncias, poderia ser utilizada de outras formas.

O cômico da sexualidade e da obscenidade mereceriam consideração mais detalhada, mas podemos apenas afluí-lo aqui com alguns comentários. O ponto de partida seria, uma vez mais [como no caso dos chistes obscenos, em [1]], o desnudamento. Um desnudamento eventual tem em nós um efeito cômico porque comparamos a facilidade com que desfrutamos essa visão com a grande despesa, que de outro modo nos seria solicitada para atingir esse fim. Assim, o caso se aproxima do inocentemente cômico, mas é mais simples. Todo desnudamento de uma terceira pessoa nos faz espectadores (ou audiência no caso do smut) e equivale a tornar cômica a pessoa desnudada. Verificamos que é tarefa dos chistes tomar o lugar do smut, abrindo, novamente, o acesso a uma fonte perdida de prazer cômico. Oposto a isso, o presenciamento de um desnudamento não é um caso de cômico para a testemunha, porque seu próprio esforço em fazer isso veda-lhe a condição determinante do prazer cômico: nada resta além do prazer sexual do que é visto. Se a testemunha o descreve a alguém, a pessoa que foi testemunhada torna-se cômica outra vez, porque predomina o sentido de que a última omitiu a despesa necessária para ocultar sua intimidade. Fora isto, as esferas da sexualidade e da obscenidade oferecem a maior ocasião para a obtenção do prazer cômico juntamente com uma agradável excitação sexual; pois elas podem mostrar os seres humanos em sua dependência das funções corporais (degradação) ou podem revelar os requisitos físicos subjacentes à proclamação do amor mental (desmascaramento).

Bastante surpreendentemente, encontramos no encantador e sugestivo volume de Bergson, *Le rire*, um convite a que procuremos uma compreensão do cômico em sua psicogênese. Já entramos em contato (ver em [1]) com as fórmulas de Bergson para captar as características do cômico: ‘mecanisation de la vie’, ‘substitution quelconque de l’artificiel au naturel’. Percorre ele um curso plausível de pensamentos desde o automatismo até o autômato, e tenta atribuir inúmeros efeitos cômicos a esmaecidas recordações de um brinquedo infantil. Nesta conexão, chega em certo momento a um ponto de vista que, é verdade, ele logo abandona: esforça-se por explicar o cômico como um efeito posterior das alegrias da infância. ‘Peut-être même devrions-nous pousser la simplification plus loin encore, remonter à nos souvenirs les plus anciens, chercher dans les jeux qui amusèrent l’enfant la première ébauche des combinaisons qui font rire l’homme... Trop souvent surtout nous méconnaissions ce qu’il y a d’encore enfantin, pour ainsi dire, dans la plupart de nos émotions joyeuses.’ (Bergson, 1900, 68 s.). Já que referimos os chistes aos jogos infantis com palavras e pensamentos, que tenham sido frustrados pela crítica racional (ver em [1]), não podemos deixar de nos sentir tentados a investigar as raízes infantis das quais Bergson suspeita também no caso do cômico.

Efetivamente, se examinamos a relação do cômico com a criança encontramos inúmeras conexões que parecem promissoras. As próprias crianças nunca nos parecem cômicas de qualquer modo, embora sua natureza satisfaça todas as condições que, comparadas a nossa própria natureza, produzem uma diferença cômica: a despesa excessiva no movimento tanto quanto a pequena despesa intelectual, o domínio das funções mentais pelas corporais, e outras características. Uma criança só produz um efeito cômico em nós quando se conduz não como uma criança mas como um adulto sério, produzindo então o mesmo efeito que outras pessoas que se disfarçassem. Mas na medida em que permanece fiel à sua natureza infantil, sua percepção fornece-nos um prazer puro, que talvez nos evoque levemente o cômico. Nós a chamamos ingênua, na medida em que demonstra faltar-lhe inibição, e descrevemos como ingenuamente cômicas suas enunciações que, em outra pessoa, deveriam ser julgadas obscenidades ou chistes.

Por outro lado, as crianças carecem do sentimento do cômico. A asserção parece simplesmente dizer que tal sentimento, como muitas outras coisas, só se inicia em certo ponto do curso de desenvolvimento mental; isso não seria absolutamente surpreendente, em especial quando se tem que admitir que tal sentimento já segue claramente em uma idade que devemos considerar como infantil. Não obstante, pode demonstrar que a asserção de que falta às crianças o sentimento do cômico contém mais que elementos auto-evidentes. Em primeiro lugar, é fácil verificar que não poderia ser de outra forma se está correta nossa concepção que deriva o sentimento cômico de uma diferença na despesa, originária do processo de compreensão de uma outra pessoa. Tomemos novamente o cômico no movimento como exemplo. A comparação que fornece a diferença exprime-se (estabelecida em fórmulas conscientes): ‘Assim o faz ele’ ‘Assim devo fazê-lo, assim o faço’. Mas uma criança não dispõe do padrão contido na segunda sentença; compreende simplesmente por imitação: ele o faz exatamente da mesma maneira. A educação da criança apresenta-lhe um padrão; ‘assim se deve fazer’. Se agora ele utiliza o padrão ao fazer a comparação, concluirá facilmente: ‘ele não o faz certo’ e ‘eu posso fazê-lo melhor.’ Neste caso, ri-se de outra pessoa, no sentimento de sua própria superioridade. Nada nos impede de derivar esse riso também de uma diferença na despesa; mas analogamente aos casos em que rimos de pessoas que encontramos, podemos inferir que o sentimento cômico não está presente no riso de superioridade da criança. Esse é um riso de puro prazer. Em nosso próprio caso, quando fazemos um juízo nítido de nossa própria

superioridade, simplesmente sorrimos em vez de rir, ou, se rimos, podemos apesar disso, distinguir a conscientização de nossa superioridade da comicidade que nos faz rir (ver em [1] e [2]).

É provavelmente correto dizer que as crianças riem de puro prazer em uma variedade de circunstâncias que sentimos ‘cômicas’ e das quais não podemos achar o motivo, enquanto que os motivos da criança são claros e podem ser formulados. Por exemplo, se alguém escorrega na rua e cai, rimo-nos porque a impressão — não sabemos por que — é cômica. Uma criança ri no mesmo caso devido a um sentimento de superioridade ou Schadenfreud: ‘Você caiu, eu não’. Certos motivos de prazer das crianças parecem perdidos para nós, adultos, e ao contrário, na mesma circunstância, temos um sentimento ‘cômico’ em substituição ao perdido.

Se se pudesse generalizar, seria muito atraente colocar a característica específica do cômico, que estamos procurando, em um despertar da infância — considerar o cômico como o ‘último riso da infância’ restabelecido. Podia-se então dizer: ‘Rio-me da diferença da despesa entre uma outra pessoa e eu próprio cada vez que redescubro a criança nela’. Ou, posto mais exatamente, a completa comparação que leva ao cômico seria: ‘Assim ele o faz — Eu o faço de outro modo —, ele o faz como eu costumava fazê-lo em criança’.

Assim o riso se aplicaria à comparação entre o ego do adulto e o ego da criança. Mesmo a falta de uniformidade na diferença cômica — o fato que me parece cômico é uma despesa ora maior, ora menor (ver em [1]) — se adequaria ao determinante infantil; de fato o que é cômico, o é invariavelmente do lado do infantil.

Isso não é contraditado pelo fato de que, quando as próprias crianças são objeto da comparação, elas não me dão uma impressão cômica, mas puramente agradável; nem é contraditado porque a comparação com o infantil apenas produz um efeito cômico quando qualquer outro uso da diferença é evitado. Pois essas são matérias referentes às condições que controlam a descarga. O que quer que coloque um processo psíquico em conexão com outros opera contra a descarga da catexia excessiva e a põe a serviço de outro uso; o que quer que isole um ato psíquico encoraja a descarga (ver em [1]). Uma atitude consciente para com as crianças como objetos da comparação impossibilita portanto a descarga necessária ao prazer cômico. Somente quando a catexia é pré-consciente (ver em [2]) há uma aproximação com o isolamento tal que, incidentalmente, podemos atribuí-la aos processos mentais também nas crianças. O acréscimo à comparação (‘Assim o fiz também quando criança’), da qual deriva o efeito cômico, só entraria assim em consideração na medida em que estivessem envolvidas diferenças de magnitude médias, e nenhum outro nexo pudesse se apoderar do excesso liberado.

Se prosseguimos com nossas tentativa de descobrir a essência do cômico em uma conexão pré-consciente com o infantil, devemos dar um passo além de Bergson e admitir que a comparação não necessita, para produzir o cômico, despertar os antigos prazeres e o jogo infantil; bastará para isso tocar na natureza infantil em geral e talvez, mesmo, no sofrimento infantil. Aqui nos afastamos de Bergson mas permanecemos em concordância com nós próprios, ao conectarmos o prazer cômico não a um prazer recordado, mas, novamente, a uma comparação. Pode ser que os casos da primeira espécie [conectados ao prazer recordado] coincidam com o irresistível e invariavelmente cômico (ver em [1]).

Recordemos neste ponto o esquema em que detalhávamos anteriormente (ver em [2]) as várias possibilidades cômicas. Dizíamos que a diferença cômica era encontrada alternativamente!

- (a) por uma comparação entre uma outra pessoa e eu,
- (b) por uma comparação inteiramente no interior da outra pessoa,

(c) por uma comparação inteiramente no interior do eu.

No primeiro destes casos a outra pessoa me apareceria como uma criança; no segundo ela se reduziria à criança; no terceiro eu descobriria a criança em mim.

[a] O primeiro caso incluiria o cômico do movimento e da forma, do funcionamento mental e do caráter. Os fatores infantis correspondentes seriam o impulso ao movimento e o desenvolvimento moral e mental inferior da criança. Assim, por exemplo, uma pessoa estúpida seria cômica para mim, na medida em que me lembrasse uma criança preguiçosa, e seria uma má pessoa se me lembrasse uma criança mal comportada. Só se poderia falar de um prazer infantil perdido para o adulto no caso em que a própria alegria da criança no movimento fosse envolvida.

[b] O segundo caso, em que o cômico depende inteiramente da 'empatia', inclui as mais numerosas possibilidades — o cômico da situação, da exageração (caricatura), da mímica, da degradação e do desmascaramento. Este é o caso em que se comprova mais útil o ponto de vista infantil. Pois o cômico da situação é maximamente baseado no embaraço, no qual redescobrimos o desamparo infantil. O pior do embaraço, a interferência de peremptórias solicitações das necessidades naturais em outras funções, corresponde ao incompleto controle pela criança de suas funções corporais. Onde o cômico da situação opera por meio da repetição, baseia-se no peculiar prazer da criança na repetição constante (de pergunta, histórias) que a tornam um aborrecimento para o adulto (ver em [1]) A exageração, que ainda proporciona prazer aos adultos na medida em que a capacidade crítica lhe possa achar uma justificação, é conectada à falta de senso de proporção, peculiar à criança, tanto quanto sua ignorância de todas as relações quantitativas, que vem a conhecer depois das qualitativas. O uso da moderação e do controle, mesmo no caso de impulsos permitidos, é um tardio fruto da educação, adquirido pela mútua inibição das atividades mentais reunidas em uma combinação. Onde tais combinações são enfraquecidas, como no inconsciente dos sonhos ou no monoteísmo das psiconeuroses, a falta de moderação infantil ressurge.

Constatamos dificuldades relativamente grandes na compreensão do cômico na mímica enquanto deixamos o fator infantil fora da descrição. Mas a mímica é a melhor das artes infantis e o motivo diretor da maior parte de seus jogos. A ambição da criança é bem menos se exaltar entre seus iguais do que a imitação dos adultos. A relação das crianças com os adultos é também a base do cômico da degradação, que corresponde à condescendência mostrada pelos adultos em sua atitude relativa à vida das crianças. Pouca coisa dá à criança maior prazer que o fato de um adulto rebaixar-se a seu nível, renunciando à opressiva superioridade e brincando com ela como um seu igual. Esse alívio, que dá à criança um puro prazer, torna-se nos adultos, sob a forma da degradação, um meio de tornar as coisas cômicas e uma fonte do prazer cômico. No que se refere ao desmascaramento, sabemos que remete à degradação.

[c] Encontramos maiores dificuldades em descobrir a base infantil do terceiro caso, o cômico da expectativa, o que inegavelmente explica por que as autoridades que consideraram primeiro este caso em sua discussão do cômico, não encontraram nenhuma ocasião de levar em conta o fator infantil no cômico. O cômico da expectativa é sem dúvida o mais remoto nas crianças; a capacidade de captá-lo é a última a aparecer. Na maior parte dos casos que parecem cômicos a um adulto, uma criança sentiria apenas desapontamento. Podíamos entretanto tomar a faculdade de expectativa ansiosa da criança e sua credulidade como base para compreendermos o fato de parecermos a nós mesmos cômicos 'como uma criança' quando deparamos com um desapontamento cômico.

O que dissemos pareceria sugerir uma certa probabilidade de tradução do sentimento cômico assim formulada: 'As coisas cômicas são aquelas impróprias para um adulto'. Não me sinto apesar disso audaz o

bastante para, em virtude de minha atitude global com relação ao problema do cômico, defender esta última asserção com tanta seriedade quanto as anteriores. Sou incapaz de decidir se a degradação à infância é apenas um caso especial de degradação cômica, ou se tudo que é cômico baseia-se fundamentalmente na degradação à infância.

Uma inquisição do cômico, ainda que superficial, seria gravemente incompleta se não achasse lugar para, no mínimo, alguns comentários sobre o humor. O parentesco essencial entre os dois é tão pouco aberto à dúvida que uma tentativa de explicar o cômico está ligada a fazer pelo menos alguma contribuição à compreensão do humor. Embora muito de pertinente e impressionante já tenha sido apresentado na apreciação do humor (que, sendo ele próprio uma das mais altas manifestações psíquicas, desfruta do particular favor dos pensadores) não podemos evitar uma tentativa de abordar sua natureza a partir de nossas fórmulas para os chistes e para o cômico.

Já vimos (ver em [1]) que a liberação de afetos aflitivos é o maior obstáculo à emergência do cômico. Tão logo o movimento inútil produza um dano, ou a estupidez leve à maldade, ou o desapontamento cause dor, a possibilidade de um efeito cômico chega ao fim. Isto é verdade, em todos os casos, para alguém que não pode evitar tal desprazer, que é propriamente sua vítima ou obrigado a compartilhá-lo; enquanto isso uma pessoa não envolvida mostra, por sua conduta, que a situação em questão contém tudo o que se requer para um efeito cômico. Ora, o humor é um meio de obter prazer apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a geração destes afetos, coloca-se no lugar deles. As condições para seu aparecimento são fornecidas se existe uma situação na qual, de acordo com nossos hábitos usuais, devíamos ser tentados a liberar um afeto penoso e então operam sobre este motivos que o suprimem *in statu nascendi*. Nos casos ora mencionados a pessoa que é vítima da ofensa, dor etc. pode obter um prazer humorístico, enquanto a pessoa não envolvida ri sentindo um prazer cômico. O prazer do humor, se existe, revela-se — não podemos dizer de outra forma — ao custo de uma liberação de afeto que não ocorre: procede de uma economia na despesa de afeto.

O humor, entre as espécies do cômico, é a mais facilmente satisfeita. Completa seu curso dentro de uma única pessoa; a participação de alguma outra nada lhe acrescenta. Posso guardar a fruição do prazer humorístico que em mim se originou sem sentir obrigação de comunicá-lo. Não é fácil dizer o que acontece em uma pessoa quando o prazer humorístico é gerado; podemos entretanto obter algum insight se examinamos os casos em que o humor é comunicado ou compartilhado, casos em que, pela compreensão da pessoa humorística, chegamos ao mesmo prazer que o seu. O mais tosco dos casos de humor — aquele conhecido como Galgenhumor (literalmente, 'humor particular') — pode ser instrutivo nesta conexão. Um vagabundo que estava sendo levado à execução em uma segunda-feira, comentou: 'É, a semana está começando otimamente'. Este é efetivamente um chiste, já que o comentário é bem adequado em si mesmo, mas por outro lado está deslocado de uma maneira absurda, já que para o próprio sujeito não haveria eventos ulteriores naquela semana. Mas o humor está envolvido na confecção de tal chiste — isto é, ao desrespeitar o que distingue o início dessa semana de todas as outras, ao negar a distinção que podia originar-se, motiva emoções bastante especiais. O mesmo caso ocorre quando o vagabundo em seu caminho para o execução pede um lenço para cobrir a garganta de modo a não pegar um resfriado — precaução em outras circunstâncias louvável mas que, em vista do que tão brevemente se reserva a seu pescoço, torna-se notavelmente supérflua e desimportante. Deve-se confessar que há nessa blague algo



como que magnanimidade na tenacidade com que o homem se agarra a seu habitual, recusando tudo que possa destruir esse eu e levá-lo ao desespero. Essa espécie de grandeza do humor aparece inequivocamente em casos onde nossa admiração não é inibida pelas circunstâncias da pessoa humorística.

No Hernani de Victor Hugo, o bandido que se envolvera em uma conspiração contra seu rei, Carlos I da Espanha (o Imperador Carlos V), caiu em mãos de seu poderoso inimigo. Réu de alta traição, prevê que seu destino é perder a cabeça. Mas esse conhecimento prévio não o impede de dar-se a conhecer como um Grande Herdeiro da Espanha, declarando que não tem a intenção de renunciar a qualquer dos privilégios que lhe são devidos. Um Grande da Espanha tinha o direito de manter-se coberto perante seu senhor real. Muito bem, pois:

‘...Nos têtes ont le droit’

De tomber couvertes devant de toi.’

Isto é humor em grande escala e se, quando o ouvimos, não nos rimos é porque nossa admiração sobrepuja o prazer humorístico. No caso do vagabundo que recusa resfriar-se no trajeto para a execução rimos francamente. A situação que devia levar o criminoso ao desespero poderia suscitar intensa compaixão em nós; mas tal compaixão é inibida porque compreendemos que o diretamente interessado não se preocupa com a situação. Em consequência dessa compreensão, a despesa com a compaixão, já preparada, torna-se inutilizável e podemos descarregá-la, rindo. Estamos como que contagiados pela indiferença do vagabundo — embora notemos que isso lhe custa um grande dispêndio de trabalho psíquico.

A economia da compaixão é uma das mais freqüentes fontes do prazer humorístico. O humor de Mark Twain geralmente opera com esse mecanismo. Descrevendo a vida de seu irmão, por exemplo, ele nos conta que, em certa época, este trabalhara em uma grande empresa de construção de estradas. A explosão prematura de uma mina lançou-o ao ar, indo cair em local muito distante de onde estivera trabalhando. Somos levados a sentir simpatia pela vítima do acidente e gostaríamos de saber se acaso fora ferido. Mas quando, a história continuando, somos informados de que seu irmão fora descontado em meio dia de serviço, em seu salário, por ‘estar ausente do lugar de serviço’, somos distraídos de nossa compaixão e tornamo-nos quase tão duros de coração como o capataz, quase tão indiferentes ao possível dano à saúde do irmão. Em outra ocasião, Mark Twain apresenta-nos sua árvore genealógica, que remonta até a um dos companheiros de viagem de Colombo. Descreve então o caráter deste ancestral e como sua bagagem consistia de várias peças de roupa para lavar, cada uma das quais com uma marca de lavanderia diferente — aqui não podemos evitar de rir à custa da economia dos sentimentos de piedade com que nos preparáramos para o início dessa história de família. O mecanismo do prazer humorístico não sofre interferência do fato de que saibamos que este pedigree é fictício e que tal ficção serve ao propósito satírico de desnudar os embelezamentos de semelhantes descrições por outras pessoas: é tão independente dessa condição que deve ser real no caso de tornar as coisas cômicas (ver em [1]). Em ainda outra história, Mark Twain narra que seu irmão construiu um abrigo subterrâneo coberto por um grande pedaço de vela de navio com um furo no meio, para a qual levou uma cama, uma mesa e uma lâmpada. À noite, entretanto, terminada a cabana, uma vaca que estava sendo recolhida caiu pela abertura do teto sobre a mesa e apagou a lâmpada. Seu irmão, pacientemente, ajudou o animal a sair e restabeleceu a instalação novamente. Na noite seguinte a mesma interrupção ocorreu e seu irmão comportou-se como na véspera. E

assim sucedeu cada noite. A repetição torna a história cômica, mas Mark Twain termina narrando que na quadragésima sexta noite, quando a vaca caiu outra vez, seu irmão finalmente comentou: 'A coisa está começando a tornar-se monótona'. A este ponto, o prazer humorístico não pode ser bloqueado pois o que esperávamos, há muito, era ouvir que este obstinado conjunto de desgraças tornaria o seu irmão zangado. Efetivamente as pequenas contribuições de humor que produzimos nós próprios são, em regra, efetuadas à custa da raiva — em vez de nos zangarmos.

As espécies de humor são extraordinariamente variadas de acordo com a natureza da emoção economizada em favor do humor: compaixão, raiva, dor, ternura etc. Este número parece restar incompleto porque o reino do humor é constantemente alargado quando um artista ou escritor consegue submeter emoções até então inconquistadas ao controle do humor, tornando-as, através dos dispositivos que aparecem em nossos exemplos, fontes do prazer humorístico. Os artistas em *Simplicissimus*, por exemplo, obtêm resultados espantosos ao fazer humor à custa do horror ou do repulsivo. As formas em que o humor se manifesta, são ademais, determinadas por duas peculiaridades conectadas com as condições sob as quais é gerado. O humor pode, em primeiro lugar, aparecer misturado a um chiste ou a alguma espécie do cômico; neste caso, sua tarefa é livrar-se de uma possibilidade implícita na situação: que possa ser gerado um afeto que interfira com o resultado gratificante. Em segundo lugar, pode deter a geração desse afeto inteiramente ou apenas parcialmente; esse último é o caso mais comum já que é o mais fácil de levar a cabo, produzindo as várias formas de humor 'interrompido' — o humor do sorriso entre lágrimas. Retira parte de sua energia do afeto e em troca lhe dá um toque de humor.

O prazer humorístico derivado de simpatia origina-se, como se pode verificar nos exemplos acima, de uma técnica peculiar comparável ao deslocamento, através da qual a liberação de afeto, para o qual já nos preparávamos, é desapontada, desviando-se a catexia para algo mais, freqüentemente para algo de importância secundária. Mas isso não nos ajuda a compreender o processo pelo qual o deslocamento da geração de afeto ocorre na própria pessoa humorística. Podemos constatar que o receptor imita o criador do humor em seus processos mentais, mas isso nada nos diz sobre as forças que possibilitam o processo no último.

Podemos dizer apenas que se, por exemplo, alguém obtém êxito em descartar um afeto doloroso ao refletir sobre a grandeza dos interesses do universo, comparados à sua própria pequenez, não consideramos isso como uma produção de humor mas de pensamento filosófico e, se nos introduzimos nesse curso de pensamento, não obtemos nenhum prazer. O deslocamento humorístico só é possível quando é ofuscada a atenção consciente, tal como no caso da comparação cômica (ver em [1]); como essa última, está preso à condição de permanecer pré-consciente ou automático.

Obteremos alguma informação sobre o deslocamento humorístico se o encaramos à luz de um processo defensivo. Os processos defensivos são os correlativos psíquicos de um reflexo de fuga e realizam a tarefa de impedir a geração do desprazer a partir de fontes internas. Ao cumprir esta tarefa servem aos eventos mentais como uma espécie de regulação automática, que no fim, incidentalmente, torna-se prejudicial e tem que ser sujeitada ao pensamento consciente. Indiquei uma forma particular dessa defesa, a repressão fracassada, como o mecanismo operativo do desenvolvimento das psiconeuroses. O humor pode ser considerado como o mais alto desses processos defensivos. Ele desdenha retirar da atenção consciente o conteúdo ideacional que porta o afeto doloroso, tal como o faz a repressão, e assim domina o automatismo da defesa. Realiza isto descobrindo os meios de retirar energia da liberação de

desprazer, já em preparação, transformando-o pela descarga em prazer. É mesmo concebível que isso possa estar novamente em conexão com o infantil, que lhe coloca à disposição os meios para executá-lo. Apenas na infância existem dolorosos afetos dos quais o adulto hoje se ri — tal como o humorista ri de seus afetos dolorosos atuais. A exaltação do ego, que o deslocamento humorístico testemunha, e cuja tradução inegavelmente seria ‘sou grande demais (ou bom demais) para ser atingido por essas coisas’, pode se derivar da comparação do ego atual com o infantil. Tal concepção é, até certo ponto, apoiada pela parte desempenhada pelo infantil nos processos neuróticos de repressão.

No todo, o humor se aproxima mais do cômico que dos chistes. Partilha com o primeiro sua localização psíquica no pré-consciente, enquanto os chistes, conforme supúnhamos, são formados como um compromisso entre o inconsciente e o pré-consciente. Por outro lado, o humor não participa de uma característica comum aos chistes e ao cômico, que talvez não tenhamos enfatizado bastante. É condição necessária para a geração do cômico que nos obriguemos, simultaneamente ou em rápida sucessão, a aplicar ao único e mesmo ato de ideação dois diferentes métodos ideacionais, entre os quais se faz a comparação e a diferença cômica emerge (ver em [1]). Diferenças na despesa desse tipo originam-se entre o que pertence ao outro e ao eu, entre o que é usual e o que foi mudado, entre o que é esperado e o que acontece. No caso dos chistes, a diferença entre dois métodos simultâneos de conceber as coisas, que operam com despesa diferente, aplica-se ao processo que ocorre no ouvinte do chiste. Uma dessas concepções, acompanhando as sugestões contidas no chiste, passa pelo trajeto do pensamento através do inconsciente; a outra permanece na superfície e encara o chiste como qualquer outra verbalização que tenha emergido do pré-consciente e se tornado consciente (ver em [1]). Talvez estivéssemos justificados em representar o prazer de um chiste que escutamos como sendo derivado da diferença entre esses dois métodos de concebê-lo. Dissemos aqui que os chistes podiam ser descritos (ver em [2]) como possuindo uma cabeça de Janus, enquanto a relação entre os chistes e o cômico devia ser ainda esclarecida.

No caso do humor, a característica que apresentamos é cancelada. Assim como é verdade que sentimos prazer humorístico quando é evitada uma emoção que usualmente acompanha a situação e até esse ponto, o humor também se inclui sob o conceito ampliado do cômico da expectativa. Mas no caso do humor não se trata mais de dois métodos diferentes de conceber o mesmo assunto. O fato de que a situação seja dominada pela emoção de caráter desagradável que deve ser evitada, coloca um fim na possibilidade de compará-la com as características do cômico e dos chistes. O deslocamento humorístico é, efetivamente, um caso de despesa liberada para ser usada em outra parte — um caso que, como se demonstrou, é perigoso para efeito cômico [p. 120].

Chegamos agora ao fim de nossa tarefa, tendo reproduzido o mecanismo do humor a uma fórmula análoga àquelas referentes ao prazer cômico e aos chistes. O prazer nos chistes pareceu-nos proceder de uma economia na despesa com a inibição, o prazer no cômico de uma economia na despesa com a ideação (catexia) e o prazer no humor de uma economia na despesa com o sentimento. Em todos os três modos de trabalho do nosso aparato mental o prazer derivava de uma economia. Todos os três concordavam em representarem métodos de restabelecimento, a partir da atividade mental, de um prazer que se perdera no desenvolvimento daquela atividade. Pois a euforia que nos esforçamos por atingir através desses meios nada mais é que um estado de ânimo comum em uma época de nossa vida quando costumávamos operar nosso trabalho psíquico em geral com pequena despesa de energia — o estado de ânimo de nossa infância, quando ignorávamos o cômico, éramos incapazes de chistes e não necessitávamos do humor para sentir-nos felizes em nossas vidas.

## APÊNDICE: ENIGMAS DE FRANZ BRENTANO

A descrição dos enigmas de Franz Brentano fornecida por Freud em [1] é tão obscura que se faz necessária uma ulterior explicação. Em 1819 Brentano (sob o pseudônimo de ‘Aenigmatias’) publicou um livreto de duzentas páginas com o título *Neue Räthsel* (Novos Enigmas). Incluía espécimens de vários tipos diferentes de enigmas, o último dos quais era descrito como, ‘Füllräthsel’ — ‘enigmas de completar’. Descreve estes em uma introdução ao livreto. De acordo com ele, esse tipo de enigma era um passatempo favorito na região de Main na Alemanha, mas só recentemente atingira Viena. O livreto inclui trinta exemplos de ‘enigmas de completar’, entre os quais os dois citados, não acuradamente, por Freud. Uma tradução completa deles será a maneira mais simples de tornar clara sua construção:

‘XXIV.

‘Como nosso amigo é atormentado por sua crença em premonições! Outro dia, quando sua mãe adoeceu, encontrei-o sentado sob uma árvore alta. O vento soprava através de seus ramos, de modo que algumas das folhas maiores caíam, e uma delas aconteceu de cair em seu colo. Nisso, ele caiu em pranto. Sua mãe, lamentava-se, ia morrer: *das lasse ihn das herabgefallene* [literalmente: isto ele foi levado pela queda] *daldaldaldaldal*.’

Resposta: ‘*Platanenblatt ahnen*’ [da folha de plátano a pensar].

‘XXVIII.

Um homem do Indostão adoeceu. Seu médico estava a escrever-lhe uma receita quando foi subitamente chamado por uma mensagem urgente. Terminou de escrever a prescrição tão rápido quanto pôde e partiu para atender a outra chamada. Logo depois, chegou-lhe a notícia que o asiático, mal tomara o remédio preparado para ele, morrera em convulsões. “Pobre infeliz!” exclamou o médico, horrorizado. “O que você fez? É possível que *indem du den Trank dem* [literalmente: quando você a poção para o] *daldaldaldaldal — daldaldaldaldal*?”.

Resposta: ‘*Inder hast verschrieben, in der Hast verschrieben*’ [Indiano receitou, em sua pressa cometeu um erro de grafia].

Um espécimen inglês tornará as coisas ainda mais claras:

‘Ladrões arrombaram uma grande peleteria. Foram interrompidos e fugiram sem levar nada mas deixando o salão de exposição em grande desordem. Quando o gerente chegou na manhã seguinte, instruiu a seus auxiliares. ‘Não importam as mercadorias mais baratas. ‘*The urgent thing is to get the* [literalmente: o urgente é achar as] *daldal — daldal*.’

Resposta: ‘*first-rate fur straight* [peles de primeira direitas]’.